LEONÍDIO DE ABREU

# SILVA MINHOTA

BRAGA

1 9 5 6

1/.12)

C.M.B.
Biblioteca

OFERTA DA

# SILVA MINHOTA

LEONÍDIO DE ABREU

C.M.B. Biblioteca

# SILVA MINHOTA

F.S.2.5.5½
C. M.
BARCELOS
BIBLIOTECA
Nº 6331
Boralione
Perm.

BRAGA
1 9 5 6

COLABORAÇÃO ARTÍSTICA DE

*Abel Mendes*

E

*Ricardina de Abreu*

# Breve explicação

*As crónicas que formam este volume foram escritas em épocas diversas, mais por distracção do que propriamente pelo interesse que, um dia, viessem a despertar. E isto porque, salvo em algumas, nem tudo nelas é inédito, como desnecessário se tornaria dizer. Com efeito, para dos vários assuntos se dar uma ideia tão completa quanto possível, houve que recorrer a fontes já conhecidas. No entanto, os arquivos particulares e oficiais consultados forneceram boa soma de achegas, o que, sem dúvida, constitui a parte mais importante da matéria. Assim, permitiu-se reunir, embora resumidamente, a maioria dos elementos que, sobre o mesmo caso, andavam dispersos e que nem sempre se encontravam ao alcance dos curiosos. Será este o único mérito do presente trabalho.*

*São crónicas ligeiras, feitas, como soe dizer-se, ao correr da pena, sem quaisquer pretensões literárias e muito menos ambições de glória, o que, aliás, não estava no temperamento do autor.*

*Há muito arrumadas em gavetas, ao lado de tantas outras coisas do mesmo género, dificilmente lograriam a menor projecção se o sr. Tenente-coronel Armando Nery Teixeira, ilustre Governador Civil de Braga, ao saber da sua existência, não revelasse por elas um interesse que, em boa verdade, nunca lhes atribuimos.* Eram coisas do Minho e, portanto, ao Minho importava devolvê-las — *frisou. E promoveu a sua publicação, valiosamente auxiliada pela respectiva Junta de Província, da presidência do sr. Dr. Felicíssimo Campos.*

*Trata-se, realmente, de assuntos respeitantes a todos os concelhos do Minho, tanto no aspecto histórico, como religioso ou militar, sem excluir, evidentemente, o lendário, por vezes de tão sugestivo colorido na vida dos povos.*

*Nada, pois, se fica devendo ao autor se não a anuência à carinhosa intenção do ilustre magistrado, que no exercício do seu espinhoso cargo não perde a oportunidade de ser prestimoso à região confiada ao seu tacto administrativo.*

*À judiciosa apreciação do leitor, especialmente ao que pelo Minho nutre a admiração que a todos inspira a mais encantadora província de Portugal, entregamos a sinceridade desta iniciativa.*

*Braga, 1 de Outubro de 1956.*

*Leonídio de Abreu*

CÂMARA MUNICIPAL * BARCELOS *

# Uma parada memorável

A despeito das agitações políticas da época, foi com estrondosas manifestações de júbilo que Braga celebrou os vinte e seis anos de idade da Rainha D. Maria II. Houve cerimónias religiosas, revestidas da máxima pompa; sessões com grande estendal de oratória, arraiais, enfim, uma série de coisas que fartamente prenderam a atenção da cidade.

De tudo, porém, o que mais sobressaiu foi uma vistosa parada militar, na qual tomaram parte as forças da guarnição. Constituiu, de facto, o número dominante do programa, tanto pelo aprumo da tropa como pela bizarria dos uniformes. Marcou, e por tal forma que durante largo tempo entrou, como assunto obrigatório, em todas as conversas, sem que as opiniões divergissem.

Vamos agora dizer por quê.

Ao tempo, comandava o Regimento de Infantaria n.º 8 o coronel Francisco Xavier Ferreira. Era conhecido pelo «Trinta Diabos», alcunha que lhe viera do feitio disciplinado e disciplinador que tinha e da bravura com que se batera nas muitas batalhas em que entrara. Tomou parte, como alferes, na Guerra Peninsular; e, como capitão, nas lutas entre portugueses e brasileiros, desenroladas de 1821 a 1823. Regressando à pátria, enveredou pelo liberalismo. Por ele combateu, ao ponto de ser agraciado com a Ordem da Torre e Espada. Terminada a guerra civil, desempenhou várias missões, entre as quais a de comandante da Guarda Municipal de Lisboa. Em 1840, foi promovido a tenente-coronel e colocado no Regimento de Infantaria n.º 8, que passou a comandar, funções em que se manteve quando ascendeu ao posto imediato.

Sabendo, por experiência própria, que as lutas partidárias haviam enfraquecido bastante a disciplina do Exército, logo que chegou a Braga procurou restabelecer, em toda a sua pureza, o espírito militar na unidade que lhe fora confiada. E se bem o pensou, melhor o fez.

Embora, de início, encontrasse alguma oposição, a pouco e pouco

todos se persuadiram de que a sua vontade de ferro tinha de vencer, custasse o que custasse. Disciplinava, é certo, mas o exemplo dava-o ele, primeiro. E se, por vezes, mostrava severidade, fazia-o sempre constrangido. Isto, porém, não lhe abalava, salvo em casos especiais, muito raros, felizmente, a consideração que devia ter pelos subordinados. Daí, a todos estimar e dispensar, nas ocasiões próprias, os merecidos elogios. Dotado de memória prodigiosa, tratava os soldados pelo respectivo nome, facto de que eles se admiravam e que explicava, em parte, a grande simpatia que nutriam pelo seu comandante.

Desta forma, conseguiu o que desejava e o Regimento de Infantaria n.º 8 passou, então, a ser apontado como verdadeiramente modelar em tudo.

Ora, estando a preparar-se os festejos que, em 4 de Abril de 1845, haviam de comemorar o aniversário natalício da Rainha, o coronel Francisco Xavier Ferreira lembrou-se de organizar a tal parada, mas de maneira que desse brado. Assim, não achando suficientemente vistosa a farda que a infantaria costumava envergar naquelas cerimónias, ordenou que o regimento se apresentasse com outra mais brilhante, mais aparatosa ainda, concebida por ele, embora nas bases em que assentava o plano de uniformes de 25 de Outubro de 1834.

Um porta-machado

Vejamos, agora, muito sumariamente, como aquela unidade se exibiu na referida parada.

Os porta-machados, cujo aspecto sisudo dado pelas barbas despertava sempre a atenção geral, e constituia, só por si, motivo de curiosidade, ostentavam barretina feita de pele de urso, com berrante penacho vermelho e, pendente da rectaguarda, uma comprida manga de seda escarlate com o monograma da Rainha (M II) bordado a prata. Tal acessório, rematado por uma borla

também de prata, descia até ao cruzamento das correias da patrona e boldrié. As correias, atravessando uns passadores existentes na couraça de metal branco, ajustavam esta ao casaco azul claro, de gola vermelha com granadas igualmente metálicas. Nos ombros, assentavam granadeiras vermelhas com escamas de metal amarelo; e nas mangas o emblema próprio, formado por dois machados cruzados e uma granada. A calça era branca. Como complemento, havia, ainda, as luvas e o avental. O armamento era constituido pelo machado e pela espingarda.

O tambor-mor, figura igualmente destacante, apareceu de chapéu armado, emplumado de branco, casaco de cor azul ferrete com peitilho branco e alamares; calça branca com presilhas, dragonas de cacho dourado e talabarte azul bordado a branco, do qual pendia um florete. O cinturão, de listas azuis e brancas, com fivela dourada, era largo. Empunhava a bastão regulamentar.

O tambor-mor

Agora, vamos aos músicos. Apresentaram-se de barretina cilíndrica, com penacho de crina branca e, à frente, em substituição da habitual chapa, um trofeu com o número da unidade. O casaco de cor azul ferrete, com peitilho encarnado e dragonas douradas, era curto. As calças, igualmente brancas, tinham presilha. O cinturão, do qual pendia um florete, era de polimento branco.

Na classe dos músicos havia a distinguir os de pancada, que envergavam casaca branca com alamares e calça vermelha com presilha. O penacho era vermelho.

No entanto, pelos elementos que a *Revista Enciclopédica* nos

fornece, entre os quais as gravuras que reproduzimos feitas segundo carvão do notável artista Abel Cardoso, parece que o uniforme mais vistoso era o dos tambores. A barretina, de tampo de couro, tinha um penacho de crina com as cores das respectivas companhias, a saber: granadeiros — branco e vermelho; fusileiros — azul e branco; e atiradores — verde e branco. A costura do casaco, curto por sinal, as mangas, os peitilhos, a gola, as carcelas e a barretina, tanto superior como inferiormente, eram guarnecidos com galão da mesma cor. Além disso, as dragonas, de lã, eram vermelhas, nos granadeiros; brancas, nos fusileiros; e verdes, nos atiradores.

Nesta classe de tambores havia um cabo, que o era igualmente de corneteiros. Independentemente das divisas inerentes ao posto, usava um bastão semelhante ao do tambor-mor, embora mais pequeno.

Por sua vez, os soldados envergavam uniforme idêntico ao dos tambores, mas sem qualquer guarnição. Nas golas levavam os respectivos emblemas: granada, para os granadeiros; e corneta de caça, para os atiradores. Os fusileiros distinguiam-se, simplesmente, pelo número do regimento.

É curioso frisar que o uniforme dos oficiais, salvo, evidentemente, os distintivos próprios, era semelhante ao dos soldados.

Foi, pois, desta forma bizarra que o Regimento de Infantaria n.º 8 se apresentou na parada de 4 de Abril de 1845. O povo, que assistiu em massa, gostou e também não regateou louvores ao coronel Francisco Xavier Ferreira, pela sua tão caprichosa como singular iniciativa.

Se o conjunto agradou e foi muito aplaudido, deve, todavia, dizer-se que a atenção do público incidia, especialmente, sobre o tambor-mor e os porta-machados, por se tratar de figuras populares. Os segundos, então, constituiam uma classe que gozava, até, de bastante simpatia na cidade. Às vezes, eram eles que faziam a guarda de honra nos *lausperenes*.

O próprio coronel Francisco Xavier Ferreira estimava-os imenso e para os estimular a deixarem crescer as barbas, mandava-os subsidiar e algumas vezes do seu próprio bolso os remunerou.

No Regimento de Infantaria n.º 8, havia dez, isto é, um por cada companhia, além do cabo, e pertenciam todos à de granadeiros. Eram, geralmente, conhecidos pelas alcunhas, como, por exemplo, *Argolinha, Cabaço, Espada-afiada, Russo* e *Mata-porcos*.

O primeiro era considerado o mais popular. A alcunha provinha-lhe de, à semelhança dos indígenas de uma província ultramarina

onde prestara serviço, usar uma argola de metal amarelo, pendente da orelha direita.

De regresso à Metrópole, ingressou no 18 de Infantaria, com o qual emigrou para os Açores, em 1828. Quatro anos depois desembarcou na praia do Mindelo, incorporado no exército libertador.

Tomou parte em várias acções nas linhas do Porto, onde, pela sua bravura, foi agraciado com a Ordem da Torre e Espada. Esteve também no Algarve, durante a campanha do Remexido. Em 1841 veio para Braga e no Regimento de Infantaria n.º 8 continuou a fazer serviço.

Quando, em 20 de Dezembro de 1846, as forças do Barão do Casal entraram desalmadamente na capital do Minho, ocupada desde 29 de Novembro pelas tropas miguelistas, uma bala inimiga, atravessando-lhe as costas, prostrou-o para sempre.

O *Cabaço* fora, igualmente, um defensor da causa liberal. Morreu em combate, travado, na mesma época, em Torres Vedras.

Após a sua promoção a general, Francisco Xavier Ferreira, ao entrar em Braga como comandante da 4.ª Divisão Militar, foi aguardado, na freguesia de Ferreiros, pelo Regimento de Infantaria n.º 8. Ao passar-lhe revista, notou a falta do *Argolinha* e do *Cabaço,* embora soubesse do fim que este tivera. Quando, porém, soube da morte do outro, — diz-se — não ocultou a sua consternação e algumas palavras de homenagem dispensou à memória do saudoso militar.

Para terminar, recordemos que a classe dos porta-machados foi extinta pela reorganização do Exército de 31 de Outubro de 1884, elaborada por uma comissão nomeada em 26 de Maio do mesmo ano e da qual faziam parte os generais de Divisão Augusto Xavier Palmeirim, Jerónimo da Silva Maldonado de Eça e António de Melo Breyner; os generais de Brigada João Manuel Cordeiro, João Pinto Carneiro, João Leandro Valadas, Joaquim António Dias e José Cirilo Machado; dos coroneis, de Engenharia, Caetano Pereira Sanches de Castro, de Artilharia, Paulo Eduardo Pacheco, de Cavalaria, David António César da Silva Frois e de Infantaria, José Maria de Almeida; do tenente-coronel do Corpo do Estado Maior, Visconde de S. Januário; do major de Infantaria, Joaquim Teotónio Cornélio da Silva; e dos capitães, do Corpo do Estado Maior, António José de Avila, de Engenharia, Carlos Roma du Bocage, de Artilharia, António Vicente Ferreira Montalvão, de Cavalaria, Filipe Nery da Silva Barata, e de Infantaria, José Estevão de Morais Sarmento.

# De Contrasta a Valença

HÁ quem pretenda atribuir aos soldados de Viriato a fundação de Valença do Minho. O facto ter-se-ia passado em 136 A. C., isto é, após a reconciliação entre eles e o famigerado cônsul romano Décio Júnio Bruto.

Não seremos nós, positivamente, a contestar esta versão, por sinal a mais corrente, uma vez que a falta de documentos coevos nos obriga a aceitar a tradição como única abonadora dum caso, aliás igual a tantos outros, que o segredo do tempo avaramente guarda para si. Deixemos, pois, que o manto da lenda continue a envolver a respeitável ancianidade da pitoresca vila minhota e passemos a encará-la mais concretamente, por ser esse o ponto que verdadeiramente nos interessa.

Assim, Valença ocupa os terrenos de um antigo castro levantado no morro fronteiro a Tui e de cuja existência deram sobejo testemunho muitos objectos da época romana encontrados no local. Era o *Castrum Tydis* de que falam alguns geógrafos antigos e por *Valentia* se designaria uma pequena povoação que o circundava.

Apesar da sua privilegiada situação e de ser paragem da via militar que, utilizando o rio Minho, ligava a cidade de Braga à de Astorga, pouco prosperou sob o domínio romano.

A ponte internacional e terras de Espanha, vistas de um dos baluartes de Valença

Depois, com as invasões dos bárbaros, ainda foi pior. A sua já reduzida importância não tardou em converter-se na decadência que, mais tarde, a moirama havia de completar implacàvelmente.

A reconquista cristã algum alento lhe traria, por certo. Isso lhe valeria para uma tentativa de ressurreição. Diz-se, até, que os frades bentos do vizinho mosteiro de Ganfei, dolorosamente impressionados com tamanha ruina, se empenharam, com particular carinho e magnânima generosidade, pela sua reedificação. Assim teria acontecido. Mas as guerras entre o Condado Portucalense e o Reino de Leão não lhe permitiam cobrar ânimo, pois a uma outras devastações se seguiam. Daí a circunstância de, nos primórdios da nacionalidade, estar transformada numa pequena povoação que humildemente se aconchegava na orla do decrépito e quase ignorado *Castrum Tydis*.

Desta forma, D. Sancho I a encontrou em 1200. Reconhecendo valiosa a sua posição, ali, em frente à Galiza, da qual simplesmente o rio a separava, entendeu, em obediência ao plano que traçara para assegurar os domínios legados por D. Afonso Henriques, seu pai, que devia mandá-la reconstruir e aumentar-lhe o número de moradores. Realmente assim fez e, para tanto, concedeu-lhe foral.

Chamava-se, por essa época, *Contrasta,* nome que tomara no tempo dos bárbaros — como se infere de Vilhena Barbosa ao decompor a palavra em *Contra-Castra* — em oposição ao vizinho e arrogante castelo de Tui.

D. Afonso II interessa-se, igualmente, pela renascida povoação e concede-lhe, também, foral, em 11 de Agosto de 1217. Nada mais justo, pois era, a bem dizer, uma compensação pelos escombros a que os leoneses a tinham reduzido cinco anos antes.

Por ele se consigna que anualmente um terço dos moradores ficava obrigado a ir, uma vez, ao *fossado* organizado, evidentemente, pelo *Rico-Homem* da região, podendo, no entanto, ser dispensados dessa obrigação os que pagassem cinco soldos... *tercia pars de uestro concilio fatiat fossatum: et alie duas partes stent in uestra villa. Et de illa tertia, que debuerit facere fossatum, ille qui ibi non fuerit pectet pro fossadeyra quinque solidos in appretiatura. Et non fatiatis fossatum nisi cum domino uestro una uice in anno nisi fuerit per beneplacitum uestrum.* Os clérigos e os peões estavam isentos do *fossado*, e os moradores da vila que possuissem propriedades fora só iriam nas condições do respectivo foral... *Et clerici et pedones non fatiant fossatum... Et homo de Contrasta qui habuerit hereditatem in alia terra non fatiat fossatum nisi per forum de Contrasta.*

Graças às medidas tomadas por estes monarcas, a vila começou a desenvolver-se, a ganhar importância.

Por isso, no tempo de D. Afonso III vamos encontrá-la já sede de um termo que compreendia metade da freguesia de Fontoura e a totalidade das de S. Pedro da Torre, Santa Eulália de Cerdal, S. Salvador de Vilar de Lama, Santa Maria de Crastelo, Santa Marinha de Taião, Ganfei, Gândara e Valença.

Reparando neste facto e dada, sobretudo, a sua excepcional situação na raia, ainda para mais fronteira a uma praça forte como era Tui, da qual havia sempre que desconfiar, D. Afonso III decide-se a protegê-la, como realmente merecia. Aproveitando a oportunidade, muda-lhe o nome. E a antiquíssima *Contrasta* que fora teatro de tantas cenas belicosas, passa, em 11 de Agosto de 1262, a designar-se Valença.

Depois, estabelece-lhe uma defesa conveniente, mandando-a cercar de muralhas — as primeiras que a povoação via e que durante muitos anos ainda lhe serviram de valiosa protecção.

Dessas fortificações, da maior importância para a época, simplesmente existem hoje alguns vestígios. Nem admira, pelas grandes alterações a que as sujeitaram através dos tempos, até as transformarem, em 1734, numa das primeiras praças de guerra do país. Presentemente, devido ao progresso atingido pela arte da guerra, nenhum valor militar se lhe reconhece.

# A ponte pênsil do Ave

DIZ a lenda que, aí pelo século XIV, se instalou em Terra de Vermoim um sujeito chamado Famelião, casado com uma tal Mota, antiga serviçal dos Condes de Barcelos.

O local escolhido não oferecia grandes atractivos.

Ficava num baixo e era completamente despovoado. Prestava-se, até, a certas locubrações, pela solidão que o rodeava.

Tinha, contudo, a vantagem de ser atravessado pela estrada de Braga ao Porto.

Ora, foi precisamente desta particularidade que Famelião soube tirar todo o partido. Mandou construir uma casa e, dadas as suas tendências comerciais, vá de a transformar, pouco depois, numa convidativa estalagem. E, para assinalar o facto, lembrou-se a mulher de plantar, nas proximidades, um carvalho que, de simples e benéfica árvore pela sombra que projectava, passou, de forma imprevista, a ser um autêntico ponto de referência para quem, movido pela necessidade, tinha de transitar por aqueles sítios. Criou nomeada: — por *Carvalho da Mota* se conhecia ao largo e ao longe.

O caso é que, sem competidor no lugar, Famelião ia fazendo negócio que fartava, bastando, para tal, o favor daqueles que, após longa caminhada, ansiavam por encontrar onde pudessem retemperar as alquebradas forças.

Em breve, porém, chegou a inveja. Outros, na mira de igualmente enriquecerem, lembraram-se de seguir-lhe o exemplo. E como o lugar fosse asado, não tardou em, nas imediações da estalagem, se erguerem novas construções, destinadas aos mais diversos fins. A estas seguiram-se outras e com o decorrer dos tempos formou-se, ali, uma aldeola muito regular.

Quem julgaria, então, que da modesta iniciativa do estalajadeiro havia de surgir, um dia, uma das mais encantadoras povoações do norte do país? Pois foi assim que nasceu Vila Nova de Famalicão, cujo nome, embora corrompido, representa uma consagração à memó-

ria do homem que, há mais de seiscentos anos, se estabeleceu no sítio onde foi a *Praça da Mota,* mais tarde, a *Praça do Conde de S. Cosme do Vale,* e, a partir de 1924, a *Praça de Nove de Abril.*

Do célebre roble, à sombra do qual tantos viandantes encontraram reparador *descanso,* que lhes havia de dar ânimo para novas caminhadas, nada mais resta do que simples, vaga evocação a perfumar suavemente a poética lenda que envolve o desabrochar glorioso de Vila Nova de Famalicão.

Não se pense, todavia, que o desenvolvimento de tal aldeola fôra rápido. Não. Foi, até, bastante lento, durante cerca de quatrocentos anos.

*Habitão-na cem visinhos* — diz-nos o padre Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa.* E note-se que, por essa época, já era cabeça do vasto Julgado de Vermoim, constituído por nada menos de cinquenta e uma freguesias. Mas no segundo quartel do século passado os seus fogos contam-se por 230 e os seus habitantes ascendem a 1.100.

Este facto, altamente significativo pelo aumento considerável que representava, não passava despercebido àqueles que, animados do maior bairrismo, trabalhavam, então, denodadamente, pelo engrandecimento da terra. Seria, até, muito provável que ele também houvesse contribuido, aliado a outros de natureza política e administrativa, para a decisão que a vereação municipal de 1840, da presidência de Joaquim de Sá Leonardo, tomou de solicitar à Rainha D. Maria II que elevasse Famalicão à categoria de vila. Realmente, não se compreendia que sendo, desde 1835, sede de um concelho vastíssimo, ainda mantivesse a classificação, há muito conquistada, de simples freguesia. Ponderando as razões apresentadas, por alvará de 10 de Julho de 1841, a soberana houve por bem deferir tão justa pretensão.

Diga-se, no entanto, de passagem que Famalicão era tradicionalmente designada por vila desde tempos muito recuados. Assim, já nos aparece como *Vila Nova de Famyliquam* no censo de 1527, mandado organizar por D. João III. Deve, contudo, advertir-se que tal designação, vinda já de longe, tinha, naquela época, um sentido mais restrito, pois correspondia a um lugarejo. Como, aliás, em casos semelhantes, também no tocante a Famalicão acompanhou, sempre, o nome da terra. Verificamo-lo, por exemplo, na citada *Corografia Portuguesa,* ao referir-se à *Villa de Famelicão.*

O reconhecimento oficial daquela designação veio reflectir-se, de

maneira assás prodigiosa, no futuro da terra. Parece que, depois disso, uma vaga de progresso ali penetrou até aos fundamentos, deixando lá os elementos de valorização que, em pouco tempo, a transformaram quase completamente. Isto levou Vilhena Barbosa a escrever em 1861: *Villa Nova de Famelicão já não é a mesma terra de há seis annos. Quem a viu então, e a visita hoje, desconhece-a inteiramente. Os novos prédios que ali se têm edificado ennobreciam qualquer grande cidade. E a edificação continua de um modo pasmoso a levantar não casas humildes, mas sim extensas propriedades com dois e três andares.* E acrescentava numa larga e sedutora visão: *Este impulso, que já operou uma transformação, será percussor de outros milagres de progresso civilisador, não só de que é por si uma força atrahente de novos motores de prosperidade, mas também porque vae ter em breve mais larga área de acção. Alli devem confluir duas novas estradas importantíssimas que se estão abrindo. Uma corta o Alto Minho até acabar na praça de Valença; a outra há-de atravessar uma parte da província de Tráz-os-Montes, terminando na praça de Chaves.*

De então para cá, isto é, nestes últimos noventa e cinco anos, desnecessário se tornará referir como o progresso galgou todas as barreiras e tomou conta das mais variadas actividades, desenvolvenda-as e elevando-as a um nível de prosperidade bastante difícil de igualar. Famalicão é um exemplo edificante de iniciativa e de trabalho em todos os sectores, sem mesmo esquecer os que se encontram sob o domínio do espírito.

Importa, porém, esclarecer que tudo isto deve ser levado à conta de um bairrismo são, um daqueles bairrismos que não conhecem desfalecimentos, por mais ásperos e rudes que se apresentem os caminhos a trilhar. Só assim se compreende a evolução por que Famalicão passou, a partir dos seus primeiros alvores de simples, modesto lugarejo, até se transformar na sede de um vasto concelho, dos mais ricos e progressivos do país, nos seus aspectos fundamentais: — agrícola, comercial e industrial.

A isto, alia-se um conjunto admirável de belezas naturais, desde os magníficos, soberbos panoramas desfrutados do alto de S. Tiago da Cruz às poéticas margens do Ave, onde, administrativamente, o Minho acaba, para, embora se continuar em toda a pureza paisagística, mudar a designação para Douro Litoral. Juntemos, ainda, a estes apreciáveis elementos de valorização os que a religião e a arte fazem destacar

por toda a região, como fortes emanações do espírito: a igreja românica de S. Tiago de Antas, a evocar-nos uma das Colegiadas Menores da Diocese, depois de ter sido mosteiro da Ordem do Templo; a matriz de Santa Maria de Oliveira, que data de muito longe, pois, afirma-se, foi mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundado, ao que parece, em 1032; a paroquial de S. Silvestre de Requião, primitivamente dos templários e, por último, da Ordem de Cristo; Landim, que foi couto dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho; a memória aos mortos da Grande Guerra, inaugurada em 1924; o monumento a Camilo Castelo Branco, descerrado em 1925; o Museu Camiliano, em S. Miguel de Seide; a ponte da Lagoncinha, enfim, uma série interminável de atractivos a satisfazerem, plenamente, o curioso mais exigente.

Por aqui se pode ajuizar da importância económica e turística do concelho e, sobretudo, dos motivos que muito justificadamente deram à vila de Famalicão tão grande nomeada.

É certo que para isto concorreu exuberantemente a sua privilegiada situação no centro de uma região cortada por uma esplêndida rede de estradas que facilmente a ligam ao resto do país. E foi de sempre, como vimos já, a começar pela de Braga ao Porto, a mais antiga e, sem dúvida, a mais importante; e, depois, as de Guimarães, Barcelos, Santo Tirso, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, prolongando-se todas em várias direcções.

Sendo vias de grande trânsito, facilmente se calcula o movimento que sempre deram a Famalicão. Vilhena Barbosa considera-o já de extraordinário, dizendo, a propósito, na data atrás referida: *Innumeráveis vehiculos de todo o genero transitam constantemente por essas estradas em todas as direcções. E como Famelicão dista do Porto cinco das nossas antigas e grandes legoas, é um ponto obrigado de descanço para os viajantes.*

É claro que no tempo do ilustre escritor já se podia profetizar um pouco sobre o futuro da viação nas estradas, mesmo sem gasolina, a menos que se tivesse perdido a lembrança da carroça a vapor inventada por Cugnot, mas que nunca chegou a trabalhar... Caso contrário, o tal *ponto obrigado de descanço para os viajantes* continuaria a ser Famalicão. Mas de lá para cá, quanto o progresso não fez! Por isso, hoje, quase parece estranho que, então, se escrevesse: «*Achando-nos no Porto em Outubro próximo passado, referiu-nos uma pessoa que acabava de chegar de Villa Nova de Famelicão, que vira e*

*contara, em um dia d'esse mez, nas ruas d'esta villa, trinta e cinco carruagens publicas e particulares paradas às portas das hospedarias.* Mas é verdade, escreveu-se. Vem no *Arquivo Pitoresco*, respeitante ao ano de 1861.

O movimento mais intenso seria, certamente, o que se registava entre Braga e Porto, dadas as relações, principalmente de natureza comercial, que sempre estreitaram as duas cidades. Além disso, a estrada, de construção relativamente recente, pois substituira a antiga, era a macadame e prestava-se, às mil maravilhas, para sobre ela rolarem, com mais rapidez e comodidade, os veículos da época, especialmente carruagens. E isto, bem entendido, fazia-se tanto por necessidade como por recreio.

Fora começada em 1845, pela Companhia das Obras Publicas, instituida no ano anterior. Mas logo em 1846 os acontecimentos políticos que por todo o país se desenrolaram, depois de iniciados no Minho com a chamada revolta da *Maria da Fonte,* obrigaram à paralisação dos trabalhos, por sinal já bastante adiantados, e à extinção da referida Companhia.

Quando, porém, aí pelo ano de 1853, a calma regressou, organizou-se, no Porto, a Companhia de Utilidade Pública que se propôs não só ultimar a obra como ainda estabelecer carreiras regulares de diligências entre a capital do Norte e Braga. Para o efeito, foi celebrado um contracto entre o Estado e aquela empresa. Desta forma, pode concluir-se a estrada, considerada, ao tempo, monumental, quer pela sua extensão e largura, quer pela segurança que oferecia. Foi um melhoramento que veio iniciar uma nova era de prosperidade para todo o Minho, pelo considerável aumento de tráfego que originou.

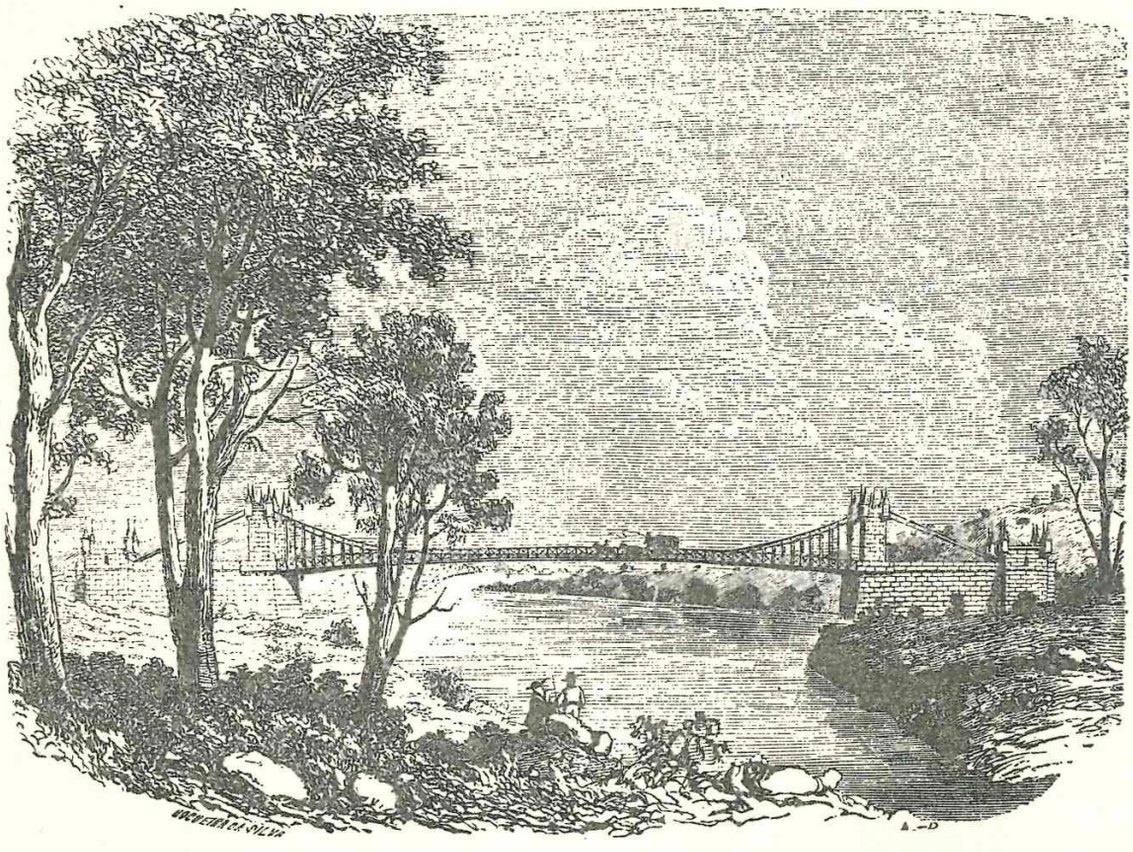
Para que a obra se completasse, importava ligar convenientemente as margens do Ave, nas freguesias de Ribeirão e S. Martinho de Bougado, dos concelhos, respectivamente, de Famalicão e Santo Tirso. Faltava, ali, uma ponte que substituisse a incómoda travessia do rio, feita, então, por uma barca que nem sempre oferecia as indispensáveis condições de segurança, sobretudo no inverno.

Esse encargo foi cometido à Companhia de Viação Portuense que incumbiu da elaboração do respectivo projecto os distintos engenheiros Sebastião Lopes Calheiros e Belchior José Garcez — dois nomes que se impunham pelo seu muito saber e reconhecida competência.

Não obstante os embaraços da época causados pela política, na qual, volta e meia, aqueles dois técnicos também se envolviam, a ponte

ergueu-se e inaugurou-se festivamente em 1858. Foi um acontecimento notável pelos benefícios de ordem geral que de tão importante melhoramento resultaram para os povos que passaram a utilizá-la.

Não se tratava, positivamente, de uma obra de arte digna de relevo, salvo, é claro, o aspecto técnico. Naquele ponto, verdade se diga, era, até, muito escassa. No entanto, o seu traçado era elegante, embora alguns pormenores, colocados a título ornamental, a desfeiassem um



A demolida ponte pênsil do Ave

pouco. Todavia, quadrava-se bem no bucolismo da paisagem que lhe servia de moldura.

As próprias características da ponte, que era pênsil, como se sabe, justificam-nas, da seguinte maneira, os autores do projecto: *Adoptamos a forma de torres, depois de muito pensar na mais adquada às columnas de suspensão, e de combinarmos tal assumpto com os srs. engenheiro fiscal por parte do governo, e directores da companhia. Effectivamente, sendo, como é, invariável o vão da ponte, 85,38 m. determinada por conseguinte a flexa dos cabos, que é de 6,56769 m., fixada fica em 7,56769 a altura das mesmas columnas, egual aquella flexa, e mais a do estrado da ponte, e altura da primeira tige.* E mais

estes elementos de informação: *Por mais humilde ou livre que fosse a ordem que adoptassemos, o módulo era sempre diminuto em relação à resistência que importa ao apparelho de suspensão. De mais, a qualidade da pedra, não se prestando a delicado ornamento, sem a irmos procurar a légoas de distância, nem convindo envolver a companhia em consideráveis dispêndios de fundição, fomos como que comppelidos a dar às nossas columnas de suspensão a forma de torres antigas, por meio das quaes obtivemos a resistência necessária com o mínimo dispêndio, imprimindo-lhe um aspecto de novidade que agradou. De facto, os pórticos, as columnas de qualquer ordem, os obeliscos de pedra, ou ligeiras columnas de ferro fundido, tudo seria imitação de outras pontes n'este género.*

Um dia, porém, — isto ao cabo de longas dezenas de anos — reconheceu-se que era insuficiente para o trânsito e que, de um momento para o outro, apesar da constante vigilância que sobre ela se exercia, podia tornar-se perigosa. Mesmo, os sinais de ruina que nela tinham penetrado eram evidentes.

Em face disto, o Ministério das Obras Públicas deliberou, então, substitui-la; mas ao tornar-se conhecida esta resolução, não faltaram protestos, inclusivè das próprias entidades oficiais. Via-se nela um motivo original e interessante, merecedor de conservação, tanto mais que, no género, era única no país. Àqueles que a não conheceram oferecemos a gravura junta, reprodução de outra publicada, em 1861, pelo *Arquivo Pitoresco*.

De nada, contudo, serviram os argumentos apresentados, pois a velha ponte pênsil foi apeada e substituida pela actual, feita de pedra e cimento. E assim acabou uma das mais destacadas curiosidades da estrada de Braga ao Porto. Estavamos em 15 de Janeiro de 1935.

# O encanamento do rio Cávado

VOLTA e meia aparecem reclamações, aliás justas, contra o assoreamento da barra do Cávado. Pedem-se providências, alegando-se, entre muitas coisas, que barcos de pequeno calado já não conseguem transpor as águas naquele sítio; e que os pescadores, apesar da bravura ser apanágio da profissão, se arreceiam de ir ao mar, o que, sem dúvida, provoca arrelias e prejuizos de toda a ordem. E, a propósito, invocam-se os estaleiros — outrora tão afamados — que, devido às areias do rio, não podem laborar convenientemente, deixando, por isso, de receber valiosas encomendas, em detrimento, sobretudo, da economia local, já de si modestíssima.

Embora tudo isto represente uma verdade indestrutível, temos de convir que o problema não é de hoje. O assoreamento da barra do Cávado foi de todos os tempos, umas vezes menor, outras, então, realmente em condições alarmantes. E, quase sempre — caso interessante — é a própria natureza que se encarrega de resolvê-lo. O rio, de vez em quando, enche de mais e as enxurradas, ao chegarem à barra, lá varrem para longe as areias que lhe vedam a entrada.

É de crer que os reparos provocados por tais eventualidades, já em diversas épocas tivessem despertado aos poderes públicos o desejo de solucionarem o problema, considerado, indiscutìvelmente, de capital importância para Esposende. No entanto, que saibamos, o assunto só foi tomado a sério no tempo da Rainha D. Maria I, devido, talvez, mais a influências políticas do que propriamente à importância das reclamações apresentadas ao governo.

Do valor do pedido, não há que duvidar. Devia ter sido em forma e por alguém de considerável prestígio na côrte, a julgar pela largueza do estudo a que depois se procedeu. Realmente, só assim se compreende que no projecto a elaborar se encarasse a possibilidade de o rio voltar a ser navegável até Barcelos, como já antigamente tinha sucedido, segundo referia a tradição.

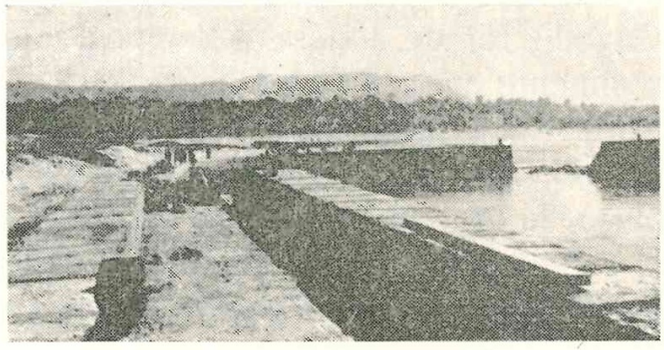
O caso é que, por conveniência política ou por se considerarem

justas, especialmente sob o aspecto económico, as aspirações dos esposendenses, o governo de então encarregou o engenheiro Custódio José Gomes de Vilasboas, oficial de Artilharia e matemático de grande nomeada, de se pronunciar acerca do problema, em conjunto.

Dado parecer favorável, não tardaram a ser elaborados, em definitivo, os respectivos projectos. Ao saber-se disto em Esposende, não faltou regozijo, e com razão, tanto mais que o plano de realizações ia muito além daquilo que a povoação ansiosamente desejava. E maior foi o contentamento quando, em 1795, se iniciaram as obras.

Se, de princípio, estas levaram apreciável impulso, dando a perceber que jámais seriam interrompidas, outro tanto não aconteceu decorrido algum tempo. O dinheiro começou a faltar, as paralisações sucediam-se, enfim, a desorientação entrou, por tal forma, em tudo aquilo que, às tantas, ninguém se entendia. Mesmo assim, os trabalhos iam-se arrastando, mas ao cabo de treze anos paralisaram totalmente, sem que do que se fez resultasse qualquer benefício apreciável. Bem ao contrário do que se esperava, os prejuízos foram ainda maiores. Má direcção das obras? Erros de cálculo? É natural que uma coisa e outra.

Em consequência disto, bastante para lamentar, não faltaram protestos, sobretudo dos proprietários dos terrenos marginais e da sacrificada classe piscatória. E tais protestos foram que Barcelos, a cujo termo pertencia, então, a vila de Esposende, fez ouvir a sua voz junto dos altos poderes do Estado. Ora, que não era destituido de fundamento tudo o que a respeito das obras se dizia, prova-o o seguinte Decreto da Junta Provisional do Governo Supremo, presidida pelo Bispo do Porto, D. António de S. José de Castro:



Restos do paredão na foz do Cávado

«Em nome do Príncipe Regente Nosso Senhor. A Junta Provisional do Governo Supremo Attendendo á Representação que lhe foi feita pelo Clero Nobreza e Povo da Villa de Barcellos, pela pessoa do seu procurador Manoel José Rodrigues Araujo Costa para o effeito de Mandar suspender a Obra do Encanamento do rio Cavado, e a conta que sobre o mesmo assumpto Lhe deo o Juiz de Fóra da predita Villa; constando por huma e outra, que nesta Obra se trabalha inutilmente ha treze annos, e que tendo-se já despendido nella a grande somma de quatrocentos e vinte

C.M.B. Biblioteca

mil cruzados não só se não tinha conseguido ainda o fim proposto do melhoramento da Barra na Foz do mencionado rio, e da navegação delle, mas antes se tinha peiorado e entupido mais de areias a dita Barra, de forma que os barcos dos pescadores não podem já entrar por ella em algumas Estações do anno, como d'antes faziam, o que não pode deixar de proceder da impossibilidade da Obra, ou da má direcção della encarregada ao Engenheiro Custódio José Gomes de Villas Boas, o qual, consta com effeito haver commetido estranhaveis faltas na dita direcção, que motivaram, alêm d'outros prejuizos, a extagnação dos Campos de Fonte-Boa e Rio-Tinto, e não menores malversações na sua administração, convertendo os fundos publicos destinados para a dita Obra em outras de seu particular interesse de maneira que nas contas que ao dito respeito está tomando o dito Juiz de Fora com authoridade desta Junta, vai o predito Engenheiro apparecendo alcançado em grandes sommas. E querendo a sobredita Junta occorrer aos damnos publicos e particulares que da continuação da mencionada Obra podem resultar; reintegrar o cofre della dos descaminhos que tem sofrido; e dar aos seus fundos e rendimentos huma applicação util; Ha por bem Determinar; que a sobredita Obra do Encanamento do rio Cavado fique inteiramente suspensa, com todos os seus offícios, incumbencias, e ordenados que lhes respeitavam; e que todos os seus fundos e rendimentos que lhe estavam applicados o sejam daqui em diante para as necessidades publicas do Estado, tão urgentes, como manifestas nas actuaes circunstancias; a cujo fim Determina outro sim, que o predito Juiz de Fóra de Barcellos proseguindo no exame em que se acha de todas as contas do cofre que ainda se não acharem approvadas, praticando todas as diligencias que julgar necessarias para verificar-se o seu verdadeiro estado, e certesa das despesas, assim por documentos como por testemunhas, e avaliações ainda fora do seu Districto, para o que o auctorisa, como tambem para ouvir e perguntar em qualquer parte aonde se acharem, as pessoas alcançadas, e verificado o verdadeiro alcance de cada huma dellas, faça logo reintegrar o cofre por meio de sequestros, e execuções vivas, de tudo o que lhe pertencer; que da mesma forma chame a contas os Rendeiros de todas as applicações que estavam destinadas para a mencionada Obra; determine novos arrendamentos quando sejam precisos; e faça entrar a cada hum dos Rendeiros no referido cofre com a importância da sua obrigação nos tempos do vencimento: e que fazendo vender e arrematar todos os materiaes existentes e utensílios pertencentes á mesma Obra exceptuando somente a pedra que se achar na Villa d'Espozende e na pedreira aberta no sitio de S. Lourenço junto da dita Villa, que fará entregar por inventario aos Officiaes do Concelho della toda a ferragem e instrumentos de ferro e aço; que fará remetter tambem por inventario ao Arsenal Real desta Cidade; haja de recolher igualmente o producto de todas estas vendas e arrematações ao mencionado cofre, do qual fazendo pagar toda a despeza que ainda se achar em debito feita na dita Villa de Barcellos com a Tropa Portuguesa e Hespanhola ali fornecida, e com os Proprios que refere, expedidos a bem do Serviço depois da feliz Restauração do actual legitimo Governo, remetta finalmente ao Thezouro Publico todo o saldo restante do mesmo cofre com uma conta corrente delle legalisada com os competentes documentos e o mesmo fique praticando com as Rendas que se forem vencendo, fazendo a remessa dellas para o Thezouro nos tempos dos seus vencimentos. O que tudo assim cumprirá o predito Juiz de Fóra, ficando pelo que respeita à arrecadação destes rendimentos substituindo o logar do Superintendente do cofre que fica abolido. Porto em Junta

de 25 de Agosto de 1808. Bispo-Presidente Governador, Com sete rubricas dos membros da Junta. Para o Juiz de Fóra Presidente e Officiaes da Camara da Villa de Barcellos».

É muito natural que a desorientada política da época também houvesse permitido os desmandos que se verificaram na administração de tão arrojada empresa que, uma vez concluida, ficaria a desafiar os séculos. Que o projecto era grandioso, não há dúvida nenhuma; e que da sua realização largos benefícios resultariam não só para Barcelos e Esposende mas para uma boa parte do Minho, parece indiscutível.

Isto mesmo foi mais tarde encarado, pois, em 11 de Junho de 1839, a Rainha, então D. Maria II, ordenava ao inspector interino das Obras da Divisão do Norte que examinasse o curso e a direcção do Cávado, e remetesse ao Ministério do Reino um plano de trabalhos destinados a tornar navegável aquele rio entre Esposende e Barcelos. Conjuntamente, seriam enviados um orçamento da obra e o cálculo das tarifas a aplicar por utilização daquela via fluvial.

Ignoramos o que depois se passou. O que sabemos é que do que se fez sob parecer e estudos do engenheiro Custódio José Gomes de Vilasboas, barbaramente assassinado em Braga, no dia 17 de Março de 1809, ainda existem, na foz do Cávado, o molhe e restos de um paredão; em Fão, dois cais acostáveis; e, na freguesia de Rio Tinto, um dique vulgarmente conhecido por *Marachão do Abade*.

# O primeiro prior do convento de Ribas

À falta de melhores argumentos, diz-se que a freguesia de Ribas, do concelho de Celorico de Basto, foi buscar à sua própria situação o nome multisecular que usa. É natural. Realmente abundam por ali declives bastante acentuados — autênticas ribas que, nalguns pontos, assumem aspectos de estranha severidade. Vão, depois, morrer lá em baixo, junto de sinuosas linhas de água que, em caprichosos *esses e erres,* atravessam e fecundam courelas e prados.

É terra fértil e bem aproveitada. De tudo produz, na ânsia de prover às suas necessidades.

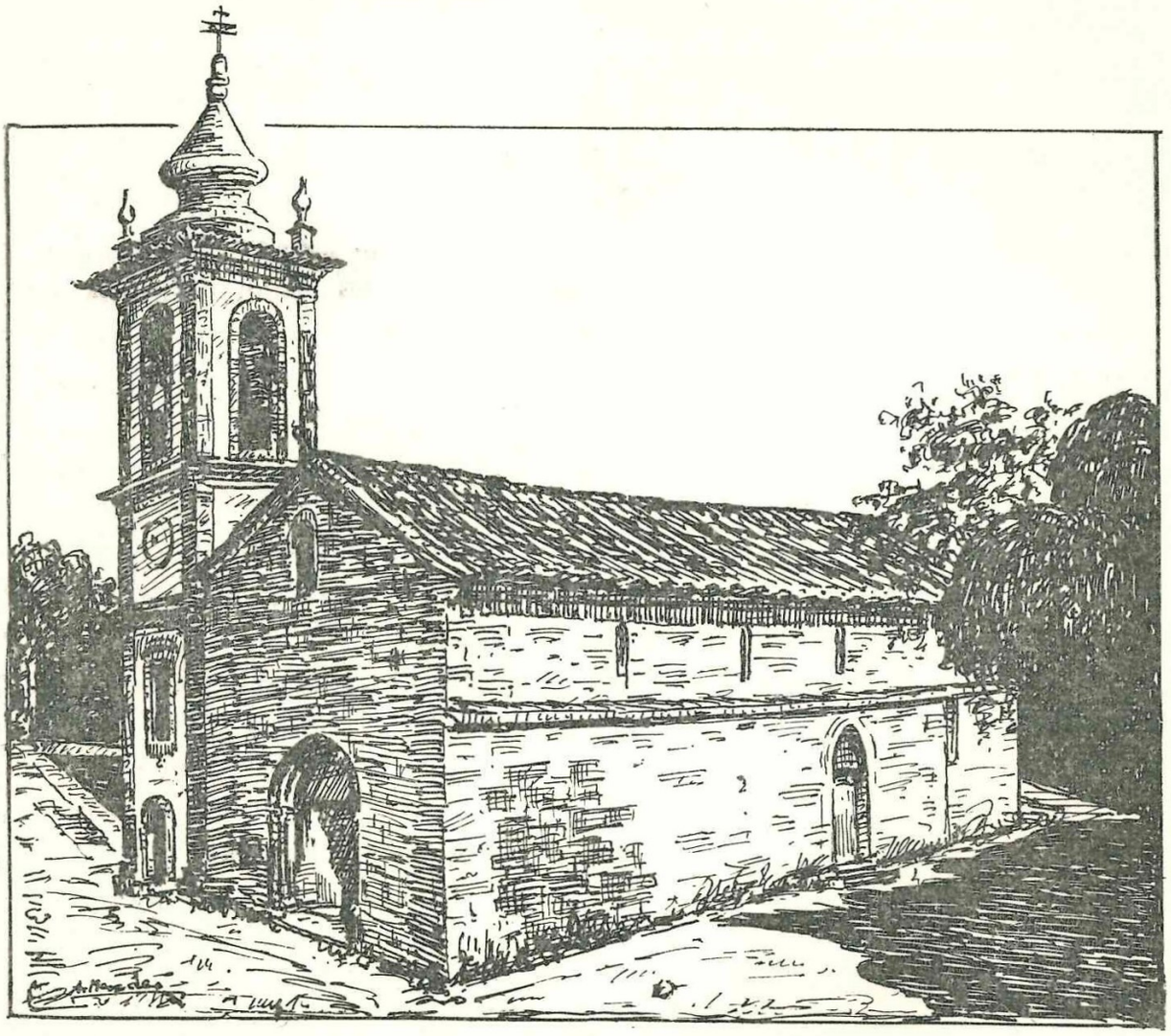
A povoação, dividida em lugares alcandorados por encostas soalheiras, é graciosa, alegre e domina vastos horizontes, salpicados, aqui e além, por alvejantes ermidas ou austeros solares — aquelas, geralmente assentes no dorso escalvado dos montes; e estes, pousando, tranquilamente, à beira de vales rendosos. Por toda a parte o matiz do verde, a envolvê-la como gigantesca e amorável grinalda.

Torna-se difícil descortinar a sua origem, que alguns pretendem atribuir aos romanos, embora, para tanto, escasseem os elementos. Mas lá que a sua idade já se conta por muitos séculos, é coisa mais que averiguada. Bastam as próprias *Inquirições* a assinalá-lo. Por elas, sabemos que já nesse tempo, isto é, no século XIII, a paróquia abrangia três «villas»: Ribas, com cinquenta e três casais; Cerzeira, com seis; e Lordelo, com outros seis. A importância da primeira estava bem patente até mesmo na circunstância de ser a sede da freguesia.

Além disso, a própria tradição encarrega-se de dar-lhe foros de maior antiguidade. É o caso, por exemplo, do seu tão falado convento augustiniano, ao qual teria pertencido a actual igreja matriz. Em verdade, as *Inquirições*, tanto as de 1220 como as de 1258, não lhe fazem qualquer referência, apesar de a sua fundação, segundo se afirma, datar do século anterior.

Vem do tempo de D. João Peculiar, que governou a Arquidiocese de Braga desde 1138 a 1175.

Diz-se que numa das visitas pastorais a Terras de Basto, o grande Arcebispo, em quem D. Afonso Henriques encontrou um dos seus mais valiosos colaboradores para a fundação da nacionalidade e que foi, simultâneamente, um devotado amigo de S. Bernardo, esteve na igre-



A igreja paroquial de Ribas

jinha de Ribas, dedicada ao Salvador do Mundo. Governava-a, então, um ermitão.

Fôra ali não só levado pelo seu zelo apostólico como ainda pela fama que tinha a formosa imagem do Senhor, colocada na capela mór, e à qual se atribuiam inúmeros milagres. Perante ela, D. João Peculiar se prostara em demorada oração.

Quis, no entanto, o insigne prelado deixar perpetuada a sua passagem por aquela região. E vá de, em 1160, mandar edificar, no mesmo local, uma igreja e um convento que, seguidamente, entregou aos Cóne-

gos Regrantes de Santo Agostinho. Para seu primeiro prior chamou D. Mendo, que, ao tempo, se encontrava no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que o próprio D. João Peculiar havia ajudado a fundar, em 1131, quando era Mestre-Escola da Sé daquela cidade.

Do que foi a vida deste convento, que constitui, indubitàvelmente, a mais curiosa tradição de Ribas, ignora-se. Aludirá a ele um documento de 1217, referido na *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira?*

A ser assim, ter-se-ia levantado, naquele ano, uma questão em que de um lado estavam o prior D. Diogo e o Cabido de Guimarães; e, do outro, Peres Pero, «prelado» de Ribas e todos os clérigos e padroeiros da freguesia. Enquanto aqueles defendiam o padroado de quatro casais que D. Ausenda Nunes lhes doara, estes contestavam, alegando que, antes disso, a doadora os emprazara a S. Salvador de Ribas.

Como se não harmonizassem, houve recurso para Roma e o Papa Inocêncio III entregou a solução do assunto ao arcediago de Orense e outros que, por sua vez, se escusaram. Foi, então, cometido esse encargo a capitulares da Sé de Braga que, após várias diligências, conseguiram a renúncia da Colegiada de Guimarães ao padroado e o reconhecimento, pelos clérigos de Ribas, da doação feita por D. Ausenda.

Decididamente que isto não basta para se formar uma ideia do papel desempenhado, através dos anos, por este convento. Contentemo-nos com o que a tradição nos diz, e já é muito para, querendo-se, conjecturar em demasia.

O convento teria passado, em 1556, a comendatários, à semelhança do que aconteceu a muitos outros, quando os reis se lembravam de recompensar apaniguados por serviços prestados ao país. Depois disso, o Cardeal D. Henrique tê-lo-ia unido à Ordem de Cristo.

Sobre D. Mendo, é voz corrente que cuidou sempre, com o maior zelo, do governo do convento. Deu o maior impulso ao culto, com cerimónias de grande pompa, fazendo, assim, convergir à igreja larga afluência de fiéis daquelas redondezas. Por isso, quando faleceu, ao que parece em 27 de Junho de 1170, o seu desaparecimento causou a maior consternação em toda a região de Basto. E com razão, pois foi sempre tido como varão de assinalada virtude e grande perfeição religiosa.

Em 1565, sendo comendatário do convento D. Rodrigo de Melo, procedeu-se à abertura do túmulo de D. Mendo. Então, como a confirmar as palavras que sobre ele estavam gravadas — *quid nunquam*

*dum vixit pedem movit nisi in obsequium Dei* — diz a *Corografia Portuguesa* que « se achou o seu corpo todo organizado, mas gastado até aos geolhos sem ter mais que os ossos, e dos geolhos para baixo estavão as pernas inteiras e cheas de carne, mettidas em humas meyas de grã, e os pés nos sapatos, tudo tam novo, como se naquella hora lhos calçàrão ». Da impressão causada por este facto sobrenatural, acrescenta a mesma obra: « Com esta notícia concorreo logo muita gente de toda a Freguesia a ver aquella maravilha, e venerar aquelles pés, que havendo quatrocentos annos que forão enterrados, estavão como de homem vivo, e muitos doentes de várias enfermidades cobràrão logo saude. » De tudo, por ordem de Rui de Melo, foi lavrado auto pelo notário apostólico de Guimarães, Tomé Alvares. D. Mendo passou, desde aí, a ser venerado não só por gente de Basto como ainda de terras muito distantes.

Da fundação de D. João Peculiar só alguma coisa resta da igreja, pois esta foi muito mutilada no decorrer dos séculos. Ali se guarda o túmulo de D. Mendo.

Do convento, tudo desapareceu. Evocamo-lo agora, pelo que representa de sugestivo nas curiosidades do concelho de Celorico de Basto e ainda porque nos deu ensejo em falar de uma das mais notáveis figuras da fundação de Portugal: — D. João Peculiar.

CÂMARA MUNICIPAL
BARCELOS

# Os franceses em Esposende

EM nenhuma parte, no tempo das invasões, os franceses deixaram boa nota de si. Incêndios, mortes, pilhagens, sequestros, enfim, um cortejo enorme, tristíssimo, de barbaridades, as mais soezes e revoltantes — de tudo isto as crónicas nos dão conta.

De começo, ainda procuraram convencer-nos de que vinham libertar Portugal da influência inglesa. Não faltou quem acreditasse e até aconselhasse, talvez na melhor das intenções, a dispensar ao invasor o acolhimento mais cordeal e amigo. Depois... Depois todos os pretextos serviram para a série incomensurável de torpezas sem nome que por esse país fora cometeram. E de tal quilate elas foram que, decorrido quase século e meio, ainda se conservam na tradição popular como praticadas ontem à vista de toda a gente...

Parece não haver cidade ou vila, aldeia ou lugarejo que não tivesse experimentado os efeitos destruidores de tão extraordinária como indesejável demonstração de selvajaria e antipatia por uma nação que só pecava por não poder opor à cobiça estranha a resistência necessária. Então, cá pelo norte, são inumeráveis os exemplos que os franceses nos deixaram da sua sede de ódio e vingança.

Como não podia deixar de ser, Esposende — que ainda pertencia ao termo de Barcelos, pois só com as reformas do liberalismo adquiriu a sua autonomia administrativa — não escapou à regra.

Nos dias 13 e 14 de Abril de 1809, as tropas invasoras atravessaram a vila e como no lugar de Cepães o povo, levado por um sentimento de patriotismo e indignação, se manifestasse contra elas, abriram fogo, matando logo sessenta e sete pessoas. Como resultante das invasões, foi saqueada e incendiada a Casa do Rego, uma das melhores da vila.

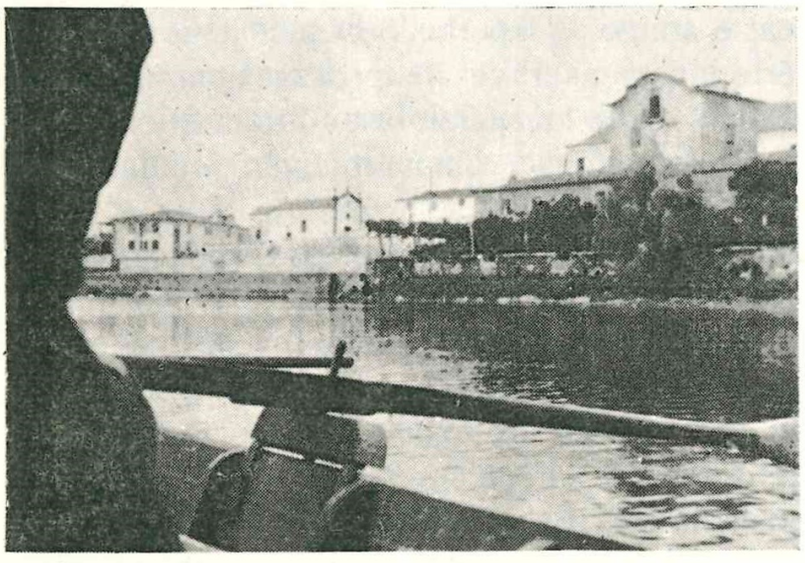
Das restantes freguesias que actualmente formam o concelho, passemos em revista as mais sacrificadas.

Parte das forças invasoras que se encontravam em Barcelos foram destacadas para Esposende, a fim de vigiarem a costa. Ao chegarem ao lugar de Mariz, em Palmeira de Faro, as Ordenanças oposeram-se

à sua passagem, causando-lhes algumas baixas e obrigando-as a retroceder. Uma vez reforçadas, retomaram a marcha sobre a vila e, então, por todo o trajecto, não faltaram vinganças de toda a natureza, desde os assassinatos aos incêndios. Como o povo não pudesse resistir, parte dele fugiu para o monte de Faro. Perseguido até lá, muitos desgraçados foram passados pelas armas e outros lançados nos despenhadeiros, onde encontraram a morte.

Enquanto permaneceram na freguesia de Gemezes, instalaram o seu Quartel General na Casa dos Valérios, situada no poético local da Barca do Lago. A primeira coisa que fizeram foi abrir trincheiras no sítio da Lage, à margem do Cávado. Entretanto, atravessando o rio, idêntica defesa estabeleceram no lugar de Picotas, da freguesia de Fonteboa.

Depois, profanaram a capela da Barca do Lago, transformando-a em açougue! E, a seguir, desataram a exercer violências sobre a população, matando e roubando. Muitos homens válidos foram obrigados a servir nas suas fileiras. Ao abandonarem Gemezes, pilharam o que puderam, levaram consigo muitos valores, entre os quais uma cruz e uma custódia antiquíssimas pertencentes à igreja paroquial.



O lugar da Barca do Lago, vendo-se a capela que foi profanada pelos franceses

Em S. Bartolomeu do Mar, a população, apavorada com o que sabia ter-se passado nas outras freguesias e não podendo enfrentar convenientemente o inimigo, ao ouvir falar na sua aproximação fugiu para os montes de onde assistiu ao roubo de gados.

Como nessa ocasião morresse um soldado napoleónico, o povo opôs-se a que ele fosse enterrado na igreja ou no adro. Deram-lhe, então, sepultura no logar do Monte de Baixo.

E basta, embora muitos outros casos houvesse a referir sobre a tristíssima memória da passagem dos franceses por terras de Esposende. Estes chegam e oxalá que nunca pudessem ter sido recordados.

# O Castelo de Arnoia

QUEM demanda terras de Celorico de Basto, quer vá pela estrada de Fafe quer pela de Amarante, já de longe começa a divisar, recortada no azul do céu, a silhueta aprumada de um velho castelo que, há muitos séculos, ignoto senhor fez erguer no roqueiro cume do monte de Arnoia, — ali, no mesmo local, onde, em épocas mais recuadas, possìvelmente um castro luso-romano teria florescido.

Embora de robusta construção, ajustada, sem dúvida, às exigências belicosas da Meia Idade, a histórica fortaleza não conseguiu resistir à acção vandálica dos homens e do tempo, — aquela, por certo, filha da ignorância e da maldade, e, assim, mais violenta e mais impiedosa, como francamente o atestam as marcas destruidoras que por toda a parte se deparam aos olhos do visitante curioso. Por isso, a pouco e pouco transformou-se numa pálida sombra do que foi e do que valeu para salvaguarda e sossego dos povos confiados à sua vigilante protecção, naquelas remotas eras em que a usurpação de direitos constituia moeda corrente, bastando, para tal, a ousadia e o ardil de quem, julgando por seu lado a força, se lembrava de o fazer.

No entanto, de entre aquele desmantelado mas venerando conjunto de ruinas, que a poeira do tempo afaga amorosamente, imprimindo-lhe, na sua aderência, o selo inconfundível da vetustez, sobressai ainda imponente — apesar de implacàvelmente mutilada nalguns pontos — a torre de menagem que, no seu altivo porte, evoca, só por si, a preciosa contribuição do velho castelo de Arnoia na ocupação e consequente prosperidade da feracíssima Terra de Basto.

Com efeito, por nele verem um prestimoso elemento de segurança, tão necessário às suas vidas e bens, gentes animosas ali se foram estabelecendo, transformando lentamente plainos e montados, alguns verdadeiros matagais povoados de feras, em campos aráveis, de onde podiam desentranhar o fruto do seu labor diário; criando aglomerados, aldeias e vilas; levantando ascetérios e solares; rasgando caminhos e estradas, enfim, desenvolvendo uma actividade prodigiosa, que, na

sucessão dos anos, havia de converter toda a primitiva região de Basto numa das mais férteis e progressivas do norte do país. Os factos estão à vista, dispensando-se, por isso, a pena de os descrever. E como recordação desse passado já muito distante, tão distante que se perde na bruma dos séculos, e de uma acção nem sempre isenta de escolhos e incertezas, mas plena de ânimo e de coragem, de abnegação e sacrifício, de fé e lealdade, o decrépito castelo de Arnoia, apesar de abalado no seu valor e de fendido na sua estrutura, teima ainda em manter-se constante à sua missão de fiel guardião de Terra de Basto.

Ignora-se por completo tudo o que diga respeito à sua fundação, atribuindo-a, uns, aos romanos; e, outros, aos árabes. Na primeira hipótese, à sombra dele teria tido assento a povoação de Celióbriga, fundada por Elio Adriano e que, pela semelhança do nome, alguns pretendem identificar com Celorico de Basto. São casos, como se vê, que, pela carência de documentos coevos, pertencem, de há muito, ao domínio da lenda. Mas, fundado por uns ou por outros, ou simplesmente pelos primeiros e conservado pelos segundos, afirma-se, com alguma segurança, que já existia no século X e que encerrado, em 1002, o ciclo das invasões anuais de Almançor, e, por conseguinte, afastado o perigo sarraceno desta parte noroeste da Península, o restaurara Muninho Viegas, o *Velho*. Pôde, assim, prosseguir na sua missão, mais de paz do que de guerra, embora para esta se mantivesse em permanente alerta.

Tinha, é claro, o seu alcaide e os homens necessários ao serviço de vigilância. No entanto, devido aos parcos rendimentos do castelo, aquele, sobretudo em tempos de acalmia, raras vezes ali habitava, pelo que se fazia substituir, em todas as funções, quer militares quer de justiça, por um alcaide-menor que também se encarregava de receber as contribuições estipuladas pelo senhor da terra.

Com respeito à guarnição, segundo as *Inquirições* de 1258, mandadas fazer por D. Afonso III, parece que o seu sustento ficava dependente das gentes da região, pois na acta da freguesia de Infesta cita-se, até, o facto de certo casal ser obrigado a dar de comer, uma vez por ano, a três homens do alcaide. Por outro lado, é curioso notar que, na vigilância do castelo, também se utilizavam cães, em consequência, talvez, de, em tempo de paz, a guarnição se limitar a poucos homens. É o que se infere da acta da freguesia do Mosteiro de Arnoia, ao dizer-nos que estavam isentos de quaisquer tributos em géneros, em troca da alimentação que forneciam aos cães do castelo,

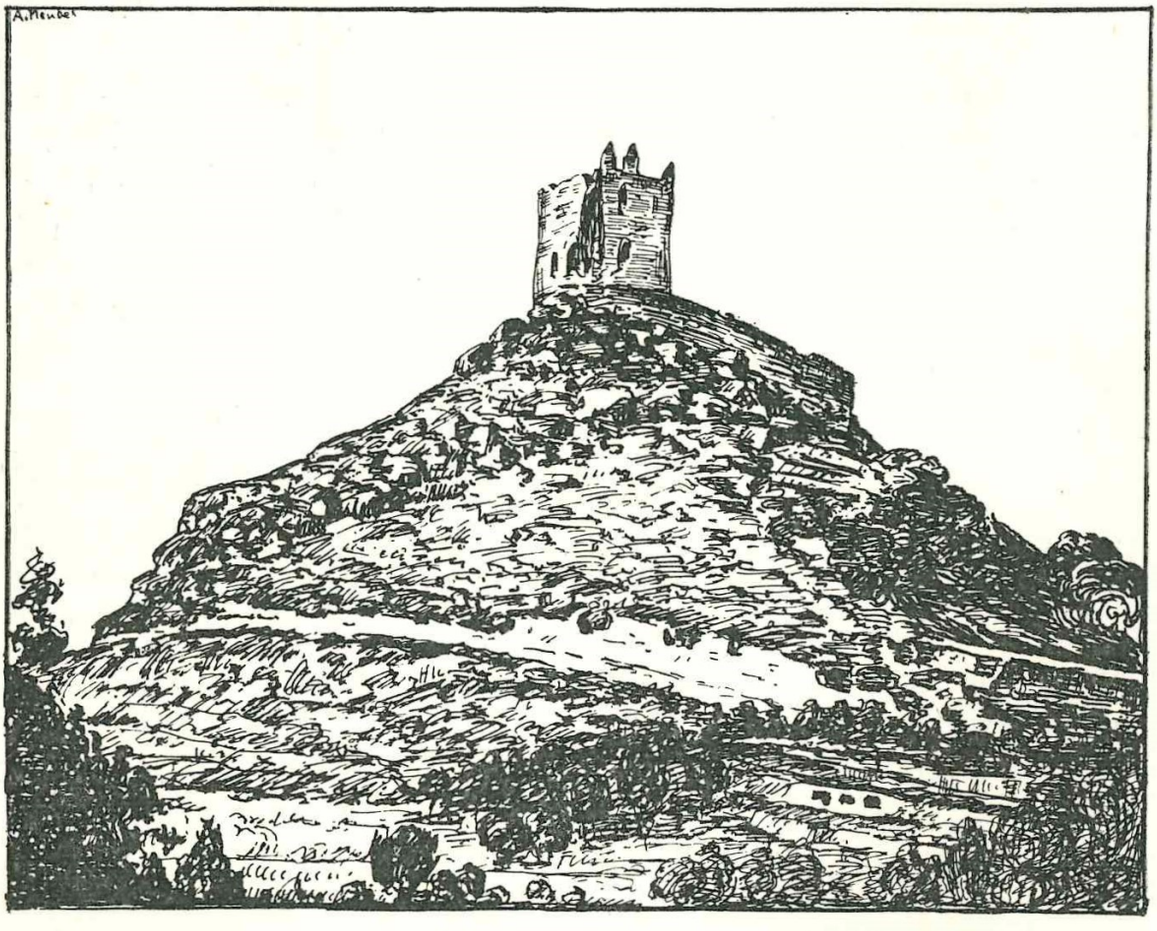
os rendeiros de duas leiras reguengas: . . . *casale Johannis Sancii et casale Munionis Veteris laborant duas leiras, et non dant porcionem quoniam debent nutrire canes pro castelo.*

Em tempo de guerra, porém, essa vigilância, consideràvelmente aumentada, como se impunha, pertencia aos moradores de oito casais da referida freguesia de Infesta, alguns dos quais tinham por obrigação elaborar a respectiva escala de serviço, como por exemplo: *Et de casali in quo moratur Domna Maria . . . debet esse velator, et debet dicere quis debet velare . . .*

No tocante a reparações, exigidas, sem dúvida, pela sua tão conveniente como necessária conservação, já nas *Inquirições* de 1220, ordenadas por D. Afonso II, se faz referência ao transporte de madeiras e a trabalhos de carpintaria. É o caso citado na acta da freguesia de S. Miguel de Caçarilhe: . . . *quinque de istis casalibus debent ire uno die in quacunque ebdomada ad castellum facere et deferre ligna pro ad ilium . . .;* e, igualmente, a seguinte passagem na de S. Miguel de Carvalho: *Et sunt ibi vij casalia de quibus debent esse carpintarii . . .* E nas *Inquirições* de 1258 frisa-se que dois casais da freguesia de Agilde estavam incumbidos do preparo de cal e seu respectivo transporte para o castelo.

Evidentemente que, em tão recuadas épocas, não eram de estranhar medidas desta natureza, uma vez que sobre o castelo incidiam, em tempo de guerra, todas as atenções dos atacantes como também, de uma forma especial, as dos povos confiados à sua guarda, por nele encontrarem, em último recurso, o meio de segurança mais naturalmente indicado. Portanto, os breves apontamentos que deixamos servem, só por si, para se formar uma pequena ideia das providências adoptadas na conservação e vigilância desta fortaleza. Pelos anos fora continuaram, sem dúvida enquanto este sistema defensivo conseguiu impor-se ao intruso arrogante. Mais tarde, porém, em consequência do desenvolvimente tomado pela arte da guerrra e uma vez que a sua eficiência começava a ceder ante o aparecimento de engenhos destruidores que facilmente a abalavam nos alicerces em que assentava, tais medidas a pouco e pouco afrouxaram e atrás delas veio a ruína. Daí, a circunstância, bastante lamentável, de já no século XVIII o castelo se encontrar em acentuada decadência. É o que se depreende da seguinte descrição deixada por Craesbeeck nas suas *Memórias de Guimarães* e transcritas pelo tenente-coronel A. Botelho da Costa Veiga em *Estudos de História Militar Portuguesa:*

*Fica o dito castello perto da Villa no alto do monte para a Sul, na maior elevação; e tem hua tôrre levantada, coroada de Ameias, que tem em quadra 38 palmos de parede toda de cantaria lavrada, e de groço 7 palmos e de alto 65 e as Ameias 5 e ao pée da tôrre huma porta de Arco de 9 palmos de alto, 8 de largo, afastada da tôrre 2 palmos. Para e parte do Norte hum Baluarte quadrado, fronteiro à tôrre, da mesma groçura e largura. O muro do castelo*



O castelo de Arnoia

*tem de largo 8 palmos, e de alto, na maior distância, coroado todo de Ameias que ocupão 2 palmos de groçura da muralha, ficando 6 para passeio. Da parte do Nacente tem a muralha de comprido 140 palmos; do poente the ao Norte a pegar no Baluarte 112; do Sul, 90 fóra o comprimento da tôrre. No meio do castelo fica huma cisterna (hoje entulhada). Pella parte do Nacente está o monte todo cheio de penedos, e pello Sul hum despenhadeiro de uma legoa de distançia the o Tamega. Pella do Norte se entra entre a muralha, por hua barbacam já baixa e aruinada; e Rodeando ao poente, se vai ao Sul entrar pella porta que está junto da tôrre; e não tem*

*outra entrada alguma para se hir a ela, e entrandoce pera dentro pella dita porta, para a mão esquerda está hua escada, por onde se sobe à muralha. A torre tem hua porta de 6 palmos de alto, 4 de largo na altura de 10 do pavimento pela parte do Norte.*

Como se vê, a decadência, naquele tempo, já era grande e de então para cá aumentou consideràvelmente, ao ponto de tudo aquilo — afora a mutilada torre de menagem — não passar de um monte informe de ruinas.

Embora a sua missão tenha efectivamente caducado há muito, sob o ponto de vista militar, a verdade é que ele tornou-se um símbolo em toda a região que avaramente defendeu de, talvez, inúmeras arremetidas contra a cobiçada Terra de Basto. E se considerarmos que para além do que possa representar como expressão de força e de lealdade há qualquer coisa mais, como, aliás, em monumentos congéneres, a impô-lo à veneração de quem, movido pelo sentimento patriótico, admira aquelas pedras enegrecidas pelo rodar de muitos séculos, temos de convir de que a sua presença — imagem esclarecida de um passado que ajudou a nascer Portugal — é uma página gloriosa da nossa história de antanho. Basta isto, portanto, para que se sugira, mais uma vez, o restauro completo do velho castelo medieval, ou, pelo menos, as necessárias obras de consolidação que lhe evitem a destruição total. Depois, outro será, incomparàvelmente, o cenário em que se desenrolarão as evocações que encerra, com os lances de bravura a que assistiu ou com o encanto das lendas entretecidas à sua volta e que espalhadas em torrentes de fantasia de tal forma impressionaram que até os próprios arquivos as recolheram para conhecimento das gerações vindouras... Então, neste capítulo, abundante seria a colheita, desde as que se prendem com a moirama adormecida ou com os tesouros enterrados às que nos descrevem as façanhas dos seus alcaides.

Excluindo aquelas, pela analogia que apresentam com tantas outras espalhadas pelo país, sobretudo em locais fortificados ou recheados de penedia, demos, também, aqui guarida a duas das restantes.

A primeira diz respeito à forma como, sem infringir as regras da Cavalaria, o alcaide Martim Vasques da Cunha se libertou do cargo que exercia.

Este funcionário era neto de Lourenço Fernandes da Cunha, segundo sobrinho do célebre D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo. Tendo casado com D. Joana Rodrigues, dela houve quatro filhos:

Vasco Martins da Cunha, o «Seco», Rui, Beatriz e Teresa Martins, que habitualmente viviam, em Braga, com a mãe. Admite-se que esta circunstância, aliada aos poucos rendimentos da alcaidaria, lhe tivesse despertado o desejo, assaz louvável, de se fixar junto da família, e talvez daí a resolução que tomou de solicitar a exoneração do cargo que a raínha D. Beatriz, a «Rabuda», mulher de D. Afonso III, lhe havia confiado.

A par deste caso, de natureza puramente sentimental e económica, havia a considerar ainda outro, mas de feição política: — o de Martim Vasques da Cunha ser um acérrimo partidário do infante D. Afonso que, por força, pretendia usurpar os direitos que seu irmão D. Dinis tinha à coroa. E como não quisesse lutar pela causa que defendia, pelo desdouro que isso representava, sem, primeiro, se desobrigar perante o monarca, talvez tivesse sido este o motivo mais forte da sua renúncia.

Entretanto, aconteceu, um dia, Martim Vasques da Cunha expôr, apaixonadamente, na presença de Domingos Jardo, ao tempo bispo de Lisboa, as razões que, em seu entender, militavam a favor de D. Afonso. O prelado, ainda para mais conselheiro do rei, não gostou e, vivamente, rebateu não só os argumentos do alcaide como as insolências que este lhe havia dirigido.

Escusado será dizer que, a partir desse momento, um ambiente desfavorável passou a rodeá-lo, tanto mais que D. Dinis fôra sabedor do incidente. Isto bastava para o soberano, compreendendo os objectivos do alcaide, não lhe deferir o pedido, mantendo-o, assim, ligado à vassalagem a que se obrigara.

Perante, pois, a obstinação do monarca, Martim Vasques da Cunha tratou de congeminar o processo mais conveniente de se ver livre do cargo. E conseguiu-o, embora isso lhe custasse canseiras de toda a ordem. Mas o melhor é transcrevermos o que, a propósito, referem os *Portugaliae Monumenta Histórica,* para bem se ajuizar do maquiavélico plano urdido e executado pelo famigerado alcaide:

*Este Martim Vaasquez foi o que teue o castello de Cellorico de Basto da rrainha par sas arras: veolhe a querer dar seu castello e ella disse que o désse a elrrey dom Dinis seu filho e ella que lhe quitaua a mensagem que lhe por elle tiinha feita: e el veo a elrrey a dizer que filhasse seu castello e fromtarlhe muytas veses, e elle nom lho queria filhar por querella que avia delle porque doestára*

*huum bispo de Lixboa que era seu priuado que havia nome dom Domingos Jardo. E o caualleyro veemdo que lho nom queria filhar elrrey per nenhuma guisa o castello, ouue d'hir a Alemanha e a Lombardia a a Imgraterra e a França e a Çezilia e a Nauarra e a Aragom e a Castella e a Leom e preguntou todollos rreys e todollos primçepes e a todollos homens de todallas terras como poderia leixar aquelle castello a seu saluo pois que lho elrrey nom queria tomar: e todos lhe disserom que emtrasse no castello e que metesse huum gallo e a galinha e gato e cam e sal e vinagre e azeite e pam e farinha e vinho e agua e carne e pescado e ferradura e crauos e besta e seetas e ferro e baraço e lenha e móos e alhos e çebollas e escudo e lamça e cuytello ou espada e capello ou capellinha e caruom e folles de ferreyro e fozil e isca e pederneira e pedras per cima do muro, e que fezesse fogo em huuma das casas em guisa que see veesse a saluo, e depois que todo esto fezesse que posesse todos fora do castello e que ficasse el demtro e que çarrasse as portas e a tapasse de demtro do castello, e depois que sobisse no muro e que atasse huum baraço em huuma das ameas e que se saisse pele baraço em huum çesto, e depois que atasse no cabo do baraço huuma pedra ou huum çepo em guisa que tornasse o baraço demtro per çima do muro, e depois que sse acolhesse a huum cavallo e que fosse dizemdo por tres fregueesias «acorrede ao castello delrrey que sse perde, acorrede ao castello delrrey que se perde,» e quando fosse per estas tres freguesias assy dizemdo que numca parasse mentes tras ssy. E este comselho lhe derom e lhe mandarom que assi o fezesse e os rreys e outros prinçipes e altos senhores e homeens filhos d'algos a que elle pregumtou, e diziam os rreys todos e cada huum delles que se elrrey de Portugall dissesse que o caualleiro nom fazia dereito em esto e o que deuia, que cada huum delles lhe meteria as mãaos: e esto mesmo deziam os altos senhores prinçipes e duques e comdes e altos homeens: e o comde dom Gonçalo que emtom era, e outros homeens boos e rricos que em Portugal auia se quizessem dizer que o caualeiro nom fazia dereito, que elles lhe meteriam as mãaos: e esto meesmo deziam os caualeiros e filhos d'algo das outras terras aos filhos d'algo de Portugal que lhes meteriam as mãaos se dissessem que o caualleiro nom fezera dereito. E todo esto trouxe Martim Vaasquez por escripto e assinado per mãos de notairos das terras, e trouxe cartas dos rreys e dos primçipes e dos altos homeens sobre esto assiinadas*

*por elles. E este Martim Vaasques de Cuynha leixou o castello de Çellorico polla maneira que lhe mandaram os rreys e outros altos homeens e fez dous boos feitos que numca forom feitos em Espanha pera poderem os fidallgos leixar os castellos sem vergonha quando lhos nom quiserem tomar aquelles de que os teem. Esta boa façanha ficou pera sempre.*

O caso é que o finório do alcaide seguiu à risca os conselhos que lhe deram. E pondo-os em prática, como se infere do que deixamos transcrito, foi a única forma, sem cair em desonra, de se libertar do negregado cargo que tanto estorvo lhe causava.

Resta agora dizer que sendo rigorosamente históricas as figuras deste episódio verdadeiramente singular, podemos, sem esforço, supô-lo como ocorrido entre os anos de 1281 e 1282. Aquele corresponde ao da nomeação, em Julho, do bispo Domingos Jardo para chanceler do rei; e este ao do arrendamento, por carta de D. Dinis passada em Setembro, do prestimónio do castelo ao mercador de panos Martim Joanes, que se obrigaria a pagar duzentos e dez morabitinos velhos de renda anual e a contratar, por quinhentos soldos, para alcaide, um cavaleiro ou escudeiro de linhagem.

Com efeito, pouco depois era nomeado para este cargo Pero Menendis. Não obstante descender de boa família e ser cavaleiro vassalo da Casa de Barcelos, gozava de fraca reputação, pelo seu feitio libertino e brigão que o tornava um homem sem escrúpulos, capaz de, por simples capricho, cometer toda a sorte de desonestidades. Dizia-se, até, que já tinha estado homisiado em Cerva e Terra de Pena por haver assassinado, em Guimarães, um mestre peleiro, com cuja viúva depois se compôs, mediante justa indemnização que lhe deu.

Se bem que estes antecedentes nada o recomendassem, esperava-se, no entanto, que o exercício da função lhe modificasse o temperamento. Tal, porém, não sucedeu. A alcaidaria para ele não passava de um recurso a mais de que descricionariamente dispunha para a satisfação dos seus interesses, embora os mais mesquinhos e reprováveis.

Mas... tudo tem o seu termo. É o que vamos ver no seguinte episódio, contado, aliás, muito resumidamente.

Viviam, ao tempo, na vila de Celorico, duas irmãs, padeiras de profissão: Guiomar, de trinta anos, já viúva de um carpinteiro; e Aldonça, ainda solteira. Desta, considerada a rapariga mais formosa

do lugar, enamorara-se um tal Sancho Meleiro, moço de bons costumes e, por isso mesmo, disfrutando de estima geral. Por sua vez, Aldonça não era menos afeiçoada ao eleito do seu coração, a quem, frequentemente, protestava o mais terno e puro amor.

Tomada a resolução do casamento, que toda a vila aprovou com a mais viva simpatia, importava, para este se consumar, pagar o tributo que, segundo a tradição local, há muito tinha substituido o antigo e já caduco direito consuetudinário dos senhores da terra poderem usufruir as noivas antes dos maridos. E, assim, para cumprimento de tal preceito, no dia próprio lá se apresentaram os dois perante o alcaide. Este, surpreendido pela beleza da rapariga, sentiu-se inesperadamente possuido dos mesmos instintos brutais que já muitas vezes lhe tinham perturbado a razão, fazendo dele, nesse capítulo, um autêntico desvairado.

Sem atender à dignidade do momento, imposto, sobretudo, pelo respeito à tradição, sorriu-se cinicamente e afagando, com malícia, o rosto de Aldonça disse recusar o tributo pago por aquela forma, pois — acrescentou — estava na disposição de restabelecer os usos e costumes que regulavam o assunto, embora deles só vaga lembrança houvesse. Por isso, e para começar, ficaria ela.

Não foi sem indignação que a rapariga ouviu tais palavras, repelindo-as, a seguir, energicamente, com a afirmação de que só ao seu marido pertenceria. E depois de o fitar altivamente, com um gesto desdenhoso lançou-lhe aos pés o tributo, fazendo, acto contínuo, menção de retirar-se.

Ferido no seu orgulho, o alcaide agarrou-a, ao mesmo tempo que, irado, reafirmava as suas desonestas intenções. Então, o Meleiro que, até aí, assistira aparentemente impassível a tão inesperada como estranha cena, arranca Aldonça das mãos do seu algoz. Este reage, quer agarrar novamente a rapariga mas como o rapaz se opõe, assenta-lhe, nas costas, duas fortes bastonadas. Meleiro não se conforma e corajosamente responde à ofensa recebida, esbofeteando o agressor, ali mesmo, em pleno terreno privilegiado, onde, portanto, qualquer excesso, ainda para mais cometido por um plebeu, podia acarretar consequências funestas a quem o praticasse.

Trava-se luta renhida entre os dois, com lances de verdadeiro desespero, porque nenhum quer o lugar de vencido. Há gritos, imprecações de raiva, mais assaltos de parte a parte. Já o sangue esparrinha, manchando as pedras da fortaleza.

Em dado momento, o alcaide, sentindo fraquejar as forças, clama

por socorro. Acodem, pressurosos, alguns homens do castelo, que, a muito custo, conseguem dominar o Meleiro, prestes a estrangular o contendor. O rapaz é manietado e o alcaide ordena que lhe cortem as orelhas.

Ao ouvir isto, Aldonça foge horrorizada e corre à vila a narrar o que se passa e a pedir que, por Deus, acudissem ao seu Meleiro. Armam-se homens e mulheres que, apressadamente, vencem a encosta do monte, a fim de libertarem o rapaz e darem ao alcaide o correctivo devido.

Em vão, porém, o fazem, porque toda a guarnição do castelo ao ver aquela multidão hostil, ainda para mais chefiada por Aldonça, se apressa a fechar os portões e a tomar posições defensivas nos respectivos baluartes.

O povo, todavia, não desanima e dando mostras de nada recear resolve sitiar a fortaleza, até que esta se renda ou restitua o Meleiro à sua amada. Por sua vez, o alcaide, cioso do respeito devido à sua elevada jerarquia, capricha em não atender os amotinados. E, assim, porfiando ambas as partes em manter os seus propósitos, dias e dias se sucedem, na maior e mais enervante espectativa. Já, então, o eco do conflito ultrapassava os limites de Terra de Basto. Não se estranharia, portanto, que, de um momento para o outro, forças do rei avançassem sobre Celorico. Havia, até, quem já afirmasse ouvi-las.

O rumor, embora infundado, espalha-se e os mais afoitos propõem, antes que disso ficassem impossibilitados, o assalto definitivo ao castelo. Seria uma luta decisiva, sem dúvida, e todos para ela se preparavam.

Então o alcaide, receando um mal maior, e, possìvelmente, irremediável, decide-se a indemnizar o Meleiro pela desfiguração que lhe causara e a restitui-lo à liberdade.

O povo, ao saber disto, irrompe em explosões de alegria, levanta o acampamento e, precedido de Meleiro e Aldonça, regressa à vila.

Vejamos, agora, o desfecho de tudo.

Apesar da calma haver tornado a Celorico, o alcaide ainda, por medida de prudência, se manteve alguns dias no castelo. Depois disso, voltou ao seu desporto favorito: — a caça.

Quando, certa manhã, se dirigia para uns montados, ao passar na vila cruzou-se com Guiomar. Cumprimentou-a sorridente e disse-lhe que, à noite, a procuraria em casa.

Contendo dificilmente a indignação que tais palavras lhe causaram,

isto para evitar qualquer espécie de represália, Guiomar fez sentir, cortezmente, ao imponderado alcaide a sua condição de mulher honesta, tanto por respeito à moral como por homenagem à memória do marido. Ele, porém, não se deu por convencido e quase lhe impôs que, no regresso, o esperasse para combinarem melhor o encontro.

Ora, o colóquio tinha sido notado, de longe, pelo Meleiro que, pressuroso, procurou a cunhada para indagar do que se havia passado.

Posto ao corrente do caso, e antevendo, desde logo, a maneira mais rápida e eficaz de tirar uma vingança, aconselhou Guiomar a aceder aos desejos do alcaide, sob promessa de ele se apresentar só. A mulher concordou e entre os dois maquinou-se, durante algum tempo, no tratamento a aplicar a tão desvairada personagem, não obstante a sua elevada e, por isso mesmo, temida jerarquia . . .

De facto, à tardinha, o alcaide estava de volta e, parando junto da residência de Guiomar, insistiu nos seus propósitos. Ela, simulando o maior agrado, disse anuir, impondo-lhe, todavia, a título de indispensável recato, a condição sugerida pelo cunhado.

Logo que anoiteceu, Meleiro chegou a casa de Guiomar.

— Então ?

— Prometeu vir só — respondeu a padeira.

— Antes assim, para não haver tanto trabalho. E olhando para o forno, onde crepitava o fogo de boas achas, disse de si para si, antegozando, já, o macabro espectáculo :

— Como vais acabar quentinho !

À medida que a noite se adensava, maior se tornava a espectativa dos dois cunhados. Por isso, não fosse o diabo tecê-las, pois o alcaide era capaz de tudo e de mais alguma coisa, decidiram-se a perscrutar o caminho do castelo, que dali se divisava regularmente. Com efeito, da janela de onde espreitavam, nada de anormal viam e nas imediações da casa o silêncio era absoluto. Mas grande foi a surpresa de ambos quando, pouco depois, lobrigaram dois vultos que, apressadamente, tomavam o rumo da residência de Guiomar. Deixaram-nos aproximar e, então, puderam reconhecer o alcaide, que se fazia acompanhar de um homem do castelo — aquele que, por ordem do amo, cortara as orelhas ao Meleiro.

— E agora? — perguntou Guiomar, um tanto perplexa.

— Não importa — atalhou, confiante, o moço. Acarinha-o — acrescentou — e o resto é comigo.

Nisto, batem à porta. Meleiro esconde-se junto do forno. Guiomar

recebe, sorridente, o alcaide e ambos se dirigem para o interior da casa.

— Afinal, não veio só, conforme tinha prometido.

— Como sabes isso? — indagou o alcaide.

— Da janela, vi que alguém o acompanhava.

— Sim, mas não te incomodes, porque é um homem da minha maior confiança.

Mal o alcaide tinha pronunciado estas palavras, Meleiro sai do esconderijo, e, certeiramente, crava-lhe uma adaga no coração. A morte fôra, por assim dizer, instantânea. Importava o resto. E como coisa sem valor, o corpo do alcaide foi fazer companhia às escaldantes brasas do forno...

Tudo isto se passou sem ruido de maior. De nada, portanto, se apercebeu o escudeiro, que, obedientemente, continuava a esperar o seu senhor.

Como, porém, a demora já fosse grande e a estrela de alva se avizinhasse, o homem decidiu-se a lembrar ao amo a conveniência do regresso. Bateu,então, à porta. De dentro, imitando a voz do alcaide, Meleiro perguntou quem era. Obtida a resposta, Guiomar vai abrir e o homem entra. Mas ainda não tinha dado meia dúzia de passos, a mesma adaga que vitimara o alcaide atravessa-lhe o peito. Golfando sangue, cai desamparado para não mais se erguer. E igualmente considerado objecto inútil, teve a sorte de encontrar a mesma sepultura do amo...

Consumado o drama, Meleiro retirou-se e o silêncio voltou à casa de Guiomar. Entretanto, começava o dia a despertar e no castelo as vigias aguardavam, atentas, o regresso do seu senhor. Horas sobre horas se passam. Chega a inquietação. Homens armados percorrem veredas e caminhos. Lançam-se pregões. Ninguém vira o alcaide.

A um dia outros se sucedem e o misterioso desaparecimento do alcaide e do escudeiro, que tanto intrigara toda a gente, passou, também, à categoria das coisas inúteis...

# A torre da Lapela

É da história que, em 1137, D. Afonso Henriques, no hábito em que já parecia estar de, volta e meia, incomodar Afonso VII de Leão, invadira, mais uma vez, a Galiza, apossando-se, então, com a maior facilidade, da cidade de Tui e de vários castelos do território de Límia.

Fazia-o, como se sabe, animado dos maiores desejos de independência, para a qual afanosamente trabalhava, tanto no campo militar, como no político e diplomático. Até se afirma que, talvez, para tanto, chegara a concertar com o rei Garcia de Aragão uma espécie de conjura contra Afonso VII. Ora, tendo sido este soberano vexado pelo monarca aragonês, D. Afonso Henriques aproveitou-se do caso e, sem hesitar, organizou a invasão a que nos referimos. Para isso teve o auxílio valioso dos condes galegos Gomes Nunes e Rodrigo Veloso, que se encontravam revoltados contra Afonso VII.

Como adversários, e por sinal valorosos, encontrou o filho de D. Henrique os condes Fernando Peres e Rodrigo Vela, que, anos antes, também numa invasão que fizera à mesma província espanhola, lhe infligiram considerável derrota, obrigando-o a regressar rápidamente a Portugal.

Mas, agora, as coisas passaram-se ao invés, pois tendo-se travado a batalha de Cerneja, a sorte bafejou as armas portuguesas, alcançando assim D. Afonso Henriques uma vitória que, uma vez consolidada, podia ter sido decisiva para a concretização imediata das mais caras ambições do ardoroso infante.

Tal, porém, não aconteceu, infelizmente. Os mouros, atacando Leiria, obrigaram D. Afonso Henriques a deslocar-se para o sul. Desta circunstância, aliás imprevista, aproveitou-se Afonso VII para reconquistar Tui e invadir Portugal.

Não podiam, evidentemente, as fronteiras meridionais do país ficar abandonadas à cobiça do temível mussulmano. Além disso, a tomada do castelo de Leiria — elemento fundamental de defesa do caminho de Coimbra — havia, com certeza, de ter causado a mais viva impressão em todo o condado portucalense.

D. Afonso Henriques encontrava-se, portanto, na dura alternativa de atender ou ao norte, sèriamente ameaçado pelo monarca leonês, ou ao sul, onde o mouro constituia o mais perigoso inimigo.

Foi nesta conjuntura que surgiu o Tratado de Tui, ao que parece influenciado pelo Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, grande amigo do futuro rei de Portugal.

É de calcular a mágoa que se havia de ter apossado de D. Afonso Henriques quando, no dia 4 de Julho de 1137, acompanhado do Metropolita bracarense e do então bispo do Porto D. João Peculiar, se apresentou em Tui, onde Afonso VII, rodeado dos prelados daquela cidade, de Orense e de Segóvia, o aguardava para assinar o referido acordo.

Feitas as pazes entre os dois primos, D. Afonso Henriques não tardou em congeminar a forma de quebrar as condições impostas, por as considerar desvantajosas para si em todo o sentido. Era questão de oportunidade.

Com efeito, após dois anos de guerra com os mouros, invadiu novamente a Galiza e mais uma vez se assenhoreou de Tui.

Como represália (nem mesmo outra coisa era de esperar), Afonso VII entrou em Portugal e, triunfante, chegou ainda às margens do Lima. Aí, porém, as forças portuguesas conseguiram desbaratar uma fracção das tropas leonesas, comandadas pelo conde Radimiro, que foi feito prisioneiro.

Seguiram-se algumas escaramuças até que os dois exércitos se defrontaram em Valdevez, sem, contudo, se ter travado qualquer batalha. Esta foi substituida por um torneio, cuja vitória coube aos portugueses.

Mais longe, por certo, as coisas iriam se Afonso VII, vivamente impressionado com estes desastres, se não se decidisse a solicitar a mediação de D. João Peculiar, então já Arcebispo de Braga, para um tratado de paz junto de D. Afonso Henriques.

Desta forma, estabeleceu-se um armistício, que culminou, em 1143, com o célebre tratado de Zamora, no qual, perante o Cardeal Guido, Afonso VII reconhecia o título de Rei usado já por seu primo desde Março de 1139.

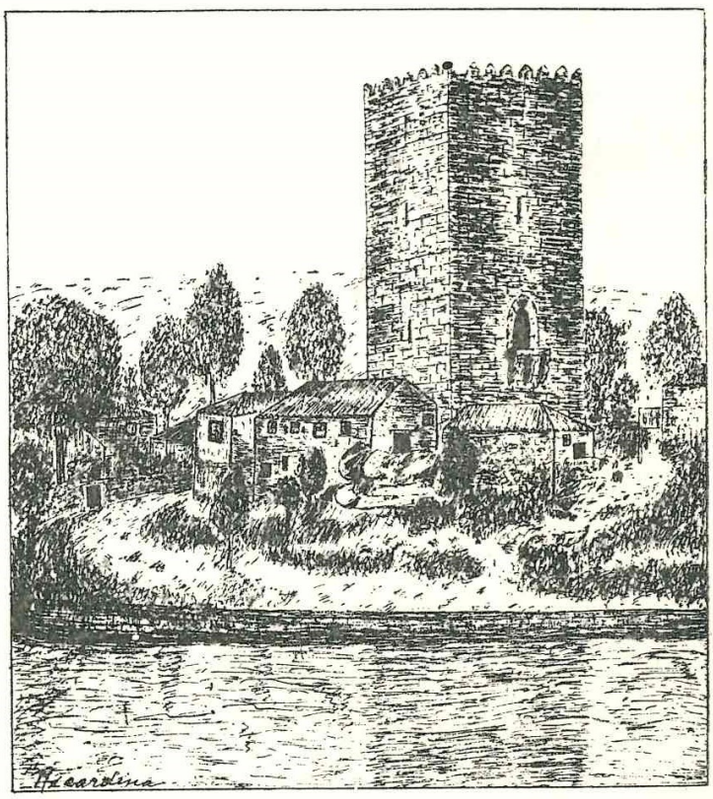
Ora, segundo a tradição, após o recontro de Valdevez, D. Afonso Henriques ordenou que se fortificasse, convenientemente, a fronteira do Minho com a Galiza.

Entre os fidalgos que se evidenciaram, no torneio, pela sua lealdade, figurava D. Lourenço de Abreu, senhor do couto e torre de Morufe, filho de Gonçalo Rodrigues de Abreu, que serviu com o Conde D. Henrique.

Foi a ele que D. Afonso Henriques cometeu o encargo de mandar construir o castelo da Lapela, ali, mesmo, na margem esquerda do Minho, em local fàcilmente vulnerável a qualquer tentativa de invasão. A partir de então, seria mais um elemento que, estrategicamente, bastante havia de contrariar, naquele sítio, todos os planos do inimigo, não só para a travessia do rio, ali relativamente estreito, como para desembarque em terra portuguesa.

Realmente, tanto neste aspecto como no de solidez, o local oferecia as melhores condições. Tomada a decisão, pôde edificar-se um castelo que — julga-se — devia ter sido um admirável espécime das nossas fortalezas medievais.

Assentava num terreno estruturalmente granítico, formado por enormes lages que lhe davam a consistência necessária para resistir, quer à acção do tempo quer a estratagemas do inimigo, se dele se abeirasse com o propósito de o minar. Por isso, junto das suas muralhas se quebrou algumas vezes o ímpeto do invasor, como também ali se organizaram, com a maior segurança, algumas das mais ousadas investidas a terras de Espanha.



A Torre da Lapela, vista de Espanha

O castelo da Lapela teve sempre, até à sua incorporação, por herança, na casa dos Castros de Covo, como alcaides descendentes de D. Lourenço de Abreu que foram igualmente donatários da povoação que, mais tarde, se formou à sua volta. Entre eles, figurou Vasco Gomes de Abreu, senhor do couto e casa de Abreu de Morufe e do concelho de Valadares e alcaide-mor de Melgaço e Castro de Laboreiro. Foi no seu tempo que el-rei D. Fernando mandou restaurar a torre de Menagem, mais conhecida por *Vara do Castelo*.

De secção quadrada, toda construida de pedras cúbicas, sem qual-

quer vestígio de cimento, mede nada menos de sessenta e seis metros de altura e vinte e dois de largura e as paredes têm a espessura de três metros e onze centimetros. Como se vê, é uma notável construção, cujas proporções a tornam das mais avantajadas, se não a mais avantajada do país, no género.

A única abertura praticável está situada na face norte, a dez metros do solo. É constituida por uma porta em ogiva, encimada pelas armas de D. Fernando.

Outro alcaide-mor da Lapela, celebrado na sua época, foi Pedro Gomes de Abreu, que pertenceu ao conselho de el-rei D. Afonso V. Antes, isto é, na menoridade deste príncipe, tomou parte nas discórdias entre a raínha D. Leonor, viúva do rei D. Duarte, e de quem se tornara parcial, contra o infante D. Pedro, duque de Coimbra.

Sem dúvida que devia ter sido importante, pela sua posição fronteiriça, este castelo que assistiu, talvez com papel de relêvo, à fundação da nacionalidade e, depois, pelos anos fora, a lances do maior heroísmo na defesa da Pátria. Sentinela vigilante da nossa independência, soube sempre comportar-se de maneira a atrair sobre si a confiança do país. Até mesmo nos momentos mais angustiosos, quando a força estranha o obrigou a capitular, as suas ameias clamaram bem alto a intrepidez do seu patriotismo. Foi o caso de na campanha de 1658 a 1659, por ocasião da guerra da Restauração, se haver rendido ao Marquês de Viana, general da Galiza, mas só depois de renhida e desigual luta, por falta de reforços.

Devido a novas táticas de guerra, o seu valor militar foi diminuindo a pouco e pouco, até que, em 1706, D. João V ordenou a demolição das muralhas a fim de, com os respectivos materiais, se reparar e consolidar a fortaleza de Monção. Dele ficou, simplesmente, a torre de Menagem que lentamente entrou em ruina, ao ponto de, junto das ameias, terem nascido oliveiras que, certamente, como diz Humberto Beça, «ali foram semeadas pelos tordos e outros pássaros». Pugnou bastante este ilustrado arqueólogo pela sua restauração. Levou tempo, mas, felizmente, hoje encontra-se salva, devido à intervenção, efectuada há anos, da benemérita Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Se, como símbolo de um passado de glórias, ela nos afirma valor e lealdade, como elemento turístico é dos mais curiosos do norte do país. Situada num local de maravilha, onde o rio Minho, a escassos metros, atinge beleza incomparável, a torre da Lapela constitui, só por si, um dos maiores atractivos do concelho de Monção.

# As Águas Santas de Currais

DE uma enorme rocha granítica, existente na freguesia de Pedraça, do concelho de Cabeceiras de Basto, brota, desde tempos imemorais, uma preciosa linfa, tida e havida como dos mais salutares efeitos no tratamento de várias moléstias. Apesar disto, porém, o seu desconhecimento é quase completo, não obstante ainda nos meados do século passado ter dado bastante que falar, não só pelas curas verdadeiramente maravilhosas que se lhe atribuiram, como por factos relacionados com a sua exploração.

Trata-se de água sulfurosa, devidamente comprovada por reputados analistas e cujo caudal, correndo entre os lugares de Fontão e Boadela, portanto a pequena distância da igreja paroquial, vai alimentar o ribeiro de Currais. Seria deste modesto curso ou então do próprio lugar que ela tiraria o nome, pois designa-se de *Águas Santas de Currais* ou, ainda, *Águas da Senhora* e *Caldas Santas*. Pertencem hoje ao sr. Albino Teixeira Pereira, actual presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto e proprietário na freguesia de Pedraça, onde reside.

A darmos crédito à tradição, já no tempo de D. Sancho I as Águas Santas de Currais eram conhecidas. O próprio monarca teria visitado a nascente quando, em cumprimento do voto que fizera pelas melhoras do herdeiro do trono, seu filho D. Afonso, se deslocara à igreja de Santa Senhorinha de Basto, ali paredes meias com Pedraça, e delimitara o couto que existiu desde o ano de 1200 até ao de 1620.

Posto isto, façamos um pouco de história, aproveitando, para tal, elementos fornecidos pelo arquivo da Casa do Paço de Vides, em Pedraça, propriedade e residência do sr. Manuel Filipe Leite de Barros Vilela Passos.

Em 1846, era senhor desta casa e seus anexos, entre os quais o terreno onde nascem as Águas Santas, o Muito Reverendo Padre-Mestre Baltazar Veloso de Sequeira, monge beneditino e professor de Teologia Moral no Seminário de S. Bento da Vitória, do Porto, sua resi-

dência habitual. Como raríssimas vezes se deslocava à terra, quer a visitar a família quer as propriedades, só muito vagamente sabia o que por lá se passava.

Um dia, porém, chegou ao seu conhecimento a fama da água, as curas que operava e a disposição em que estava a Comissão Municipal de Cabeceiras de Basto de a aproveitar em benefício público, para o que se dispunha a elaborar uma plano de obras, entre os quais a construção de um balneário e de uma hospedaria, protecção da nascente e arborização do montado junto. É claro que para tudo isto se tornava necessário um acordo com o frade. Mas este, levado por um aparente sentimento de humanidade, simulando regozijo com o plano da Câmara e tomando a iniciativa das diligências, enviou ao respectivo presidente a seguinte carta:

«Ilustrissimo e Ex.mo Senhor Presidente da Comissão Municipal do Concelho de Cabeceiras de Basto.

Sabendo que a Meritíssima Comissão Municipal d'este Concelho, da qual V. Ex.a é digníssimo Presidente, movida ùnicamente dos sentimentos de philantropia, que tanto a destinguem em todos os seus actos, tem deliberado mandar construir uma casa para banhos no sítio de Corraes, onde nasce a fonte d'água sulforosa de cuja aplicação nos usos medicinais já se tem feito tão felizes ensaios, e colhido valiosos resultados; lembrei-me que a mesma Comissão estimaria haver maior porção de terreno, para em nada ser imperfeita uma obra tão vantajosa, e em que parece mostrar-se tão empenhada, como se quizesse levantar um eterno em sua memória e conservar sempre viva a lembrança da sua administração.

Querendo pois dar à Comissão Municipal um eterno testemunho da consideração, em que tenho as suas virtudes sociais, e querendo concorrer também, quanto permitirem as minhas debeis forças, para o bem comum dos meus Concidadãos, cedo d'hoje para sempre em benefício d'aquela, parte do terreno, que possuo no mencionado sitio de Corraes, que é compreendida entre a levada que vai do poço das Caldas, para o logar de Vides, e uma linha tirada de Norte a Sul, fixa e invariavelmente determinada por marcos de pedra convenientemente preparados.

Se V. Ex.a e os mais Membros da Comissão Municipal se dignarem aceitar esta limitada oferta, terei conseguido o unico objectivo da minha maior ambição; e ainda quando queira gloriar-me por ter concorrido com uma Corporação Nobre, e respeitavel, para praticar uma acção generosa; então mesmo não deixarei de confessar, que sou com toda a submissão e respeito de V. Ex.a o mais reverente servo e Credôr, Baltazar Veloso de Sequeira-Pedraça 1 de Agosto de 1846.»

A resposta foi concebida nos seguintes termos:

«Ilustrissimo Senhor Padre Mestre Baltazar Veloso de Sequeira.

Apresentei em Câmara a carta que V. Ex.ª fez o favor de enviar-me com data de 1 de Agosto corrente, prontificando-se a qualquer justa condescendência, que aproveitasse sobre as obras de Corraes aos desejos desta Comissão Municipal, a qual reserva seus devidos agradecimentos para o dia 25 do corrente no dito lugar para onde convida V. Ex.ª afim de efectuar as suas combinações. Deos Guarde V. Ex.ª. Cabeceiras de Basto 24 de Agosto de 1846. O Presidente da Comissão Administrativa, Bernardo Carneiro Vieira de Sousa».

De facto, na data aprazada, a Comissão Municipal, os facultativos e farmacêuticos do concelho e o padre Baltazar Sequeira reuniam-se no lugar de Currais. Após conveniente apreciação de propostas ficou resolvido: considerar pública a nascente, reconhecer o terreno como propriedade do padre Baltazar, e ceder este a parte do mesmo necessária às obras, para o que, em troca, a Comissão Municipal permitiria tratamento gratuito nas futuras caldas à família da Casa do Paço.

O local da nascente

Tudo parecia indicar os melhores propósitos de parte a parte, tanto mais que, por iniciativa da Câmara, já estavam a efectuar-se, ali, algumas obras de pedreiro e a proceder-se à montagem de três barracas com banheiras de madeira, destinadas a uso dos doentes. Aquelas, adjudicadas por nove mil e duzentos reis, compreendiam: o desbaste da rocha onde existe a nascente e a construção de um pequeno passeio em frente e de uma edificação reservada aos banhos. Esta ainda existe, tal e qual a gravura adiante a mostra. Fica num alto, para onde, certamente, se tornava necessário levar a água em vasilhas, sendo, depois, aquecida num caldeirão de cobre. As barracas e as banheiras importaram em dezoito mil reis.

A par destas obras preliminares e como garantia para os doentes, a Câmara encarregou o médico local Dr. Manuel Joaquim Alves Passos, que gozava de grande nomeada, de proceder a um inquérito sobre o valor terapêutico da água. Desse trabalho, resultou um extenso relatório, do qual, a título de curiosidade, transcrevemos algumas passagens. Foi impresso e distribuido gratuitamente. O seu autor dirige-o ao povo, mas antecede-o da seguinte explicação:

> «Ilustríssimos Senhor Presidente e Membros da Comissão Municipal.
>
> Convidado por V. Senhorias para me encarregar de dirigir uma notícia abreviada das *águas de Corraes* — Aguas Santas — desejava corresponder à honrosa confiança, que V. S.as depositaram em mim. Escrevi o que me pareceu mais importante, mais conveniente e inteligível para o Povo, a quem V. S.as destinam este aviso. Os criticos perdoarão a sem-cerimónia do escrito, e darão a Cézar o que é de Cézar.
>
> Se eu comprendi a minha missão, se a desempenhei, V. S.as abonarão este meu trabalho na conta corrente das minhas dividas civicas; e se dignarão de julgar-me em disponibilidade para poderem de novo incumbir-me qualquer serviço que eu possa prestar ao povo do nosso Município.

Desta forma se compreenderá melhor o estilo do autor, que, depois de descrever o local e de fazer várias considerações sobre arqueologia, nos diz:

> «Mas ainda bem, que dentro das ruinas daquela remotissima antiguidade, no meio desses poucos vestígios de povoação, fortaleza, vila, cidade, ou quer que fosse, de mouros ou cristãos, nasce em proveito dos vivos como milagroso lenitivo das dôres do corpo a *Água Santa da Fonte da Senhora.* Brota esta água, como já disse, de diversos pontos da fenda d'um grande rochedo junto do açude chamado — Poço das Caldas. É clara, limpida, incolora; tem um cheiro sulfuroso — d'ovos chocos — que aumenta depois de colhida, mas que de novo torna a diminuir passado seis horas, até se perder de tôdo no fim de 24 horas se o vaso não fôr bem tapado e lacrado. Sabe como cheira. É fria; porém mais quente que a água de beber; marca entre 12 e 14 graus de Reamur, ou 58 a 63 de Farenheit.
>
> Examinada com diversos reagentes, como a água de cal, o acetato de chumbo dito de cobre, as rosas rubras em pó fino, os ácidos, acéticosulfúrico e nitroso etc. deu diversos precipitados. Doze libras desta água distiladas deram o produto semelhante à água pura; e o residuo da cucurbita, formou um soluto alcalino, que mudava ràpidamente para verdes as côres azuis vegetais. Fervida com laminas de metais depositava na superfície delas uma matéria, que parecia enxofre no cheiro e na cor. Do que tudo e mais detalhes que não são para aqui, se averiguou, — que o cheiro é devido ao hydrogénio sulfurado livre, de modo que pela exposição ao ar se evapora, aumentando na ocasião da desenvolução o cheiro d'ovos chocos, que falta quando tem fugido todo aquele gaz: — que tem o enxofre e ácido sulfúrico em

combinação principalmente com a potassa-sulfureto de potassa etc. — e que também mostra ter mais ou menos antimónio, não podendo averiguar-se em que estado, por causa da imperfeição da análise. Assim, e em termos médicos, esta água deve por ora ser incluida na espécie Hydro-Sulfurada, da classe sulfurosa.

O uso desta água em banhos, e em bebida convém em muitas e graves enfermidades. Quer o povo que ela, — a Água Santa — aproveite para tudo, e para todos, mas vai aqui muita exageração, erro e perigo. Convém trazer ao campo da verdade o que se apregôa por fora dos seus arraiaes ; nem a Água Santa precisa de mais para ser estimada, e de mui longe procurada. A sua composição química torna-a recomendável nas *doenças crónicas da pele ; nas ulceras velhas ; nos padecimentos inveterados do estômago, e em que ele precisa d'uma estimulação suave, lenta e continuada ; nas obstruções das viceras abdominais ; nas blefarites palpebrais e oculares crónicas etc. etc.*. E a experiência prática tem comprovado, e até ampliado as suas virtudes. Eu vou citar factos; porque nestas coisas positivas querem-se factos.

A Ex.ma Snra D. Maria, sexagenária, da casa da Torre em Gandarela, Concelho de Celorico de Basto, padecia há muitos anos de uma obstrução do baço, que trouxe consigo outras obstruções de visceras abdominais. A inchação do ventre era mui grande, e principalmente a que formava o baço em quasi todo o lado esquerdo. Atrás disto vieram espasmos nervosos, cançamento, e quasi impossibilidade de andar a pé : a Senhora doente se ia ao quintal voltava fatigada, e no cimo da escada quasi que abafava chegando até a cair. Este martirio de sofrimento aumentava-se ás vezes a ponto de se julgar próxima a derradeira hora da vida, e para passar dela cristãmente foi a Senhora doente algumas vezes socorrida com os sacramentos dos moribundos. Não havia Facultativo acreditado em Braga, em Guimarães, e por estas vizinhanças que não tivesse sido consultado. Tenho deante de mim uma consulta do Sr. Costa de Braga que diagnosticou em 1837, como principal doença da Senhora doente — uma obstrução no estômago e baço — para a qual aconselhou — repetidas sanguesugas no hipocondrio esquerdo, e leites asininos misturados em partes iguais com água termal do Gerez. — Até eu tive a minha vez de ser consultado : fiz uma visita à Senhora doente, e aconselhei, e receitei ; mas a doença zombou de mim como dos outros, como era de esperar. Desesperada a pobre Senhora, já não cria, nem queria medicina ; mas as Águas Santas de Curraes, essas pedia-as, sem contudo esperar de obter mais vantagens, que dos outros meios. Começou pois a tentar fortuna, bebendo de manhã meio quarteirão de água, cuja falamos ; foi aumentando a doze até um quarteirão por espaço de sete dias : passeou a água a cavalo e guardou a dieta usada nestes casos. O resultado excedeu todas as esperanças, que a Senhora doente podia ter : *desinchou: tem o ventre com o volume e forma regular: foi-se-lhe o cançamento: e já vai ouvir Missa à Capela da Arosa.*

O Reverendo Sr. Padre Pedro de Boadela, sarou completamente duma empigem rebelde, que tinha na curva da perna, com lavatórios das novas Caldas.

O Sr. António Joaquim, boticário da Ponte de Pé, só com 3 banhos melhorou consideràvelmente duma empigem, que tinha sobre o sacro, a qual havia resistido aos banhos em Vizela, no Gerez e nas Taipas.

O Sr. João Miquelino e Luis Pereira Barbosa, da Rapozeira, colheram igualmente grandes melhoramentos o primeiro d'empigens disseminadas, o segundo de dartros furfuraceos, com mui poucos, e poucos regulares banhos.

O Sr. Ignácio, mestre pedreiro, tinha um dartro escamoso na face e por simples lavatórios na fonte durante que ali andou a trabalhar no caes sarou.

Francisco Gonçalves, jornaleiro, de Cabeça de Porca, tomou durante o mes passado alguns banhos de emborcação na fonte, e sarou d'um reumatismo articular.

O Sr. José Gato da Rapozeira sarou d'umas ulceras antiquíssimas nas pernas com lavatorios de agua sulfurosa de Curraes, e apezar de ter recaido varias vezes pela reiterada exposição ás mesmas causas sempre tem sarado depois que de nôvo se vem lavar á fonte.

O Sr. Joaquim Silva, filho da Quelhota de Chacim com lavatorios da agua Santa sarou completamente d'uma ulcera numa perna, antiga, rebelde, e que no verão creava *bichos*.

O Sr. Joaquim Barroso, Lagareiro, sarou duma grave ulcera varicosa n'uma perna com os lavatorios desta agua.

O Sr. Manuel Joaquim, carpinteiro, ex-soldado de Milicias, d'Abadim, sarou com os colyrios da agua Santa, d'uma blefarite ocular-mal dos olhos.

A Sr.ª Rosa Cruça da Cancela sarou duma blefarite oculo-palpebral cronica, e rebeldissima com os lavatorios da agua Santa da fonte da Senhora. A doente mais tarde recaiu pela exposição ás mesmas causas, entre as quais figura principalmente o fumo, e a pouca limpeza.

Seria superfluo, e para ir muito longe, a narração de todos os factos em favor das novas aguas das Caldas da Senhora. Muito se diz tambem que não sera digno de inteiro credito. Os factos que ficam apontados são sobejos, e pela sua veracidade e exactidão póde-se pôr a mão sobre o fogo. Muitos doentes estão em uso regular dos banhos, e da agua em bebida, e antes de pouco o credito da agua Santa será radicado com mui variados e novos factos.

Do Porto, d'Amarante, de Guimarães, de Chaves, e de outras muitas terras remotas e visinhas tem vindo turvas e turvas de portadores, e doentes em romaria as Aguas da Senhora colher em garrafas, pipos, ôdres, cantaros e cabaças este liquido que eles dizem cura todos os males: é curioso ver como passam de noite e dia estes alegres ranchos de velhos e moças cantando e alegres ao chulo som da sua violinha nova. E convem dar aviso ao povo que vem correndo impelido pela torrente do entusiasmo, de que esta agua assim como lhe pode fazer bem, também lhe pode fazer muito mal, se não fôr usada com as devidas cautelas. É portanto necessário não ir atraz de quem corre sem olhar para tropeços. E para melhor segurança, e na falta doutros conselhos aqui recomendo aos que precisarem das aguas da Senhora as seguintes CAUTELAS PRATICAS.

1.º — É necessario purgar antes de tomar a agua, e muito bom sera ter igual cuidado antes de usar dos banhos

2.º — A agua deve beber-se do nascente, pois em 24 horas perde parte das suas virtudes; mas as pessoas que não poderem vir á fonte devem faze-la conduzir em vasos de vidro bem lacrados.

3.º — Não se deve beber mais de um quarteirão de cada vez, nem mais de duas vezes ao dia.

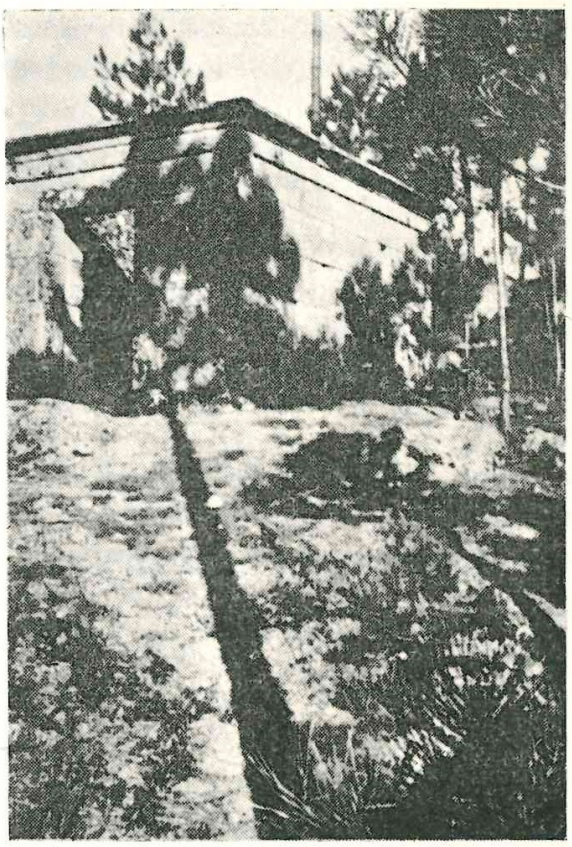
4.º — É necessario, que o estômago esteja vazio quando se bebe a agua, e depois deve-se passear por duas horas a pé, ou a cavalo.

5.º — A diéta é indispensavel, como com todas as outras aguas de Caldas.

6.º — Os banhos podem usar-se frios, ou quentes, segundo a doença o pedir, o que deve ser aconselhado por Facultativo.

7.º — Depois dos frios e necessario deitar: depois dos quentes bastará guardar do ar frio, se não for preciso suar em abafo.

Já se acham prontos a trabalhar tres poços, que a Comissão Municipal mandou construir interinamente de madeira para se aproveitar a presente estação de banhos: as obras de comodidade necessaria aos doentes e os passeios de recreio, vão comessar. Tudo tem seu principio, e é o tempo das dificuldades: as aguas já são conhecidas há muito, mas nunca se experimentaram, e ainda não tinham merecido os cuidados de que são credoras. Os velhos contam de se lavarem ali em rapazes, e de já então se chamar ao poço, que o regato forma junto do nascente, o Pôço das Caldas. Porque razão assim o denominariam? Seria porque já em remotas heras ali houvessem Caldas, hoje destruidas e enterradas? Não se sabe. Póde ser, que ainda venha a rasgar-se o veo que cerra a verdade. Desde tempo remoto, que um, ou outro ali vinha lavar-se, e algum que sarava ou dava a isso pouco apreço, ou o atribuia a outra causa. Só desde poucos anos é que se fala mais nas virtudes da agua contra feridas. Porem que a Camara hoje dissolvida, aí se reuniu por meu convite com todos os *Facultativos e Farmaceuticos do Concelho*, a afluencia de povo de toda a parte tem sido tal, e os casos de aproveitamento das aguas tão claros e repetidos, que os seus créditos cresceram, e correram com a rapidez do relampago. E graças a Ilustre Comissão Municipal que cheia de zelo patriotico pelo bem do Municipio, tomou a peito e muito de veras dar comesso as obras necessarias para uso de banhos e comodidades dos doentes, que por enquanto se vão remediando em barracas de madeira, ou se alojam nas povoações vizinhas.



O que resta do balneário mandado construir pela Câmara Municipal

Dos tres poços que já estão trabalhando, é um frio para molestias de pele contagiosas, e dous quentes, por meio d'um aparelho proprio, para reumatismos etc. e aos quais se pode dar o grau que se quizer. A Ilustre Comissão Municipal nomeou um Facultativo para inspeccionar gratuitamente, e aconselhar os banhistas, e mais doentes no uso das Aguas; assim como de pôr em ordem e regular andamento tudo o que sanitariamente pertence as Novas Caldas da Senhora. Ufano-me de ter eu merecido a confiança da ilustre Comissão Municipal em objecto de tamanho interesse para o povo, cujo sou filho e como tal amo.»

Como se vê, o Dr. Manuel Joaquim Alves Passos procurou desempenhar-se o melhor possível da incumbência que aceitara. Com isto, o número de doentes em busca de alívio para os seus padecimentos aumentou consideràvelmente. Só entre os anos de 1846 a 1850 a nascente foi visitada por uma média anual de mil e oitocentas pessoas. Depois, não sabemos porquê, a afluência diminuiu até quase desaparecer.

O caso passou-se há mais de um século, numa época, portanto, em que os recursos médicos e os meios de transporte eram muito modestos, em relação aos tempos de hoje. Contudo, as Águas Santas de Currais lá continuam a brotar como antigamente, talvez na esperança de que a Medicina volte, um dia, a encontrar-lhes as propriedades que tão afamadas as fizeram.

Embora esta crónica já vá bastante extensa, não queremos deixar de arquivar mais algumas passagens relacionadas com o acordo feito entre a Câmara e o padre Baltazar.

As coisas já anteriormente não tinham corrido tão bem como seria para desejar.

A carta dirigida pelo frade à Comissão Municipal de Cabeceiras de Basto leva a depreender uma generosidade que, espontânea, seria merecedora de toda a gratidão. Mas, pela correspondência que, a seguir, se transcreve, verificar-se-á que a decisão de Frei Baltazar foi tomada já depois de iniciadas as primeiras obras em Currais, e da cedência que já tinha feito de uma parte do terreno que dizia pertencer-lhe. Como, certamente, tudo estava dependente de escritura pública, o frade, ao saber da continuação das obras, não ficou satisfeito, e com razão. Tentou, por isso, embargar os trabalhos, mas como nada conseguisse, apelou para a suprema autoridade administrativa do distrito. Valeu-se, para tal, do seu amigo António Custódio Barbosa, a quem dirigiu a seguinte carta, revestida de amargura, sobretudo pelo ultraje às suas «barbas envergonhadas»:

«Ilustrissimo Senhor e Amigo.

Permita-me V. Ex.ª a liberdade de lhe dar uma massada, e que em logar do perdão da minha impertinência, que deveria pedir humilde, e submissamente o desagravo de uma injúria, que me fizeram uns poucos de homens refeces e vilões. Possuo nos limites desta freguesia uma porção de montado aberto, no qual há uma pequena nascente d'água, à qual o povo atribue efeitos sobre-naturais e maravilhosos·

Esta mania tem-se desenvolvido a um tal ponto n'estes últimos tempos, que vem a cada hora caravanas de gente de Amarante, Lixa e outras terras mais distantes tomar uma fartadela e lavar-se na Fonte Santa (como lhe chamam) e persuadem-se que vão curados das suas enfermidades. Fui avisado um dia que andavam pedreiros a trabalhar junto à sobdita nascente; fui ao sitio e encontrei com efeicto dois pedreiros, um vizinho, um clérigo desta mesma freguesia com o qual eu vivia na mais perfeita inteligência e que me era devedor de alguns favores; disse-lhe sereno cortez e civilmente que aquele terreno me pertencia o que eles fingiram ignorar e que ou suspendessem a obra, ou, querendo, continuá-la, me pedissem licença por escrito visto que a sua simples palavra não era para mim garantia suficiente. Os homens abraçaram o primeiro árbitro, suspenderam com efeito a obra; porém só com o fim de disfarçarem jogo encoberto como só factos o tivessem mostrado. Dirigiram-se à Comissão Municipal, e esta veio fazer uma vistoria ao sítio; eu fui sitado para ser presente a este acto, no qual cedi em benefício do Município, generosamente e sem reservação de água, do direito que tinha não só da fonte, mas também da parte do terreno, que fosse preciso para fazer algum estabelecimento. Passados dias pôs-se em praça uma obra de pedreiro, que foi arrematada por 9.200 Reis, e ontem arrematararam-se três barracas com suas banheiras de madeira por 18.000 Reis. Noto estas circunstâncias para que veja até onde chegam os fundos do Município de Cabeceiras, ou as obras dos seus camaristas. Suspeito que tudo isto tem sido manejado pelo mencionado clérigo, e pelo outro companheiro porque no dia da vistoria ofereceram um refresco à Câmara; para que esta os encarregou de fiscalisarem a obra, e que para segundo me informam a Meritíssima Câmara lhes deixou livre o uso duma das barracas até certa hora do dia. Este procedimento da Câmara e alguns ditos grosseiros de dois, tem chocado extraordináriamente o meu melindre, e nada desejaria tanto, como mostrar-lhe que ainda posso alguma coisa pelos meus amigos; porisso peço a V. Ex.ª o favor por tudo quanto há de mais sagrado de empenhar tôdo o seu valimento para com o Ex.mo Sr. Governador Civil deste Distrito para me tirar as barbas da vergonha.

Parece-me que isto se poderia conseguir por um ofício no qual o Ex.mo Sr. Governador Civil pedisse à Câmara do Concelho de Cabeceiras de Basto informações àcerca das obras que conviria fazer na fonte d'águas sulfúricas existentes no sítio de Curraes, limites da freguesia de Pedraça, mandando suspender a execução de qualquer obra principiada até que pelo Governo Givil se providenciasse como convém. Torno a repetir que nunca pedi alguma coisa com tanto empenho e em que desejasse ser servido. Abosei da liberdade que a princípio pedi, e porisso agora peço perdão de o ter massado tão cruel e desapiadadamente. Pedraça 25 de Julho de 1846 — Ass. Baltazar Veloso de Sequeira».

O António Custódio respondeu-lhe em tom jocoso, como vai ver-se:

«Caro Amigo

Tenho prezente a sua carta corroborada com dous gatafunhos do João Machado, sobre milagrosas; sulfureas e famigeradas aguas de Corraes, Camaras

de creanças, Bernardices acarneiradas, Obras de Pedro Clerigos desagradecidos, Barbas de vergonha, Governador Civil, Municípios e Arrematações e cousas acabadas em Ões. De tudo colegi o meu Amigo esquentado, e a Camara, e o Clerigo lavando os pés e a cabeça na Santa Limpha com os compadres e comadres e mais passarada fazendo lá caretas ao meu Amigo que se não fosse o seu Santo Ministério lhe faria pagar caras. Tenho ou não percebido? Decerto que não pensava isto de mim, e agora muito menos; pois me estou divertindo com cousas, que lhe dão cuidado. Eu não mandei o seu creado com a carta minha a meu cunhado, por saber não tivesse muito valor como as Sulfureas para Bernardo Carneiro faço tenção de lá ir e farei o que poder do que não duvida e darei parte do resultado. Se não fosse com a Camara, Clerigo, e o terreno ser como suponho Baldio: no entanto só se não poder tirar-lhe «as barbas das vergonhas». Sou de V. Revendissima muito amigo e muito afeiçoado e — *Simpatico*. 30 de Julho de 1846 — Antonio Custodio.»

É de calcular que a tentativa de embargo posta às obras tivesse levantado alguns protestos, não só dos que já utilizavam as águas como da própria Comissão Municipal. Isto levaria o frade a encontrar como única solução do incidente, que, por certo, bastantes aborrecimentos lhe havia de ter causado, a oferta do terreno, feita no ofício já transcrito. Para isso, Frei Baltazar nem, sequer, esperou o resultado da diligência que o António Custódio prometia efectuar em Braga. Agiu como lhe pareceu mais conveniente.

Mas lá que o amigo se interessou junto do Governador Civil, prova-o o seguinte ofício deste magistrado:

«Ex.mo Senhor Administrador do Concelho de Cabeceiras de Basto.

Constando neste Governo Civil, que no sítio de Curraes, limites da freguesia de Pedraça, se estão fazendo várias obras por conta do Município d'esse Concelho, afim de se melhorar ou fazer um estabelecimento de banhos d'água sulfúrica que ali nasce; sirva-se V. Ex.ª de me informar sobre que obras são essas, com que fim feitas, porquem autorisadas, a quem pertence a fonte d'água sulfúrica e tudo o mais que se lhe oferecer a tal respeito, deixando eu ao árbitro de V. Ex.ª mandar sobr'estar na continuação das mesmas obras até resolução ulterior, caso que assim V. Ex.ª o julgue acertado. Braga 14 de Agosto de 1846. O Governador Civil — Silvério da Silva Castro».

Foi, talvez, como resultado deste ofício que se efectuou, onze dias depois, a reunião em Currais e se estabeleceu definitivamente o acordo entre a Câmara e Frei Baltazar.

No entanto para consolar o frade e mostrar-lhe, ao mesmo tempo,

que algum valimento tinha, António Custódio Barbosa mais uma vez se serviu do seu já conhecido estilo.

Eis a sua nova carta, com um gracioso conselho que já nada aproveitava à sagacidade de Frei Baltazar:

«Reverendissimo Senhor e Amigo.

Cheguei ontem de Braga onde estive alguns dias falei na sua pretenção prometeram-me mandar neste correio próximo uma suspensão suspensiva que suspendesse as obras nas Sulfúricas. Eu desejarei que a suspensão seja tão suspensiva que suspenda Câmara, Clérigo e Bernardo Carneiro e que sejam tão alto suspensos que morram de fome antes sejam transformados em constelações: Ó meu Caro Amigo que lindos Cometas se não arranjarião hoje assim divinisados (mas suspensos) era uma cena viva do mandato de suspensão *Nel Aire* d'alguns do Exército Luciferino. Mas vamos ao que serve; parece dizer-me o meu amigo que não queria privar o mundo da virtude do Sulforeto e porisso como é seu o terreno ninguém lhe poderia obstar a que mandasse fazer como seu o que a Câmara queria para si mas se o terreno está por aforar, e não poder fazê-lo então conto uma História que li nas minhas velhas Centurias: Levava um rústico uma lébre às costas que ele tinha caçado; quiz comprar-lha um Cavalheiro que ia passando; não anuio o Lapão; pediu-lhe ao menos para a ver e foi-se safando com ela; o Rústico vendo tal descaramento antes quiz passar por Generoso que mangando e ficando, ia dizendo ao Cavalheiro; leve a lébre Senhor que lha dou de muito boa vontade (a excremento lhe saiba ela diria eu). Uma e outra cousa lhe pode dizer o meu Amigo, isto não é ensinuação que eu tivesse é lembrança minha que ocupada sempre do meu Amigo só desejava ter ocasião, em que mostre, que foi, é e será Sincero amigo credor obediente e afeiçoado. 15 de Agosto de 1846. António Custódio Barbosa.

Só em 24 de Setembro o Administrador do Concelho respondia ao Chefe do Distrito:

«Ex.mo Senhor Governador Civil

Tenho presente o oficio de V. Ex.ª sob o numero 147, 1.ª Repartição e 2.ª Secção de 14 de Agosto ultimo no qual V. Ex.ª me determina, informe quais as obras que a Comissão Municipal mandou fazer no sitio de Corraes, com que fim feitas, porquem autorisadas e aquem pertence a agua sulfurica, que ali nasce, ao que me cumpre responder: na aproximação do pontilhão de Corrães, e margem esquerda ha um pequeno rio que ali passa, nasce duma rocha uma fonte de agua sulfurica já de muitos anos conhecida pelos naturais dali, e tornada á poucos anos tão famigerada pelas suas virtudes medicinais, e pela concorrencia do povo de muitas leguas e diferentes Provincias, que determinou a Comissão Municipal levar a efeito um plano já traçado pela Camara dissolvida, a saber, — fazer uma experiencia ou ensaio dos seus efeitos proporcionando para isso os meios, o que não era possivel levar a efeito sem primeiro fazer um cais á margem do regato, e sobre este cais

formar um abarracamento de madeira afim de a gente que ali afluia podesse tomar banhos, e ao mesmo tempo colher a agua a vontade, o que não era possivel até afactura daquela obra, por causa do despenhado da rocha; a Comissão Municipal sendo proguntada por mim sobre a autorisação daquelas despesas, declarou-me não estar autorisada por ninguem, e que as fizera com o produto das suas economias, em quanto ao nascente d'gua sulfurica é publica, resta-me o falar da continuação das obras ali, que V. Ex.ª me ordenava fazer sustar quando o julgasse conveniente, e por isso tambem exige da Municipalidade o declarar me se tenciona continuar já com mais obras alem das já feitas por conta do Municipio, e tive uma resposta negativa, declarando a V. Ex.ª que as obras feitas merecem aprovação geral, mas não a continuação delas, e que as farei sustar quando apareção, o que não é de esperar.»

Ignoramos o que se passou depois da suspensão das obras.

O que deixamos narrado já basta para se ficar a conhecer uma parte da história das Águas Santas de Currais.

# «Si el Gran Leon de España...»

SE déssemos crédito à versão apresentada pelo padre Carvalho da Costa sobre a antiguidade de Monção, teríamos de fazer remontar aos tempos do rei Brigo, isto é, a mais de mil e novecentos anos A. C., a fundação daquela vila fronteiriça. Então, ter-lhe-iam posto o nome de Obobriga, em homenagem ao fabuloso soberano que a fecunda imaginação de frei Bernardo de Brito um dia criou para, com fantasias deste género, se entretecer ainda mais de estravagantes lendas a época, já de si bastante nebulosa nalguns pontos, que precedeu os alvores da nacionalidade portuguesa.

Ora, se com tal denominação foi terra florescente ou não, ignora-se. É natural que sim, pois a tradição, embora excessivamente avara em pormenores a tal respeito, pretende convencer-nos de que a partir de certo período entrou em decadência até se arruinar completamente. Foi assim que, mais tarde, os gregos a encontraram, quando se decidiram a estabelecer colónias nesta parte da Península.

Encarando o futuro, tanto mais que o local era de feição, os novos senhores de Obobriga fizeram-na renascer, mas, agora, com o nome de Orozion, que na sua linguagem significaria *Monte Santo*.

Com os gregos, parece ter-se desenvolvido consideràvelmente, do que resultaria transformar-se na cidade de Mamia. Era assim que se chamava quando, no primeiro século do Cristianismo, o apóstolo S. Tiago chegou a estas paragens do Ocidente para nelas espalhar a doutrina de Jesus.

Com o decorrer dos tempos, aparece-nos, devido, sem dúvida, à romanização, crismada de *Mons Sanctus*. Desta designação latina lhe sobreveria, abreviado, o nome que, então, passou a usar e pelo qual, através dos anos, jamais deixou de ser conhecida.

Eis, portanto, nas suas linhas gerais, o aspecto puramente lendário que envolve a antiguidade da pitoresca vila minhota, à qual tão brilhante papel havia de estar reservado como terra portuguesa, que sempre se ufanou de ser das mais leais e, para maior glória sua, das mais sacrificadas ao serviço da Nação.

Encaremos, agora, o seu lado histórico, ou seja aquele que, precisamente, maior lustre lhe dá e, simultâneamente, faz dela uma das mais afamadas povoações do país.

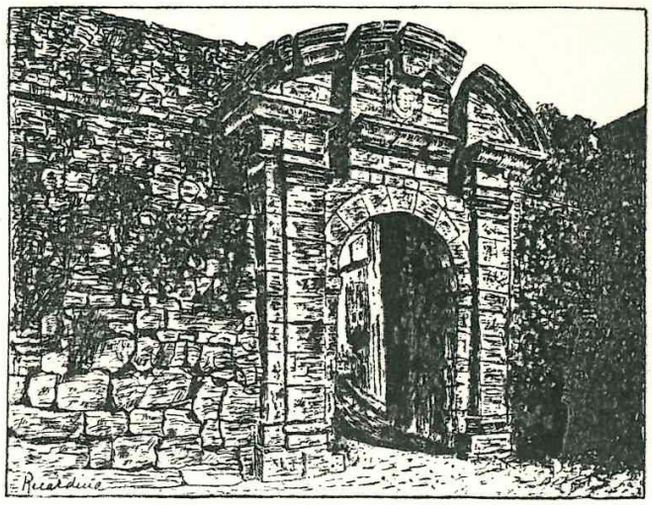
Monção pertenceu, nos primeiros tempos da nacionalidade, ao antigo julgado de Pena da Rainha. Circunscrevia-se, pouco mais ou menos, a um pequeno povoado situado na aldeia de Cortes ou Cortos, e que, por a vila ter tido ali o seu primeiro assento, passou a designar-se *Monção-o-Velho* ou *Monção Velha*. De lá, mudou-se para o lugar de Badim, até que D. Afonso III, concedendo-lhe foral passado em Guimarães no dia 12 de Março de 1261, a transferiu para o Couto de Manzedo, criado, ao que parece, pelo rei D. Sancho I. Ali, então, se fixou definitivamente.

Foi D. Diniz quem mandou cercar a vila de muralhas, transformando-a, assim, numa fortaleza que, pela sua localização, importava estar devidamente apetrechada para todas as eventualidades da época. Desta forma, rapidamente conquistou foros de praça da maior importância no plano de defesa do país, como, realmente, depois se verificou através das sucessivas lutas que os portugueses tiveram de sustentar com os seus vizinhos espanhois. Com efeito, foram vários os assédios que sofreu, embora deles sempre se defendesse valorosamente, de maneira a legar à posteridade páginas das mais brilhantes da nossa história militar e política. Para tanto, contribuiu, sem dúvida, o interesse que pela conservação da fortaleza manifestaram os sucessores daquele monarca, quer ampliando-a, quer reparando-a, todas as vezes que as circunstâncias obrigavam a tais medidas de segurança. Assim fizeram os reis D. Fernando, D. João I, D. João II, D. João IV, D. Pedro II e D. João V, tendo este último ordenado, como noutra crónica já dissemos, a demolição das muralhas da fortaleza da Lapela para com os respectivos materiais ser restaurada a de Monção.

Foram cinco as suas portas: a do Rosal, a da Fonte, a do Sol, a de S. Bento e a de Salvaterra, esta assim designada por ficar voltada para a povoação espanhola do mesmo nome, sobre a qual tantas vezes incidiram as arremetidas dos portugueses, que chegaram a tê-la dezasseis anos em sua posse, durante a guerra da Restauração. Todas, sem excepção, foram testemunhas dos maiores actos de heroismo, cometidos não só pelos próprios defensores da praça como por aqueles que contra elas se precipitavam, num ardor louco de conquista, julgando-as vulneráveis às suas ambições de glória.

Foi com episódios desta natureza, uns que a história registou para

sempre; outros que só chegaram até nós através da tradição que não deixa, por vezes, de lhes dar certo sabor lendário, que se teceu à volta da velha fortaleza dioniziana uma auréola de grandeza e de prestígio que a tornou em uma das mais célebres de Portugal.



A porta de Salvaterra, em Monção

Bastantes desses actos são sobejamente conhecidos, pelo que só resumidamente aqui referiremos alguns dos mais apontados como exemplos a seguir, quando a dignidade e o futuro da Pátria dependem, exclusivamente, de momentos decisivos.

Haja em vista, sobretudo, o que fizeram as chamadas heroínas de Monção. Uma — Deusadeu Martins, mulher do capitão-mor Vasco Gomes de Abreu —, durante as lutas entre D. Fernando de Portugal e Henrique II de Castela, num misto de audácia e astúcia, simula, com os pães lançados do alto da muralha às hostes inimigas, abundância onde só existia necessidade, induzindo, assim, o exército invasor, comandado por Pedro Rodrigues Sarmento, governador da Galiza, a levantar o cêrco que pusera à vila com o fim de obrigá-la a render pela fome já que pela violência o não conseguia; outra — D. Mariana de Alencastre, Condessa de Castelo Melhor —, verificando, de Monção, o perigo que as forças de seu marido corriam em Salvaterra quando, em 1643, os espanhois se dispunham a reconquistar aquela praça galega, animosamente fez conduzir para a outra margem do Minho duas peças de artilharia, com as respectivas guarnições, as quais, tendo chegado a tempo, tantos danos causaram que os espanhois se viram obrigados a retirar precipitadamente; e, por último, Helena Peres que, à míngua de soldados que guarnecessem os postos, demasiadamente reduzidos pelo bombardeamento mortífero de cinco batarias inimigas, organizou, na campanha de 1659, um grupo de trinta mulheres, que, munidas de toda a sorte de armas, desde o sabre ao chuço, acudiam aos locais mais perigosos, batendo-se bravamente e encorajando, até, os próprios homens.

Foi no decorrer desta campanha que se passou o episódio mais notável da história de Monção. Estava, portanto, ainda vivamente

acesa a guerra com a Espanha, que não se conformava em aceitar como facto consumado a independência de Portugal.

Baldado esforço este, pois a luta que já se travava há cerca de oito anos, traduzia, só por si, eloquente afirmação da suprema vontade dos portugueses em repelirem toda e qualquer sujeição estrangeira, coisa que nem por sonhos podiam admitir, depois do pesado cativeiro que sofreram durante sessenta anos. Mas os espanhois teimavam nos seus propósitos, e vá de aplicarem os vastos recursos de que dispunham à reconquista da perdida posição. Simplesmente não esperavam que Portugal lhes opusesse, apesar de seriamente abalado nas suas possibilidades materiais, tão patriótica resistência, sobretudo nos pontos mais duramente afectados pela guerra.

Elvas suportava, ao tempo, um apertado cerco das tropas comandadas por Luís de Haro. Não obstante a dureza do assédio, resistia sempre, pois uma capitulação, embora honrosa, não convinha por forma nenhuma, visto as condições estratégicas daquela cidade serem consideradas a chave da defesa de toda a vasta campina alentejana. Para tanto, não lhe faltavam recursos de toda a ordem. O mesmo, porém, não acontecia na fronteira do Minho, que, então, estava a ser vigorosamente atacada pelas forças do Marquês de Viana.

Ora, a defesa da província achava-se confiada ao Conde de Castelo Melhor que dispunha, para o efeito, de muito pouca gente, sobretudo desde que as suas tropas haviam sofrido grave revés ao protegerem um comboio de víveres. Isto levou-o, até, a solicitar, do Porto, reforços imediatos. Como, porém, nessa ocasião, ali estivesse a organizar-se um exército destinado a socorrer o Alentejo, simplesmente obteve seiscentos homens.

Bem sabemos que era pouco, pela importância capital que representava para todo o norte do país a resistência da praça de Monção. Mas nem por isso houve quebra de ânimo, a despeito de se conhecerem os consideráveis efectivos de que o inimigo dispunha.

Tudo, porém, continuava a ser entusiasmo, fé — o mesmo desejo ardente de lutar até à morte pela consolidação da independência da Pátria.

Entretanto, os espanhois tomavam o castelo da Lapela e no dia 7 de Outubro de 1658 iniciavam o cerco a Monção.

Apesar de o inimigo ser muito superior e encontrar-se bem municiado, na praça não se verificou, de momento, qualquer abalo, antes, até, esta circunstância serviu de motivo para aumentar o ânimo dos

seus defensores. Assim, de facto, aconteceu durante semanas e semanas consecutivas, em que os assaltos dos espanhois eram duramente aniquilados pelas forças portuguesas. Mas, como que por encanto, as baixas no campo inimigo eram imediatamente supridas, enquanto na fortaleza a falta de reforços, quer em homens quer em mantimentos, se tornava dia a dia mais acentuada. O próprio Visconde de Vila Nova de Cerveira, que por morte do Conde de Castelo Melhor, ocorrida em princípios de 1659, ascendera ao cargo de governador de Entre-Douro Minho, confessava a impossibilidade de socorrer os sitiados, por não dispor de tropas nem de dinheiro.

Contudo, esta situação, verdadeiramente desesperada, como pode calcular-se, em nada abatia a coragem e o patriotismo dos portugueses. Combatiam sempre, sem que deixassem ceder um só palmo de terreno, por maiores e mais violentas que fossem as arremetidas do adversário. Acima de tudo o que pudesse representar glória ou sofrimento e para além das vidas que tombavam, havia a Pátria a defender. Era o que faziam os heroicos monçanenses.

Já o cerco se mantinha há perto de quatro meses, quando os espanhois se decidiram, num supremo arranco, a conquistar definitivamente o castelo. Tudo em vão. Novos e velhos, homens e mulheres, impelidos pelo mesmo ideal, lançam-se ardorosamente à luta, que logo de início se apresenta brutal, verdadeiramente selvática.

É na repulsão deste assédio que Helena Peres e as suas companheiras se celebrizam. Não hesitam em expor-se a todos os perigos, ocupando mesmo os postos mais arriscados, ora arremessando aos atacantes tachos de azeite a ferver ou traves incendiadas, ora precipitando-os nos fossos da fortaleza.

As hostilidades prosseguem, sem que possa negar-se valentia ao inimigo. Mas do lado português não há desânimos e ondas e ondas de assaltantes são repelidas com indómita bravura, embora o sangue jorre e as vidas se apaguem.

Foi neste desespero, verdadeiramente assombroso, que a luta se prolongou por mais seis dias. Já não havia lugar onde enterrar os mortos e todas as casas da vila estavam transformadas em hospitais. Os heroicos defensores da praça sucumbiam à mingua de recursos ou por efeito das feridas recebidas em combate. Impossível se lhes tornava prosseguir, mas ainda assim a ideia de capitularem só no último momento a podiam admitir, e isto para evitar, perante a disparidade

numérica dos assaltantes, maior efusão de sangue e mais graves danos à arruinada fortaleza.

Assim teve de acontecer, realmente. Em 7 de Fevereiro, o Marquês de Viana propôs, honrosamente, a rendição. As condições impostas pelo governador Lourenço Pereira de Amorim foram totalmente aceites pelo general espanhol. Só assim o que restava de dois mil defensores se decidiu a abandonar a praça. Então, com as poucas armas de que ainda dispunham e a respectiva bagagem, começaram a sair, perante a respeitosa admiração do inimigo.

Já todos se encontravam fora e ainda o general espanhol de tal se não tinha convencido. Ordenou, então, uma vistoria à fortaleza. E quando informado de que mais nenhum lá existia, não pôde conter a sua admiração por tão bravos defensores. É nesse momento que ele, encarando os seus oficiais, exclama:

*Si el Gran Leon de España tuviera muchos destos leones fuera senor de todo el mundo.*

O caso não era para menos. Dos dois mil homens só restavam duzentos e trinta e seis!

# S. Paio seria natural do concelho de Paredes de Coura?

HÁ quem manifeste a opinião de que à cidade de Zamora cabe a honra de ter sido berço natal de S. Paio. Assim o julga Fernandez Duro, na *Colección bibliografico-biografica de noticias referentes á la provincia de Zamora,* transcrevendo o que a tal respeito diz Gallardo no seu *Ensayo de una biblioteca española de libros raros e curiosos*. Note-se que tanto um como outro se baseiam na afirmação, sem provas seguras, de Juán Francisco Andrés, no *Monumento de los santos Mártires Justo y Pastor* (Huesca, 1644).

Por outro lado, há quem diga que S. Paio era natural da Galiza, mas daquela Galiza — esclareça-se — que ainda compreendia o nosso Minho.

Assim o entendeu, por exemplo, Joaquín Lorenzo Villanueva que para o *Año christiano de España* se utilizou das fontes mais próximas do martírio do Santo, como: *La pasión de San Pelayo,* de Raguel ou Raquel, presbítero cordovês, coevo de S. Paio, e publicada por Flórez na *España Sagrada;* e *Poema,* de Roswita, religiosa que ainda vivia em 980 e que, segundo disse, ouvira a narrativa que compusera a um habitante de Córdova, testemunha do martírio de S. Paio.

No própria Galiza se julga que foi património do Santo o lugar de S. Juan de Albeos, em Creciente, onde floresceu o convento de monjas beneditinas de S. Paio; como também se supõe que em Ramallosa del valle de Miñor, próximo de Tui, existiu uma casa sua. Alem disso, o seu culto está ali muito popularizado, como, aliás, em quase todo o norte e noroeste da Península. Por sua vez, Paio, como nome próprio, encontra-se lá com certa frequência.

No Minho, embora não seja assim muito usado, vemo-lo, todavia, bastante vulgarizado como apelido no composto *Sampaio*. Com referência ao culto, não faltam em toda a província templos, muitos deles paroquiais, dedicados ao glorioso mártir de Córdova.

Estas circunstâncias — se outras mais ponderosas não existem — aliadas à de S. Paio ter sido sobrinho de Hermógio, bispo de Tui — o fundador do mosteiro de S. Cristóvão de Labruja, em Ponte de Lima, onde o sepultaram —, com quem conviveu, militam, sem dúvida, a favor da corrente que o dá como nascido na antiga Galiza.

Se, porém, terras de Espanha disputam a naturalidade de S. Paio, Portugal também reivindica idêntica honra para si. Coimbra apresenta-o como glória sua. Outro tanto se dá com Paredes de Coura que aponta mesmo como berço do Santo a freguesia de Cunha. Ainda assim, Paredes de Coura encontra-se dentro de uma probabilidade maior, por ter estado integrada na antiga Galiza.

Como, porém, a Igreja não admite exclusivismos nesta matéria, quer S. Paio tivesse nascido em Espanha ou em Portugal seria sempre uma glória dos dois países. Mais do que isso: — seria, como é, uma glória universal.

Referem as crónicas que o seu martírio ocorreu em 26 de Junho de 925. Assim o regista o padre Dionísio Vasquez: «En la ciudad de Cordova en España San Pelaio, mocito de tierna edad, que por constante en la Fé de Christo le mandó Abderramen Rei Moro atenazar, arrrancando los pedaços de su cuerpo con tenazas ardiendo, i con tan illustre martyrio glorificó al Senor». Tinha, então, treze anos.

Em 920, devido às derrotas dos exércitos de Sancho de Navarra e Ordonho de Leão, em Valdejunquera, Hermógio ficou prisioneiro de Abderraman III — o primeiro emir independente que se intitulou *califa* e um dos homens de mais elevado espírito e de mais esclarecida inteligência que produziu a Espanha árabe.

Ao cabo de quase dezoito meses de cativeiro, procurou negociar a sua libertação. Os árabes exigiram-lhe avultada quantia. Como não dispusesse de dinheiro, foi-lhe, então, permitido, até o conseguir, fazer-se substituir por muitos cativos, entre os quais seu sobrinho Paio que, ao tempo, contava, simplesmente, dez anos de idade. Era um menino extraordinariamente formoso, vivo e esperto.

Guardava a maior pureza de alma e no trato tornava-se encantador. Parece que estes predicados mais despertaram aos mouros o interesse de o tentar.

Entretinha-se, durante o dia, com leituras sãs, especialmente as epístolas de S. Paulo. E orava frequentemente, com o maior fervor.

Abderraman III com tamanho entusiasmo ouvia falar dele que, certo dia, quis conhecê-lo. Mandou-o ir à sua presença e tão cativado

ficou com os dotes do pequeno que lhe ofereceu ouro e prata em abundância e prometeu restituir-lhe a liberdade se ele renegasse Cristo. Paio recusou terminantemente e com a maior aspereza repeliu certas carícias que o califa lhe fazia.

Verificando a impossibilidade de o converter à sua fé, Abderraman confiou no tempo e na sagacidade de alguns confidentes. A estes o entregou, mas o pequeno, apesar dos argumentos que os seus algozes lhe apresentavam, manteve-se firme em seus princípios. Então o califa, desesperado, ordenou aos confidentes que o torturassem «con unas tenazes de hierro, o alzasen del suelo y lo bajasen muchas veces y con gran crueldad hasta que, ó negase à Cristo, ó acabase la vida en el tormento». Eles assim fizeram, mas nada conseguiram. Quanto maior era o tormento, mais ele proclamava: — Sou cristão e cristão quero morrer!

A imagem de S. Paio de Merelim

Verdadeiramente irado com esta pertinácia de Paio, Abderraman ordenou, por último, que o cortassem aos pedaços e, depois, o lançassem ao Guadalquivir.

Os verdugos arremeteram, então, contra ele. Quando o inocente erguia as mãos ao Céu a suplicar forças para o seu martírio, abateram-lhas com um alfange. Depois, cortaram-lhe os braços e as pernas e, por fim, decapitaram-no, lançando-o, de seguida, às águas do rio.

Durou este martírio, cruel como poucos, desde as onze e meia da manhã às duas da tarde.

Puderam os cristãos recolher os restos de Paio. À cabeça, deram-lhe sepultura na igreja de S. Gens; e às outras partes do corpo, na de S. Cipriano.

Em 959, Sancho I de Leão, o *Gordo,* passando em Córdova, foi ali pormenorizadamente informado do martírio de Paio. Impressionado, prometeu venerar a memória do inocente, que por toda a Espanha cristã já recebia honras de santo.

Assim, logo que recuperou a coroa, Sancho mandou construir um mosteiro da Ordem de S. Bento, para na igreja colocar o corpo do mártir.

Depois, estimulado por sua mulher D. Teresa e por sua irmã monja, a princesa D. Elvira, encarregou Velasco, bispo de Leão, de, com outros elementos categorizados do reino, ir a Córdova pedir ao califa tão sagrados despojos.

Concedeu-lhos Alhaquén II, com quem Sancho renovou a paz que com ele tinha feito seu pai.

Velasco regressou a Leão, em 967, mas, infelizmente, Sancho já não era vivo. Contudo, seu filho Ramiro III louvou Velasco pelo êxito da missão e as relíquias foram recebidas «con gran pompa de Obispos, prelados y grandes del reino, y con devoción y alegria de todo el pueblo, y colocadas en una arca de plata en el templo que havia edificado Sancho». Ali permaneceram, sempre veneradas por elevado número de devotos. Com receio, porém, às investidas de Almançor, foram, depois, levadas para Oviedo e guardadas no convento de religiosas de S. João Baptista, que tinha como abadessa a viuva de Sancho I. No entanto, em 1053, Fernando I, indo para Oviedo com sua mulher Sancha, para ali trasladou, novamente, o corpo de S. Paio, colocando-o no altar-mor da mesma igreja. Pretendem, porém, alguns, que estas relíquias foram, depois, transferidas para S. Tiago de Compostela.

Pelo brado que deu nos Estados cristãos da Península este martírio, rapidamente por toda a parte se espalhou o culto de S. Paio. Haja em vista, por exemplo, o que se passa em Portugal,onde numerosos templos lhe são consagrados.

A sua representação é, invariavelmente, a mesma por toda a a parte: um adolescente, com a palma de martír.

Uma imagem muito venerada é a que acompanha esta crónica. Encontra-se na igreja de S. Paio de Merelim, concelho de Braga.

# Santa Senhorinha de Basto

CHAMAVA-SE Domitila ou Genoveva e era filha de D. Avulfo ou Hufo Hufez e da Condessa D. Teresa. Ele « Conde e Senhor do território de Vieira e Basto entre os rios Minho e Douro, da Diocese Bracarense » e da « Cidade de Viseu com todas as terras ao redor » procedia de Siubulo, filho do rei visigodo Egica, e teve como avô D. Soeiro Belfaguer, primeiro Senhor da Casa de Sousa; ela era irmã do Conde Gonçalo Soares, guerreiro valoroso dos exércitos de Leão.

Veio ao mundo no ano de 924, em Vieira do Minho, segundo a opinião de vários autores, alicerçada na própria legenda da santa; ou em Basto, como pretende Duarte Neves, ou, ainda, em Atei, como querem José Augusto Carneiro, na *Memória Genealógica dos Marinhos Falcões,* e Jorge Cardoso, no *Agiológio Lusitano,* baseando-se este na tradição e no facto de ali terem erigido uma ermida em sua honra e de lá haver duas fontes uma « chamada do seu nome » a qual é de « muito boa e milagrosa agoa, por ella lhe auer lançado a benção »; e outra « a q. chamão Sancta, pela mesma causa ».

Como o nascimento de Domitila tivesse custado a vida à própria mãe, seu pai confiou-a aos cuidados da tia materna Godina, que procurou dar-lhe uma educação esmerada, perfeitamente de harmonia com as condições de uma casa que em toda a região gozava de excepcional prestígio.

Não foi difícil a Godina desempenhar-se de tão delicado encargo, pois a sobrinha afeiçoara-se-lhe extraordinàriamente, numa afirmação de respeito e de bondade que a todos surpreendia. Idêntica afeição dispensava aos serviçais da casa, nunca os aborrecendo nem dando motivo a reparos. Pelo contrário, todos se compraziam em tê-la a seu lado, em conversar com ela, em prodigalizar-lhe distracções próprias da idade.

Embora a ternura da tia e os afectos do pai houvessem decididamente influido na sua formação, fazendo dela uma menina dos mais

brilhantes dotes de espírito e coração, a verdade é que desde muito nova começou a revelar vocação para a vida monástica. Era essa, reconhecia-se perfeitamente, a sua suprema ambição. Dava-o claramente a perceber na frequente leitura da vida dos santos, na ansiedade de práticas religiosas, que escutava com especial atenção, e, até, nas próprias conversas que escolhia. Por isso, quando, mais tarde, Godina a abandonou para ingressar no mosteiro de S. João de Vieira, em Vieira do Minho, jamais deixou de suspirar por idêntico momento.

Entretanto, um rico fidalgo, sabedor dos seus invulgares predicados, pretende-a para esposa. Segreda-lhe a intenção, mas ela recusa delicadamente, não obstante conhecer as virtudes que exornavam o enamorado mancebo. Este, penalizado, não perde a esperança e recorre a D. Avulfo. Conta-lhe o que se passou e suplica-lhe, entre lágrimas e protestos de amor, que procure demover a filha do propósito em que estava de recusá-lo para marido. O Conde acede, mas Domitila rejeita a sedutora proposta, afirmando categoricamente: — Eu já tenho por esposo a Jesus Cristo, a quem é coisa abominável preferir-lhe outro, e assim não poderão separar-me do seu amor, nem as instâncias de um pai, nem o afecto de um mancebo apaixonado, nem mesmo todas as riquezas deste mundo.

Estava, pois, traçado, o destino a que, por vontade de Deus, ela havia de consagrar-se para sempre.

D. Avulfo, surpreendido com tal resolução, conforma-se e nem sequer, por mera observação, tenta impedi-la, antes promete facilitá-la para o que contribuiria valiosamente.

Isto — comenta a lenda — teria causado tanto agrado ao Céu, que, nessa noite, em sonho, um anjo manifestara ao Conde o desejo do Senhor em Domitila abraçar quanto antes o estado religioso.

D. Avulfo obedece à vontade de Deus e doa, desde logo, à filha, o padroado de tres freguesias para, com ele, ocorrer à sua sustentação. Domitila professa, então, no convento de S. João de Vieira, onde sua tia Godina já era abadessa. Foi a partir desse momento — diz a tradição — que ela trocou o nome pelo de Senhorinha.

Do que foi a sua vida neste mosteiro, proclamam as velhas crónicas as maiores virtudes, numa ânsia ardente de perfeição, abrasada sempre na prática do bem e no respeito à humildade e entregue constantemente à oração e à mais severa penitência. Mas a sua delicada compleição não se ajustava a tão duros sacrifícios «porq̃ alem de nũqua tocar carne, ou pexe, jejuaua a maior parte da semana a pão,

misturado hũas vezes cõ cinza & outras com sal, vsava de penetratiuo cilício, disciplinauase cada dia atè se banhar em sangue, recitando em tanto os Psalmos Penitenciaes, oraua o mais do tempo, de q̃ contrahio durissimos callos nos joelhos, cõtemplãdo na immensidade, i eternidade de Deos, onde aprendia a sublime sciencia de agradar cada uez mais ao sposo celestial».

Em consequência disto, Senhorinha caiu em profunda melancolia, que impressionava e chegou a causar sérias apreensões.

Não queria sua tia distraí-la da observância da regra, mas entendeu que os tratos que dava ao corpo eram excessivos, podendo, mesmo, acarretar-lhe graves complicações. Observou-lhe, então, servindo-se, para isso, das palavras de Santo Agostinho, de que a vida religiosa, tomada em seu rigor, não é outra coisa mais do que martírio contínuo.

Senhorinha compreendeu perfeitamente os objectivos de Godina e, agradecendo-lhe o conselho, prometeu, dali para o futuro, ser menos rigorosa na disciplina que voluntàriamente impusera a si mesma. Cumpriu e pouco depois a saude voltava, dando-lhe, até, mais alento para prosseguir na prática de muitas virtudes, entre as quais avultava a da caridade.

Estimada, querida, por toda a comunidade, foi escolhida para abadessa, quando sua tia morreu. Nem por isso tão elevada dignidade lhe modificou os hábitos, antes mais contribuiu para verdadeiro exemplo de suas irmãs em Cristo. Provocava assombro a sua piedade, o seu zelo pela instituição e, sobretudo, a sua permanente devoção à causa de Deus. É a partir de então que se lhe atribuem os primeiros milagres, como a transformação da água em vinho, o afrouxamento de tempestades e o aparecimento, num momento de extrema penúria, do pão necessário ao sustento de toda a comunidade.

Por essa época, costumava S. Rosendo, primo da Santa Senhorinha, deslocar-se de Celanova, na Galiza, onde fundara um importantíssimo convento, à região de Entre-Douro e Minho, de cujos mosteiros beneditinos era visitador. Nesta qualidade aparecia de vez em quando, como não podia deixar de ser, no de S. João de Vieira.

Aconteceu de, numa dessas visitas, dois operários, que trabalhavam no telhado de um dos dormitórios, cuidarem mal de S. Rosendo e de Santa Senhorinha. Acto contínuo, como inesperado castigo do Céu, são fulminados por uma apoplexia, rolam pelas telhas e estatelam-se no solo, completamente inanimados. S. Rosendo e Santa Senhorinha correm para eles, tocam-lhes e, por vontade de Deus, os

homens regressam à vida. Estupefactos, contam, entre lágrimas e súplicas de perdão, o juizo que levianamente tinham feito.

Por motivos que se ignoram, Senhorinha decidiu transferir-se, com a restante comunidade, para a freguesia de S. Jorge de Basto, em Cabeceiras de Basto, cujo direito de padroado, com as de S. João de Vieira e de Atei, seu pai lhe doara, e onde dera jazida condigna a sua tia Godina.

Quer a lenda relacionar o facto com o aborrecimento que lhe causara a suspeita levantada contra si e S. Rosendo, pelos operários que trabalhavam no convento. O caso ter-se-ia tornado público, explorando-o este, especialmente as mulheres, com todas as fantasias criadas pela imaginação. Daí a decisão tomada e o anátema que Senhorinha lançara ao sair de que «de Vieira, nem mulher, nem vinho, nem madeira».

Diz-se que, no trajecto para S. Jorge de Basto, ao passar no lugar de Carrazedo, fizera uma pequena paragem junto de uns charcos. Pôs-se a orar, com as outras religiosas, mas as rãs, que por ali abundavam, desataram a coaxar tão desentoadamente, que a reza esteve prestes a ser interrompida. Então Senhorinha ordenou que se calassem, e elas obedeceram imediatamente. Jamais — acrescenta a tradição — as rãs ali criadas voltaram a coaxar.

Em S. Jorge de Basto teria Senhorinha aguardado em modesto edifício a conclusão do convento que mandara construir; ou, então, a ele se acolhera já, se, como afirma José Augusto Carneiro, seu irmão Gervásio o fundara, certamente com o propósito de lho oferecer.

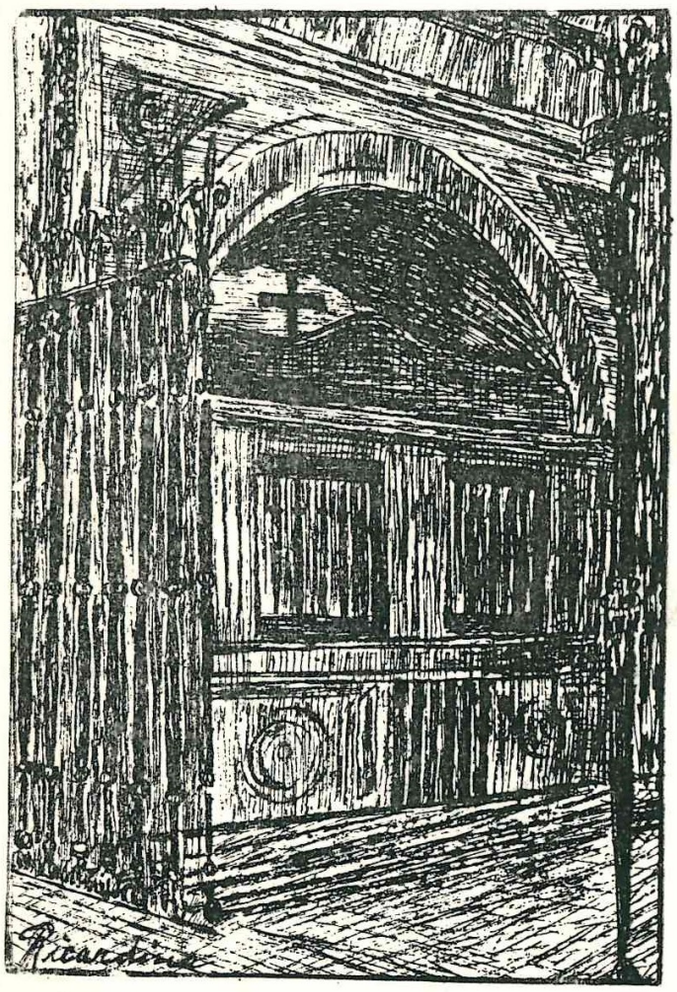
Seria de grandiosa fábrica, como ainda hoje se assevera, apesar de já nada existir dele, nem, mesmo, com segurança, se poder indicar o local onde se erguera. Simplesmente a tradição nos insinua que teria existido no chamado *Campo da Freira,* ao lado, portanto, da actual igreja de Santa Senhorinha.

Informa-nos Jorge Cardoso que ficava «em espaciosa, e humida campina, por razão das veigas que o coroão» e que dele ainda havia alguns «vestígios de claustras, officinas e dormitorios, que estão demonstrando a grandeza e magnificência do convento». Era natural que sim, não logo de início, como facilmente se compreende, mas pelos acréscimos que recebesse em anos sucessivos.

Ali viveu Senhorinha, rodeada da estima das suas irmãs em religião e da simpatia da gente de Basto, cujas donzelas encontravam naquele mosteiro o mais suave refúgio. Nobres ou plebeias da região

preferiam-no e não poucas vezes sucedeu acolherem-se ao seu claustro damas de muito longe, atraídas pela fama de santidade que o cercava. Era a recompensa de uma consagração sem limites à causa de Deus.

Ali continuou Senhorinha a operar milagres que, pela sua natureza, dia a dia mais a impunham ao respeito e veneração de quantos a conheciam ou ouviam falar das suas virtudes, como verdadeiramente excepcionais, próprias, sem dúvida, de uma alma de eleição.



O túmulo de Santa Senhorinha

Foi lá que teve a visão da morte de S. Rosendo. Estando a rezar no coro da igreja, ouviu melodiosos cânticos que igualmente as companheiras perceberam, mas que não souberam explicar. Esclareceu-as Senhorinha de que naquele momento a alma de S. Rosendo tinha voado ao Céu. Anotados o dia e a hora de tal facto, soube-se, mais tarde, que, realmente, o fundador do mosteiro de Celanova havia deixado de viver quando o angelical coro fora ouvido. Era o primeiro de Março de 977.

Com tão puro viver e tantas mostras de favor celestial, Senhorinha conservou-se no seu mosteiro até ao momento em que Deus a chamou para si. Orava quando ouviu «Veni electa mea, quia concupivit Rex speciem tua». Apercebeu-se de que era chegada a sua hora. Pediu os sacramentos, que imediatamente lhe foram ministrados. Depois dirigiu palavras de conforto à comunidade, exortando-a a prosseguir na verdadeira observância das leis de Deus. Lançou, ainda, um derradeiro olhar a todas as companheiras e serenamente expirou. Era o dia 22 de Abril do ano de 982.

Após a sua morte, foram muitos os milagres operados por intercessão da gloriosa serva de Deus.

Anos volvidos, o Arcebispo Primaz D. Paio Mendes, maravilhado com o que a tal respeito se dizia e tendo-lhe sido afirmado que se encontrava incorrupto o corpo de Senhorinha, quís certificar-se de tudo e, para isso, deslocou-se a S. Jorge de Basto. E quando se dispunha a mandar abrir o túmulo da Santa, um cego de nascença, misturado entre a multidão que ali acorrera, quebrou a solenidade do momento, bradando: — Vejo as mãos do Sr. Arcebispo e vejo o Arcebispo!.

O caso, por inesperado, surpreendeu toda a gente. Então D. Paio Mendes interroga-o e ele, louco de contente, explica que, nunca tendo visto, sentira que os seus olhos haviam sido tocados por ignota mão e que passou a ver, que já via o Arcebispo e o próprio túmulo de Santa Senhorinha.

Em face disto, deu-se o prelado por satisfeito, desistindo, desde logo, do intento que o levara ali. Autorizou o culto de Santa Senhorinha e mandou colocar o seu sepulcro em lugar mais adequado e gravar nele o seguinte epitáfio:

Hic Senorina iacet Christi sponsa et fide plena,
Quae innumeros vivens tunc respiravit odores:
Et moriens plurimus quoque nunc per saecula spirat.
Haec fuit illustris (ut memorant) de sanguine creta:
Sed magis illustris dicta pro stamine vitae.
Illius agnoscens Pelagius agmina Praesul
Virtutum, possuit novens in tabulis Almam:
Qui inscripsit quoque lapidis hoc in tegmine metrum.

Era MCLXVIII

A partir de então, intensificou-se o culto de Santa Senhorinha, acorrendo constantemente ao seu túmulo gente de toda a Galiza e até de Castela. Também teria sido nessa ocasião que se mudou o nome à freguesia, passando esta a designar-se de Santa Senhorinha de Basto.

Pelos anos fora, os milagres multiplicaram-se e o número de devotos aumentou sempre.

A ela recorreu o nosso rei D. Sancho I, quando o herdeiro ao trono, D. Afonso, sofria de grave enfermidade que o arrastava quase às portas da morte. O soberano orou junto do túmulo da Santa e prometeu converter-lhe em couto o terreno que circuitava a igreja se o filho melho-

rasse. O milagre deu-se e, pouco depois, era o próprio D. Sancho que, em cumprimento da promessa, percorria, a pé, todo o terreno e indicava a D. Gonçalo Mendes, senhor da terra, os pontos destinados aos respectivos marcos, o primeiro dos quais se colocou na sua presença.

Este caso, ocorrido no ano de 1200, influiu extraordinàriamente nas condições locais, pois a freguesia de Santa Senhorinha de Basto passou a ser a sede do Julgado de Cabeceiras de Basto.

É, também, de salientar a devoção que D. Pedro I e D. Inês de Castro tiveram por Santa Senhorinha e a generosidade de que usaram para a manutenção do respectivo culto. Assim, em 15 de Setembro de 1360, o rei fez doação à igreja de Santa Senhorinha «pera sempre em guisa que nunca possa reuogar» de todo o direito do padroado que tinha na igreja de Santa Maria de Salto, em terras de Barroso.

Por sua vez, D. Inês de Castro mandou construir a capela em que jazia S. Gervásio, irmão de Santa Senhorinha. Isto nos é esclarecido pela respectiva doação de D. Pedro, feita em Valença, na data atrás mencionada. Por esse documento, impunha o rei várias condições, entre as quais a do respectivo abade ter um capelão «pera todo sempre que cante em cada hum dia mjsa de sobre o altar e diga as oras canonicas em huã capella que na dicta jgreia fez dona jnes de crasto onde jaz o corpo de sam jeruas». Alem disso, determinava, também, que houvesse «pera todo o sempre» tres lampadas a arder, permanentemente, uma ante o Crucifixo, outra no tumulo de Santa Senhorinha e a terceira na capela onde jazia S. Gervásio.

Igualmente D. João IV foi um grande devoto de Santa Senhorinha de Basto. Prova-o a seguinte carta que, ainda Duque de Bragança, escreveu de Vila Viçosa, onde, como se sabe, residia, ao padre Jorge Ribeiro, então abade da freguesia:

*Dezeio de saber q. festa ou comoração se faz nessa Igreja de S.ta Senhorinha do Basto, e de S.ta Godinha e de São Jezuas ou se se faz só de S.ta Senhorinha, ou o que se faz della no dia de sua festa ou dos outros Sanctos atraz nomeiados, se se faz em comum ou em particular de algum delles porq. deseio de festeiar a estes sanctos portugezes na minha capella, ou se ha algua outra parte em que se faça comoração delles, ou reze em algua ordem; e levarei m.to contentam.to de me avizardes m.to particularm.te do q. nessa materia souberdes, ficarei estimando m.to o q. fizerdes nessa materia e qd.o vos comprir de mim algua couza, também me achareis com boa vontade*

*p.ª vos favorecer, no q. ouver de nosso contentam.to* Ds *Vos gd.e de V.ª Vc.ª a 30 de Abril de 625.*

O Duque

Esta carta vale não só pelo fervor religioso que revela como por um bem vincado patriotismo de que D. João dava esclarecida prova.

Positivamente que o *São Jesuas* a que se refere a carta é S. Gervásio ou Gervás, irmão de Santa Senhorinha.

A actual igreja de Santa Senhorinha foi mandada construir, em 1634, por Francisco Ribeiro do Canto, que no Brasil angariara avultada fortuna. É lá que se encontram, em túmulos próprios, os corpos de Santa Senhorinha, de Santa Godinha ou Godina e de S. Gervásio, cujo culto desapareceu quase por completo. Portanto, da primitiva construção já nada existe. A de hoje é conhecida pela Sé de Basto.

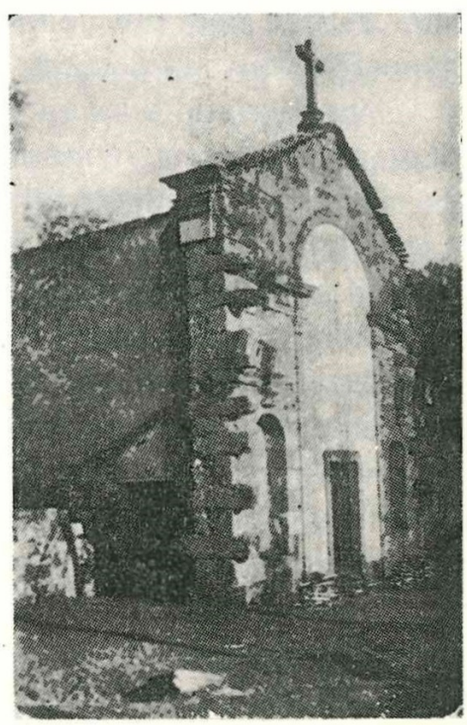
Resta-nos, agora, dizer que o próprio convento pouco durou, relativamente, pois, segundo o padre Carvalho da Costa, já se encontrava extinto no tempo de D. Afonso Henriques. O couto acabou em 1620.

CÂMARA MUNICIPAL
BARCELOS

# O Convento-hospício de Cabeceiras de Basto

PARECE que a freguesia de Santa Senhorinha estava fadada para obras pias. Além da fundação a que já, em crónica anterior, nos referimos, vamos, agora, falar de outra, mais conhecida por *Convento-hospício* de Cabeceiras de Basto.

Ficava situado no lugar de Olela, sobranceiro à estrada que liga a sede do concelho à freguesia de Arco de Baulhe, e devia datar dos princípios do século passado. Rodeado de frondoso arvoredo, tornava-se pouco visível a quem utilizava aquela via. No entanto, lá estão as suas ruinas, a recordar-nos o que foi, e, mais do que isso, a protecção que os seus antigos moradores, franciscanos da Província da Soledade, dispensavam ao viandante, pobre ou rico, que por ali tivesse de transitar, sempre à mercê de assalto dos bandoleiros que infestavam a região.



O que existe da capela do Hospício

Compunha-se de um prédio razoável, com várias celas, refeitório, sala para biblioteca, cozinha, dependências para leigos, enfim, de tudo o que importava a uma verdadeira casa de Deus.

A igreja, à qual estava lígado, não chegou a ser concluida. As obras pararam na capela-mor. Esta era dotada de belo altar de talha dourada, onde se veneravam as imagens de Santo António e S. Francisco, ainda hoje muito bem conservadas.

No tecto, por sinal bastante elevado, estão pintadas, a óleo, as armas de S. Francisco. Diz a tradição, corroborada por um registo conservado na sacristia, que o artista encarregado daquele trabalho se deslocou do andaime em que se encontrava, estatelando-se no lajedo. Nada, porém, sofreu, além do susto,

atribuindo-se o facto a milagre de Nossa Senhora da Boa Morte, à qual a capela estava dedicada.

No subsolo, ocupando todo o âmbito da construção, existe um majestoso jazigo, feito de pedra lavrada. Nele se vêem, em alto relevo, as armas do Conde de Basto, e a seguinte inscrição: *O Conde de Basto, José António de Oliveira Leite de Barros, do Conselho de S. Magestade, Secretario de Estado dos Negocios do Reino, encarregado da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, Comendador das comendas da Ordem de Christo e Torre e Espada, Alcaide-mor do Castelo da Villa de Guimarães e Senhor donatario do Concelho de Roças, mandou fazer este jazigo no anno de 1829 onde hade jazer com sua família.*

Assemelha-se a um enorme salão, para o qual se desce por meio de escadas de pedra. Encontram-se ali os restos mortais da primeira mulher do Conde de Basto, D. Leonor Angélica Leite de Barros, falecida em 19 de Junho de 1825. Em 4 de Agosto de 1833, falecia, em Coimbra, aquele titular. Lá foi sepultado, e quando, mais tarde, se pensou na sua trasladação para o jazigo que mandara fazer, já se encontrava em vigor a lei que proibia os enterramentos nas igrejas. De maneira que nem ele nem os seus sucessores aproveitaram da fúnebre disposição.

Na sacristia anexa à capela, há um altar, no qual se encontra a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, deitada e cercada de figuras em adoração. Antigamente organizava-se, com ela, uma procissão até à capelinha de Nossa Senhora do Ó, situada num monte fronteiriço e do qual se divisa formoso e vasto panorama sobre a povoação do Arco de Baulhe e seus arredores. O trajecto era feito ao longo de uma extensa avenida marginada de sobreiros seculares.

Diz-se que, no tempo do convento, os monges, de cruz alçada, costumavam, todos os dias, à hora das Trindades, percorrer o mesmo itenerário, detendo-se, depois, junto da referida capela, a orar pelos vivos e pelos mortos. Nesta piedosa devoção eram, por vezes, acompanhados de muitas pessoas das redondezas, que, assim, aproveitavam a oportunidade de cumprir votos a que se obrigavam. Quando tal acontecia, havia sempre, no final, uma prédica do mais elevado sentido moral e religioso.

Para seu sustento, os frades cultivavam os terrenos anexos. Fora desta actividade e das obrigações internas, esmolavam de freguesia em

freguesia, percorrendo distâncias consideráveis, por montes e vales, sem receio aos caminhos e à dureza das intempéries.

Os terrenos onde foi fundado o convento, designavam-se, antigamente, por *Vale do Milho*. Foram os próprios frades que os adquiriram a diversos proprietários, com o produto de esmolas e de valiosos auxílios do referido Conde de Basto, que, de forma especial, bastante os protegia, não obstante viver longe dali, pois a sua residência oficial fixava-se na Casa da Breia, freguesia de S. Nicolau.

Enquanto viveu, o ilustre titular foi sempre um generoso benemérito da fundação que ajudara a criar e pela qual nutria a maior simpatia. Ou solicitado ou espontâneamente, a sua magnanimidade para com os modestos franciscanos nunca tinha limites. Talvez estas circunstâncias justifiquem, até certo ponto, a escolha que ele fez da capela do convento para sua última jazida e dos seus, no que os frades se mostrariam plenamente de acordo, e com razão.

Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, o convento foi à praça. Arrematou-o, no ano seguinte, o neto da Condessa de Basto, ali sepultada, como dizemos atrás, Manuel Filipe L. Barros, que era, nessa data, senhor da Casa da Breia. Deu por ele 701$000 reis, com a obrigação de manter a capela aberta ao culto. Por esse motivo, ficou lá, como capelão, frei João das Dores, que faleceu em 1860. De então para cá, nunca mais ali houve culto, apesar da capela continuar a ser conservada com o mesmo carinho de sempre. Os terrenos anexos constituem uma propriedade bastante razoável. Mas tanto estes como o que resta propriamente da monástica fundação, foram generosamente oferecidos, em 1952, pelo seu proprietário, sr. Manuel Filipe Leite de Barros Vilela Passos, à Misericórdia de Cabeceiras de Basto.

Talvez pela sua curta existência, este convento não deixou qualquer história digna de registo. Começa, até, por ignorar-se o nome de quem o instituiu e a data da fundação.

Também sobre os motivos que levaram os frades a preferir aquele local, nada de concreto se averigua, embora a versão mais corrente nos diga que a instituição se destinava não só a casa de meditação como a albergue dos que por ali transitavam, muitas vezes em romagens de piedade. Assim como, dada a magnífica situação que tinha, num ponto saudável, banhada de ar e luz, se destinaria, também, como da sua designação se infere, a casa de repouso da própria ordem.

Com certeza não deveriam de faltar elementos de informação no respectivo arquivo, que se julga ter desaparecido, em parte, após a

perseguição às ordens religiosas, movida pelas reformas do liberalismo.

Sabe-se, no entanto, que chegou a ter uma biblioteca razoável, a qual, por determinação superior, foi incorporada na de Braga.

Apesar de serem bastante escassas as notícias acerca deste convento, era natural que entre elas aparecesse alguma em seu desabono. Mas não. A própria tradição local refere que os frades eram tidos como pessoas de muita virtude, inteiramente entregues à oração e à prática da caridade.

Bastava isto para recordarmos a desaparecida instituição religiosa que, por certo, largos benefícios de ordem moral e material espalhou, para maior proveito das almas e honra da Igreja.

# As primeiras fortificações de Ponte de Lima

EMPENHAVA-SE o príncipe D. Pedro em vingar a morte de Inês de Castro, embora, para isso, houvesse de pôr o país a ferro e fogo.

Só um pensamento o dominava: prender os assassinos e fazer justiça por suas próprias mãos.

Desencadeada a guerra entre ele e D. Afonso IV, seu pai, foi, principalmente, nas províncias do norte onde a luta assumiu proporções mais devastadoras. Então no Entre-Douro e Minho atingiu foros de verdadeira calamidade, sobretudo desde que em auxílio de D. Pedro vieram da Galiza poderosas forças, comandadas por Alvaro Pires de Castro e Fernando de Castro, irmãos da desventurada Inês.

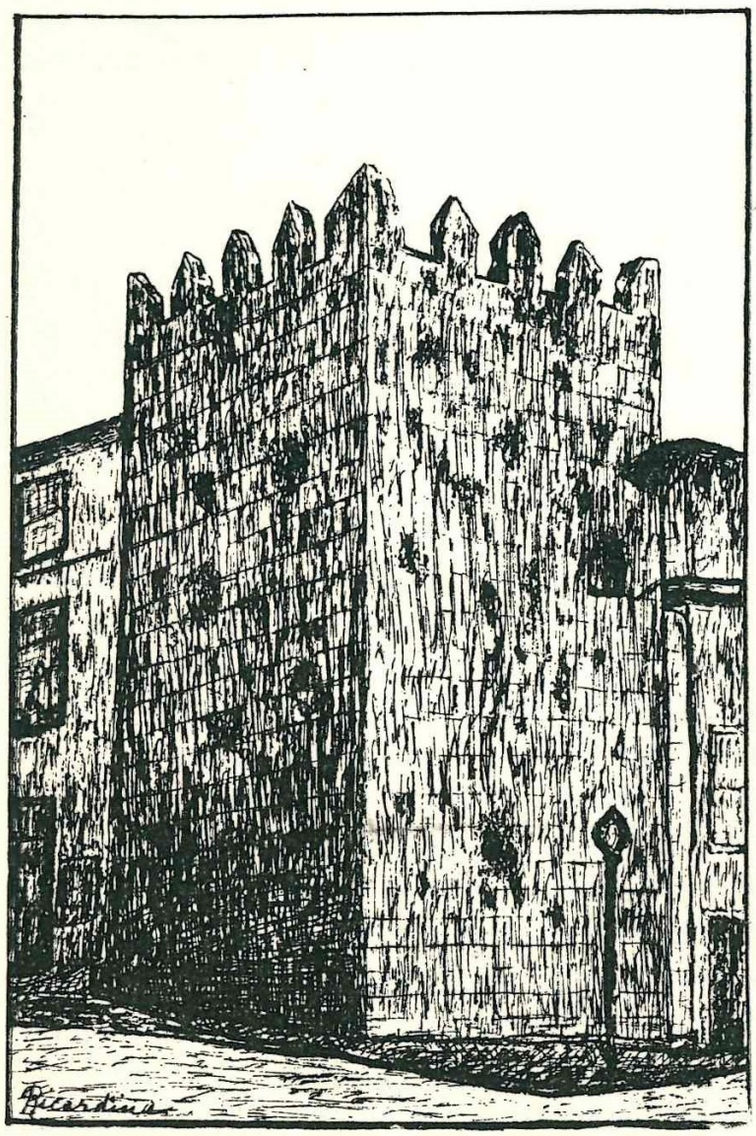
Felizmente que D. Pedro atendeu aos rogos da rainha D. Beatriz, sua mãe, para se harmonizar com o pai, mediante recompensas deste em troca do perdão para os assassinos daquela a quem, pela elegância escultural do busto, chamavam *Colo de Garça*.

Apesar do príncipe ter prometido e jurado «sobre os sanctos Euãgelhos e sobre a Cruz nas maãos da dicta Senhora Reynha sa madre e nas maãos do honrrado padre e senhor dom Guylhelme pela mercêe de deus Arcebispo de Bragaa», a verdade é que a composição feita solenemente em Canavezes, no dia 5 de Agosto de 1393 (ano de 1355) e da qual o tabelião Vasques Anes lavrou o respectivo auto, só teve efeito enquanto D. Afonso IV viveu. Depois que subiu ao trono, D. Pedro ràpidamente se esqueceu desse instrumento de concórdia em que «perdoaua e perdoou pera sempre a todollos que cõ ElRey chegarom e se acercarom en sa conpanha ao tenpo da morte da dicta Enês e aos outros que el auya e Razoaua por culpados». A vingança foi imediata e cruel — di-lo a história. Por mais que sabida, dispensamo-nos de reproduzi-la.

Ora, no tempo em que era mais acesa a luta entre D. Afonso IV e o filho, este, ao passar em Ponte de Lima, impressionou-se vivamente com a pobreza da povoação, que desde 4 de Março de 1125 tinha foral outorgado por D. Teresa. Realmente, a vila ainda não correspon-

dia, decorridos mais de dois séculos, à distinção que a mãe do nosso primeiro rei lhe havia concedido. Limitava-se, por assim dizer, a umas pobres choupanas situadas, possivelmente, no lugar denominado de Baldruja, fora, portanto, do seu primeiro assento, e constantemente à mercê de investidas aventureiras. Além disso, talvez D. Pedro houvesse meditado na importância do local, como ponto de referência de uma região que, pela sua situação, bem poderia considerar-se de estratégica, e, por conseguinte, merecedora de meios convenientes de defesa.

Por estas circunstâncias, D. Pedro teria prometido assegurar a Ponte de Lima a protecção necessária, de maneira a que os seus habitantes ficassem a coberto de qualquer surpresa desagradável e a região encontrasse nela um elemento valioso de segurança. E que D. Pedro não se teria esquecido demonstra-o o facto de haver mandado traçar o plano de uma praça forte, com sua cerca de muros ameiados, nos quais se abriam seis portas defendidas por barbacãs e cubelos. Nove gigantescas torres ameiadas completavam este sistema da maior protecção, como se depreende, para uma terra que até aí vivia sem os mais rudimentares meios de defesa.



A torre de S. Paulo, em Ponte de Lima

Com geral aplauso do pequeno núcleo populacional, a primeira pedra deste louvável empreendimento era lançada no dia 3 de Julho de 1359, pelo corregedor Alvaro Pais, que agia, nessa data, já em nome de El-Rei D. Pedro I. A esta fortificação, que

marca uma nova era nos anais de Ponte de Lima e que ficou concluida em 1370, já no reinado de D. Fernando, há quem pretenda juntar a ponte, afirmando que ela fôra mandada construir também por D. Pedro. Nada, porém, o pode garantir.

Eram, pois, nove as torres que defendiam a vila. Tinham as seguintes designações:

*Torre e porta da vila* ou do *Souto*, na antiga rua deste nome, hoje designada de *Vieira Lisboa*. Sobre a porta havia uma capela da invocação de S. Benedito. Foram demolidas, respectivamente, em 1815 e 1816.

*Torre e porta do Postigo* ou *de S. Paulo*. A partir de 1771, a torre passou a chamar-se da *Expectação* por sobre ela ter sido construido um campanário da Irmandade de Nossa Senhora da Expectação. A porta foi demolida em 1866.

*Torre e porta da Ponte*, à entrada da ponte sobre o Lima. Na parte voltada para a ponte, foram-lhe, mais tarde, colocadas duas estatuetas, nas quais se pretendia ver os irmãos Estêvão e Lourenço Malheiro, que tão brilhantemente ajudaram D. João I a conquistar a vila, por esta, ao tempo governada pelo espanhol Lopo Gomes de Lira, não querer reconhecê-lo como rei de Portugal. Na torre havia, também, uma lápida comemorativa da Consagração de Portugal à Imaculada Conceição de Maria. Foram demolidas nos anos de 1757 e 1758.

*Torre e porta de S. João*, à entrada da rua denominada hoje do *Padre Francisco Pacheco*. No interior da torre havia uma capela dedicada ao seu titular. Foram demolidas em 1863.

*Torre da Esgrima*, no local denominado de *Trás-do-Muro*. A sua demolição data de 1787.

*Torre dos Pereiras* ou de *Vasco Marinho*, no sítio das Pereiras. A segunda designação vem do tempo de D. Manuel I, por ficar contígua à casa que foi de Vasco Marinho Pereira. A sua demolição começou em 1787.

*Torre da Eira* ou *Carvalheira*, assim chamada pela proximidade duma casa com aquelas designações. Foi demolida em 1787.

*Torre e porta de Braga*, deste modo conhecida pela sua directa ligação com a estrada de Braga. Foram demolidas em 1800.

*Torre e porta dos Codessos* ou de *Menagem*. A torre, de todas a mais alta, passou a chamar-se *do Castelo* depois da edificação deste, em 1464. Foram demolidas em 1821.

Ainda integrado na velha fortificação de D. Pedro I, havia um

cubelo entre as torres do *Castelo* e de *Braga*. Era conhecido pela *torre da Pólvora*, em consequência de, no século XVII, o terem adaptado a depósito de explosivos. Foi demolido em 1817.

Além da torre de S. Paulo, pouco mais existe das primitivas fortificações da vila. Tudo foi apeado do seu pedestal de séculos, pela febre de destruição, em nome, por vezes, de um falso progresso que, regra geral, nunca chega a realizar-se. Mas o que se passou em Ponte de Lima passou-se, igualmente, no resto do país, mesmo em localidades de maior categoria. Aquilo que fosse antigo e, aparentemente, se julgasse inútil, era imediatamente sacrificado, sem a mais leve sombra de respeito pelo que representava ou valia como documento precioso da história local. A questão era aparecer quem se lembrasse disso.

Exemplo mais flagrante não pode encontrar-se do que na demolição das torres que defendiam a ponte daquela vila, uma em cada extremidade. Se ainda existissem, constituiriam, no país, exemplar único, pois a da Ucanha só tinha uma, felizmente ainda conservada.

Bastava a ponte ser o monumento mais expressivo da vila para o vandalismo nunca se ter consumado.

A este respeito, Pinheiro Chagas escrevia em 1885:

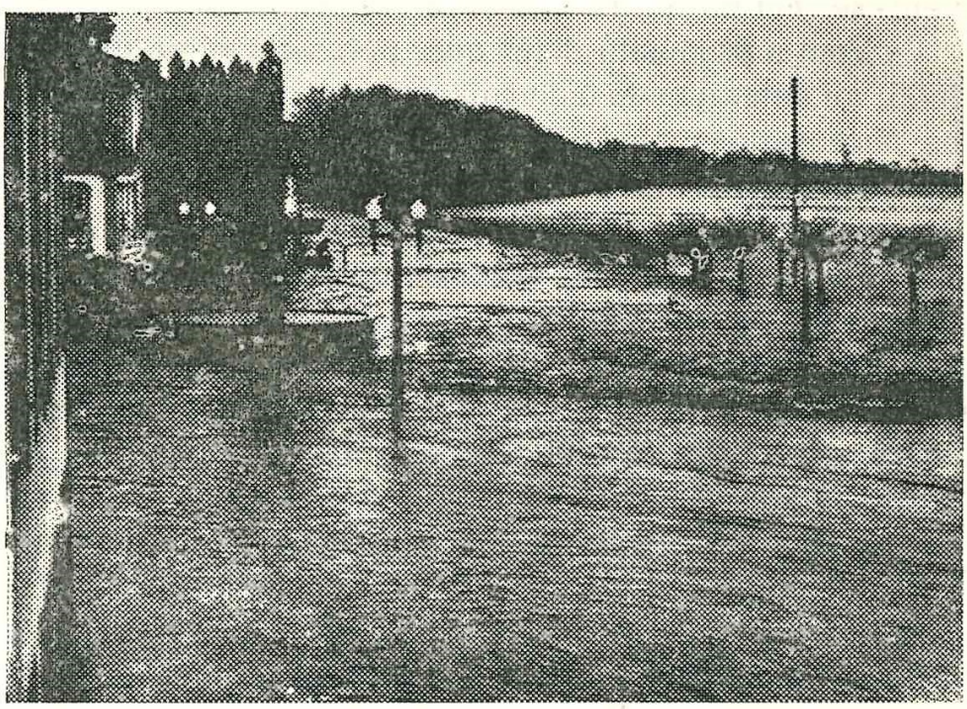
«A torre da extremidade do sul dava entrada para a vila, atravessando-a por baixo de um robusto arco de cantaria — a do norte, estava a pouco mais de duas terças partes da ponte, e desta até às primeiras casas do Arrabalde ainda havia sete arcos, de construção romana, segundo Bezerra. As duas torres eram muito altas, quadrangulares, e em tudo iguais. A do norte, chamava-se *torre velha,* o que induz a acreditar ser obra anterior à outra, que também não é obra do rei D. Manuel, aliás, teria *bocanheiras* para artilharia e não *sèteiras,* como tinha. Talvez a torre velha fosse ainda dos romanos, e a do lado da vila obra do rei D. Pedro».

Comenta, mais adiante:

«Não se sabe porquê, a Câmara declarou guerra às duas torres — respeitáveis monumentos de outras eras e que tanto enobreciam a vila — e há poucos anos foi-se a elas e arrazou-as! — despojou a ponte do seu mais imponente ornamento, sob o fútil pretexto de tornar mais ampla a passagem da ponte; como se os portugueses do século XIX fossem de mais avantajada estatura do que os antigos! — E lá se foram estes dois gigantes de pedra, que davam à ponte o aspecto guerreiro da Idade Média».

A D. Pedro I se atribue a construção da ponte, apesar de nenhum

documento o confirmar. Os resguardos eram ornados de ameias. Mede 277 metros de comprimento e 4 de largura e é dotada de 16 arcos grandes e 14 estreitos, estes abertos nos próprios pègões.



As cheias do rio em Ponte de Lima

Para sua conservação, tinham-lhe sido doados, em épocas remotas, uns casais do Rego do Azar, da Geraza e das Regadas, situados na freguesia de Santa Comba, e o casal do Outeiro, em S. Tomé do Vade, Ponte da Barca.

É a sucessora, a bem dizer, da que ali tinham construido os romanos, integrada na via militar que ligava a cidade de Braga à de Astorga e que, portanto, serviria o *Forum Limicorum,* suposto na margem direita — além da ponte. Aquela, subsistindo, arruinada, em seco, devido a, posteriormente, ter sido mudado, mais para o sul, o leito do rio, media cem metros de comprimento por três metros e quarenta centímetros de largura.

Manuel Gomes de Lima Bezerra, conforme diz em *Estrangeiros no Lima*, ainda a conheceu.

Importa conservar o que dela existe, pois bem pode considerar-se a própria certidão de nascimento da vila. Com efeito, quando D. Teresa concedeu foral à povoação, fez vila o lugar de *Ponte,* assim designado por este lhe ficar junto... *Placuit mihi ut faciam uillam supranominato loco Ponte.*

A actual está incluida entre os monumentos nacionais, e com justiça. É o melhor cartaz de propaganda da vila, aquele que precisamente mais carácter lhe dá, embora o rio, tão celebrado e cantado desde

tempos imemoriais, constitua a sua principal beleza, sobretudo em ocasiões de cheias que lhe dão o aspecto de um grandioso estuário. Devem-se, em parte, ao seu assoreamento.

Vem a propósito dizer que, por carta régia de 19 de Fevereiro de 1805, foi determinado o encanamento do Lima, para o que se haviam feito os necessários estudos, inclusivé de navegabilidade desde Ponte da Barca até Viana do Castelo. As obras principiaram em 4 de Junho desse ano, mas, por aviso de 31 de Dezembro de 1807, pararam.

As maiores cheias registadas desde o último quartel do século passado foram a de 1880, que durou alguns dias; a de 22 de Dezembro de 1909, que atingiu o Largo de Camões e danificou, em grande extensão, os parapeitos da ponte; e a de 5 de Dezembro de 1929, que inundou o velho mercado.

Em gravura junta, damos um aspecto das cheias em 1929. É certo que se trata de fotografia pouco nítida, mas que documenta bem as proporções atingidas pela considerável enchente que, então, se registou.

# O mosteiro de S. João de Vieira

NÃO faltam por um lado e por outro, quer em vales floridos, quer em montanhas escalvadas, igrejas ou capelas, ermidas ou nichos, a afirmar, da maneira mais categórica, os sentimentos cristãos de todo o concelho de Vieira do Minho. Por isso, abundam as tradições, umas abonadas pela própria história, isto é, por documentos autênticos, alguns com séculos de existência; outras, a maior parte, alimentadas pelo maravilhoso da lenda, nem sempre isento, talvez, de certo fundo real.

Mas umas e outras cheias de beleza, impregnadas da mesma crença, tidas e havidas, desde tempos imemoriais, como verdades de sempre, para todo o sempre.

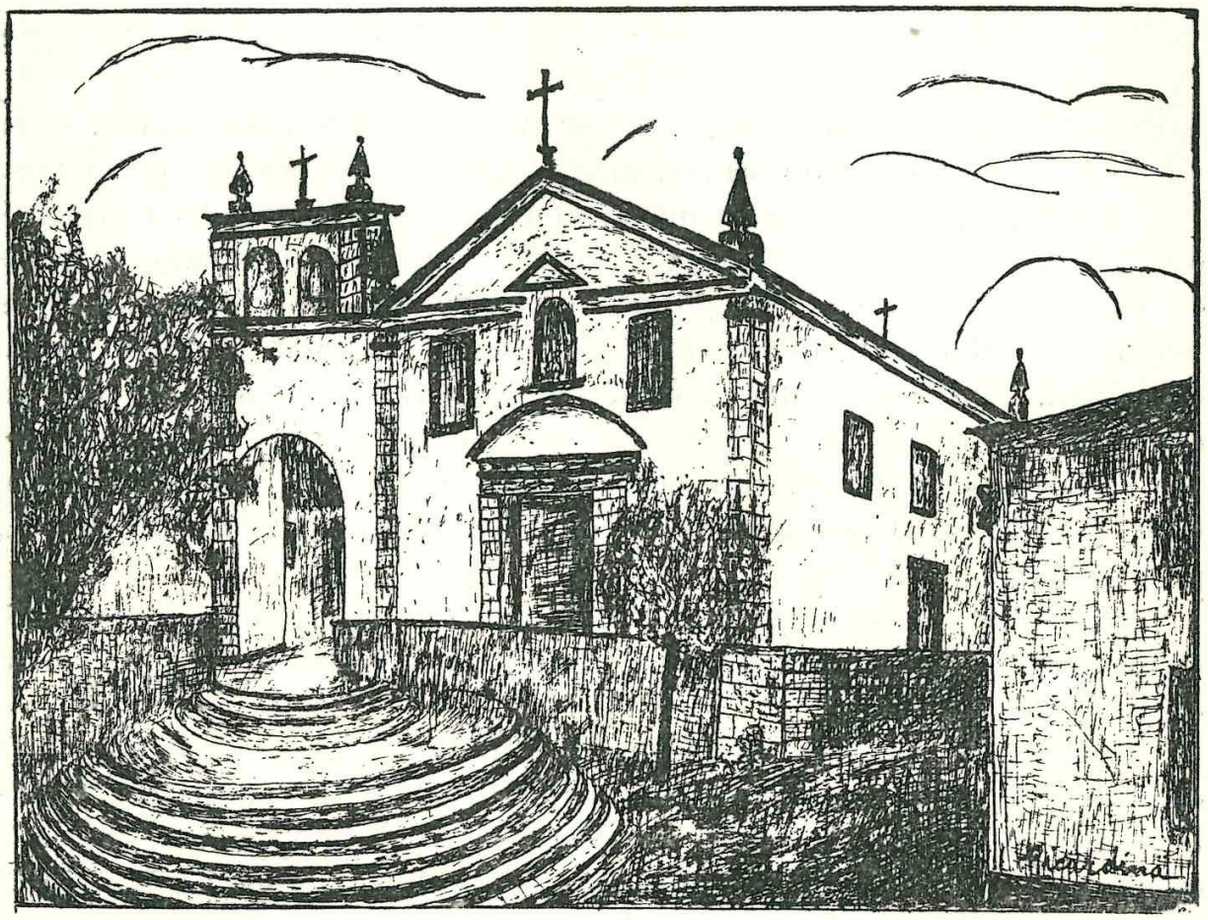
Benditas, pois, essas tradições, que mais elevam o homem para Deus, que mais o aproximam da perfeição, através dos caminhos do amor e da fé!

Ora, das tradições religiosas de Vieira do Minho, a mais antiga deve ser, incontestàvelmente, a do Mosteiro de S. João Baptista, de freiras beneditinas. A ele se referem vários autores, apresentando-o como relicário de virtudes admiráveis, onde a piedade avultava no mais puro sentido cristão. Também nós já lhe fizemos uma alusão, quando nos ocupamos de Santa Senhorinha de Basto. Vamos, agora, dispensar-lhe mais algumas palavras, como, de facto, merece.

A quem visita Vieira do Minho e procura conhecer algumas das suas curiosidades mais interessantes, não passa despercebida a circunstância de, a cerca de dois quilómetros do centro da vila, existir uma freguesia com o nome de *Mosteiro*. É dedicada a S. João Baptista e a ela, eclesiàsticamente, pertence a própria séde do concelho, que tem o seu assento no lugar de Brancelhe. Este, pelo horizonte cerrado que o cerca, formado pelas serras do Gerês, da Cabreira e de Rossas, parece emergir de uma enorme concha que a natureza pretendesse assemelhar às orgulhosas vieiras do heráldico brasão da vila. De facto lá as tem, como derivadas do apelido dos seus primitivos dona-

tários, conforme nos é contado por José Augusto Carneiro em *A memória genealógica e biográfica sobre Marinhos Falcões:*

«A família *Vieira* procede de Espanha, e é uma das mais antigas e ilustres. Deduz a sua origem daquele prodigioso acontecimento na praia de Bouças, quando ali estava Caio Carpo, régulo da Maia, cor-



Igreja Matriz do Mosteiro

rendo canas festivais para se desposar com Cláudia Loba, filha de outro régulo de Gaia, descendente (segundo o Bispo D. Servando) do imperador Augusto César, e de sua segunda mulher a imperatriz Amélia.

Quando estava reunida toda a comitiva, desbocou-se o cavalo de Caio Carpo, fugindo a todo o galope pelo mar dentro, e desaparecendo em breve aos olhos estupefactos dos espectadores desta estranha cena.

Julgou-se Caio Carpo perdido, e foi grande o seu espanto ao encontrar-se nas ondas em uma barca, que conduzia o apóstolo S. Tiago, no meio dos seus discípulos, para Compostela, no reino da Galiza. E maior foi o seu espanto quando se viu de novo na praia com os ves-

tidos enxutos e cobertos de conchas *Vieiras* que seus descendentes tomaram por armas.

Deste acontecimento resultou a conversão de Caio Carpo e sua comitiva, recebendo todos o sacramento do Baptismo e entrando no grémio da Santa Religião Católica Apostólica Romana».

Posto isto, que chega para justificar os honrosos pergaminhos da antiga *Vernaria,* reportemo-nos, novamente, à freguesia do Mosteiro.

A sua designação sugere, imediatamente, a ideia de por ali ter havido, embora em épocas muito recuadas, qualquer instituto monástico. Assim foi, na verdade. A actual matriz é, por tradição, a sucessora ou, melhor, a representante da igreja que serviu ao extinto mosteiro. Deste, não restam hoje os menores vestígios, mas isto não invalida a opinião, quanto mais a certeza, dele ter existido. É o que nos asseveram documentos dignos de todo o crédito, apesar de se desconhecerem a data da sua fundação e o nome de quem o instituiu.

Através da lenda de Santa Senhorinha, deduz-se, claramente, que já existia quando esta serva do Senhor abraçou a vida religiosa, pois afirma-se que ali professara na época em que dele era abadessa sua tia Godina. No entanto, alguns autores apresentam-no como fundação do Conde D. Avulfo, para nele viver sua filha Senhorinha como freira, tanto mais que do dote desta fazia parte a igreja de S. João de Vieira, da qual ele era padroeiro. Só a partir de então ali se constituiria uma comunidade religiosa, da Ordem de S. Bento.

É fora de dúvida que já existia antes da fundação da nacionalidade. Dele nos fala uma escritura registada no *Liber Fidei.* Trata-se de uma doação feita, em 1116, por Maria Pais e seu filho Paio Pais à igreja e clérigos de Santa Maria de Braga das partes que tinham no mosteiro de S. João de Vieira... *Testamtu facims d'o et Sca marie de bcara et ub'arcepo dono. m. una cum clericis ibi comoratib's ratione nram de illo monastio de Sci iohnis de uelaria.*

Foi mosteiro rico. Eram bastantes as propriedades que possuia tanto em S. João de Vieira como em freguesias circunvizinhas. Assim pode ver-se nas *Inquirições* de 1220, mandadas fazer por D. Afonso II.

Uma vez extinto, em data que se ignora, teria passado aos templários, que possivelmente o ampliaram. Na posse destes se conservaria até à extinção da Ordem do Templo em 1312. Com a incorporação, em 1319, dos bens de tão poderosa instituição religiosa e militar, na recencriada Ordem de Cristo, para esta passaria, transformando-se, mais tarde, em comenda dos Morgados de Calhariz.

A falta de elementos inibe-nos de mais pormenores sobre esta casa do Senhor, que teve como primeiras abadessas duas figuras prestigiosas da Ordem Beneditina: Santa Godina e Santa Senhorinha de Basto, de tão grande culto, outrora, em muitas localidades do pais, especialmente em todo o norte.

Resta dela a tradição, e já é muito para sua perpetuidade. E para a evocar lá está a freguesia do Mosteiro, das mais importantes do concelho de Vieira do Minho.

# A Falperra e os seus santuários

EM época bastante difícil de precisar, devido a carência absoluta de elementos, a piedade ergueu, no extremo sul da serra da Falperra, uma capela dedicada a Santa Marta. Por esta designação ficou sendo conhecida, depois, a elevação em que assentava aquele templo. Como seria e quais as suas primitivas dimensões, ignora-se por completo.

Daqui deduz-se que a tradição religiosa da Falperra vem já de épocas muito recuadas, anteriores, mesmo, à fundação da nacionalidade. Assim, por um documento do Mosteiro de Guimarães, de 924, sabe-se que uma das eminências da serra, já, naquela data, se chamava de Santa Marta. Além disso, na doação do couto de Braga, feita em 12 de Abril de 1112, pelo Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, ao Arcebispo D. Maurício, alude-se, nos limites daquele território, ao Monte de Santa Marta — *et inde ad montem sancte marte.*

Julga-se, portanto, que já nesses afastados tempos fosse antiga, por ali, a devoção àquela serva do Senhor, em honra da qual pequenina ermida alvejasse nalguma cumeada, como que a inspirar confiança aos que se aventurassem a atravessar os ásperos caminhos da serra, então, segundo a lenda, couto de bandoleiros que constantemente espiavam os recessos da montanha, na mira de pingues proventos, embora à custa de vítimas inocentes.

Da grandeza, porém, desse culto, nenhuma informação chegou até nós. É de presumir, contudo, que tivesse sido bastante piedoso, a julgar pela aspereza do local em que o templo assentava e os seus difíceis se não quase impraticáveis meios de acesso. Só uma especial devoção poderia levar até lá aqueles que em Santa Marta viam um dos seus mais preciosos elementos de protecção. No entanto, devido a circunstâncias várias, esse culto teria declinado imenso, a julgar pelo estado de ruina em que o Arcebispo Primaz D. Diogo de Sousa (1505-1532) encontrou a capela. Com efeito, no título das obras mandadas efectuar por aquele prelado *nos arrabaldes da cidade de Braga e termo* diz-se

que ele «Fez a ermida de Santa Marta de novo porque a velha era já derribada». Quer dizer: — D. Diogo de Sousa fez uma reedificação, melhor, sobre essas ruinas levantou um templo novo, como parece prová-lo o seu próprio brasão colocado no cimo do arco da actual capela-mor.

Ignora-se, pois, como tivesse sido a primitiva construção. Românica? É natural, a julgar por dois capiteis da época que ainda se conservam no templo.

Dessa reedificação de D. Diogo de Sousa pouco ou nada resta. Sucessivas alterações transformaram-na bastante, dando-lhe um aspecto incaracterístico, embora nela predominem, como pode ver-se, traços bem evidentes do século XVII.

Está assente numa enorme fraga, situada num esporão da serra, conhecido pelo *Alto das Cortiças*. À sua frente estende-se hoje uma pequena avenida, no extremo da qual se construiu um magnífico miradouro. Dali se disfruta vasto e soberbo panorama que, por leste, abrange os píncaros do Gerês; e, pelo poente, se estende até ao mar. À volta, expõem-se as ruinas de um castro luso-romano.

A capela de Santa Marta pertence, administrativa e eclesiàsticamente, à freguesia de Esporões, concelho de Braga.

Ao lado da capela, ergue-se uma pequena e modesta construção que nos dias de romaria serve para albergue dos forasteiros e para venda de recordações.

De lamentar é, porém, que os meios de acesso para o *Alto das Cortiças* ainda sejam tão reduzidos. A beleza do local, que uma rusticidade natural torna mais sugestiva; e o soberbo e deslumbrante panorama que se estende, para todos os lados, aos olhos do visitante, impõem, sem dúvida, uma ligação conveniente para lá, é certo que, presentemente, já bastante facilitada com a estrada, embora rudimentar, que por iniciativa do falecido abade de Esporões, sr. Padre Guilherme Silva, foi aberta há três anos.

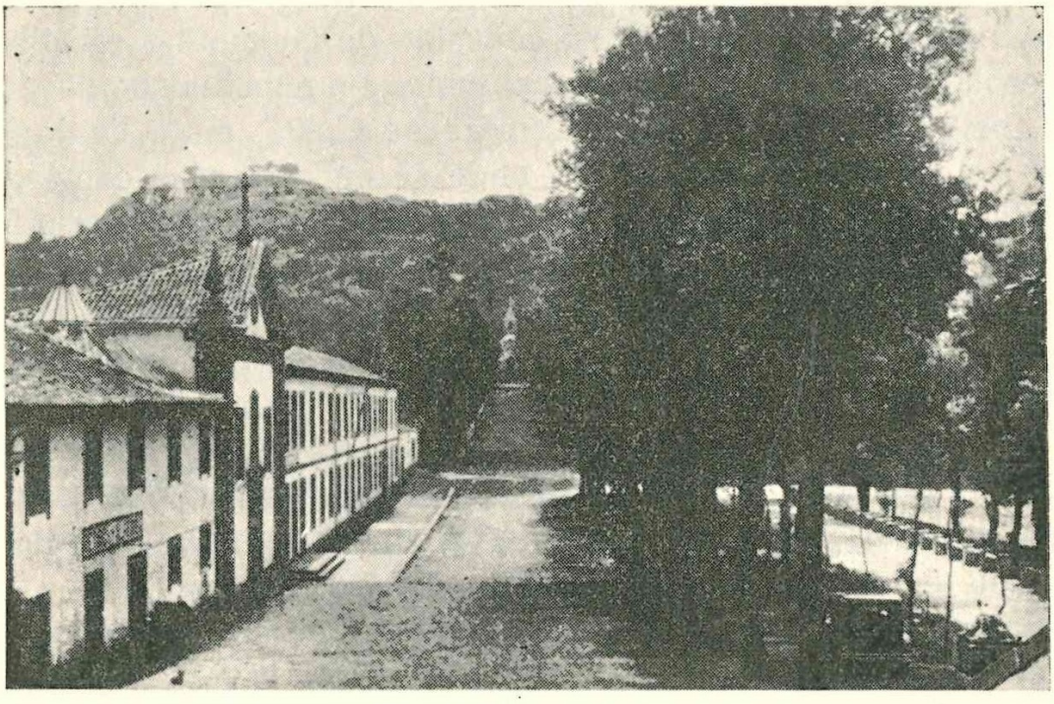
A par do culto de Santa Marta, criou-se, em data igualmente remota, o de Santa Maria Madalena.

Simplesmente, enquanto aquele se confinou ao *Alto das Cortiças*, este veio estabelecer-se no sopé do monte, em local mais aprazível e quase que numa permanente saudação e bênção amiga às duas mais importantes localidades do distrito — Braga e Guimarães — ligadas directamente pela estrada que por ali passava.

Que esse culto teve a maior projecção prova-o, sem dúvida, o santuário que, depois, se ergueu em sua honra. Mas lobrigar a sua origem

tem sido, até hoje, trabalho verdadeiramente infrutífero. Tão antiga como a de Santa Marta? Não é crível, pois nem a tradição a tal se refere.

É fora de dúvida, porém, que anteriormente ao pontificado do Arcebispo Primaz de Braga D. Diogo de Sousa já na montanha da Falperra existia uma capela dedicada a Santa Maria Madalena. Isso depreende-se do «Memorial» das obras mandadas fazer por aquele prelado e elaborado pelo seu secretário, o Cónego Tristão Luis. Nele se diz: «Mandou fazer frestas na igreja de Santa Maria Madalena e pôr vidraças e pintar a capela-mór e outão do Cruzeiro com todos os



Uma parte do santuário da Falperra, com o restaurante, a capela de Santo António da Paz, o convento e, ao fundo da alameda, a capela de Santa Marta do Leão. No alto, a capela de Santa Marta das Cortiças.

três altares e as quatro imagens que há aí: e assim mandou derribar todas as córtes de bêstas e gado, que estavam dentro encostadas à Igreja, e fazer currais de novo fora da dita cerca com porta para fora, e uma pequena para dentro; e mandou pôr vestimenta, cálix e livro na dita Igreja». E mais adiante menciona-se: «No ano de 1531 mandou, além das obras que acima estão escritas e já tinha feito na Madalena, fazer a fonte que de fora está, e dentro um campanário de novo com seu sino, e uma porta travessa que vai da Igreja para o terreiro de dentro, e mais uma varanda de colunas de pedra que vai de longo da

torre antiga e uma escada que vai da dita varanda para a torre, e uma janela de assento na dita contra a fonte».

Foi, pois, D. Diogo de Sousa um grande benemérito da Falperra, como, aliás, o fôra de Braga e de uma forma especial da cidade que a ele ficou devendo, até então, a maior parcela do seu progresso.

Com respeito às obras da capela foram de tal monta que chegou a atribuir-se ao mesmo prelado a própria fundação do templo, quando, afinal, ele limitou-se a restaurá-lo e a dotá-lo do que de mais carecido estava.

Era esta capela situada no local outrora conhecido por a *Portela de Espinho*. E por sinal que os paroquianos da vizinha freguesia de Santa Cristina de Longos — já no concelho de Guimarães e cabeça de um arcediagado da Sé de Braga, instituido, em substituição do de Olivença, pelo Arcebispo Primaz D. Jorge da Costa, em 6 de Junho de 1492 — à qual pertencia o terreno onde se encontrava a capela, eram obrigados a dar ao seu abade, no dia da festa de Santa Maria Madalena, *três figos lampãos e uma cabaça de água*.

É natural que as obras mandadas fazer por D. Diogo de Sousa tivessem contribuido para afervorar o culto de Santa Maria Madalena e restaurar, ou também aumentar, o de Santa Marta.

Em reforço desta hipótese há o facto de um século depois se terem reunido em Braga muitos devotos daquela Santa com o fim de se constituirem em Irmandade. Assim, em 1635 elaboraram uns estatutos que no mesmo ano foram aprovados pela autoridade eclesiástica.

Entretanto, a capela ia-se arruinando ao mesmo tempo que se tornava pequena para o culto.

Reconhecidas estas deficiências, a Irmandade decidiu-se a substituir aquele templo por outro mais espaçoso. Lançada solenemente a primeira pedra em 10 de Março de 1694, as obras, apesar de toda a boa vontade, não seguiram o ritmo que seria para desejar, devido, talvez, a carência de recursos. Aparece, então, o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que magnanimamente as dota com três mil cruzados. Tomando, com isto, impulso maior, puderam ser dadas por concluidas em 14 de Julho de 1737.

O culto de Santa Maria Madalena não se confina sòmente a este templo, mas ainda a uma ermidinha situada ao norte e à margem da antiga estrada de Guimarães. É conhecida pela de Santa Maria Madalena, a Penitente, e a referência mais antiga que dela se encontra alcança o ano de 1772.

Sobre Santa Marta, temos de convir que se anteriormente a 1789 algum templo existia, em sua honra, em tal ponto da serra, tudo desapareceu para dar lugar a uma pequena capela que naquela data se ergueu no extremo sul da alameda, que se estende a toda a largura do santuário. Esta capela, usualmente designada pela de Santa Marta do Leão, em consequência de junto dela ter havido uma fonte com um leão de pedra a jorrar água pela boca, foi consideràvelmente ampliada, em 1917, pelo benemérito sr. Júlio António de Amorim Lima.

Do Santuário faz parte ainda a capela de Santo António da Paz, integrada no conjunto de edifícios pertencentes à Irmandade.

Atribui-se a fundação desta capela ao rei D. Miguel, quando da sua visita, em 1828, ao convento que ali se tinha instituido. Foi considerada capela real e como lembrança da benemérita protecção que D. Miguel lhe dispensou lá se conservam, ainda, as armas deste monarca.

Como a calma e a beleza do local fossem convidativas, Frei António de Jesus, professo do Convento de Vinhais, entusiasmou-se a fundar, na Falperra, o Seminário de Nossa Senhora da Conceição do Monte da Madalena. Para isso, a Mesa da Irmandade celebrou um acordo condicional.

Concedida a respectiva licença pelo Núncio Apostólico Franzoni, Arcebispo de Nazianzo, em 24 de Setembro de 1825, uma Provisão de D. João VI, passada no dia 21 de Novembro do mesmo ano, sancionava a autorização pedida. Então, após consentimento do Arcebispo Primaz D. Frei Miguel da Madre de Deus, dada em 19 de Janeiro de 1826, o novo convento que, segundo um Breve de Leão XII, ficaria sujeito à jurisdição do Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco, principiou a funcionar com grande aprazimento de toda a cidade.

Em 13 de Março do ano seguinte, o referido Núncio Apostólico concedia a Frei António de Jesus todas as faculdades que tinham os guardiães dos outros seminários pertencentes ao mesmo Instituto. Por sua vez, a Mesa da Irmandade fez, em 6 de Julho, a escritura de doação das casas e cerca à nova instituição, conhecida, também, por *Convento de Missionários Apostólicos de S. Francisco de Assis*.

Pensaram os monges da Falperra em construir um edifício à altura da sua missão e do movimento que a fundação de Frei António de Jesus registava.

Como a iniciativa merecesse razoável acolhimento, pois depressa

apareceram benfeitores, a edificação começou a erguer-se à custa de esmolas.

A primeira pedra foi benzida solenemente no dia 24 de Agosto de 1828 pelo vigário geral Dr. Manuel José Leite Pereira, no impedimento, por doença, de D. João José Vaz Pereira, Bispo titular de Carrhes e auxiliar do Arcebispado. A obra, porém, nunca se concluiu, pois em 1834 o convento foi extinto, como os restantes do país.

Foi seu último guardião Frei Joaquim de Jesus, que jaz na capela de Santo António.

Após a morte de Frei Joaquim, a Irmandade entrou na posse dos seus antigos bens, agora bastante aumentados com as edificações feitas pelos monges.

A antiga residência monástica passou, então, a ser utilizada para diversos fins, entre os quais Casa da Mesa, Casa das Estampas e pousada de pessoas carecidas de ar de montanha.

De 1920 a 1924, esteve ali instalada a comunidade beneditina, enquanto se não concluiam as obras da sua residência, em Singeverga, Santo Tirso.

Desde então, o velho edifício só voltou a ter aplicação especial, com a instalação ali, em 1954, do Seminário Carmelita.

Acerca do fundador do convento a que nos referimos, devemos dizer tratar-se de um sacerdote muito distinto pela sua vasta erudição teológica e humanística. Nasceu em 1774, na freguesia de Parada, concelho de Paredes de Coura, sendo seus pais Francisco Fernandes e Maria Josefa de Jesus.

Aos quinze anos de idade, professou no Convento de Vinhais, dos Missionários Apostólicos do Seráfico Padre S. Francisco. Faleceu no dia 20 de Outubro de 1841, na residência do capelão do Recolhimento de Oblatas do Menino Jesus de Mofreita, daquele concelho transmontano. Extintas as Ordens Religiosas, Frei António de Jesus, que seguira a causa de D. Miguel, destacou-se bastante quando do *Cisma* que, por motivo do liberalismo, atingiu a igreja bracarense.

A Santa Sé chegou a nomeá-lo, em 27 de Junho de 1838, Administrador do Arcebispado, cargo em que se manteve até 16 de Maio do ano seguinte.

É da sua autoria, embora publicada postumamente, a *História abreviada da decadência e queda da Igreja Lusitana.*

# Uma princesa castelhana donatária de Ponte de Lima

AS conveniências do país levaram D. Afonso IV a escolher para seu filho D. Pedro, futuro rei de Portugal, a mão de D. Branca, filha do infante D. Pedro de Castela — poderoso Senhor de várias terras, entre as quais Cameros, Almazán, Berlanga, Monteazudo, Oeza, Viana, Cifuentes, Alcocer e Peñaranda — e de sua mulher a princesa D. Maria de Aragão.

Pertencia, portanto, D. Branca à mais elevada estirpe peninsular, pois era neta, por seu pai, de Sancho IV de Castela e de D. Maria Molina; e, por sua mãe, de Jaime II de Aragão e de D. Branca de Nápoles. Acrescia ainda o facto de ser prima de Afonso XI de Castela e sobrinha-afim do nosso rei D. Afonso IV.

Se, por um lado, dentro do espírito da época, bem agitada, por sinal, se olhava às conveniências de Portugal, por outro, atendia-se também aos interesses de Castela. Por isso, ao mesmo tempo que se negociavam os esponsais de D. Pedro e D. Branca, ajustava-se o casamento entre Afonso XI e sua prima a infanta D. Maria, filha do rei português. E que tudo obedecia a conveniências, basta dizer que o rei de Castela contava, ao tempo, desassete anos de idade e sua noiva entrava nos quinze. Mais novos, porém, eram o infante D. Pedro e D. Branca, pois ele tinha oito anos e poucos meses e ela não passava dos nove anos.

Apesar de tão pouca idade tanto de um lado como do outro, frisemos que o rei de Castela já tinha desposado três anos antes, isto é, em Novembro de 1325, D. Constança, filha do infante D. João Manuel, tio do próprio Afonso XI e que ao tempo contava, apenas, doze anos. Esta D. Constança veio a ser, mais tarde, por repúdio do monarca castelhano, princesa de Portugal, pelo seu casamento com o mesmo D. Pedro, filho de D. Afonso IV, ajustado na então vila de Estremoz, em Fevereiro de 1336.

Apesar deste contrato haver merecido, de ambas as partes, toda a aprovação, a verdade é que Afonso XI procurou impedir o casamento, talvez por odiar o infante D. João Manuel. E, assim, como D. Cons-

tança residisse em terras de seu pai, para entrar em Portugal tinha de atravessar território do rei castelhano, ao que este se opôs, servindo-se, para isso, de vários estratagemas.

Então D. Afonso IV e D. João Manuel pediram a Afonso XI que lhes indicasse qual o trajecto a seguir, mais do seu agrado. O castelhano, fingindo amabilidade, respondeu que podiam levar a noiva por onde entendessem. Quando, porém, a tal se dispunham não faltaram obstáculos.

Em face disto, D. Afonso IV escreveu uma carta a Afonso XI, verberando-lhe o procedimento e ameaçando-o. Mesmo assim, nada conseguiu e pouco depois era declarada a guerra entre os dois países, a qual terminou com o compromisso do rei castelhano deixar transitar a noiva pelos seus Estados.

Só, assim, D. Constança conseguiu entrar em Portugal, e casar, tendo-se realizado a cerimónia na igreja de S. Francisco, em Évora. Foi depois da sua morte, ocorrida em 13 de Novembro de 1345, que, segundo se diz, D. Pedro casou secretamente com D. Inês de Castro.

Notemos, também, que D. Constança já, antes, tinha sido prometida pelo pai ao infante D. João *el Tuerto,* de Castela, quando de uma aliança entre os dois contra Afonso XI. Foi para desfazer este pacto que o rei de Castela habilmente pediu a D. João Manuel a mão de sua filha. D. João *el Tuerto,* despeitado, desposou, a seguir, a infanta D. Branca. Pouco depois, isto é, em 31 de Outubro de 1326, D. João *el Tuerto* era assassinado, em Toro, por ordem do monarca castelhano.

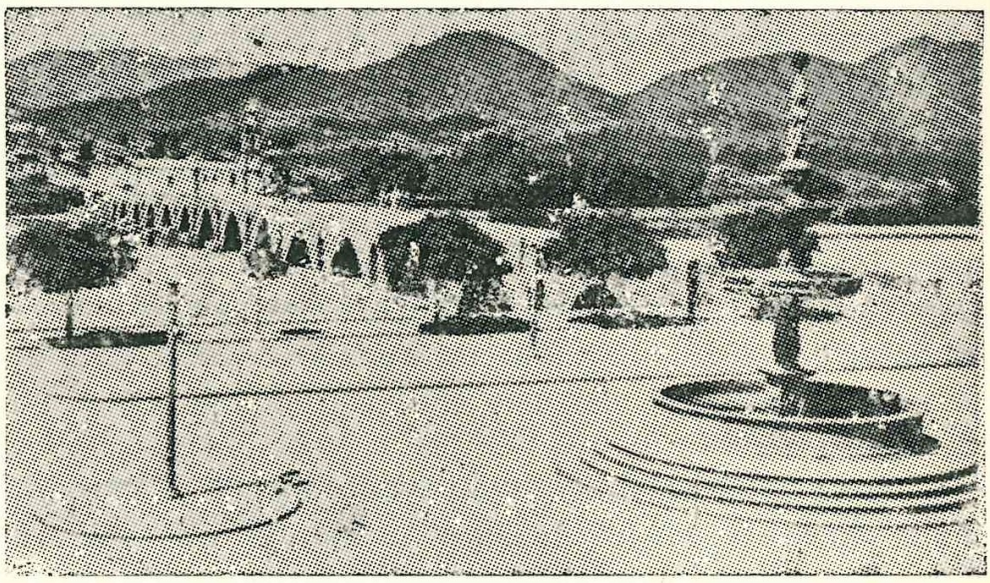
Coisas da época, como se vê, e que para atender a interesses políticos se passavam com a maior naturalidade deste mundo...

Infelizmente para D. Branca seu pai já não existia à data a que nos reportamos. Depois de ter sido tutor de Afonso XI durante a sua menoridade, envolveu-se em luta com os mouros, vindo a morrer heroicamente, na veiga de Granada, em 26 de Junho de 1319.

Escolhidas, pois, as noivas de D. Pedro e de Afonso XI, este, em princípio do verão de 1328, reuniu-se com o rei português na fronteiriça vila de Alfaiates, da nossa província da Beira Baixa, para ajustarem os respectivos esponsais. Tão bem as coisas por lá se houveram que, pouco depois, D. Constança era devolvida ao pai e, em Setembro do mesmo ano, concedida a respectiva dispensa pelo Papa João XXII, Afonso XI casava-se em Ciudad-Rodrigo com a infanta portuguesa. Apesar de tão auspicioso, este enlace foi infeliz para D. Maria em consequência dos amores entre seu marido e D. Leonor de Gusmão, *dueña*

*muy rica, y muy fijadalga y en fermosura la más apuesta muger que havia en el regno.* De nada, porém, lhe serviram estes dotes perante o punhal que depois lhe tirou a vida.

Embora humilhada e desprezada pelo marido, D. Maria soube ser, no momento decisivo, rainha no mais elevado sentido. Graças a uma intervenção sua, junto de seu pai e a pedido do próprio Afonso XI, tornou-se possível a gloriosa jornada do Salado. Castela salvou-se do perigo sarraceno que a ameaçava e, com ela, talvez toda a Península. Não se desconhece, por certo, quanto este episódio histórico inspirou o autor dos *Lusíadas*. Maravilhosa e patética cena essa em que D. Maria, entrando nos Paços Reais, suplica, para o ingrato e desumano marido, o auxílio de D. Afonso IV:



A ponte sobre o Lima, cuja construção se atribue a D. Pedro. É, portanto, coeva dos factos narrados nesta crónica.
A gravura é reproduzida de uma fotografia antiga.

> E se não for contigo socorrido
> Ver-me-ás dele e do Reino ser privada,
> Viuva, e triste, e posta em vida escura,
> Sem marido, sem reino, e sem ventura.

Ajustado, pois, o casamento de D. Pedro com D. Branca, esta princesa veio para Portugal, a fim de, até à idade própria, ser educada junto de sua tia a rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV.

Pelo contrato estabelecido, à noiva do futuro herdeiro da coroa portuguesa foram doadas várias terras, entre as quais Ponte de Lima. Apesar disto, porém, a vila não foi prejudicada nos seus privilégios, como se depreende do seguinte documento mandado passar pela sua nova donatária:

«De mj infant dona branca filha do mjunto onrrado ifant dom Pedro filho do mujn nobre Rey dom Sancho de Castella. A quantos esta carta ujrem faço saber que eu querendo fazer graça et merçee ao conçelho de Ponte de limha Outorgolhj et Confirmolhj seu foro et seus husos et boos custumes como em elos som conteeudos et como os aujam outorgados et confirmados por ElRey meu padre Porque mando et deffendo que nom seea nenhum ousado que lhjs contra eles vaam En testemunho desto lhjs dey esta carta Dat en Stremoz noue dias defevereiro a ifant o mandou por Gomes Lourenço seu chançeler Gonçalo mjz a ffez. Era de mil e trezentos et satenta Annos — Gomes Lourenço». Evidentemente que este ano de 1370 corresponde ao de 1332 da Era de Cristo e o «meu padre» a que se refere a carta é o sogro de infanta, el-rei D. Afonso IV.

Como a vila foi sempre da Coroa, esta mudança de donatário não havia de ter agradado muito aos seus moradores que, segundo antigos privilégios, nem em mar nem em terra podiam servir outro senhor além do Rei.

Esta situação pouco tempo durou, relativamente. D. Branca era muito doente e do seu casamento nada de util podia resultar. Antes, portanto, que este se consumasse, foi o contrato revogado em 1339. D. Branca, restituida, então, ao rei de Castela, recolheu-se ao Convento das Huelgas, de Burgos, onde, poucos anos antes, havia falecido outra princesa do mesmo nome, cuja vida serviu a Garret para tema de um dos mais belos poemas da literatura nacional — *D. Branca*. Foi, também, naquela casa que a princesa castelhana se finou.

As terras que, pelo contrato nupcial, pertenceram a D. Branca voltaram à posse dos seus primitivos donos. Ponte de Lima readquiria, assim, os seus nobres privilégios como vila *muito antiga e leal* que sempre foi à causa do Rei e da Pátria.

# Os mistérios do Forte da Insua

DAS fortalezas que guarnecem a linha fronteiriça demarcada pelo Minho, nenhuma suscita tanto a curiosidade como a de Santo Isidro, em frente à encantadora vila de Caminha. E com razão, bem justificada, por sinal.

Já a sua localização, em plena barra, onde o rio se mistura com o mar, formando um largo estuário, rico de pitoresco pela estonteante paisagem que o emuldura, chama a atenção do viageiro mais descuidado.

Visto de longe, assemelha-se a um monstro de sombria cobertura, que tivesse emergido do seio das águas e que, depois, para ali se quedasse a contemplar, embevecido, a beleza do cenário que o cercava. Tem o seu quê de estranho, no meio daquela vastidão azul, sem, contudo, infundir terror, mesmo quando as vagas alterosas o fustigam e se desfazem em espuma de encontro às suas cortinas enegrecidas pelos séculos.

Todavia, daquela massa inerte — outrora temido guardião e hoje simples foco de atracção turística — irradia, como que a animá-la, um misto de realidade e de lenda, difícil de explicar, embora não possa nem deva atribuir-se-lhe foros de indecifrável enigma. Com isto, aliado ao aspecto esfíngico que domina em todo o exterior, criou-se um complexo singular, palpitante de interesse, onde os olhos do corpo e do espírito encontram motivo de sobejo para vastas digressões pelo mundo das coisas e das ideias.

Eis porque alguns apelidam de misterioso este forte, chamado de Santo Isidro, mas vulgarmente conhecido por *Forte da Insua*.

Vem-lhe esta designação do pequeno ilheu em que assenta, formado de rochedos graníticos. Ignoramos, no entanto, o motivo que levou a ser-lhe dado por patrono um santo espanhol, ainda para mais advogado dos lavradores.

Havia luta assanhada entre Portugal e Espanha quando, em 1388, D. João I o mandou construir. Não era só para opor resistência às investidas espanholas, frequentes naquela época pelas desmedidas ambições

de Castela; mas também devido à pirataria que, vinda lá dos mares do norte, infestava esta zona do Atlântico e, de vez em quando, atacava as embocaduras dos nossos rios. Então, para isso, o Minho era dos preferidos por tal casta de assaltantes que, movidos simplesmente pela rapinagem, não hesitavam, para conseguir seus fins, em molestar as povoações ribeirinhas, quando colhidas de surpresa, como na maioria dos casos acontecia.

Desta meritória iniciativa de D. João I resultou, desde logo, pela constante vigilância estabelecida, um afrouxamento considerável da

O Forte da Insua, em plena barra do Minho. À direita, o monte de Santa Tecla, em Espanha, e no primeiro plano uma movimentada cena da apanha do sargaço, em Moledo.

perniciosa acção de tão indesejáveis elementos que, a pouco e pouco, lá se foram afastando para outras bandas, convencidos da inutilidade dos estratagemas que empregavam para forçarem a barra.

Embora de sólida construção, o forte era pequeno. Dispunha, contudo, de uma guarnição considerada suficiente para a missão que lhe competia desempenhar.

A assistência espiritual estava a cargo dos franciscanos da Província da Conceição, que se agradavam imenso do local. Isto concorreu para que Frei Diogo Arias, natural das Astúrias, ali fundasse, em 1392, à custa de esmolas, um convento da mesma Ordem.

Só por extrema devoção tal iniciativa podia conceber-se, pois as suas instalações, anexas às da tropa, já de si fracas, eram tão acanhadas que o próprio claustro não tinha mais do que três metros de lado. Mesmo assim, dez religiosos ali passaram a habitar.

Um que ali viveu algum tempo, foi Frei João da Insua, que chegou a exercer as funções de Geral de toda a Ordem Seráfica.

Embora modesto, o convento possuia algumas obras de arte de certo valor, como uns frontais de sola, género flamengo, e quadros da mesma procedência, oferecidos, em 1581, pela infanta D. Isabel.

O forte foi reedificado e ampliado em 1512, por D. Manuel I. No tempo de D. João IV recebeu tão consideráveis beneficiações que quase se atribui a este monarca a sua fundação.

Foram-lhe dadas, então, as dimensões que ainda hoje conserva: — pouco mais ou menos cem metros de comprimento por cinquenta de largura.

Até à construção, em 1647, na vila de Caminha, do Hospital de S. João de Deus, destinado exclusivamente à tropa que ali prestava serviço, era no da Misericórdia que os militares recebiam tratamento. A fim de poderem usufruir idêntico benefício, cada soldado do Forte da Insua descontava, anualmente, vinte reis e o Estado dispendia, também por ano, com o médico e com o cirurgião, quatro mil reis.

É curioso registar que o peixe consumido no forte resultava da pesca feita pelos próprios soldados. Para isso construiram uma espécie de tanques designados *camboas,* que enchiam quando a maré subia. Com a baixa-mar, o peixe ficava ali preso e fàcilmente, depois, era apanhado.

Traçadas estas breves notas sobre o Forte da Insua, que chegou a ser classificado de praça de guerra de segunda classe e que ainda conserva, como simples recordação dos tempos em que velava pela nossa independência, algumas colubrinas assestadas na direcção de Espanha, vejamos agora as singularidades que nele existem e que lhe criaram foros de lugar de mistério.

A primeira é uma fonte de água potável, mesmo no interior da fortaleza. Isto é bastante de estranhar por o ilheu se encontrar totalmente cercado de água salgada. Há quem pretenda relacionar este facto com o padroeiro do forte, dando-lhe, por isso, visos de milagre. Diz-se que estando Santo Isidro a trabalhar, no campo, com o seu amo, este foi apossado de violenta sede, sem contudo a poder mitigar, à mingua de qualquer líquido. Santo Isidro fendeu o solo com a própria enxada do ofício e imediatamente brotou água em abundância.

Admite-se que ao fundar-se o convento os frades tivessem dado por tamanha falha que, até aí, era suprida, embora deficientemente, pelo transporte, em barcos, de água ida de Caminha. Então, algum dos

religiosos, teria, num momento de crise, invocado Santo Isidro, implorando o seu valioso patrocínio para a solução de tão grave problema. Em resultado do pedido, apareceu a nascente, que muito surpreendeu os frades e a tropa. Em lembrança do facto, a fortaleza passou a designar-se, desde tal data, de Santo Isidro.

É claro que tudo isto anda embuido de lenda. Mas a verdade é que a nascente de água potável lá existe, sem que saiba explicar-se a sua origem.

Outra singularidade é a de na Insua não haver ratos nem mesmo lá se darem. Atribui-se a excomunhão lançada pelos frades a tais roedores. O caso é que, apesar das muitas experiências feitas a título de curiosidade, rato que ali vá parar morre pouco depois.

Agora, a terceira e última diz respeito à pequena igreja do convento. No interior não se nota o ruido do mar, por mais embravecido que ele esteja a debater-se contra os rochedos ou, até, como por vezes acontece, contra os muros da própria fortaleza. Não deixa, igualmente, de ser estranho este facto, sabendo-se que nas restantes dependências se regista precisamente o contrário.

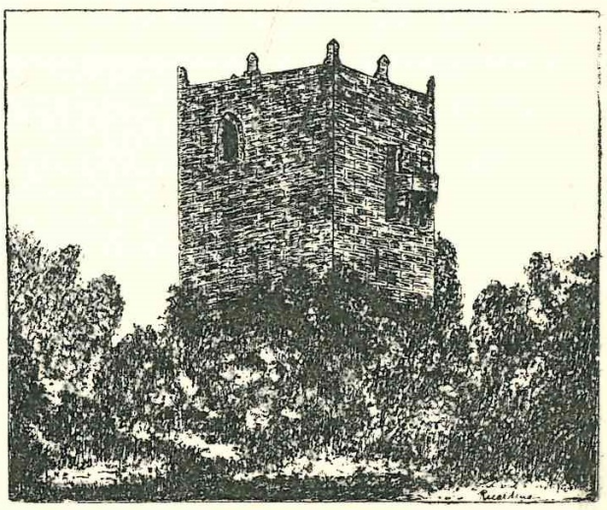
Como se vê, o Forte da Insua oferece aspectos curiosos, dignos de serem observados e meditados, não obstante a lenda caprichar em apresentá-los como enigmas de dificultosa solução. Até nas ligações com a terra tal facto se dá. A restinga que o liga à costa e que normalmente se encontra submersa, em períodos mais ou menos regulares fica completamente descoberta, de forma que permite fazer a travessia para o forte a pé enxuto.

É um passeio agradabilíssimo até lá. Depois, para qualquer lado que nos voltemos, o panorama é deslumbrante. Em frente, a vastidão enorme do mar, muito azul, a atravessarem-no, constantemente, barcos de todas as tonelagens, enquanto na barra se cruzam pesqueiros de Portugal e Espanha e as gaivotas esvoaçam alegremente sobre eles; para o sul, a costa portuguesa, desde Caminha, a Moledo, a Ancora, a Montedor, lá mais ao longe, com o seu esguio farol; para nascente, o rio Minho, muito plácido, formando quase um enorme lago, rematado por ténue esfumado, onde se oculta Vila Nova de Cerveira e se adivinha o Monte de Faro, lá para as bandas de Valença; e para o norte, ali bem perto, a costa galega, com o Monte de Santa Tecla, a chamar permanentemente a atenção dos arqueólogos, a aldeia de Passagem e a vila de La Guardia.

# A torre de Penegate

DO número razoável de propriedades acasteladas que, felizmente, ainda subsistem no Minho, a despeito das vicissitudes a que tudo está sujeito neste mundo, destaca-se como das mais antigas a de Penegate, situada na freguesia de S. Miguel de Carreiras, do concelho de Vila Verde. É de supor, pela designação que lhe dão e também porque a própria tradição a aponta como tendo residido nela D. Egas Pais Penegate, grande valido do Conde D. Henrique. Agora, se o opulento fidalgo a fundou, para maior segurança de sua pessoa e haveres, em terra que lhe estava coutada e que do seu apelido tirou o nome, é caso que dificilmente poderá esclarecer-se.

No entanto, igualmente se atribue a fundação do castelo de Penegate a Mem Rodrigues de Vasconcelos, nobre senhor que, por nomeação de D. Diniz, foi alcaide-mor de Guimarães. Pelo menos, Francisco Brandão assevera-o na *Monarquia Lusitana* ao dizer-nos que a Mem Rodrigues de Vasconcelos deu el-rei licença, com data de 20 de Outubro de 1322, para fazer uma casa forte no seu couto de Penegate, destinada a defender a sua vida e a dos seus.



A torre de Penegate

Embora tais construções estivessem proibidas, era natural que assim tivesse sucedido, dada a circunstância de Mem Rodrigues de Vasconcelos haver seguido o partido do monarca nas desavenças que teve com seu filho D. Afonso. Isto valeu-lhe, também, a antipatia de muitos fidalgos de Entre-Douro e Minho que não perdiam a ocasião de o desconsiderarem por tudo e por nada. Como medida de precaução, teria solicitado a referida autorização, que o rei despachou favoravel-

mente, ainda para mais respeitando a uma pessoa de sua inteira confiança.

É de admitir, também, que não se tratasse de uma construção inteiramente nova, mas sim de uma restauração da antiga residência de D. Egas Pais de Penegate.

Não é, propriamente, um castelo, embora como tal seja vulgarmente conhecido; mas sim uma torre ameiada, de secção quadrada e com três pavimentos. Tem uma porta em ogiva e, no ultimo pavimento, uma janela do mesmo estilo.

Representa, sem dúvida, um exemplar interessante da época medieval e a sua conservação encontra-se no melhor estado, pelos cuidados que lhe dispensa o seu actual proprietário, tanto mais que nele instalou um curioso museu onde se admiram muitas raridades.

Ao lado, fica a capela da Penha, que nada tem de comum com a torre. Data do século XVII e foi cabeça do vínculo instituido pelo abade António Valadares. No interior, vê-se, do lado do Evangelho, o sarcófago do Dr. Miguel de Valadares, irmão do instituidor. Tanto a torre como o castelo estão situados num ponto de onde se admira um extenso panorama.

Na referência que faz ao extinto concelho de Vilachã, que, como se sabe, foi integrado no de Vila Verde, criado em 1855, diz o Padre Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa,* ao descrever a freguesia de S. Miguel de Carreiras, que «em huma Torre, de que ainda hoje se vêm vestigios, differente da que hoje existe mais moderna, vivia Dom Egas Paes de Penegate, senhor do Couto de Penegate, e deste Concelho, e grande valido do Conde Dom Henrique».

# A extinta Colegiada de Valença

A par das suas gloriosas tradições militares, como sentinela vigilante do Alto Minho, Valença também possue tradições religiosas, por sinal tão honrosas como aquelas. Desnecessário se torna enumerá-las, bastando lembrar que muitas delas já são anteriores à fundação da nacionalidade.

Sem irmos tão longe, ocupemo-nos de uma que, sem dúvida, lhe deu foros de grande categoria. Queremo-nos referir à sua extinta Colegiada.

Como se sabe, só no tempo de D. Manuel I, sendo Arcebispo Primaz D. Diogo de Sousa, a Diocese de Braga passou a ter, definitivamente, os seus actuais limites. Até aí, todo o território compreendido entre os rios Minho e Lima dependia, espiritualmente, da Diocese de Tui.

Ora, quando do Cisma do Ocidente, ocorrido desde 1378 a 1417, estabeleceu-se em Portugal a maior confusão. Uns prelados manifestavam-se a favor de Urbano VI, considerado Papa verdadeiro; e outros apoiavam Clemente VII, para cuja eleição tinham contribuido, sobretudo, a Espanha e a França.

Por sua vez, o rei D. Fernando tanto reconhecia Urbano VI como Clemente VII. Tudo dependia das conveniências políticas do reino.

Esta situação, bastante delicada, como se vê, modificou-se quando as Côrtes, reunidas em Coimbra, no dia 6 de Abril de 1385, para aclamação do Mestre de Aviz, se pronunciaram a favor de Urbano VI.

Como a Espanha seguia o Partido de Clemente VII, alguns Cónegos e Raçoeiros de Tui, que se não dispuseram a aceitar o governo dos Papas cismáticos, instalaram-se em Valença. Entretanto, e pelo mesmo motivo, a Vigairaria desta vila separava-se da Igreja tudense.

Importava, no entanto, que os dissidentes estabelecessem uma hierarquia entre si. Por isso, numa reunião que efectuaram, elegeram seu Superior e Administrador do território entre Minho e Lima, composto por duzentas e trinta paróquias, um clérigo chamado Toríbio.

Quando, em 1396, D. João Garcia Manrique, Arcebispo de S. Tiago de Compostela e Administrador Perpétuo do Bispado de Tui, visitou Portugal, observou que os referidos Cónegos se limitavam a receber os frutos sem que servissem os respectivos Benefícios. Então, para acabar com esta anomalia, ordenou-lhes que formassem Colégio em Santo Estevão de Valença. Os Cónegos obedeceram, passando, desde então, a cumprir os preceitos impostos pela função. Estava, assim, organizada a Colegiada de Valença, à qual D. João Manrique anexou os Arcediagados de Labruja e Cerveira, de há muito instituidos na Sé de Tui, sobretudo o primeiro, que já datava de 1242. O prelado aumentou, ainda, o número de canonicatos e prebendas, estabelecendo-lhes para suas rendas os dízimos e bens que a Igreja tudense tinha em Portugal.

Terminado o Cisma, a Colegiada manteve-se, apesar do Bispo de Tui haver instado junto do Papa Martinho V para que todo o território entre os rios Minho e Lima regressasse à sua posse. O Pontífice chegou a anuir, fazendo expedir, nesse sentido, com data de 17 de Dezembro de 1423, a Bula *Petitio venerabilis fratis*, cuja execução foi suspensa, a pedido do Rei D. João I, pela Bula *Exhibita nobis*, de 23 de Janeiro do ano seguinte.

No entanto, a Administração Eclesiástica de Valença continuava a pertencer à Diocese de Tui, embora o respectivo prelado não tivesse sobre ela domínio efectivo.

Práticamente, já desde D. João I que se procurava afastar do país toda a ingerência ou domínio de prelados estrangeiros, como ainda acontecia não só entre Minho e Lima mas também em Castelo Rodrigo e demais terras de Cima Coa, sujeitas à Diocese de Ciudad Rodrigo; e Olivença, Campo Maior, Ouguela e outras localidades do Alentejo, dependentes do Bispado de Badajoz.

É certo que após a declaração do Cisma e a consolidação da independência da Pátria em Aljubarrota e Valverde, aquelas terras também se desligaram dos respectivos prelados, passando a ter administradores próprios residentes em Portugal. Com isto pretendia seguir-se, pelo muito que politicamente interessava à Nação, o mesmo princípio adoptado por aquele monarca para a separação, em 1393 e 1394, dos Bispados espanhóis sufragâneos de Braga e dos Bispados portugueses sufragâneos de S. Tiago de Compostela.

De facto, pela Bula *Romanus Pontifex*, de 14 de Junho de 1444, o Papa Eugénio IV separava definitivamente das Dioceses de Tui e Ba-

dajoz as terras que em Portugal lhes estavam sujeitas, mandando incorporá-las no Bispado de Ceuta, criado em 1421.

Não obstante esta decisão, confirmada pelas Bulas *Etsi de Singulis* e *Ex clementi provisione,* ambas de Nicolau V, datadas, respectivamente, de 27 de Junho e 5 de Agosto de 1452; e *Apostolicae Sedis*

Um aspecto da vila de Valença, vendo-se, ao cimo, a torre da igreja de Santo Estevão

*providentia*, passada por Calixto III em 28 de Fevereiro de 1455, só, mais tarde, pela Bula *Romanus Pontifex* de Xisto IV, remetida em 18 de Dezembro de 1473, a Administração de Valença ficou anexada, de facto, à Igreja de Ceuta.

Pouco tempo, porém, durou esta situação, pois, a pedido do Arcebispo Primaz D. Luis Pires, o mesmo Pontífice, pela Bula *Etsis jus*, expedida em 7 de Abril de 1475, revogava a decisão anterior, ordenando que a Administração de Valença passasse a pertencer à Metrópole de Braga.

Só, porém, em 20 de Setembro de 1512, após um contrato celebrado entre o Arcebispo Primaz D. Diogo de Sousa e D. Henrique, Bispo de Ceuta, a Administração de Valença ficou definitivamente integrada na Diocese de de Braga. Este contrato, aprovado pelo rei D. Ma-

nuel I e confirmado pela Bula de Leão X *Inter curas multiplices,* de 25 de Junho de 1513, permitiu ao prelado bracarense, por intermédio do seu procurador Dr. João de Coimbra, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado, tomar posse, em 5 de Agosto do ano seguinte, da Administração de Valença e, com ela, de todas as terras situadas entre os rios Minho e Lima.

A despeito destas alternativas que, por vezes, haviam de criar aborrecimentos e até perturbações de governo, a Colegiada de Valença prosseguiu sempre animada do melhor propósito de bem servir a Deus e ao país. E tanto assim que, durante guerra da Independência, revelou de maneira notável o seu patriotismo, cedendo metade dos avultados rendimentos que tinha a favor da causa nacional. Por tal motivo, D. João IV, exaltando, em carta dirigida ao Cabido, o gesto dos Cónegos, agradecia-lhes tão valioso contributo, que muito havia de concorrer para ajudar a defender o Reino, e comunicava-lhe que concedia à Colegiada o título de *insigne.*

Embora as reformas liberais do século passado tivessem prejudicado bastante as organizações religiosas, uma carta régia de 3 de Dezembro de 1862 mantinha a Colegiada de Valença. Os últimos estatutos pelos quais se regeu datam de 20 de Maio de 1863.

Esta corporação chegou a ter um número elevado de membros, os quais usavam murça com capelo forrado a vermelho, meias e faixa da mesma cor, manto e cordão verde no chapéu. Como, porém, os rendimentos diminuissem, também as conesias se foram reduzindo. Já no tempo do Arcebispo Primaz D. Rodrigo da Cunha (1627-1636) eram dezoito e, por último, compunham-se do Presidente, que era o abade da freguesia, e de sete beneficiados, um dos quais o Chantre.

# As origens de Ponte da Barca

NOS séculos XII e XIII, designava-se por *Terra da Nóbrega* toda a região demarcada ao norte pelo Lima, a leste pela Espanha, a poente por *Terra de Penela,* e a sul pelo *Julgado do Bouro.* Compreendia, assim, um vasto território que, por um lado, se estendia desde aquele rio até à bacia do Homem; e, por outro, do sítio onde assenta hoje a vila de Ponte da Barca ao extremo da freguesia de Lindoso.

Nada menos de cinco *coutos* e uma *honra* se incluiam, por aquela época, nos domínios de Terra da Nóbrega. Aqueles eram os de *Bravães,* criado por D. Vasco Nunes de Bravães, pessoa grada da corte de D. Afonso VI de Leão; o de *Muía*, concedido, em 1103, pelo Conde D. Henrique, a D. Godinho Fafes, fundador do convento de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que nele existiu; o de *S. Miguel de Entre-Ambos-os-Rios,* que tinha anexas as freguesias de S. Tiago de Vilachão e S. Silvestre da Ermida; o de *Gèrmil,* que, mais tarde, se tornou em curado anexo ao convento de Muía; e o de *Gondomar,* que, no decorrer dos tempos, entrou no senhorio da Barca. A *honra* era a de *Touvedo,* criada, ao que parece, por Afonso Nunes de Touvedo.

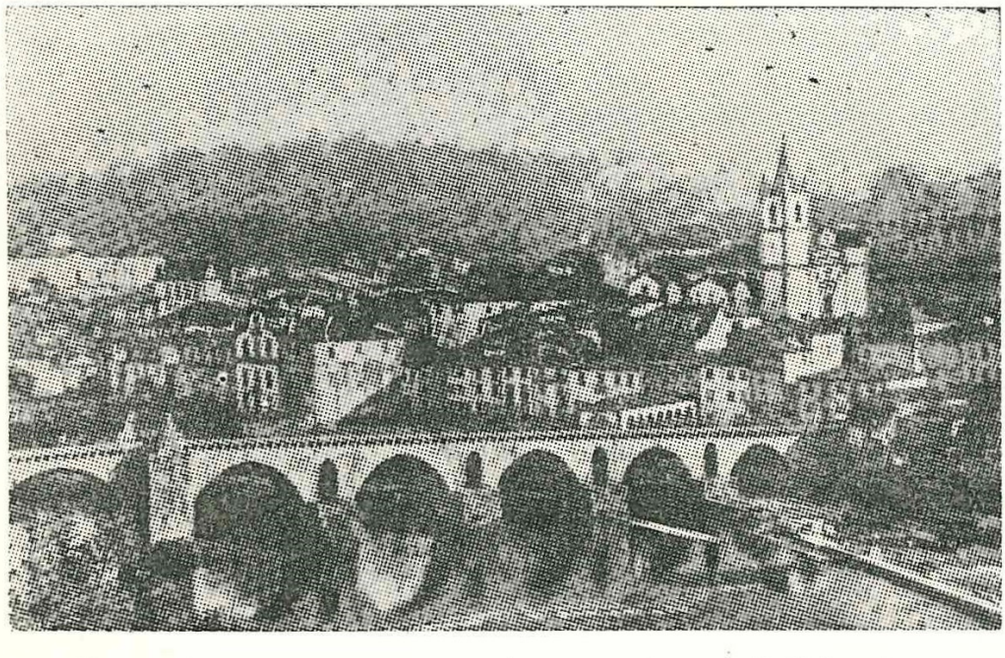
Supõe-se que a designação que tinha proviesse de algum membro da família Nóbrega, oriunda da Galiza, possìvelmente, até, de D. Origo Origues, o « Velho da Nóbrega », que da « Terra » foi donatário. A este fidalgo se atribuiu a fundação do Castelo da Nóbrega, ou de Aboim, pelo que D. Afonso Henriques lhe teria dado dois casais na freguesia de S. Martinho de Paço Vedro. No entanto, já num documento de 1059 se alude ao castelo... *ad radice castro anofrice villa sauto in ripa uanade villa zendam yilla villar integra.* Se bem que o padre Carvalho da Costa, tão solícito em recolher versões, embora as mais descabidas, nos diga, ao referir-se à freguesia de S. Tiago de S. Priz, que «em hum altissimo e inexpugnavel monte está o Castello da Nobriga, (hoje todo arruinado com os rayos que nelle cahirão) que muitos tempos deu o nome a este Concelho, porque se chamava Terra

da Nobriga, de que era cabeça, e conforme a opinião vulgar, he obra del Rey Brigo, bisneto de Tubal, o primeiro povoador de Espanha depois do Diluvio, a quem se alludem todas as fabricas, e nomes, que acabão em Brigo, ou Briga». Salva-se a intenção e já não é pouco.

Ainda a propósito do castelo, esclarece-nos que «alli se fazia audiencia, e havia cadea, em quanto se não fundou a Villa da Barca, para onde se mudou o foral».

Após estas breves considerações sobre *Terra da Nóbrega,* a cujos moradores a viuva do Conde D. Henrique concedeu foral em 4 de Março de 1125, confirmado, depois, em Agosto de 1217, por D. Afonso II, vamos falar propriamente da vila de Ponte da Barca.

No local onde actualmente se encontra, não existiu, até meados do século XIV, qualquer edificação. É certo que por ali transitavam muitos viandantes, pela comodidade oferecida por uma barca destinada, exclusivamente, à travessia do rio Lima. Mais tarde, esse meio de transporte teria sido substituido pela ponte. Daí, a designação de *Ponte da Barca* que, depois, a vila tomou. Note-se que, em 1513, ainda este topónimo não era usado, pois no foral que D. Manuel concedeu a Ponte da Barca, em 24 de Outubro daquele ano, dizia fazê-lo à *Vila da Nobrega.* Esta circunstância leva a aceitar a versão de que a ponte é posterior àquele documento. De facto, segundo se afirma, só foi construida no reinado de D. Sebastião (1568-1578).

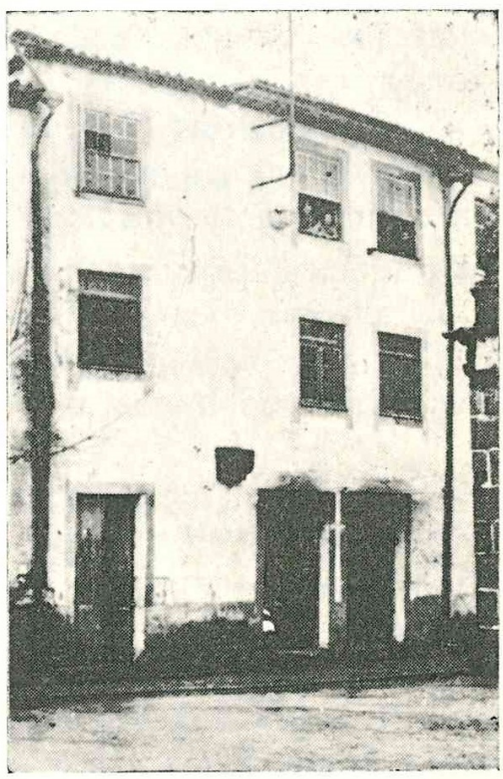


Um gracioso aspecto da vila, vendo-se a ponte que substituiu a barca e que se diz ter sido construida no século XVI

Ora, a fazermos fé por o que a tradição nos diz, só aí por 1350 se levantou, no referido local, a primeira construção. Era modesta e destinava-se a estalagem.

Não lhe faltou, logo de início, freguesia a aguentá-la, constituida, sobretudo, pelas pessoas que tinham de fazer, naquele ponto, a travessia do rio. Como a casa prosperasse, outros tentaram seguir-lhe o exemplo. Disto resultou criar-se um aglomerado que nos princípios do século seguinte já formava uma aldeia muito razoável.

Mal se imaginaria, então, que dela viesse a resultar a vila que tanto lustre dá ao Minho e de uma forma especial ao distrito de Viana do Castelo, por seu admirável pitoresco e evidente progresso. Com efeito, são duas características que particularmente a impõem, uma como resultante das suas magníficas condições naturais, das quais soube tirar esplêndido partido; a outra, como produto de um esforço, por certo nem sempre devidamente compreendido, mas, em verdade, digno de toda a justiça. Se tal não fora, positivamente que Ponte da Barca nunca poderia enfeitar-se com a garridice peculiar às povoações fundadas junto de cursos de água. Realmente, ali bem proveitosa foi a aliança da natureza com o homem. Talvez fosse por isto que um dia Pinheiro Chagas pôde dizer: « É uma gentilíssima vila Ponte da Barca ».



A Casa das Carrancas

Entre as famílias que se estabeleceram na referida aldeia e que mais contribuiram para seu povoamento, figurava a de Maria Lopes de Costa e seu marido Gonçalo Afonso de Aboim, ambos de nobre linhagem. Ele era descendente de D. João Peres de Aboim, mordomo-mor e valido do rei D. Afonso III, e neto de Dom Origo Origues, atrás citado.

De Gonçalo Afonso de Aboim e ainda do seu segundo matrimónio, Maria Lopes da Costa, que faleceu com cento e dez anos, deixou cento e vinte descendentes, entre filhos, netos e bisnetos. Todos os dias contava oitenta por terem vivido junto de si; e parece que usavam o apelido da sua ilustre progenitora, transmitido, depois, talvez com justificado orgulho, às gerações seguintes. Esta « he a razão — como diz a *Corografia Portuguesa* — porque os principaes desta Villa são todos Costas por sangue, e usão deste apellido ».

A casa de Maria Lopes da Costa foi a primeira sobradada que se construiu em Ponte da Barca. Habitava-a sua filha Isabel Gonçalves da Costa quando D. Manuel I e sua mulher D. Isabel por ali passaram, em romagem ao túmulo do apóstolo, em S. Tiago de Compostela. À falta de melhor, nela pernoitaram os régios peregrinos.

D. Manuel, agradecido, concedeu várias mercês à hospedeira e a seus filhos. No entanto, ela também quis perpetuar o facto e numa pedra saliente da residência mandou lavrar duas caras que se diz serem a do rei e a da rainha. É conhecida pela *Casa das Carrancas* e fica próximo do rio.

Como pode verificar-se pela gravura que acompanha esta crónica, nada de notável apresenta. Nem, sequer, uma linha a evocar a época da sua construção nos deixaram as sucessivas reformas por que passou. Está-lhe, contudo, ligada uma tradição de séculos e basta isto para a tornar respeitável.

A *Casa das Carrancas* é hoje um símbolo, mas símbolo venerando de que a linda vila minhota já não pode separar-se. Faz parte integrante da sua história. Vale, portanto, pelo que representa.

# Uma obra de Satanás...

NUM concelho estruturalmente serrano como o de Vieira do Minho, não admira que os aspectos paisagísticos surpreendam pela sua imprevista diversidade. Ora um vale profundo, solitário e calmo a desentranhar-se em abundância, premiando, assim, o braço que o arroteou; ora a montanha imponente, majestosa, toucada das mais variadas essências, algumas seculares, ou salpicada de penedia de caprichosos feitios; ora o rio, bordado de choupos e salgueiros, em sinuoso trajecto a fertilizar a terra ou a converter-se em energia; enfim, telas maravilhosas, de atraente e fascinadora sedução a aguardarem a contemplação dos espíritos sedentos das mais fortes emoções.

Em cenários deste género não podia a natureza ser mais pródiga do que em Vieira do Minho. Basta recordar o quadro assombroso da caudalosa torrente do Rabagão, ali, na ponte da Misarela, que liga o Minho a Trás-os-Montes, para se formar uma ideia da grandeza panorâmica do resto do concelho.

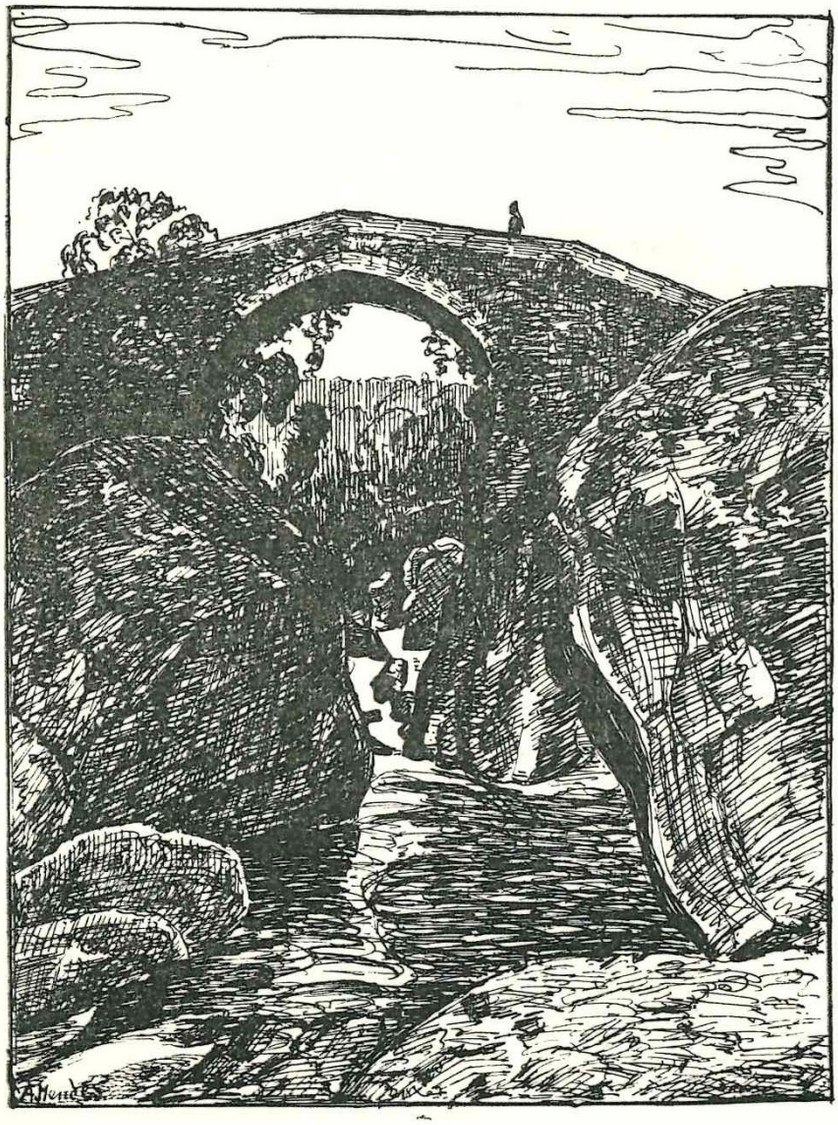
Aquilo é verdadeiramente fantástico, mesmo arripiante, desde as catadupas a desfazerem-se em espuma de encontro a colossais rochedos que enxameiam o leito do rio ou lhe tentam barrar a passagem, aos precipícios tenebrosos, por onde a água se lança estrondosamente em sombrias caldeiras, para depois pular em cachões de alguns metros de altura. É um espectáculo, diga-se, em boa verdade, pavoroso, mas simultâneamente belo, sobretudo quando o sol incidindo de chapa naquela massa saltitante se multiplica em milhões de reflexos dos mais variegados tons.

Embora em todo o curso de alguns quilómetros, às vezes oculto entre fraguedos enormes que o abafam a mal se perceber o eco dos seus rugidos, seja espectaculoso por natureza, em nenhum ponto, desde a povoação de Codeçoso de Chã, em Montalegre, onde nasce, até se precipitar fragorosamente no Cávado, o Rabagão se mostra tão medonhamente impressionante, a roçar mesmo pelo incalculável, como na Misarela.

Talvez, por isso, se atribua ao diabo a ponte que ali existe — a famigerada ponte da Misarela onde, em 1809, os franceses de Soult foram atacados pelas ordenanças de Montalegre e, também, onde, em 1827, se travou tiroteio entre as forças realistas do Marquês de Chaves e as constitucionais do general Zagalo.

Eis a lenda, na suas linhas gerais.

As justiças de Trás-os-Montes andavam empenhadas em capturar um perigoso malfeitor, que, volta e meia, embora expondo a vida, cometia toda a sorte de patifarias, desde o roubo ao assassínio. Não escolhia vítimas; bastava a primeira pessoa que aparecesse ao alcance da faca ou do arcabuz. Um dia, tão sèriamente perseguido se viu que, deixando as serras onde habitualmente se escondia, procurou refúgio mais seguro. Ao cabo de muito caminhar, foi parar a um sítio horrivelmente feio, onde um rio se despenhava ruidosamente de cachoeira em cachoeira, num referver de águas semelhante a infernal osquestração. Como ali não houvesse vegetação que bastasse para se ocultar, e os seus perseguidores estivessem prestes a alcançá-lo, para se livrar da forca ofereceu a alma a Satanás, caso ele o ajudasse a transpor o formidável abismo que aos seus olhos se deparava. O diabo aceitou muito satisfeito e, dando mostras de extrema bondade, acto contínuo lançou sobre a torrente uma ponte que, mal o meliante a atravessou, imediatamente desapa-



A ponte da Misarela

receu. Quando as autoridades ali chegaram, e o avistaram já na outra margem do rio, ficaram deveras estupefactos com a proeza, sem imaginarem que tudo aquilo tinha sido obra de Satanás. Desistiram, assim, de prendê-lo, tanto mais que não descobriam forma de, com segurança, atravessarem o abismo. Largos anos viveu ainda o temível bandoleiro, na prática, sem escrúpulos, dos mais audaciosos assaltos.

Sentindo breve a morte, reconciliou-se com Deus. Ao sacerdote que prontamente acorrera ao seu chamamento, confessou o pacto que fizera para salvar a vida. Quis, então, o padre zombar de Satanás. Disfarçado de salteador, lá foi ao mesmo sítio, que fingiu pretender atravessar. O diabo, que o espreitava, apareceu diligentemente a oferecer-lhe os préstimos desde que, em troca, lhe entregasse a alma. O sacerdote concordou. Sem demora, a ponte é lançada. O padre atravessa-a, mas, logo que se apanha do outro lado, saca de um ramo de alecrim, mergulha-o na caldeirinha de água benta que levava escondida e, enquanto recitava exorcismos, traça, com ele, o sinal da cruz. Não foi preciso mais nada para o demónio largar o poder que dizia ter e dando medonho estoiro que se ouviu em redor de muitas léguas, desapareceu no meio de negra fumarada, deixando em seu lugar... a ponte. No entanto, quem o quiser ouvir é aparecer no local à meia noite. Metido numa rocha existente sob a ponte e à qual a acção das águas imprimiu a forma de tribuna, ficando, por isso mesmo, com a designação de *púlpito do diabo,* é ali que faz as suas prédicas, sempre no tom mais melodioso deste mundo... E dizem que, às vezes, são multidões consideráveis a escutá-lo para, depois, seguirem à risca os seus conselhos...

Entre os ouvintes costumam figurar mulheres prestes a ser mães. Ensinou-lhes o «orador» que (pelo visto, também percebe de medicina), para obstar a qualquer anticipação, se torna necessário baptizar as crianças ainda na fase esperançosa... Certas disso, aguardam, madrugada alta, na extremidade da ponte mais próxima do local que habitam, a passagem, em sentido contrário, do primeiro viandante. Expoem-lhe o caso e ele, pressuroso, vai ao rio buscar água que, depois, asperge sobre o ventre da padecente, ao mesmo tempo que, solenemente, traça uma cruz e declara baptizada, para todos os efeitos, a futura criança... E ali se estabelece um compadrio que fica para sempre...

À ponte da Misarela andam ligadas mais lendas e crendices, que não divergem, nas suas linhas gerais, de outras idênticas, que se

encontram por esse país fora. Para simples curiosidade chega o que deixamos apontado, se bem que a parte respeitante ao baptismo não constitua originalidade.

Apesar de «fabricada» pelo demónio, a ponte podia, muito bem, ser mais bonita; mas nada absolutamente deve à arte. É à natureza verdadeiramente selvática que a emoldura que ela vai buscar a sua nota mais destacada.

Fica situada a cerca de um quilómetro a montante da confluência do Cávado com o Rabagão. É de cavalete, toda de cantaria, com um só arco de treze metros de vão e mede vinte e três metros de altura acima do leito do rio.

Bem merece uma visita da qual não terão que arrepender-se aqueles que a fizerem.

# O santuário de S. Bento da Porta Aberta

ESSAS legiões enormes de crentes que, anualmente, se deslocam a S. Bento da Porta Aberta, mal imaginam dos motivos que levaram à construção daquele santuário, um dos mais queridos e visitados do norte do país. Pois é caso para dizer-se que tem ali plena aplicação o velho aforismo de que *do mal resulta, muitas vezes, o bem*. Vamos já ver porquê.

Em data que não pode precisar-se, mas, quando muito, por fins do século XVII, habitavam na freguesia de Rio Caldo, então do extinto concelho de Bouro, duas famílias, uma das quais de apelido Pires.

Eram muito amigas, mas, um dia, por causa de um cão, travaram-se de razões, insultando-se e agredindo-se. Amuaram, é claro, e sempre que podiam desdenhavam uma da outra, não raras vezes acontecendo, sobretudo quando a linguagem roçava pelas raias do insulto, desenrolar-se novo arraial de pancadaria entre elas.

A vizinhança bem procurava reconciliá-las, mas como de um lado e do outro abundavam os teimosos, nada conseguia.

Assim andaram imenso tempo, até que, por qualquer circunstância, se decidiram a fazer as pazes, sob a condição de, no local da contenda, ser estabelecida, talvez em acção de graças pelo reatamento das relações ou promessa de jamais voltarem a zangar-se, a devoção a S. Bento. Para isso, uma daria o terreno, e a outra, construiria. Coube aos Pires este encargo.

De facto, pouco depois erigia-se, ali, um nicho dedicado ao glorioso patriarca, junto do qual as duas famílias diáriamente oravam e não só elas como outras pessoas da freguesia e até viandantes que por ali transitavam.

Era uma devoção muito simples, mas que imensamente cativava pela grande piedade de que se revestia.

Com isto, as esmolas iam aparecendo e à custa delas fez-se, depois, uma ermidinha que dia e noite se mantinha franqueada aos fiéis. Ali entrava, portanto, quem queria, sem peias de qualquer natureza.

Daí a designação que a imagem, que era a do nicho, passou a ter e com ela o pequenino templo de *S. Bento da Porta Aberta.*

Como a devoção fosse crescendo, o abade da freguesia promoveu a construção de uma capela mais ampla, de maneira a poder acolher todos os devotos que ali acorriam em ocasiões de grandes solenidades. Dá-se como já existente em 1789.

Apesar de em haveres exceder muito a anterior, nem por isso o seu acesso ficou sujeito a quaisquer reservas, pois a porta, se existia, era mais para adorno do que para segurança.

Não deixa de ser curioso este facto, se atendermos a que o templo ficava num ermo, sujeito, portanto, com a maior facilidade, a qualquer sacrilégio, provocado, especialmente, pela fama dos seus pingues rendimentos. Mas não. O respeito por ele era absoluto. Até se diz que nem sequer os próprios malfeitores (ao tempo frequentes em regiões montanhosas e desabitadas) algum dia o tentaram profanar, ao menos com a simples presença. Pelo contrário: se um ou outro dele se abeirava, fazia-o sempre com o propósito de arrependimento, que muitas vezes não vinha longe.

Esta capela manteve-se na administração do pároco até 1834, mas com as reformas do liberalismo levantou-se forte litígio por causa dos rendimentos, entre ele e a recencriada Junta da Freguesia de Rio Caldo, à qual o santuário pertencia administrativamente.

Como se não harmonizassem, o caso foi parar às mãos do Governo que, em portaria de 15 de Abril de 1840, decidiu a favor da Junta. Esta só, porém, no ano seguinte tomou conta de tudo.

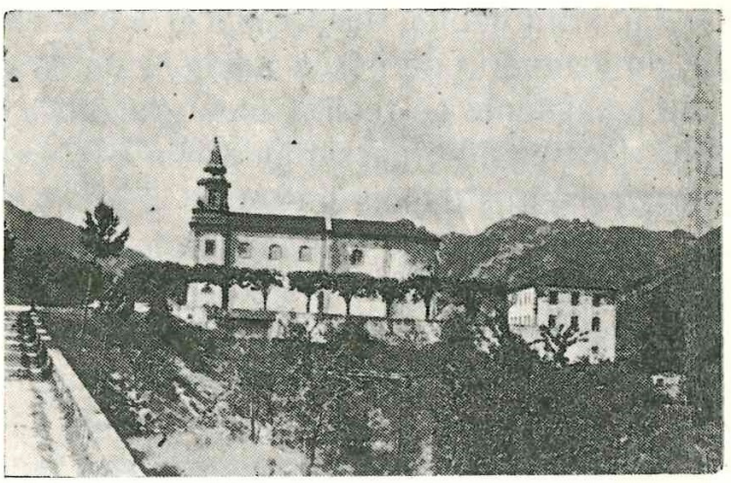
No entanto, em 1851, por escritura feita em Braga no cartório de Penha Fortuna, a capela voltava à administração do pároco. Mas o povo não gostou e como o coadjutor da freguesia, que era quem, em nome do abade, ao tempo a residir em Braga, arrecadava as esmolas, andasse com reformas na residência, alguem, inimigo por certo, colocou numa oliveira, que havia em frente, uma estampa de S. Bento com uma quadra dizendo que as obras se faziam com o dinheiro do Santo...

Isto, porém, não ficou por aqui. Em 1853, foi reconhecido nulo o valor da escritura e o Governador Civil do Distrito nomeou uma comissão de sacerdotes para administrar a capela, sob a presidência do coadjutor, que, por sinal, não aceitou. Contudo os rendimentos eram entregues à Junta.

Em 1860, a comissão demitiu-se e a Junta entrou, novamente, na

administração da capela, que largou só em 1899, quando se criou a Irmandade de S. Bento.

Foi durante este interregno que se realizaram grandes melhoramentos, entre os quais o novo templo, iniciado em 1880.



O santuário de S. Bento da Porta Aberta

À custa das esmolas, construiu-se uma escola primária, criou-se um partido médico, prestou-se assistência aos pobres, adquiriram-se paramentos, fizeram-se parques, alargou-se o terreiro em frente da igreja, abriu-se uma estrada, instalou-se um admirável carrilhão na torre, estimularam-se as romarias, enfim, procurou dar-se o maior incremento a tudo o que pudesse traduzir benefício para o santuário e para a povoação.

Com as leis da República, não faltou quem desvirtuasse os fins da Irmandade. Por isso, as eleições das respectivas Mesas eram sempre renhidas, devido aos partidos que se formavam.

Alguns dispunham, até, de grande influência política que nessas ocasiões utilizavam como elemento decisivo. Quando tal acontecia, já se sabia que o faziam mais para satisfação dos seus interesses do que propriamente dos da corporação que diziam pretender servir... com o maior zelo e isenção.

Mais tarde, a Irmandade entrou em regime de Comissão Administrativa, até à Concordata estabelecida com a Santa Sé, em 1940.

O templo, embora de arquitectura simples, mas elegante, é vasto, airoso e cheio de luz. Na capela-mor há faixas de azulejos com inscrições latinas e quadros alusivos à vida do glorioso S. Bento, cuja imagem se encontra em lugar de honra.

São dezenas e dezenas de milhar de romeiros que ali acorrem todos os anos, no cumprimento de pesados votos feitos num momento de suprema angústia, quando a alma implora, como decisivo alento, a misericórdia divina. Então, nos dias 21 de Março, 11 de Julho e 14 de Agosto formam autênticas legiões, cantando e rezando, por essas estradas, veredas e caminhos que conduzem ao famoso santuário.

Muitos fazem-se acompanhar de sacos ou cestos cheios de sal, como promessa a dar ao Santo.

A romaria de 14 de Agosto, indubitàvelmente uma das maiores e mais piedosas do Minho, foi iniciada pelos pescadores da Póvoa de Varzim. Era hábito, desde épocas muito remotas, deslocarem-se, nesse dia, ao santuário de nossa Senhora da Abadia, no concelho de Amares, onde igualmente se realiza uma grandiosa romagem em honra da Virgem. De seguida, passaram a ir a S. Bento da Porta Aberta. Consigo outros romeiros depois levaram. E como estes fossem aumentando de ano para ano, as suas visitas vieram a transformar-se na concorridíssima romaria que presentemente se realiza.

No regresso, nunca deixam de levar consigo, como recordação, raminhos de medronheiro que habitualmente se distribuem no adro do próprio santuário. Comprovam, assim, a romagem que fizeram.

S. Bento da Porta Aberta fica nos subúrbios do Gerês e pertence ao concelho de Terras de Bouro, que muito se ufana de o ter como um dos elementos mais valiosos da sua propaganda turística.

# A vila de Fafe

FAFE, uma das mais pitorescas vilas do distrito de Braga, até mesmo com seus ares de pequena cidade, foi sede do extinto concelho de Montelongo.

D. Manuel concedeu-lhe foral em 5 de Novembro de 1513. O respectivo original, em pergaminho e com interessantes iluminuras, guarda-se amorosamente, como não podia deixar de ser, na Câmara Municipal.

Ao tempo das *Inquirições,* era julgado e compreendia as seguintes freguesias com 175 casais: S. Clemente de Silvares, S. Martinho do Couto de Moreira, S. Gens, S. Tomé de Asturãos, Santa Eulália de Gamazãos, Santa Eulália Antiga, S. João, S. João de Cortegaça, Santa Maria de Antime, S. Martinho de Armil, S. Tiago de Tibães, S. Martinho de Medelo, S. Salvador de Vinhós, Santa Comba, S. Martinho de Quinchães e Santa Maria de Ribeiros.

Desconhecem-se as origens de Fafe. Alguns a datam do século XII, atribuindo a sua fundação a D. Godinho Fafez, filho de D. Fafez Luz, Rico-homem e alferes do Conde D. Henrique. Dele tomaria o nome, enquanto outros o pretendem filiar no «Dom Fafe», género de pássaros abundante na região.

Parece, todavia, que a povoação remonta a maior antiguidade, pois durante as escavações feitas, em 1870, no outeiro de Santo Ovídio, foram encontrados objectos de origem romana, entre os quais uma estátua de guerreiro.

Se a *Corografia Portuguesa* nos elucida alguma coisa sobre a história de Fafe, no tocante, especialmente, aos seus donatários, a começar nos Cunhas, Coutinhos e Condes de Basto e a acabar nos Condes de Vimioso, não deixa de ser curiosa a referência que faz à vila, dizendo que tem «huma só rua, aonde está a Casa da Camara e Cadea». Bem sabemos que isto data de há dois séculos e meio. Serve, no entanto, para termo de comparação entre a Fafe de ontem e de hoje e para melhor se apreciar a evolução da povoação no decurso desta caminhada de duzentos e cinquenta anos.

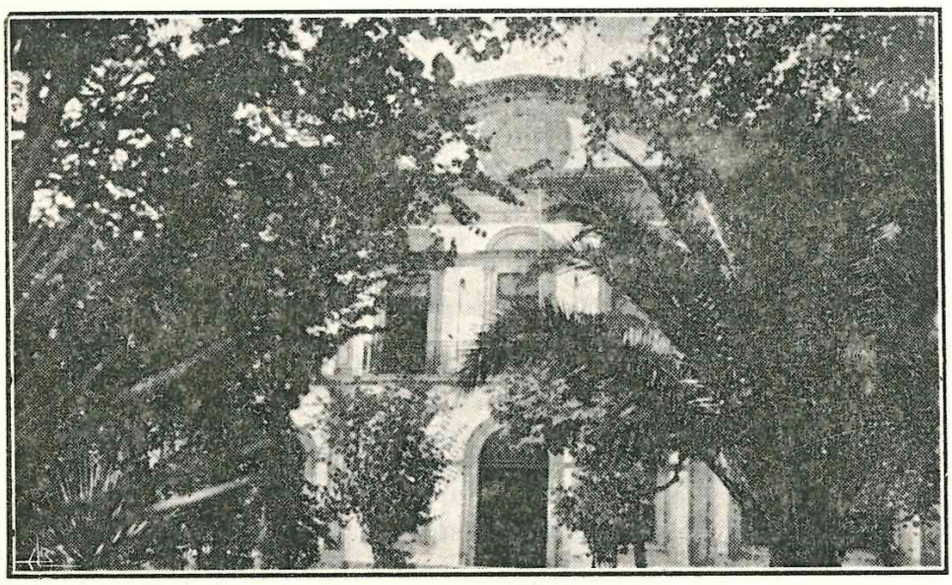
O caso em si provoca certa admiração, pois um espaço de tempo como aquele nunca pode ser considerado longo na vida das localidades.

Isto só comprova, de maneira irrefutável, a ânsia de progresso que, a partir de então, se apossou de Fafe, desde o administrativo ao económico.

Realmente, a diferença é flagrante. De «huma só rua aonde está a Casa da Camara e Cadea» resultou uma urbe airosa, de artérias amplas, bem traçadas e ladeadas de prédios à altura da sua categoria; de largos e praças que, pela enorme área que ocupam, despertam inveja a outras povoações do país; de jardins e parques—como o do Calvário, romântico e delicioso miradouro de onde a vista abarca, em todos os quadrantes, vasto e formoso panorama — a engrinaldarem-na ainda mais de graça e de beleza.

Vem a propósito dizer que a construção do jardim do Calvário, situado no ponto mais elevado da vila, foi custeada com o produto da venda de um opúsculo contendo o admirável discurso sobre a *Caridade*, proferido, no Rio de Janeiro, pelo notável tribuno José Cardoso Vieira de Castro, cujos pais eram naturais do concelho de Fafe.

As privilegiadas condições do seu clima de altitude, por consequência de ar puro, fresco e seco e de raros nevoeiros, criaram à vila excepcional posição entre os lugares mais saudáveis do Minho. Eis porque (se outros motivos não houvesse) numerosas pessoas a visitam propositadamente, algumas com demora, sobretudo durante a estação calmosa, que ali pode ser passada em circunstâncias particularmente favoráveis.



Fachada principal do Hospital da Misericórdia de Fafe

Fafe é centro de uma região que as graças da natureza e o es-

força do homem transformaram numa zona de apreciável valor, quer económico quer turístico. A par dos horizontes distantes, dos fios de água a fertilizarem a terra, da vegetação a toucá-la de beleza, há o cultivo dos campos a desentranhar-se em abundância, e a máquina a produzirr iqueza. Há, ainda, as grandes concepções do espírito a ajudarem a formar ambientes de encantadora e suave meditação. O pórtico-românico da igreja de S. Gens e a igreja românica de Arões, ambos do século XII, documentam expressivamente o que dizemos.

E, depois, as obras pias. São igrejas e capelas, algumas de interessante e curiosa tradição histórica; os asilos de «Infância Desvalida» e de «Santo António», este para velhos — padrões admiráveis de carinho e amor, devidos à generosidade sem limites dos beneméritos fafenses António Joaquim Vieira Montenegro e Manuel Baptista Maia; e o Hospital de S. José ou da Misericórdia, instalado em magnífico edifício e onde diàriamente se praticam actos do mais nobre sentimento cristão.

A construção desta prestimosa instituição de assistência ficou a dever-se à iniciativa de generosos filhos de Fafe residentes no Brasil, que, desejando ser úteis à sua terra, entenderam dotá-la com um hospital que correspondesse inteiramente às exigências locais. A primeira pedra foi lançada, solenemente, no dia 6 de Janeiro de 1859 e em 19 de Março de 1863 inaugurava-se a benemérita obra que, assim, passou a acolher os que dela necessitavam. Foi, sem dúvida, um melhoramento valioso para o concelho, que jamais pode esquecer os que, graças ao seu esforço e sobretudo ao seu bairrismo, puderam transformar em realidade uma aspiração que já vinha de muito longe.

A par de tudo isto, ligeiramente apontado, como se vê, há, também, os arredores da vila, tidos e havidos como dos mais formosos do distrito de Braga. E há, ainda, as suas feiras e romarias, de entre as quais se destaca a de Nossa Senhora de Antime, a cuja imagem está ligada uma enternecedora lenda do mais elevado sentido religioso e do mais belo sabor local.

Extinto o concelho de Montelongo em 1840, a povoação de Fafe foi elevada à categoria de vila. Por decreto de 3 de Agosto de 1853, criaram-lhe a comarca. Então, aumentaram-lhe com mais treze o número das suas freguesias, desanexadas aos concelhos de Guimarães, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. É, propriamente, daí que data o início da série enorme de melhoramentos que sobremaneira valorizam todo o concelho e de uma forma especial a sua sede. Por sua

vez, o caminho de ferro, inaugurado em 1907, ainda mais veio contribuir para o já acentuado progresso local.

Não queremos fechar esta crónica sem uma referência à extinta Colegiada de S. Gens de Montelongo.

Segundo parece, foi fundada no tempo de D. Afonso Henriques. Mais tarde, porque a igreja tivesse transitado para comendatários, só dela passou a haver simples recordação.

Restaurou-a o Arcebispo Primaz de Braga D. Lourenço Vicente, que, em 27 de Junho de 1394, ordenava que nela houvesse três *raçoeiros*. Estes, que perceberiam a quarta parte dos frutos da respectiva igreja, ficariam com a obrigação de a servirem, cada um sua semana, rezando nela as *Horas canónicas* e celebrando missa nas capelas de S. Lourenço e de S. Frutuoso da mesma freguesia, nos dias dos respectivos oragos.

Os abusos que, no decorrer do século seguinte, se registaram nas igrejas, devido à intromissão, nos seus benefícios, de indivíduos pouco escrupulosos que simplesmente pretendiam gozar do privilégio privativo do clero, levaram o Arcebispo D. Jorge da Costa a reduzir, por provisão de 23 de Junho de 1496, o número das chamadas *Colegiadas menores* existentes na Arquidiocese. A de Montelongo, porém, não foi atingida pela decisão daquele prelado. Continuou, mas com três beneficiados.

Ignoramos a data em que foi extinta.

# Sá de Miranda

O concelho de Amares pensou, há tempos, em homenagear uma das figuras mais notáveis da literatura portuguesa: Francisco de Sá de Miranda. Não porque tivesse nascido naquelas terras, mas porque delas o foi pelo coração.

Filho do Cónego Gonçalo Mendes de Sá e de Inês de Melo, dama nobre mas solteira, nasceu em Coimbra no ano de 1485.

Depois de — segundo se presume — ter frequentado o Colégio de Santa Cruz, em 1505 seguiu para Lisboa a-fim de cursar Leis. Ali se relacionou, então, com vultos eminentes nas letras pátrias, nomeadamente Bernardim Ribeiro.

Dada a sua ascendência nobre, não lhe foi difícil entrar na Côrte, onde já o vamos encontrar em 1513. Frequenta os serões do Paço, ao lado dos fidalgos de maior estirpe e dos poetas mais em evidência.

Por 1516, intitula-se doutor e cinco anos depois, atraído por novas tendências literárias, sai de Portugal. Percorre a Itália, onde brilhavam génios como Ariosto e Sannazzaro. Vê, admira, deslumbra-se com os clarões da Renascença. Convive. Giovano Pontano, Giovanni Rucellai, Lattanzio Tolomei e o próprio Sannazzaro são-lhe familiares.

A partir de então, o seu espírito procura emancipar-se das formas antigas e seguir as correntes poéticas vasadas em moldes clássicos que em Portugal não encontrava nem mesmo ainda havia.

Julgando satisfeita a sua curiosidade, com o que vira e aprendera, em 1526 regressa à Pátria, fixando-se por alguns anos em Coimbra. Trazia consigo um plano arrojado e grandioso, que importava realizar. Como diz D. Carolina Michaëlis, «Tratava-se de abrir novas sendas às letras pátrias; de estimular os poetas com o exemplo; de provar a possibilidade de um aperfeiçoamento ou antes renovamento fundamental da poética portuguesa; de fazer enfim a transplantação dos metros italianos. E tudo isto conseguiu depois de uma luta tenaz e prolongada, opondo às dúvidas as obras».

Sá de Miranda é considerado, por todos os motivos e muito justamente, o introdutor da renascença literária em Portugal. «As velhas formas, gastas, do Cancioneiro de Rezende — frisa D. Carolina Michaëlis — foram definitivamente abandonadas e com elas cairam os exemplos tão admirados, as imitações que se haviam feito segundo o género catalão-provençal da *Gaia Sciência,* ou segundo a receita dos longos poemas didáticos de João da Mena e do Marquês de Santilhana. Mas Miranda nem por isso despresou completamente o elemento *nacional,* os versos de arte comum, isto é, a *redondilha maior* e *menor,* o delicioso metro peninsular, e suas formas estróficas, representadas em Vilancetes, Cantigas, Esparsas e Glosas, e ainda menos o grupo das singelas Quintilhas e Décimas, adotadas com seguro instinto artístico por Ribeiro e Falcão nas suas mimosas bucólicas. Antes pelo contrário: êstes ritmos foram não só aproveitados, mas levados até a maior perfeição nas suas célebres *sátiras.* Em terceiro lugar provou ainda que a língua portuguesa é capaz de se elevar até às concepções mais belas do lirismo moderno, como o Soneto e a Canção de Petrarca, os tercetos de Dante, enlaçados em Elegias e Capítulos segundo o estilo de Bembo, a oitava rima de Policiano, Boccaccio e Ariosto, e as Eclogas de Sannazzaro com os seus versos *encadeados* e variação melódica dos ritmos. Introduziu, finalmente, o *hendecassílabo jâmbico italiano,* abrindo enfim uma nova era, o terceiro período da poesia portuguesa, que havia de atingir em 1572 o ponto culminante com o poema da nacionalidade e da glória portuguesa, os *Lusíadas* de Camões».

Devido à peste que grassava em Lisboa, D. João III desloca-se para Coimbra. Esta circunstância permitiu a Sá de Miranda frequentar, de novo, a Corte, cuja admiração cativa.

Depois da comédia *Os Estrangeiros,* com a qual, certamente, pretendeu insinuar como modelo a seguir, escreve o drama *Alexo*, que foi representado ante o monarca. E vem após isto a *Fábula do Mondego,* contundente réplica à *Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra,* de Gil Vicente.

Sá de Miranda começa a enfadar-se com a Corte. Obtida a Comenda de Santa Maria das Duas Igrejas, retira-se para o Minho, onde, entre os anos de 1534 e 1536, adquire, na freguesia de Fiscal, do então concelho de Entre-Homem e Cávado, a Casa da Tapada que no dizer de D. Carolina Michaëlis ficou sendo «o templo das Almas, cujas oráculos e revelações eram escutadas com o maior respeito pelos

poetas mais distintos da nova geração, templo, centro do qual partiam os exemplos e os impulsos que brevemente determinaram a nova renascença da poesia portuguesa».

Casa com D. Briolanja de Azevedo, irmã do também poeta Manuel Machado de Azevedo «o mais venerado fidalgo de Entre Douro e Minho» e senhor da opulenta e nobre casa de Castro, na freguesia de Carrazedo, do mesmo concelho. Dela houve dois filhos: Gonçalo Mendes de Sá e Jerónimo de Sá.

Na Tapada, fez Sá de Miranda vida calma, ora entregue às suas ocupações literárias ora aos cuidados da família que muito estremecia. Datam daquela época algumas das suas melhores produções.

Entretanto, a sua hora de provações havia de chegar. Em 1553, morre-lhe, cambatendo em Tetuão, o filho primogénito; no ano seguinte, o príncipe D. João, filho de D. João III e pai de D. Sebastião, e do qual ele era muito afeiçoado; e, em 1555, a esposa que tanto idolatrava.

Foram abalos demasiado profundos para a sua sensibilidade de pai, de amigo e de esposo, agravados, ainda, com a morte, em 1557, do infante D. Luis e do rei D. João III, que muito o estimavam. E um ano depois, o glorioso poeta entregava a sua alma a Deus.

A capela onde jaz Sá de Miranda

Assim desapareceu aquele que «Foy homem grosso de corpo, de meãa estatura, muito aluo de mãos, e rosto, com muito pouca côr nelle, o cabello preto e corredio, a barba muito povoada, e de seu natural crecida, os olhos verdes bem assombrados, mas com alguma demasia grandes, o naris comprido, e com cavallo, graue na pessoa, melancolico na apparência, mais facil e humano na conversação, engraçado nella com bom tom de falla, e menos parco em fallar que em rir.»

Foi sepultado numa humilde capela da igreja paroquial de S. Martinho de Carrazedo, em Amares, onde, igualmente, jaz seu filho Jerónimo.

Por proposta do respectivo Conselho, o Liceu Central de Braga passou a designar-se, em 27 de Abril de 1912, Liceu Central de Sá de Miranda.

Foi em homenagem à memória do seu egrégio patrono que este estabelecimento de ensino organizou, em 8 de Junho de 1923, uma romagem ao túmulo do poeta.

Ali se deslocaram professores e alunos que não só visitaram a jazida de Sá de Miranda como ainda as casas de Castro e da Tapada.

Na face norte da igreja de S. Martinho de Carrazedo, foi então, descerrada uma lápida com a seguinte inscrição:

FRANCISCVS. DE. SAA. DE. MIRANDA
HOC. MONUMENTVM.
SIBI. SVISQ. ELEGIT

---

OPTIMO. PATRONO. SVO.
INSIGNIQ. VATI.
ALVMNI.
ALMI. LICAEI. BRACARENSIS.
CVI. NOMEN.
SAA. DE. MIRANDA.
EST. DECVS. ET. PRAESIDIVM.
HVNC. POSVÊRE.
ANNO. S. — MCMXXIII.

Na mesma data, foram editadas pela Academia de Braga as *Genealogias da « Casa da Tapada »* e da *« Casa de Castro »*, notável trabalho do falecido professor do mesmo Liceu, sr. Dr. José Joaquim dos Santos Mota.

# O mosteiro de Fontarcada

SERVIDA pela estrada de Braga a Cabeceiras de Basto, encontra-se, passada que seja a Póvoa de Lanhoso, a cujo concelho pertence, a freguesia de Fontarcada, de sobejo conhecida pela sua história política e religiosa. Aquela, a recordar-nos as lutas fraticidas do século passado, com todos os espectaculosos desvarios da populaça amotinada à voz da famigerada «Maria da Fonte» — dali natural; a outra, a evocar-nos, em toda a sua irradiante espiritualidade, a beleza de uma era confiada, simplesmente, ao domínio da fé e da arte.

Falemos desta, por menos divulgada, se bem que represente uma das mais expressivas antiguidades do concelho.

Na segunda metade do século XI, o ardoroso cavaleiro D. Godinho Fafes, filho do Conde Dom Fafes Sarracim de Lanhoso, que morreu próximo de Coimbra lutando pelo rei D. Garcia contra as hostes do irmão D. Sancho, lembrou-se de fundar um mosteiro sujeito à Ordem de S. Bento.

Preferia, no entanto, que ficasse nas vizinhanças da casa paterna, em S. Martinho de Galegos, mas como não encontrasse lugar asado optou pelo fértil vale de S. Salvador.

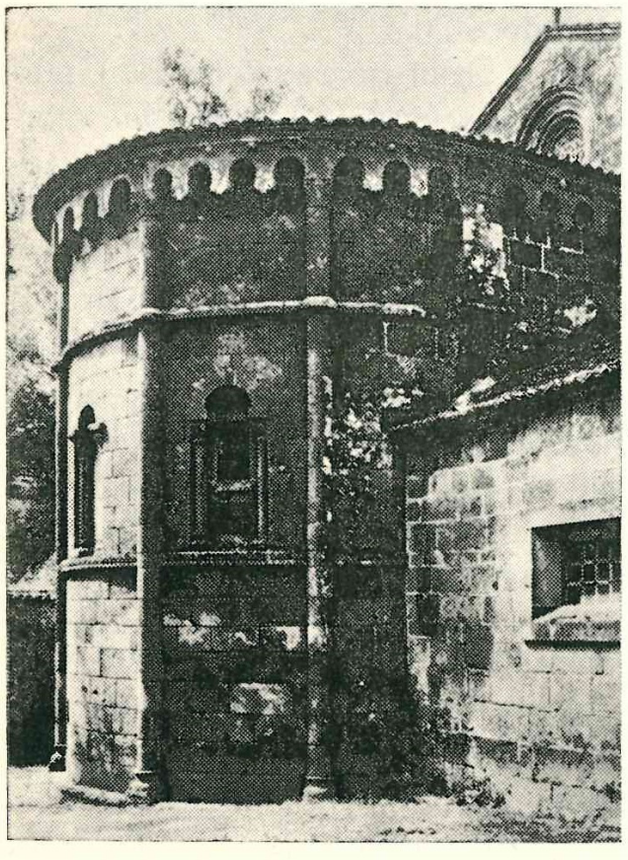
Para esta decisão teria também influido a distância relativamente pequena a que se erguia o altivo castelo de Lanhoso, a cuja protecção, portanto, o futuro cenóbio podia ficar entregue, como se impunha naquele tempo de constantes sobressaltos, originados pelas ambições mais desmedidas.

Em 1067, mandou então ali construir uma igreja, com residência anexa, modesta, é certo, mas que de início satisfaria, tanto mais que não se destinava a comunidade numerosa.

Tudo isto foi entregue, conforme seu propósito, aos monges de S. Bento, que imediatamente elegeram para seu superior a Frei D. João, tido e havido como de grande virtude e saber. Durou o seu mandato até 1082, ano em que, chorado por todos, faleceu com cheiro de santidade.

Entretanto, o convento progredia a olhos vistos, graças às doações que tinha e às esmolas que recebia da gente do lugar e de outras localidades, que ali acorria a assistir aos actos religiosos. Foi assim que, no século seguinte, os frades puderam enfrentar os encargos resultantes da construção do novo templo.

Tratava-se, agora, de um edifício de certo vulto, ao qual as ogivas iriam imprimir o carácter artístico da época, embora de transição. Patentear-se-iam, sobretudo, na entrada principal — cujo tímpano ostentaria a simbólica representação do *Agnus Dei* —, onde os arcos assentariam em seis colunas, quatro cilíndricas e as outras oitavadas; e igualmente nas portas laterais, cada uma dotada de quatro colunas cilíndricas. Por sua vez, os capiteis e bases, de variados e sugestivos recortes, onde a figura predominaria, seriam caprichosamente lavrados em granito da região. Uma formosa rosácea, do mais belo efeito decorativo, abrir-se-ia na monumental fachada deste soberbo templo, interiormente de uma só nave, elegante, extensa e inundada de luz.



Exterior da capela-mor do mosteiro de Fontarcada

Foi uma construção simultâneamente bela e sólida, destinada a projectar-se no futuro como símbolo de uma época de indesmentível espiritualidade artística e religiosa. E assim chegou aos nossos dias, se bem que alterada num ponto ou noutro mais por capricho dos homens do que propriamente pelas necessidades do culto. Um exemplo basta: — a incaracterística torre que desde há um século, por teimosia do pároco de então, prejudica tão formoso conjunto arquitectónico.

A par da igreja, também a residência se ampliava e melhorava, de maneira a poder comportar, em condições de amplo desafogo, todos os que a procuravam como refúgio da vida terrena.

Uma frondosa mata com interessantes motivos decorativos, de entre os

quais sobressaíam fontes jorrando abundância de água, completavam a grandiosa fundação de D. Godinho Fafes.

O convento de Fontarcada permaneceu com religiosos até ao tempo do Arcebispo Primaz D. Fernando da Guerra, que governou a Arquidiocese de Braga desde 1416 a 1467.

Ora, em consequência das guerras e do *Cisma do Ocidente,* muitas igrejas empobreceram e, por sua vez, o clero desmoralizou-se bastante. Era uma situação deveras crítica, que manifestamente se reflectia no prestígio da religião.

Então D. Fernando da Guerra, levado por notável zelo apostólico, entendeu começar pelo clero, tanto secular como regular, a reforma que se impunha. Assim, logo no princípio do seu governo obteve autorização do Papa Martinho V para converter em igrejas seculares muitos mosteiros onde já se não vivia regularmente. Os restantes seriam dados a Ordens diferentes daquelas a que pertenciam ou, então, unidos às respectivas casas maiores.

No tocante a mosteiros beneditinos, parece que o prelado foi excessivo em demasia, pois Frei Leão de S. Tomaz queixa-se na *Beneditina Lusitana* de ele não ter unido às casas maiores nenhum dos que extinguira. Isto — acrescenta Frei Leão — permitia suspeitar que D. Fernando da Guerra convertia os mosteiros em igrejas para ter mais que dar, sendo preferível castigar os delinquentes por suas faltas de que extinguir aquelas instituições, sepultando-as para sempre.

É certo que, para muitas destas extinções ou uniões, o Arcebispo invocava sempre, como causa canónica, a pobreza ou a falta de recursos, resultantes das epidemias e guerras que tinham assolado o país.

Com respeito ao mosteiro Fontarcada, vemos D. Fernando da Guerra confirmar, em 18 de Março de 1424, como abade, Frei Gonçalo Borges, por renúncia do abade Vasco Martins. Em 4 de Setembro do ano seguinte, aquele foi exercer idênticas funções no mosteiro de S. Miguel de Refojos, em Cabeceiras de Basto, por morte do respectivo titular. Decorridos dois dias, o Arcebispo confirmava para Fontarcada, Frei Gonçalo Pereira.

Sabemos, depois, que em 1437 era abade Frei Fernando, que em 1455 renunciou. Foi este o último superior de Fontarcada, pois em 10 de Maio daquele ano D. Fernando da Guerra reduzia o mosteiro a igreja paroquial.

Em 1465, o Arcebispo criava, na Sé Primaz, o Arcediagado de

Fontarcada, com a obrigação de cantar missa no dia de S. Pedro e S. Paulo. Os seus rendimentos eram avultados.

Esta decisão do prelado levou o já citado Frei Leão de S. Tomáz a comentar: «Bendito seja Deus, que por uma só missa se trocaram tantas, quantas os religiosos diziam no seu mosteiro».

Fontarcada foi couto, que tinha como donatário o próprio Arcediago. Este apresentava Juiz do Cível e dos Orfãos, um Procurador e um Ouvidor.

Compreendia além da de Fontarcada as freguesias de S. Gens de Calvos, Santa Maria de Rendufinho, Santo Estevão de Gerás, Santa Tecla, S. Martinho de Ferreiros, S. Julião de Covelas, Santa Maria de Moure e S. Martinho de Aguas Santas.

De tudo, como evocação preciosa duma instituição que foi grande, resta o artístico templo, considerado monumento nacional desde 16 de Junho de 1910.

# Vila Nova de Cerveira

AS *Inquirições* de 1258 já assinalam o Julgado de Cerveira, sinal evidente de importância para o tempo. Compreendia, então, as paróquias de Moreira, Vila Meã, Cornes, Sapardos, Seixas, Vilar de Mouros, Nogueira, Campo, Lanhelas, Mangoeiro (actualmente Gondarém), Lobelhe, Sopo, Covas, Reboreda, Mentrestido, Gondar e S. Cipriano. E já tinha o seu castelo, pois no foral de Elvas, concedido por D. Sancho II em 1229, figurava entre os confirmantes um tenente daquela fortaleza... *Donus petrus nouaes tenens castellum de cerueira.*

Pelo seu patronímico, este D. Pedro Novais devia ser filho de D. Paio Novais, a quem o rei D. Sancho I deu a *honra* de Gondar, em compensação de haver sofrido o cativeiro dos mouros durante a tomada de Alcácer do Sal, em 1191... *quando foy o encerco d'Alcazar cativou y don Pelagio Novais, et quando sayu de cativo deu la el Rey don Sancho cum estes davanditos casaes e onrou li a vila de Gundiar* — conforme relata a própria acta respeitante à citada freguesia.

Como deixamos dito, com a designação de Cerveira já havia, pelo menos, o castelo. Contudo, os historiadores afirmam que a vila, cujo primeiro assento foi no lugar de Valinhas, em Lobelhe, teve como fundador el-rei D. Diniz, que lhe deu foral em 1 de Outubro de 1321.

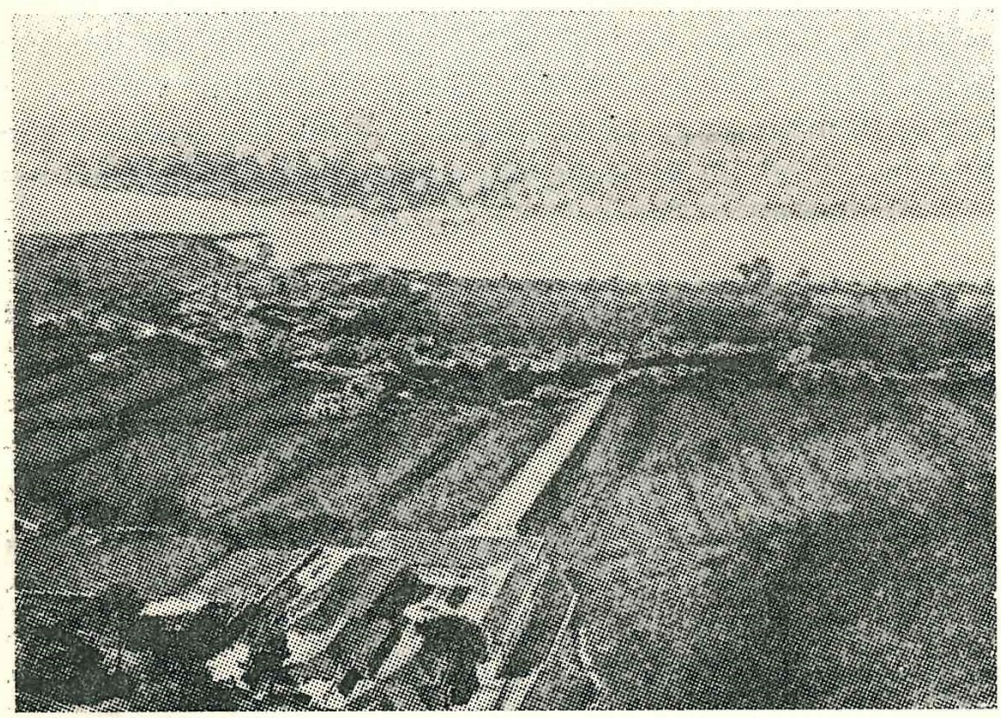
Pretendem alguns derivar-lhe o nome de *Cervaria,* isto é, do lugar principal da povoação, por ali terem abundado os cervos ou veados. Outros, então, opinam que vem de João Nunes Cerveira, seu donatário, com solar naqueles sítios, no tempo do rei D. Sancho II.

D. Diniz ter-lhe-ia edificado castelo ou então reedificado o antigo, com torres e muralhas. Ao mesmo tempo, concedia-lhe importantes privilégios, como: feira franca em S. Paio, isenção de direitos para tudo o que importasse da Galiza ou exportasse para lá, couto para sete criminosos, eleição livre de vereadores e juiz ordinário e terças dos dízimos para conservação do castelo.

No foral que D. Manuel lhe mandou passar, em 20 de Outubro

de 1520, era concedido aos habitantes da vila repartirem entre si as herdades e reguengos pertencentes à Coroa, mediante o pagamento anual de 31.860 reais à Câmara, que ficaria responsável pela respectiva avença, para o que lhe permitia receber a dízima da foz, o direito do *vanão* e o dízimo do pescado.

Como se vê, tratava-se de importantes benefícios, que imensamente haviam de influir no seu futuro. Realmente, isto permitiu, em condições particularmente vantajosas, intensificar as culturas, cujo aumento trouxe consigo maior desafogo económico à respectiva população. Simultâneamente, fomentavam-se outras actividades, de entre as quais sobressaía a da pesca, tão intimamente ligada às tendências dos habitantes de uma zona ribeirinha, como era Vila Nova de Cerveira.



Aspecto geral de Vila Nova de Cerveira, vendo-se o rio Minho e, ao fundo, terras de Espanha

Alargou-se, portanto, o âmbito de acção daquela gente, até aí confinado, por assim dizer, à exploração do rio e a uma cultura reduzida, que mal bastava para satisfazer às exigências mais modestas.

Estas medidas, pelo aspecto social de que se revestiam, contribuiram, também, para mais rápido povoamento local, pois muitas famílias estranhas à terra para ali se deslocaram, ajudando, assim, com seu esforço, ao progresso que desde então passou a registar-se naquela zona do país. E por lá ficaram, arreigadas à terra e dando à Pátria prestimosos cidadãos que sobremaneira contribuiram para que Vila Nova de Cerveira tivesse, através da história, papel de relevo na vida da Nação. Bastantes vezes ajudou a consolidar a sua independência, mormente

em 25 de Setembro de 1643. Preparavam-se, então, os espanhois para a conquistar, empregando no assédio consideráveis efectivos. Seria dura a luta e incerta a vitória dos nossos, pelo reduzido número de homens que guarneciam a praça. No entanto, as forças portuguesas, capitaneadas por Manuel de Sousa de Abreu, souberam enfrentrar heroicamente o inimigo, que perdeu nada menos de quinhentos homens. Assim foi salva a vila e se prestigiou, mais uma vez, o nome de Portugal.

Já, antes disso, no tempo de D. João I, havia afirmado toda a simpatia ao fundador da dinastia de Aviz, que o mesmo era dizer à causa nacional. E tanto assim que se lhe rendeu voluntariamente.

Não era, portanto, sem razão que os nossos monarcas a protegiam, ora concedendo-lhe importantes mercês para maior benefício dos seus moradores, ora dotando-a, o mais amplamente possível, dos meios necessários à sua defesa, tendo sempre em conta a sua posição fronteiriça. Justo é dizer-se que a povoação procurou sempre corresponder a estas distinções, graças ao patriotismo dos seus habitantes, tantas vezes posto à prova no decurso dos séculos.

Vila Nova de Cerveira pertence ao Alto Minho, do qual é incontestável valor, do ponto de vista económico e turístico. Muitas são as suas produções, que não só lhe permitem hoje abastecimento próprio como ainda exportação para outros concelhos da província.

No aspecto turístico, basta a sua magnífica situação, na margem esquerda do Minho, com o rio a banhá-la suavemente, para, já por si, oferecer quadros admiráveis de luz e cor.

Em frente, fica-lhe a Galiza, tão misturada com o nosso Minho em costumes e paisagens, que, por vezes, custoso se torna estabelecer a diferença entre as duas províncias irmãs — rebentos da mesma origem. Até as próprias vozes dos que mourejam do outro lado se escutam em Cerveira, dando-nos a perceber que a terra é a mesma sem sujeição a convenções internacionais de qualquer natureza.

Há muito que ver em Cerveira, desde os restos da fortaleza que cingia a vila, cuja demolição foi autorizada por carta de lei de 22 de Março de 1875, sob o pretexto de necessidade de alargamento da povoação, até aos seus templos, como o da Matriz e da Misericórdia. Aquela era assás antiga e da invocação de S. Cipriano. Um furioso vendaval, desencadeado na manhã de 2 de Janeiro de 1877, derrubou-a quase completamente, pois só ficou de pé a capela-mor. Mais tarde reconstruida, foi dotada com tres naves e duas torres.

A pouca distância da vila, isto é, no alto do monte de S. Paio, de

onde se avista um formoso e extenso panorama, quer para os lados de Espanha, quer de Portugal, o antigo convento fransciscano de S. Paio dos Milagres, fundado em 1392 por frei Gonçalo Marinho, constituiu, outrora, um centro de grande devoção. Ali acorriam numerosos fiéis a orarem junto da imagem do glorioso mártir de Córdova, e através da qual — a fama assim o dizia — se operavam assombrosos milagres. Daí a designação daquela desaparecida instituição monástica.

Pelo resto do concelho não faltam tradições como esta, a testemunhar os sentimentos religiosos da região. Estão neste caso, por exemplo, as igrejas de Santa Marinha de Loivo, que foi mosteiro de monjas beneditinas; e a de Nossa Senhora do Reclamo de Lobelhe, de onde resultou o Arcediagado de Cerveira na Sé de Tui.

Temos, ainda, a acrescentar que Vila Nova de Cerveira possue arredores formosíssimos, especialmente os mais vizinhos do rio Minho, onde a vegetação é sobremaneira luxuriante. Há quadros oferecidos pela natureza verdadeiramente empolgantes, quer se trate de montes a pique a pretenderem escalar o Céu quer de plainos esmeraldinos, retalhados por choupos esguios ou por estreitos riachos que, vistos do alto, mais se assemelham a caprichosos fios de prata.

# O castelo de Lanhoso

A inscrição «Crastinus ædificavit», aberta numa pedra que, segundo se dizia, existiu na torre de Menagem do roqueiro castelo de Lanhoso, podia induzir-nos, pelo menos aparentemente, a supor que a altiva construção era de origem romana. Isto viria, portanto, a dar à histórica fortaleza — quando não aparecessem documentos a destruir tal hipótese — uma respeitável vetustez, nem sempre fácil de concrectizar, de momento, em monumentos daquela natureza, pelas sucessivas alterações, por vezes desde os alicerces, a que estiveram sujeitos no decurso dos séculos.

Realmente, se, como se julga, este Crastino foi o tribuno que apareceu, após a bárbara conquista de Numância por Cipião Emiliano, o vencedor de Cartago, a defender ardorosamente o domínio romano nesta parte ocidental da Península, temos de admitir que, de facto, remontam a mais de um século A. C. os primeiros fundamentos do castelo de Lanhoso.

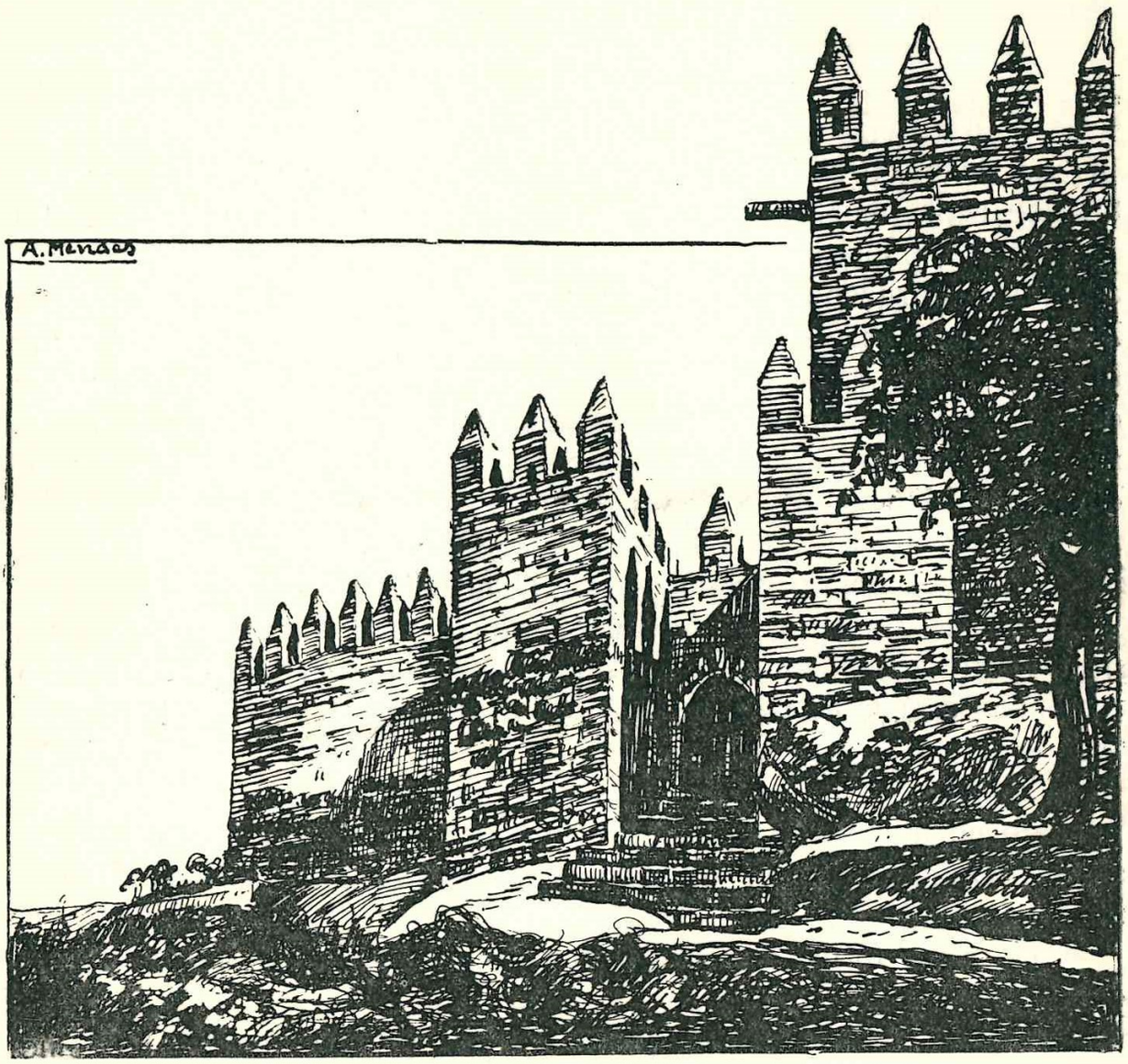
É certo haver, também, sem que saibamos com que bases, o diga fundado no ano 75 da era actual, portanto, ainda no tempo de Vespasiano. Outros, porém, o julgam simplesmente restaurado por este imperador.

De uma forma ou de outra, nunca deixaria de ser da mesma época.

Mal se diria, contudo, que as obras de restauro a que o submeteu a benemérita Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais haviam de confirmar plenamente o que da lapidar inscrição se inferia.

De facto, durante as escavações a que se procedeu na parte compreendida pela antiga praça de armas — então, pelo seu completo abandono de muitos anos, transformada em verdadeiro sarçal — a par de restos de construções antiquíssimas apareceu o envasamento de carácter nitidamente romano da torre de Menagem. Estava, assim, confirmado o que a tradição garantia.

Qual o pensamento a que teria obedecido esta construção em tão remotas eras? É de supor, uma vez que se julga coeva da ponte do Porto, não muito distante dali, que pela sua magnífica localização servisse de atalaia a parte da zona incorporada na antiga via militar, mais




A entrada do castelo defendida por dois cubelos

conhecida pela «Geira», que ligava, por Orense, a cidade de Braga à de Astorga.

Possivelmente outros povos que dominaram o noroeste peninsular utilizaram este castelo, como depois o fizeram, com a mesma confiança, os que fundaram a nacionalidade portuguesa. Assim, entre os demais que se erguiam em terra portucalense, inclusivé o de Guimarães, este gozava da preferência de D. Teresa, ou para disfarce das

suas leviandades de mulher com o famigerado Conde de Trava, ou para maquinações políticas que tinham por base as ambições de independência já reveladas por seu defunto marido e por ela mantidas com notável e persistente firmeza; ora, ainda, para despacho de muitos e importantes actos que visavam a consolidar a sua posição como senhora do território que herdara.

Foi neste castelo que se estabeleceu a paz entre D. Teresa e D. Urraca, quando esta invadiu o Condado Portucalense, por motivo das desmedidas ambições da irmã. Como também a ele se recolheu D. Teresa quando, após o desastre de S. Mamede, seu filho Afonso assumiu as rédeas do governo.

Depois disso, são as lendas a povoar os muros da fortaleza. Ali teria ocorrido um episódio romanesco, possivelmente exagerado, mas que a tradição se esforçou por manter até aos nossos dias.

Foi o caso do alcaide-mor D. Rodrigo Gonçalves Pereira, quarto avô do que viria o ser o beato Nuno de Santa Maria, ao ter conhecimento da infidelidade de sua primeira mulher D. Inês Sanches, haver planeado bárbara vingança em defesa da ultrajada honra.

Dirigindo-se a Lanhoso, encerrou, numa das dependências da fortaleza, sua mulher, o cúmplice, homens de armas, serviçais, enfim, todos os que ele julgava conhecedores e encobridores de tão ilícitas relações. E num acesso de meditado castigo lançou fogo ao castelo, ali perecendo culpados ou não e até os inocentes animais que faziam parte da economia doméstica.

Sem factos notáveis a ilustrá-lo, assim permaneceu o castelo pelo rodar dos anos até que as inovações introduzidas na arte da guerra começaram a diminuir-lhe a importância de outrora. Isto fez com que muitos dos seus materiais fossem utilizados, em 1680, na construção de parte de um santuário que André da Silva Machado, rico negociante do Porto, ali mandou erguer em honra de Nossa Senhora do Pilar. Já, então, além das depradações, a ruina o minava.

Eis como Craesbeck o descreve, na sua linguagem simples mas expressiva, que já lhe conhecemos do castelo de Arnoia:

*...Conçerva em pouca distancia do dito logar da povoa para a parte do Norte hum grande castello edificado sôbre um penedo em hua imensa altura que pellos vestigios que ainda concerva de muralhas e duas portas, hua de nacente, e outra do poente junto à Torre se reconhece ser inconquistavel, para o tempo em que fora fabricada*

*assi o diz a Monarchia Lusitana cuja sobida era só por hum carreiro, em que hua só pessoa podia hir e só pella parte do naçente: sendo que hoje por devação de algumas pessoas, se tem aberto hua estrada no mesmo rochedo, e posto por ellas varias Ermidas, com seos Torreões para os sette passos: obra em que ainda se trabalha neste presente anno de 1724. A torre deste Castello he de seis palmos de grosso, e quadrada, de 46 palmos por cada banda e tem de alto outros 46 e toda coroada de Ameias de 5 palmos de alto cada hua: na face do Norte levantada do chão 16 palmos tem hua porta de 10 palmos de alto e 5 e meio de largo, por onde entrámos dentro della.*

Agora restaurado no que ele tinha de mais sugestivo, lá continua a desafiar os tempos do alto do enorme rochedo que lhe serve de base e que o tornava inexpugnável. A seu lado, vêem-se os restos de uma povoação pre-romana postos a descoberto durante a abertura da estrada que o serve.

# A vila de Caminha

«PEQUENINA, fresca, sorridente, essa vila tem alguma coisa infantil, que seduz. Apeninsulada pelo mar e por dois rios, lembra vagamente uma canastrinha de verdura, onde um novo Moisés sorrisse embalado pelas águas» — assim se referiu D. João de Castro a Caminha.

Estamos, de facto, perante uma terra que a natureza caprichou em dotar com os mais belos primores. Desde o mar à montanha e do rio ao vale, dificilmente se encontrará quadro mais harmonioso.

Dizem que no mesmo local já tinha havido uma povoação romana, mais tarde totalmente destruida pelos mouros.

Depois disso, um fidalgo galego, enamorado pelas belezas do sítio, fundou ali, no ano de 950, uma aldeia que dele tomou o nome, convertido, no decorrer dos tempos, em Caminha.

Alguma fortaleza passaria a defendê-la, certamente da moirama, pois nas *Inquirições* de 1258 já se alude ao *monte hu steve o castelo de Caminha.*

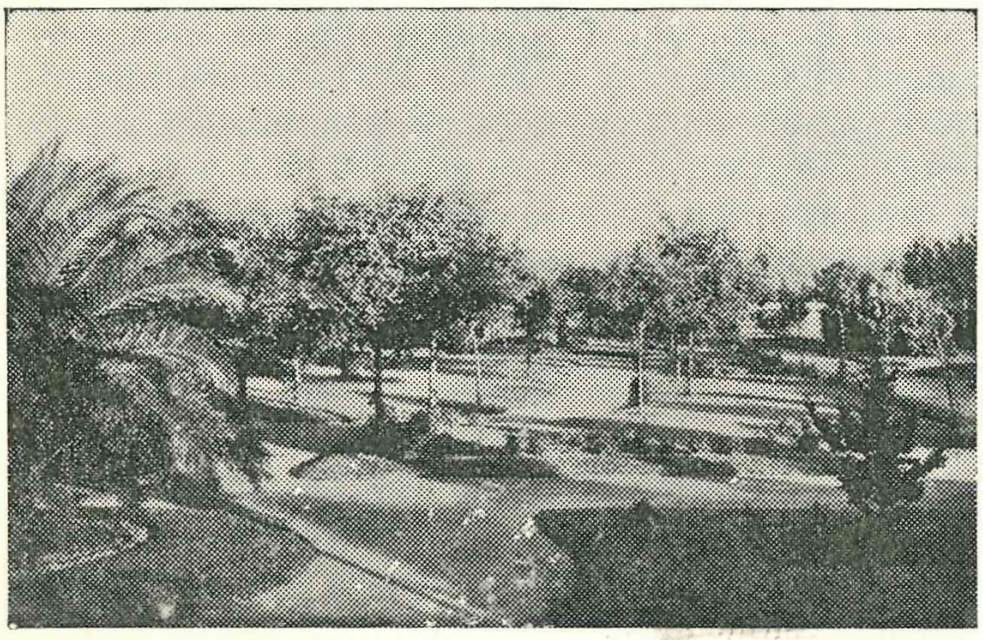
Como a povoação se encontrasse arruinada no tempo de D. Afonso III, este monarca mandou restaurá-la e povoá-la, em 1265. Por sua vez, D. Diniz melhorou-a e fortificou-a, brindando-a, depois, com foral, passado em 24 de Julho de 1284.

Foi couto de mareantes e como estes não bastassem para povoá-la, D. João I permitiu que ali morassem pessoas de outras classes. Esta mercê, que muito contribuiu para o desenvolvimento local, confirmou-a D. Manuel I.

Escusado será dizer que, no já longo período da sua existência, a vila nunca deixou de procurar desenvolver-se, acompanhando, em ritmo certo, o progresso que se registava noutras localidades do país.

Assim, a par de uma actividade marítima que a tornou célebre, especialmente no capítulo de exportações, criou outras de natureza comercial e industrial. Estas, aliadas à agricola, da qual nunca se afastou, originaram-lhe uma posição de relevo no seio da economia regional.

No campo do espírito, as coisas também não foram descuradas. Se, por um lado, houve a preocupação de render homenagem a Deus, erguendo-lhe templos cheios de esplendor e graça, por outro, foi esta ideia coroada por manifestações da mais bela concepção artística.



O parque «28 de Maio», em Caminha

Para exemplo, basta a Matriz, dedicada a Nossa Senhora dos Anjos. Joia preciosa do estilo ogival, realçada pela delicadeza do mais gracioso *manuelino,* tanto internamente — com as tres naves inundadas de luz e harmonicamente separadas por arcarias que elegantes colunas sustentam — como externamente — com os dois pórticos, o do sul, rematado pela perfeição dos lavores representando a dolorosa cena da Crucificação; e o da frente, amplo, mimoso em seus admiráveis relevos decorativos — aos biscainhos João de Siloro, João de Tolosa, Pero Galego e Francisco Fial se atribue a sua primorosa execução. No alto, uma soberba rosácea quebra a severidade da fachada principal, enquanto ao lado se ergue a torre sineira coroada de ameias de elevado sentido artístico, onde a época de quinhentos se encontra vincada a primor.

Foi este templo, dos mais belos do país e que por isso mesmo tem ocupado as melhores penas, quer em trabalhos descritivos quer de crítica, iniciado no reinado de D. João II, isto é, em 1488, para só ficar concluido no de D. João III, em 1556.

Em toda a sua pureza primitiva se teria conservado até ao século seguinte. Então, por circunstâncias diversas, desde a insensatez à ignorância, vá de alterá-lo em muito, sobretudo permitindo que nele se introduzissem inovações que bastante o prejudicaram interiormente.

O mesmo aconteceu um século depois, se não mais ainda, com

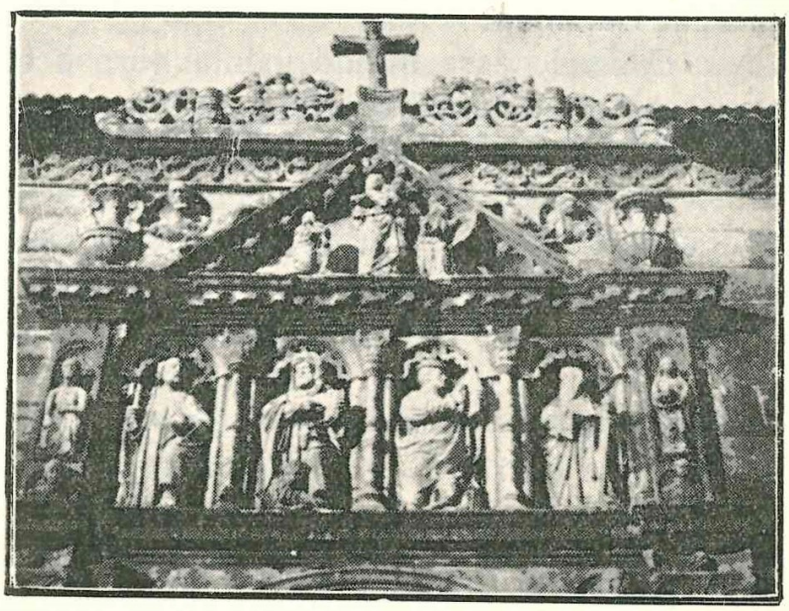
tendências próprias da época, é certo, mas descabidas, porque inicialmente havia uma unidade artística que importava respeitar.

Felizmente que as últimas obras de restauro, efectuadas, há anos, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, permitiram reintegrá-lo, quase completamente, nas suas linhas originais.

A Matriz constitue, só por si, o melhor elemento da propaganda turística de Caminha. Contudo, outros motivos há, sem dúvida igualmente sugestivos, principalmente o rio, com seus formosos panoramas, quer em frente, logo na outra margem, a penetrarem em terras de Espanha, quer para nascente, a distenderem-se para os lados de Valença. Também muitos e grandiosos edifícios enobrecem a vila.

As tres ordens de muralhas que outrora cingiram a povoação podiam, assim, dividir-se: a primeira, anterior à fundação da nacionalidade — havendo, mesmo, quem lhe atribuisse alguma origem romana — tinha dez torres e quatro portas; a segunda, que vinha do tempo de D. Diniz; e a terceira, devida a D. João IV.

Das suas gigantescas torres só existe uma. Nela colocaram um relógio, e por cima da porta uma inscrição lapidar recorda a consagração de Portugal à Imaculada Conceição de Maria, feita no tempo do fundador da dinastia de Bragança.



Cimalha da porta lateral da Matriz

Em 1371, foi o senhorio de Caminha dado por D. Fernando a Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos. D. João I entregou-o a Fernão Martins Coutinho; e no tempo de D. Afonso V pertenceu a D. Pedro Alvarez de Sotomaior, fidalgo galego que se passou para o serviço do rei de Portugal. Em 1499, entrou na Casa de Vila Real, e, após a conspiração de 1641 contra D. João IV, foi incorporado na Casa do Infantado, até à extinção desta, em 1834.

Há a registar o facto de Caminha ter sido cabeça de ducado,

criado por D. Filipe III na pessoa de D. Miguel Luís de Menezes, filho do quinto Marquês de Vila Real.

Se após a aclamação do Mestre de Aviz como defensor do reino, Caminha se mostrou hesitante em reconhecê-lo, a verdade é que se lhe rendeu voluntariamente. Depois disso, teve, por vezes, papel de relevo na defesa dos sagrados interesses da Pátria. Foi dali que, durante a guerra da Restauração, o Conde de Prado preparou, com violento bombardeamento, o ataque à povoação espanhola de La Guardia, tomando-a depois.

Longe iriamos se nos propuséssemos descrever, palidamente é certo, o que em Caminha prende a atenção do visitante. São jardins e praças, templos e ruas, onde a graça não falta aliada ao bom gosto, formando tudo um admirável conjunto que, de facto, cativa, seduz.

Igualmente os seus arrabaldes gozam de justificada fama, desde os que se abeiram do mar aos que se elevam às cristas dos montes. São aprazíveis, oferecendo, ao mesmo tempo, quadros encantadores, que se fixam para sempre na memória de quem os contempla. Razão tinha, portanto, D. João de Castro ao rematar a sua admiração pelo que vira em Caminha:

«Em todo esse Minho montanhoso e edílico, raro se encontrará um trecho de natureza com tão penetrante e harmónica beleza.»

# Antes morrer sem culpa...

DO seu casamento com o poeta Sá de Miranda, teve D. Briolanja de Azevedo dois filhos: Gonçalo Mendes de Sá, que morreu lutando com os mouros, em Tetuão; e Jerónimo de Sá, ou, então, como se vê num registo respeitante a obrigações na capela onde jaz, Jerónimo de Sá de Menezes, embora este apelido seja mal cabido. Foi casado com D. Maria da Silva e Menezes e, devido à morte do irmão, sucedeu na casa paterna.

D. Briolanja de Azevedo pertencia à mais nobre estirpe de Entre-Douro-e-Minho. Era filha de Francisco Machado e de D. Joana de Azevedo, a quem coube em dote a quinta de Castro, com o seu castelo senhorial a dominar uma grande parte das terras de Entre Homem e Cávado.

Era naquela propriedade que D. Briolanja habitava quando casou. Pertencia, então, a seu irmão Manuel Machado de Azevedo que foi casado com a formosa D. Joana da Silva — *Nossa Senhora da Silva,* como ele um dia lhe chamou, quando el-rei D. João III o surpreendeu a pintá-la de memória. Deste casamento houve Francisco Machado da Silva que veio a casar com D. Maria da Silva, filha de Manuel de Magalhães, quarto senhor de Ponte da Barca, e de D. Margarida da Silva.

Francisco Machado da Silva era, portanto, primo carnal de Jerónimo de Sá, que deixou de si a mais triste recordação, como vamos ver.

O comendador do mosteiro de Rendufe, Henrique de Sousa, resolveu, por circustâncias que não vêm para o caso, renunciar o seu benefício em um irmão de D. Maria da Silva. Ora, Jerónimo de Sá pretendia-o para um amigo e como, portanto, o não conseguisse tratou de urdir uma calúnia monstruosa que directamente afectava a honra de sua prima afim. Para isso, serviu-se de Martim Coelho, ao que parece ainda seu parente, e de um criado do comendador. Em ambos, certamente, ele devia exercer grande ascendente, pois, caso contrário, não se prestariam a tão repugnante como indigno papel.

Um dia, andava Francisco Machado à caça, em terrenos que distanciavam, quando muito, uma légua da Casa de Castro. Contudo, tencionava pernoitar fora e até desta sua disposição prevenira a própria esposa.

Sabedores do caso, Jerónimo de Sá e Martim Coelho dicidiram pôr em prática a sua miserável conjura. Procuraram-no e disseram-lhe que se ele entrasse, nessa noite, em casa, surpreenderia sua mulher com o Henrique de Sousa e que, portanto, uma vez apanhados em flagrante, os poderia matar.

Não obstante Francisco Machado ter ficado perplexo com tal revelação, quis certificar-se. E altas horas lá partiram os tres a caminho de Castro.

Próximo da residência e conforme combinação prévia, achava-se o criado do comendador com a mula que o patrão habitualmente montava. Em face disto, Francisco Machado, que até aí parecia duvidar do que lhe haviam dito acerca da mulher, ficou um tanto crédulo. Silenciosamente, entrou em casa e penetrando no quarto de D. Maria da Silva encontrou-a a dormir, muito serenamente, embora cingida de cilícios. Procurou os amigos aos quais contou o que notara mas eles garantiram-lhe que tinham visto o comendador montar e fugir a toda a pressa. A partir de então, a vida de Francisco Machado passou a ser um tormento constante, pois nas mais pequeninas coisas lhe parecia ver a infidelidade da esposa.

Entretanto, esta era avisada pela própria mulher do Jerónimo do que se passava e aconselhada a fugir para casa dos pais. Indignada, respondeu:

— Antes morrer sem culpa em casa do que fugir com infâmias para casas alheias.

Como o primo a visitasse, verberou-lhe o procedimento, dizendo:

— Veja o que faz, Jerónimo, que em mulheres como eu não pegam as nódoas.

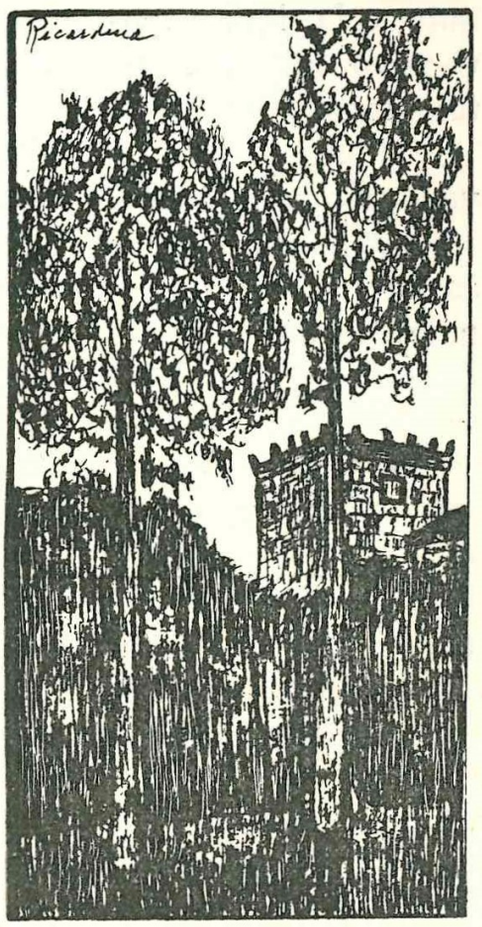
Jerónimo de Sá, compreendendo imediatamente que sua mulher o havia denunciado, jurou a mais cruel vingança.

Chegando a casa, sacou de um punhal, cravando-o, depois, sem dó nem piedade, no peito de D. Maria da Silva e Menezes, que durante tres dias teve de suportar a mais atroz agonia.

Era natural que este caso o fizesse meditar e o levasse a arripiar caminho, para que mais vítimas inocentes não resultassem do seu condenável propósito. Mas não. Uma vez sepultada a esposa, prosseguiu

com a mesma abominável indiferença pela honra e pela vida dos outros. Protestara que havia de contribuir para a morte da prima e enquanto a não visse estendida no caixão não descansava.

Por sua vez, o comendador fora aconselhado a não voltar à Casa de Castro, pois lá estavam dispostos a matá-lo. Não compreendendo o motivo e, portanto, não acreditando, desprezou o aviso. Apareceu, como de costume. Já ali se encontrava Jerónimo de Sá que, por certo, não deixaria de ter influido no que iria passar-se.



O castelo de Castro

Mal se havia sentado a uma banca de jogo, um criado negro descarregou-lhe sobre a cabeça tamanha pancada com uma barra de ferro, que ele caiu para não mais se levantar.

D. Maria da Silva, que estava próximo, acode ao ruido da queda e tenta socorrer o infortunado comendador. Nesse instante, o marido insurge-se e vendo nela a causa fundamental de tão lamentável ocorrência, ia vibrar-lhe um golpe de espada. Não chegou, porém, a atingi-la, pois a lâmina, desprendendo-se dos copos, cai e crava-se no chão.

Francisco Machado contem-se e indo a uma sala contígua para onde momentos antes se afastara Jerónimo de Sá, conta a este o que se passara. O primo intervém rapidamente, exclamando:

— Se não matares tua mulher, a morte deste homem custa-nos as vidas.

A seguir, entrega a sua espada a Francisco Machado. Este dirige-se à esposa e sem, ao menos, uma palavra, crava-lha no coração, dando-lhe morte instantânea.

Agora, vejamos o resto como Camilo Castelo Branco o relata:

«Depois chamaram um escravo para que cortasse no cadáver do comendador o instrumento do crime: era um complemento de vingança tradicional nos velhos nobiliários. Quando o escravo ia executar a ordem viram que esse instrumento não existia, e lhe acharam um tubo

de prata por onde o infeliz expelia as secreções. Francisco Machado, desvairado de terror e remorso, quis matar com uma adaga o primo; mas Jerónimo de Sá, mais destro e possante, por um triz o não matava a ele. O comendador foi enterrado secretamente no mosteiro de Rendufe, e D. Maria foi levada ao jazigo de seus avós à Ponte da Barca. O povo orava-lhe como a santa, e acreditava que a terra da sua sepultura curava sezões».

Pouco depois, Jerónimo de Sá casava-se com D. Joana de Azevedo, ainda parenta de sua primeira mulher.

Morreu, segundo a crónica, «devorado por piolhos, chagado até às entranhas, onde se lhe viam cardumes de vermes revolvendo-se na podridão das úlceras».

# O convento de Landim

DECORRIDOS cerca de oito quilómetros da estrada que liga Vila Nova de Famalicão a Santo Tirso, encontra-se, recolhida, concentrada, a antiquíssima freguesia de Landim, pertencente ao primeiro daqueles concelhos.

Não obstante algum progresso que nela se operou nas últimas décadas, pelo que parecia desejar integrar-se no movimento de renovação próprio da época, a verdade é que ainda mantém aquela feição nìtidamente monástica que durante muitos séculos a caracterizou, lhe deu nome e criou história.

Landim pertence às coisas do passado afeiçoadas pelo espírito. Foi este, portanto, que dominou essas coisas — hoje relíquias —, que as desenvolveu, que fez delas grandes e que depois as projectou por esses séculos fora, sempre inalteráveis em seu cunho de origem.

Ora Landim está precisamente neste caso. Bonita, pitoresca, o rio e a ponte a darem-lhe beleza, o progresso a pretender inová-la, a vegetação espalhada graciosamente por aqui e por além, recantos românticos a par de modernismos pretensiosos, mas ainda ali subsiste, e oxalá que por tempos indefenidos, qualquer coisa de austero, à sombra da qual palpita a glória de um passado que tornou possível o evocativo ambiente que rodeia a simpática povoação. Lá está, ainda para mais, o seu majestoso mosteiro a denunciar tudo isso.

Não pode, por consequência, estranhar-se que a povoação pareça revestida de certo saudosismo, a despeito dos muitos anos que já decorreram sobre a extinção do convento. São ainda recordações de tempos idos, que se não diluem facilmente, mau grado algumas tentativas feitas com tal propósito.

Vamos, pois, arrancar a esse passado as notas que mais interessam para melhor se compreender e estimar o ambiente que cerca a sonhadora freguesia de Landim.

No ano de 1096, o nobre fidalgo D. Rodrigo Forjaz de Trastâmara, filho do Conde D. Forjaz de Vermur, companheiro de armas do

Conde D. Henrique, lembrou-se de fundar, próximo do rio Ave, um convento sujeito à Ordem de Santo Agostinho. Escolheu, para isso, a povoação de Landim ou Nandim, em Terra de Vermoim, ao tempo defendida por altivo castelo, situado, possivelmente, no maciço do Sobreirinho, e de cuja existência, já no primeiro quartel do século XI, nos dá conta a notícia de um desembarque de «vikings», efectuado em 6 de Setembro da era de 1054 (ano de 1016): *Era MLIV. VIII idus septembris veniunt Lormanes ad Castellum Vermudi quod est in provincia Bracharensis.*

Fundado o convento e entregue aos Cónegos Regrantes, pouco depois recebia a instituição o couto de Palmeira, doado pelos irmãos D. Gonçalo Gonçalves e D. Rodrigo Gonçalves Pereira, filhos do Conde D. Gonçalo Rodrigues, que interveio na respectiva escritura.

O couto tinha por sede a freguesia de Santa Eulália, em cuja Quinta da Palmeira, ao tempo dotada de torre, viviam os doadores. Estes, transferiram-se, depois, para o seu solar dos Pereiras, em S. Fins de Ribadave.

Incorporado, assim, no convento, o seu nome foi-se diluindo a pouco e pouco até que todo o território passou a ser conhecido, simplesmente, por *Couto de Landim.* Teve grandes privilégios concedidos não só pela Santa Sé como pelos nossos reis.

Entre eles, como diz a *Corografia Portuguesa* «lograva o título de Condado, e como tal o confirmou ao Convento El Rey Dom Afonso o Quarto no anno de 1346. E El Rey Dom João o Primeiro no de 1385, conserva-o com jurisdição civel confirmando os Juizes ordinarios, Vereadores e Almotaceis por eleição annual».

Era o próprio superior do convento, como Ouvidor do couto, que no dia 24 de Agosto de cada ano ia à feira de S. Bartolomeu de Entre-Ambas-as-Aves, marcar os preços aos artigos que ali se vendiam.

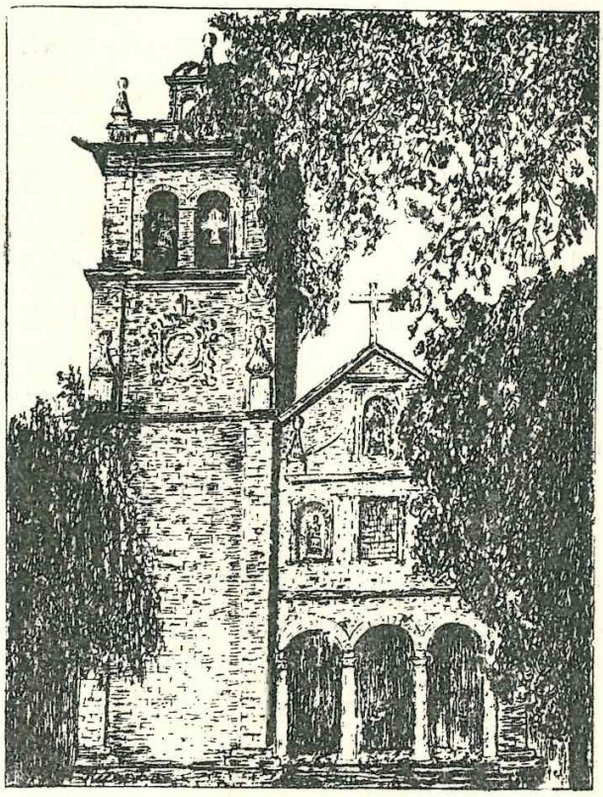
Além disso, o convento estava isento dos Arcebispos de Braga, que por consequência o não podiam visitar. Simplesmente lá entravam para actos que não se relacionassem com a vida da instituição. Ali esteve, por isso, em 21 de Agosto, o Arcebispo D. Fernando da Guerra, ao estabelecer uma concordata, sobre votos, dízimos e mais direitos, com os párocos de Ambas-as-Aves.

Embora, no decorrer dos tempos, a «Terra» e depois o «Julgado» de Vermoim estivessem sujeitos a várias jurisdições, isto em nada afectou a vida da monástica instituição que continuou sempre a governar-se por seus usos e costumes, de harmonia com os privilégios que gozava.

Era convento rico, chegando a ter doze mil cruzados de renda, quer das próprias igrejas que lhe estavam anexadas, quer das contribuições a ele sujeitas por força dos muitos casais existentes em todo o couto, que compreendia bastantes freguesias, tanto no Julgado de Vermoim como no termo de Barcelos.

Assim, em 1706 o seu rendimento era de quatro mil cruzados, com os quais mantinha dezoito religiosos e pagava pensões.

Teve como segundo prior D. Frei Pedro Garcia, que morreu em 1198. Foi sepultado em campa rasa, sobre a qual o recordava um epitáfio em latim, que, vertido para português, dizia: *Aqui jaz coberto com esta pedra o varão bom e justo, o prior Dom Pedro Garcia, que faleceu no primeiro de Março de 1198.*



A igreja do antigo convento de Landim

Decorridos trezentos e cinquenta anos sobre a sua morte, aconteceu o superior do convento Frei António da Silva passar, rezando, junto desta sepultura. Notou, então, que dali promanava certo odor, suave, sim, mas ao mesmo tempo estranho. Ordenou, por isso, que se removesse a pedra que a cobria, e qual não foi a admiração de todos os que assistiam verem, incorrupto, o corpo de D. Pedro Garcia.

O caso, divulgado imediatamente, fez acorrer ao convento inúmeras pessoas de Landim e redondezas na ânsia de verem e tocarem aqueles despojos, que passaram a ser venerados como os de um santo.

D. Frei António da Silva, que faleceu em 1560, foi o último prior perpétuo do mosteiro de Landim. Este converteu-se em comenda do Cardeal Alexandre Farnezio, mas intrometeu-se nisso o procurador geral dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, D. Frei Filipe, pelo que o convento foi unido, em 1562, ao de Santa Cruz, de Coimbra, pertencente, como se sabe, à mesma Ordem.

Dele também teve o priorado o célebre Cardeal de Alpedrinha.

O convento, onde brilharam figuras de relevo, por seu saber e virtude, subsistiu até à extinção das ordens religiosas em 1834.

Antes disso, porem, já o couto havia sido extinto, por lei geral do país de 19 de Julho de 1790. Conservou-se, então, em concelho, até 1836, ano em que se integrou no de Vila Nova de Famalicão, como simples freguesia.

É claro que sobre esta instituição religiosa muito haveria que dizer, pois longa foi a sua história. Mas, o que fazemos não passa de uma ligeira crónica, e, por isso, limitamo-nos aos factos essenciais, àqueles que, precisamente, mais contribuam para justificar o respectivo tema.

Contudo, afigura-se-nos que dissemos o suficiente para evocar alguma coisa que deu lustre à antiga região de Vermoim e da qual ainda hoje se fala como se fosse dos nossos dias. Talvez por isso mesmo, melhor se compreenda o ambiente concentrado, meditabundo, que envolve e envolverá a pitoresca freguesia de Landim, a cuja história estão ligados os factos mais gloriosos da extinta mansão dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

# A demolida capela de Santa Ana de Braga

A história da capital do Minho anda tão intimamente ligada à dos seus prelados que é difícil separá-las.

Não admira, pois, que tudo quanto a cidade apresenta de notável o tivesse ficado a dever a essa galeria ilustre de Príncipes da Igreja — seus antigos donatários e, ainda hoje, em obediência à tradição, «por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Arcebispos e Senhores de Braga».

Igreja ou capela, largo ou rua, convento ou asilo, chafariz ou hospital, tudo, enfim, o que se impõe à admiração do visitante e constitue orgulho da própria terra, não deixa de ter a chancela de alguma dessas notáveis figuras — desde santos a guerreiros — que brilhantemente ocuparam a cadeira primacial das Espanhas.

Era o poder espiritual aliado ao temporal, estabelecendo, assim, uma indissolúvel relação que a outros fins não visava se não ao engrandecimento e prestígio da cidade. Eis porque a história de Braga é a própria história dos seus prelados.

De entre eles, destacou-se por sua iniciativa e arrojo de empreendimentos do mais elevado sentido social, artístico e religioso, D. Diogo de Sousa, que governou a Diocese desde 1505 a 1532. De tal natureza foram as obras por ele realizadas, que estas formam um extenso memorial. Isto levou a dizer, e com razão, que D. Diogo de Sousa foi o novo fundador ou o novo reedificador da cidade.

Não podendo, por reconhecer a sua conveniência, demolir os muros que cingiam Braga, adquiriu os terrenos à sua volta, para que, assim, a povoação se alargasse em todos os quadrantes. Entre esses terrenos figurava o que se estendia em frente do castelo ou cidadela. Estava plantado de árvores e vides, pelo meio das quais um caminho ligava a cidade à parte oriental do concelho.

Uma vez desbravado tudo aquilo, o Arcebispo mandou erguer ali uma capela dedicada à Mãe da Virgem. Eis porque o local ficou sendo conhecido por Campo de Santa Ana, designação que ainda hoje subsiste

sem carácter oficial, não obstante a capela ter deixado de existir há cerca de dois séculos.

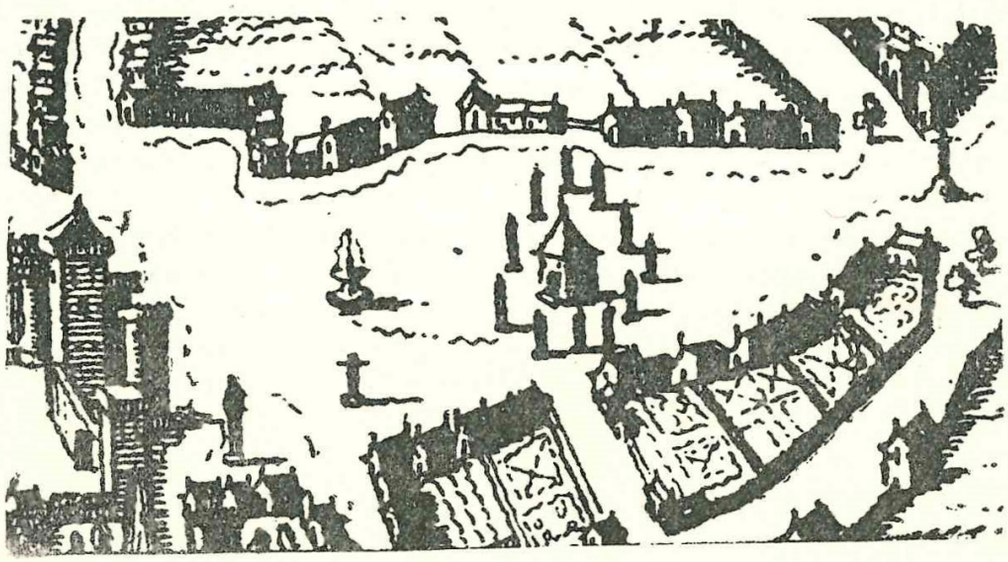
Foi erigida em 1506, como se infere da seguinte inscrição que nela estava gravada:

*Sacellum hoc simul et platêam, in qua arbores veteresque vineae antea erant, facit Didacus de Sousa, Archiepiscopus atque Dominus Bracarensis, Hispaniarum Primas; ibique monumenta Romanorum, quae stare vides, dispersim reperta, ob Bracarae Augustae memoriam, erigi imperavit anno Dñi 1506.*

Reparada e até alterada na sua traça primitiva, tinha um alpendre servido por oito degraus.

Estava situada, pouco mais ou menos, a meio do campo, em cuja parte sul foi depois construido o convento de S. Filipe Nery, vulgarmente conhecido por *Congregados*.

Agora, eis as características da capela, segundo um auto de vistoria mandado fazer no tempo do Arcebispo D. Gaspar de Bragança, irmão



O Campo de Santa Ana, em 1715

de el-rei D. João V, e cuja transcrição do livro do tombo do Bom-Jesus e Santa Ana, existente na Irmandade de Santa Cruz, ficamos devendo à amabilidade do snr. padre Carlos Narciso de Azevedo, capelão desta corporação religiosa:

«Aos 26 dias do mês de Setbro de 1741 anos nesta Cidade de Braga e no Campo de Sant'Ana dela, e Capela da mesma Santa unida hoje á Irmandade do Bom Jesus ahi onde Eu Tabelião fui vindo para efeito de fazer inventário, do estado da dita Capela e mais fabrica pertencente a ela ahi pelos oficiais da dita Irmandade, e Procurador dêste Tombo Ant.º da Silva de Azevedo, e medidor Alexandre de Sousa em presença do Doutor M.el Carvalho Rodrigues do Dezembargador de Sua Magestade Provedor na Vila de Viana-Ponte de Lima, e seu termo, por Sua Magestade que Deus guarde, e Juiz do Tombo das terras propriedades foros, e pensões da dita confraria de Sant'Ana hoje pertencentes á Irmandade do Bom Jesus por especial Provisão do mesmo Senhor, por tôdos foi vista a Capela maior da dita Igreja a qual é feita de novo, e ao moderno de bastante altura, e forrada de madeira com suas cornijas e 4 friestas com seu arco tudo de pedra e esquadria, e das 4 friestas estão 2 para o sul que dão luz com suas grades de ferro, e vidradas, e duas falsas para o norte que só, servem de correspondencia das outras e para o altar se sobe por 5 degraus de pedra, e nos lados tem 2 Credencias, e tem a dita Capela Mór seu retabulo de entalha ao moderno dourado, e matizado com sua tribuna no meio onde está uma Imagem de N. Senhor em vulto com a cruz ás cóstas com a tunica de tafeta roxa, e diadema de prata, e da parte da Epístola a imagem de N. Senhora da Piedade com o seu manto de seda, e diadema tambem de prata, com N. Senhor morto nos braços tudo em vulto, e a Senhora estofada e no mesmo retabulo em quanto se não fazem os altares laterais as imagens de S. José Santa Luzia S.ta Quiteria e S.ta Maria Madalena todas em vulto, e estofadas, e uma imagem do Senhor Crucificado em vulto com seus diademas de prata, e N. Senhora com o Menino nos braços e Sant'Ana S. Tomé — e 2 Anjos em vulto estofados na tribuna com suas tochas na mão; e outros 2 da mesma sorte porem mais altos nas credencias — tem a dita capela mor uma porta para o norte que é a entrada da sacristia, e medida a dita Capela ao comprido de nascente a poente até ao arco cruzeiro, entrando êste, e a parede da costa da tribuna tem 11 varas e um palmo, e de largo de norte a sul entrando as paredes tem 17 menos um palmo e logo para o poente se segue o corpo da Igreja velha que somente tem a dentação da Capela mór para ir continuando e principio dos arcos para os altares colaterais a qual corre de nascente a poente, e com o seu Cabido Grande à porta principal e medido o corpo da igreja, e o dito Cabido de nascente a poente tem 19 varas, e de largo de norte a sul entrando as paredes tem 7 varas, e palmo e meio porem a dentação que está feita principio da igreja nova tem mais de largo do que a velha 3 palmos, no fim do dito Cabido suas escadas e patio tudo de pedra tem a dita igreja velha seu côro de madeira com grades de pau com suas frestas dos lados tudo ao antigo, e o cabido é coberto, e forrado de madeira com suas columnas, e meias columnas de pedra e por tôdas são 14, e na fronteira do dito Cabido tem suas grades de ferro com duas portas de grade para guardarem desaforas que de noite se podem fazer no dito Cabido, tem a igreja velha outra porta travessa para o norte tambem com o seu patio, e escada de pedra e onde finda a parede da casa da meza velha, e logo para o norte junto á Capela mor se acha uma casa feita que serve de sacristia muito bem aparelhada no sitio onde estava a velha a qual tem 3 frechas com suas grades de ferro, e portas por dentro para fechar quando fôr necessário, e uma porta com sua escada de pedra por onde se vai para a tribuna, e na dita sacristia está um lavtaório de pedra com 2 registos e suas carrancas lavradas em cima do qual está um nicho para algum santo, e mais 2 guarda-roupas de pedra embutidos na

parede da Capela mór com suas portas e repartimentos e defronte um caixão cumprido que toma tôda a sacristia de nascente a poente com 12 gavetas grandes de recolher as vestimentas, e mais fabrica, e 12 pequenas que servem de secretaria com suas ferragens douradas e o dito caixão pela fronteira, e por cima é de pau preto que servem para se vestirem os sacerdotes, e a dita sacristia está bem forrada de madeira de castanho, e tôda azulejada com uma porta para o poente que vae para uma ante-casa que é a serventia da sacristia para a Capela mór donde nasce uma escada de pedra por onde se sobe para a Casa da mêsa, e outras e uma porta que é de servir para a casa do celeiro, e da Cera que está principiada onde está uma cosinha com sua porta que fica debaixo da dita escada para ter o azeite, e de fronte dela fica um falso com sua porta para recolher o esquife com que se enterram os irmãos da Casa, e na dita ante-casa fica uma porta para o norte que é a serventia da dita casa e sacristia capela mór, e mais casas, e para a mêsma parte em cima da porta uma fresta com grades de ferro para dar luz, e por cima da dita sacristia fica a casa da mêsa da Irmandade com 2 janelas rasgadas, uma para o nascente e outra para o norte com sua porta, ao poente por onde se entra a qual é sotada e forrada, em a qual está uma mesa comprida com suas gavetas, e pano com que se cobre que é onde se fazem as mesas com seus escabelos de encosto, e duas guarda-roupas de castanho com as portas lavradas, e seus repartimentos, e na parede um lanceiro comprido com bilros de pau para pendurar os chapeus, ou o que quizerem, e por cima da ante-casa retro fica outra tambem sotada, e preparada para se forrar com sua janela rasgada para o norte, e uma porta de serventia para o poente para a escada, e na mêsma frente outra porta que é de ir para as mais casas que faltam por fazer onde tambem está uma fresta para o norte com sua grade de ferro, e em cima do arco cruzeiro está uma cruz de pedra com 2 piramides nos lados, e o mêsmo em cima da parede das costas da tribuna, e pelos lados da dita capela mór pela parte de fóra estão 12 columnas antigas com seus letreiros esculpidos nelas e dourados as quais columnas estavam em varias partes desta provincia, e as mandou colocar no dito lugar do Campo de Sant'Ana o Ilustrissimo Senhor Dom Diogo de Sousa Arcebispo e Senhor que foi desta Cidade como consta do catalogo dos Arcebispos de Braga folhas 12 verso, e reformadas as ditas columnas pela ilustrissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Teles Arcebispo que tambem foi desta Cidade de que as mandou levantar por estarem tôdas quebradas pelo chão e avivar os letreiros, em lembrança do que mandou tambem colocar uma columna sua de traz da dita Capela com o seu letreiro dourado.»

O templo tinha, portanto, as seguintes dimensões: comprimento do corpo da igreja, 20 metros e 90 centímetros; comprimento da capela-mor, 12 metros e 32 centímetros, dando-nos, assim, o total de 33 metros e 22 centímetros; largura da igreja, 8 metros e 3 centímetros; largura da capela-mor, 6 metros e 88 centímetros.

Como se vê, era um templo muito regular.

À falta de documentação gráfica mais elucidativa, arranjamos, para acompanhar esta crónica, uma gravura reproduzida de parte de uma planta de Braga de 1715. Sem podermos estranhar a sua imper-

feição no tocante a pormenor, esclarece-nos, contudo, sobre o que era o Campo de Santa Ana naquela época.

À esquerda, temos o castelo com a torre de Menagem. Em frente, estende-se o Campo de Santa Ana, no qual se destacam o pelourinho, quase junto à fortaleza; o cruzeiro, à entrada da rua das Águas; o chafariz, a capela de Santa Ana, rodeada pelas colunas romanas; e, ao fundo, o cruzeiro, actualmente no largo da Senhora-a-Branca.

Na parte do norte, marcam-se, distintamente, as ruas dos Chãos, à esquerda, e do Sardoal, ao fundo; e na parte do sul, temos as embocaduras das ruas de S. Marcos, das Águas, até ao largo do Rechicho, e dos Congregados.

A título de curiosidade, vamo-nos referir a cada um destes pontos.

O pelourinho foi mandado fazer pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. Primeiro, esteve colocado em frente da demolida Porta do Souto, aberta nas muralhas que cercavam a cidade e que ficava no actual largo do Barão de S. Martinho. A pedido de alguns moradores dali, mudaram-no, em 1694, para o local indicado na gravura, onde permaneceu até 1769, data em que o removeram para o terreiro do castelo, isto é, para dentro dos muros da cidade. Mais tarde, foi para o Campo dos Touros, depois denominado Praça Municipal. Daí o retiraram em 1853, sendo, então, substituido por um chafariz que existiu no local até à construção, em 1914, do demolido mercado.

Esclareçamos que este pelourinho já não era o primitivo. Como o primeiro tivesse caído, partindo-se, a Câmara, no tempo do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582), mandou-o reconstruir. Eis o motivo porque a coluna ostentava, alem das armas reais, o brasão daquele prelado.

O cruzeiro à entrada da rua das Águas era um dos muitos espalhados pela cidade, sobretudo mandados construir por D. Diogo de Sousa. Da mesma origem era o que se via ao cimo do Campo de Santa Ana e que em 1914, com a transformação daquele vasto recinto, foi transferido, como dizemos atrás, para o largo da Senhora-a-Branca. É considerado monumento nacional.

A rua das Águas, hoje incorporada na Avenida do Marechal Gomes da Costa, ia do actual largo do Barão de S. Martinho até ao largo de S. Lázaro.

O alargamento desta rua foi motivo de muitas e demoradas diligências, iniciadas já no tempo do antigo regime e continuadas após a proclamação da República. Estavam, em parte, dependentes da venda

dos terrenos que pertenceram ao demolido convento dos Remédios, cuja cerca era vedada por alto muro que se estendia do então largo do Rechicho até quase ao actual largo do Barão de S. Martinho. No extremo do lado norte levantava-se um mirante que servia não só de admirável ponto de vista como para quebrar a monotonia e a frieza do resto da construção. Tinha sido mandado construir pela abadessa D. Francisca Xavier, generosamente auxiliada pelo Arcebispo D. José de Bragança.

Ora, com o fim de prepararem pessoal destinado ao Ultramar, algumas religiosas da congregação das Missionárias de Maria, devidamente autorizadas pelo Governo, foram, em Janeiro de 1896, instalar-se em parte do desabitado convento.

Dada a sua patriótica intenção, conseguiram do Estado a promessa da cedência de todo o edifício, mas como, em 1907, verificassem que nada obteriam e como se pretendesse demolir tudo aquilo, também a título de melhoramentos, mudaram-se para a casa da rua dos Congregados, presentemente ocupada pela «Creche-Lactário».

Com a saída das religiosas, a Câmara de então solicitou ao Governo a cessão de parte do convento para alargamento da velha e já desaparecida rua das Águas, que passaria a chamar-se *Avenida de João Franco*. A venda dos terrenos da cerca faria face às respectivas despesas.

Por sua vez, seria demolida a igreja para abertura da actual rua do Dr. Gonçalo Sampaio, a qual teria a denominação de *Avenida do Dr. Domingos José Soares,* ao tempo presidente da Câmara.

Não obstante os protestos das confrarias erectas na igreja dos Remédios e até de uma representação mandada ao Governo por intermédio do Chefe do Distrito, nesse tempo o Conselheiro Novais Leite, em Setembro do mesmo ano a Câmara obtinha mais do que havia solicitado.

Não faltaram novos protestos, além da publicação de folhetos bastante contundentes.

Para abreviarmos, diremos que tempos depois se procedia à demolição de todo o convento e à venda da respectiva cerca. Foi assim que se iniciou, pelo lado do poente, o alargamento da rua das Águas, em cujos terrenos passaram a construir-se os edifícios que ali se vêem, entre os quais o Teatro Circo, inaugurado em 1915.

Do lado do nascente, a rua continuava a oferecer o mais desagradável aspecto, com os seus prédios velhos e irregulares.

Importava, pois, demoli-los, não só por uma questão de estética como para estabelecer à nova artéria, já pomposamente designada *Avenida da Liberdade*, a largura determinada no respectivo projecto. Foi já em obediência a este plano que se ergueu, mais tarde, a primeira construção daquele lado — destinada, depois, ao Hotel Aliança, em frente ao Teatro Circo. Seria esse edifício, portanto, que determinaria o alinhamento dos restantes.

Circunstâncias várias, entre as quais a falta de recursos, não permitiam à Câmara Municipal realizar, nem sequer iniciar, o melhoramento que se impunha. Mas eis que a presidência da Comissão de Iniciativa e Turismo passa a ser ocupada pelo distinto médico Dr. Alberto Cruz, que se faz rodear de preciosos colaboradores.

O antigo Campo de Santa Ana está hoje transformado na formosa Avenida Central

Uma das suas mais instantes preocupações foi precisamente o alargamento da rua das Águas, ou, melhor, da Avenida da Liberdade. Elaborado um plano de realizações, entre eles figurava a construção, segundo projecto do Arquitecto João de Moura Coutinho, que não sendo de Braga trabalhou imenso pelo engrandecimento da terra, da sede da Comissão Municipal de Turismo. Para isso foi adquirido o edifício situado no ângulo da Avenida Central e da rua das Águas. Demolido, foi construida alguns metros atrás a actual sede do Turismo.

Foi assim, pois, que se deu início a uma obra grandiosa, continuada nos anos seguintes.

Com referência ao chafariz, foi o Arcebispo D. Agostinho de Jesus (1588-1609) quem o mandou fazer. É, sem dúvida, o mais elegante de Braga.

Conservou-se em frente ao castelo até 1865. Foi apeado por ordem da Câmara, para aformoseamento do local, que passou a denominar-se largo da Lapa, depois largo de Hintse Ribeiro e, por último, Praça da República.

A respeito deste chafariz, que desde 1915 se encontra no centro do Campo das Hortas, diz-nos Sena Freitas nas *Memórias de Braga*:

«Era tal a solidez com que ele estava construido que foi mister aos pedreiros destruir algumas pedras, para poderem separar as taças, assim como a coluna que era guarnecida de diversos relevos: pois pelo centro estava tudo ligado com espigões de ferro. O tanque — e a meia laranja de pedra que exteriormente circundavam este chafariz — igualmente foram demolidos: e as peças principais foram removidas para a cerca do suprimido Convento do Carmo.

No remate deste chafariz estava uma peça de pedra lavrada, tendo numa das faces o escudo das *Armas Reais;* no lado oposto, o *Brasão do Arcebispo,* que o fizera edificar, D. Agostinho de Jesus; em outra face (como a custo ainda se vê), os caracteres seguintes: **Maria;** e na face oposta (em que os caracteres estão muito obliterados pelo tempo), ainda com grande dificuldade podem ser distinguidas as letras seguintes: **Jesus.**

Os castelos inferiores das armas reais estão lascados: — e é tradição que eles começaram a ser picados por ordem de Junot, general francês, invasor de Portugal em 1807».

A gravura mostra-nos, pois, o que era o Campo de Santa Ana, no primeiro quartel do século XVIII. Lá está a capela, embora não corresponda bem à descrição que fazemos.

Foi construida, como dissemos já, em 1506. A sua demolição, iniciada em 6 de Agosto de 1769, obedeceu, igualmente, a aformoseamento do local, sendo as colunas que a rodeavam transferidas para a Alameda das Carvalheiras, e dali para o Museu de D. Diogo de Sousa, onde actualmente se encontram.

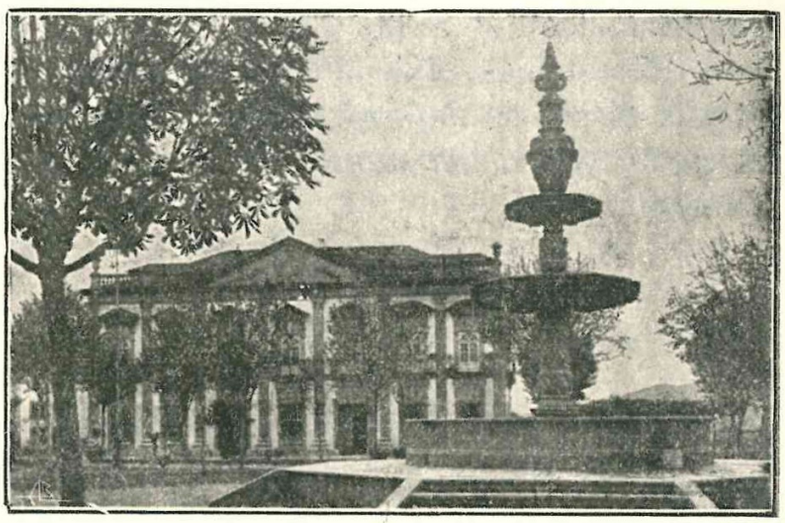
O largo do Barão de S. Martinho, onde existiu a Porta do Souto

A esta demolição parece não terem sido estranhos os frades do convento dos Congregados, que assim ficariam com a sua igreja (desde 1765 construida como actualmente se vê, sem que se concluissem as torres) mais desafrontada.

É curioso que entre o convento dos Congregados e a irmandade que administrava a capela de Santa Ana nem sempre existiram as melhores relações.

Os primeiros atritos levantaram-se logo que, em 1689, se iniciou a construção da igreja, destinada àquela instituição monástica.

A irmandade, alegando que as obras haviam saído do alinhamento, penetrando mais uns palmos no terreno, pelo que ficaria obstruido, em parte, o caminho público que ali havia, embargou-as.



O chafariz que esteve no Campo de Santa Ana

Por sua vez, os padres dos Congregados lançaram as culpas sobre a irmandade, dizendo ter sido esta que, por ocasião da reedificação da capela, se apropriara de terreno.

Em face disto, fez-se uma vistoria em 30 de Janeiro de 1742, ordenada pelo Arcebispo D. José de Bragança. Reconheceu-se, então, que, da portaria do convento ao cunhal da capela de Santa Ana, havia um espaço de cento e dezassete palmos e meio, facto que em nada prejudicava o trânsito.

Perante o respectivo auto, o prelado ordenou o levantamento do embargo.

Após o arranjo do local, resultante do desaparecimento da capela, os lados norte e sul do Campo de Santa Ana ficaram sendo conhecidos, respectivamente, por *Cais de Cima e Cais de Baixo*.

Para efeito da referida demolição, já as imagens tinham sido transferidas, processionalmente, em 29 de Maio do mesmo ano, para a igreja da Lapa.

A capela era administrada pela irmandade do Bom-Jesus dos Passos, fundada no tempo do Arcebispo D. Agostinho de Jesus, no convento do Pópulo. Como, porém, tivessem surgido algumas contendas entre os frades e a irmandade, esta mudou-se para a capela de Santa Ana, a cuja confraria se ligou por contracto feito em 1737 e confirmado por Bula de Clemente XI, de 31 de Dezembro de 1739.

Reconhecendo o Arcebispo D. Gaspar de Bragança que a igreja da Lapa não dispunha das dependências necessárias ao bom exercício da irmandade do Bom-Jesus dos Passos e de Santa Ana, ordenou a sua junção à de Santa Cruz, decisão esta confirmada pelo Papa Clemente XIV. Foi daí por diante que a *Ilustre Irmandade de Santa Cruz em Jerusalem* passou a chamar-se *Irmandade do Bom-Jesus dos Passos, Santa Ana e Santa Cruz,* mais vulgarmente conhecida por Irmandade de Santa Cruz.

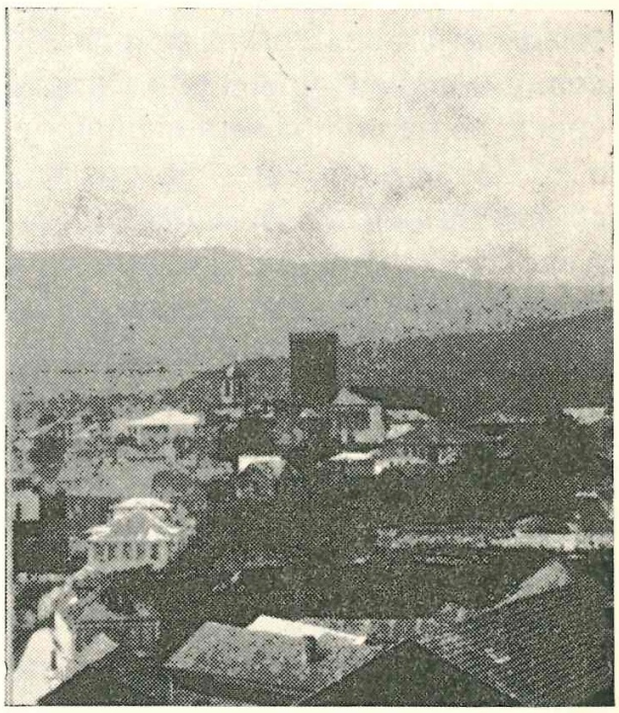
Rematamos, dizendo que o antigo Campo de Santa Ana teve, depois disso, as denominações de *Jardim Publico*, *Avenida Central, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra* e, de novo, *Avenida Central.*

# A vila de Melgaço

É rara a povoação que não pretenda ilustrar-se com foros da maior antiguidade, embora, para isso, haja de transpor todas as barreiras do tempo. A vila de Melgaço não podia fugir à regra.

Enquanto alguns historiadores a consideram fundada por D. Afonso Henriques, que lhe concedeu foral em 21 de Julho de 1181, outros dão-na como já existente no tempo dos árabes, com o nome de *Minho*. Ora, se o nosso primeiro rei a aforou foi porque já ali existia um aglomerado digno de tal mercê.

Parece, no entanto, averiguado que já onze anos antes o mesmo monarca havia mandado construir, no sítio onde hoje assenta a vila, um castelo destinado a impedir qualquer arremetida vinda lá das bandas de Leão. Seria, então, à sombra desta fortaleza que teria surgido a povoação mais tarde distinguida com o régio foral. Assim passaria, pois, a atribuir-se a D. Afonso Henriques a fundação de Melgaço.



Vista parcial de Melgaço, com o seu histórico castelo

É muito natural que o castelo não tivesse ficado concluido no reinado de D. Afonso I, visto na doação do couto do mosteiro de S. João de Longos Vales, feita em 1197, D. Sancho I dizer que concedia aquela mercê pelo assinalado serviço que lhe prestara D. Pedro Pires, ao tempo prior do convento, edificando à sua custa a torre e fortaleza de Melgaço. Desta forma, a povoação transformou-se numa praça de considerável importância para a defesa do país,

ainda para mais situada num ponto sujeito a fáceis investidas. Talvez por isso, D. Sancho II concedeu-lhe grandes privilégios, confirmados, depois, por D. Afonso II, que, ao mesmo tempo, mandava que nela houvesse trezentos vizinhos e que estes pudessem eleger um cavaleiro português para alcaide do castelo. Pertencia, então, ao Julgado de Valadares.

D. Diniz cercou-a de muros, tornando-a, assim, menos acessível aos assédios do inimigo.

Se, nos primeiros tempos da nacionalidade, Melgaço teve, por vezes, papel de relevo na defesa da independência de Portugal, outro tanto não aconteceu durante a guerra que, de 1384 a 1393, o reino sustentou com Castela.

Já grande parte das povoações do Minho que haviam tomado voz pelos espanhois se tinham rendido e ainda Melgaço se mantinha fiel ao inimigo, mais, certamente, por imposição do seu governador, o castelhano Alvaro Pais Sotomaior, do que propriamente por desejos dos seus habitantes.

Cinquenta e três dias durou o cerco que D. João I lhe pôs, vindo, por fim, a capitular. Severa foi esta capitulação: os defensores da praça tiveram de sair desarmados e vestidos simplesmente com gibões, e empunhando varas. Era esta a maior humilhação que, na época, podia infligir-se a qualquer guarnição que forçadamente se rendia.

Foi durante este cerco que se passou o célebre episódio mais conhecido pelo da *Inês Preta*.

Havia, então, em Melgaço uma mulher — a *Renegada* — que, tendo-se bandeado com os espanhois, todos os dias insultava os portugueses. Ora, entre estes, havia uma — a *Inês Preta* — a quem a outra, não levando a bem que se mantivesse firme à Pátria, desafiara para um duelo. Aceite o repto, encontraram-se as duas fora da fortaleza, socando-se valentemente. Inês Preta, porém, levou a melhor. A *Renegada,* jorrando sangue, com as vestes em farrapos e, por certo, dando ao diabo a hora em que desafiara a outra, não teve outro remédio se não regressar à fortaleza, onde lhe trataram os ferimentos que recebera.

Escusado será dizer que a Inês Preta foi entusiásticamente aplaudida quando voltou ao acampamento.

Apesar disto, que ficou na memória de todos os melgacenses, a linda vila minhota deu um nobre exemplo de patriotismo por ocasião das invasões francesas. Foi a primeira praça de armas que se rebelou contra Junot.

# A vila de Prado

EMBORA já em trabalho especial, publicado no ano findo, nos tivessemos ocupado, pormenorizadamente, da vila de Prado, é sempre grato ao nosso espírito exalçar, tanto quanto possível, tudo o que respeita à encantadora povoação banhada pelo Cávado. Não importam, por isso, as repetições.

Como então dissemos, as origens de Prado são muito remotas.

E certo que não se encontram por lá quaisquer vestígios anteriores à dominação romana. Só a partir dessa época, devido, talvez, a passar naquela região a via militar que através de Ponte do Lima, Valença e Tui ligava Braga a Astorga, ali se teria montado, para maior segurança da travessia do rio, algum posto de vigilância, com carácter permanente e à roda do qual se viera, depois, a fundar uma povoação. A esta ter-lhe-iam posto o nome de Prado pela abundância de pastagens que a cercavam, dada a muita humidade do terreno.

A confirmar a existência de uma povoação romana naquele sítio, não faltam achados de tal origem, como tijolos, telhas, vasos funerários e até moedas. Além de que um marco encontrado em 1710 o confirma. É dedicado ao imperador César Augusto e diz-nos que do local onde o acharam junto à ponte a Braga distam quatro mil passos.

De então até ao século XII nada se conhece de Prado. Se os bárbaros a habitaram ou, para não fugir à regra, os mouros a arrazaram nalgumas das suas investidas a esta parte noroeste da Península — ignora-se.

É só a partir de 1132 que nos aparece como autêntica realidade histórica, na doação que D. Afonso Henriques, ainda infante, fez ao Arcebispo de Braga D. Paio Mendes, de um quarto da igreja de Moure, no *Julgado de Prado*. Quer isto dizer que Prado já era, nessa época, sede de um território com autonomia administrativa.

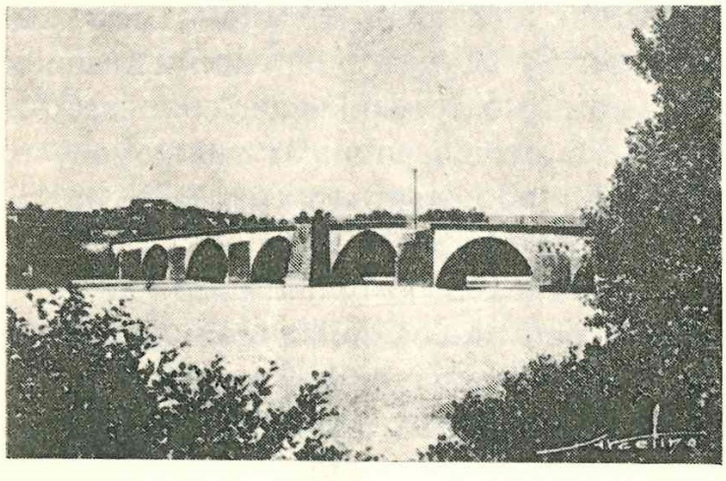
No ano seguinte, o mesmo príncipe doava ainda ao referido prelado alguns bens destinados ao mosteiro de Santo Antonino, em *Terra do Prado*.

Por aqui se avalia a antiguidade da povoação e do vasto território que lhe estava adstrito. E lá que era coisa importante confirmam-no, depois, as *Inquirições* de 1220 e 1258 e, a seguir, o foral que, em 14 de Fevereiro da era de 1298 (ano de 1260), lhe concedeu D. Afonso III.

Já, então, dominava sobre as freguesias de Santa Eulália de Oliveira, Santa Maria da Igreja Nova, S. Gens, S. Tiago de Francelos, Santa Marinha de Oleiros, S. Martinho de Galegos, S. Miguel de Roriz, S. Salvador de Parada, S. Salvador de Cervães, S. Vicente de Areias, S. Tiago de Anciães, Santa Eulália de Cabanelas, Santa Maria de Galegos, S. Julião da Ucha, S. Veríssimo do Couto de Manhente, S. Martinho do Couto de Manhente, Freiriz, S. Salvador da Lama e S. Salvador de Sandim.

Eis algumas particularidades do foral:

*« e não façais fossado senão com o vosso senhor uma vez no ano e com o vosso acordo»... «e os clérigos e os peões não façam o fossado»... «dou-vos também por foro que não tenhais outro senhor senão a mim Rei, minha esposa e meus filhos»... « e os homens da vila de Prado não dêm portagem em todo o meu reino»... « e o vizinho da vila de Prado não responda sem ofensa».*



A ponte de Prado

D. Manuel I confirmou este documento em 1 de Junho de 1510, quando se encontrava em Santarém.

Sede, portanto, de um vasto concelho, a vila de Prado esteve, até 1790, entregue a donatários de elevada estirpe. Depois de haver tido como senhores os templários e os freires de Cristo, imperaram nela os Sequeiras, os Soares de Albergaria, os Melos, e, por último, os Sousas, da nobre ascendência dos « Chichorros », e entre os quais se contaram figuras do maior relevo na vida nacional.

Foi em 24 de Outubro ne 1855 que desapareceu o concelho de Prado. As freguesias que o constituiam integraram-se, umas, incluindo a vila, no recencriado concelho de Vila Verde; e as restantes foram incorporadas no de Barcelos.

Terra de trabalho e de progresso, procura acompanhar o movimento da época e por isso é evidente tudo quanto tem feito nesse sentido. Foi impulsionador desse bairrismo, no passado, o grande benfeitor Comendador Sousa Lima; no presente, acompanha-o em iniciativas e realizações o Dr. Francisco António Gonçalves.

Terra de tradições, procura cumprir estritamente aquilo que de mais nobre, de mais elevado, o passado lhe legou. Por isso, a despeito de tantas inovações, uma parte dos seus códigos ainda são os usos e costumes vindos de tempos imemoriais. É nas corporações religiosas que eles estão mais radicados, valendo, até, os seus estatutos como factores importantes no campo social.

Muito haveria a dizer, em todos os sectores, desta povoação,— hoje simples freguesia, dedicada a Santa Maria,— desde as suas actividades económicas às lendas que a povoam e lhe dão extraordinária graça.

Haja em vista, por exemplo, a que anda ligada à sua monumental ponte sobre o Cávado. Assim, diz-se que, nas suas andanças até Braga, certo rei de Leão se enamorara, um dia, de uma dama chamada Branca Guterrez da Silva. Era seu desejo visitá-la frequentemente, mas não podia fazê-lo, sobretudo pela dificuldade que, por vezes, ou devido às cheias ou a outras circunstânscias, oferecia a travessia do rio. Então, para obstar a tudo isto, mandou fazer a ponte. As visitas amiudaram-se.

Era natural que tais amores tivessem existido, parecendo querer confirmá-los uma inscrição achada, em 1510, entre as ruinas da ponte, causadas por uma cheia, e que diria assim:

Blanca et Blancae et Rex
Legionis fecerunt

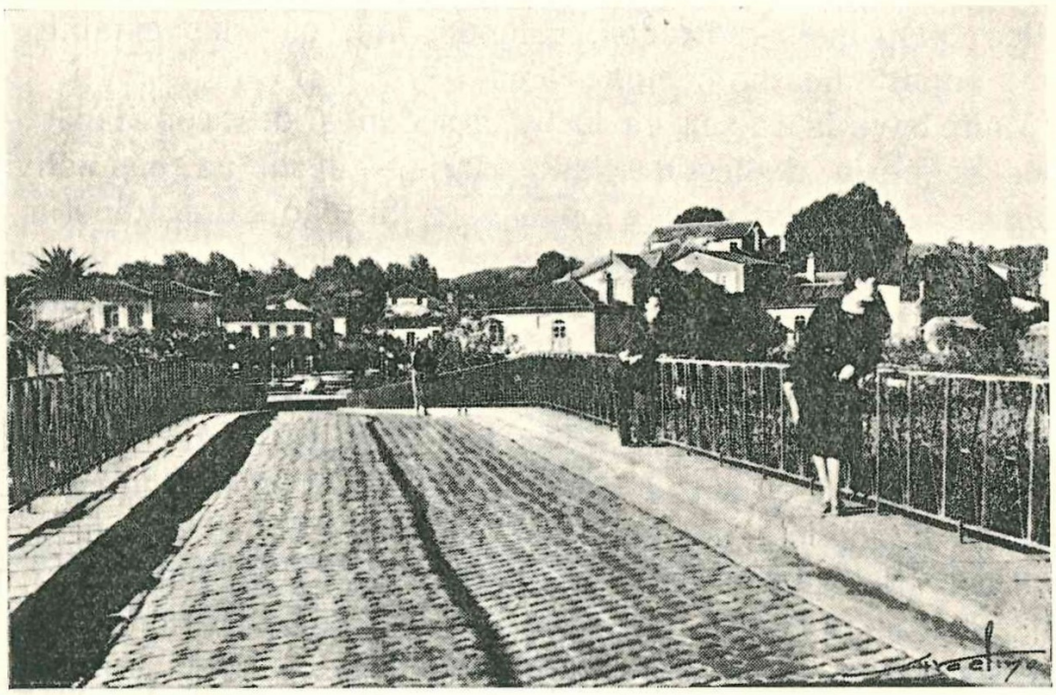
Em abono desta hipótese vem Pinho Leal «se a primeira palavra da segunda linha estiver errada (como parece provável) e for Leonis em vez de Legionis». Como, então, dissemos em *A Vila de Prado* tudo isto «não chega para demonstrar que a citada ponte tivesse sido mandada construir pelo enamorado monarca».

De suposição em suposição, podemos deduzir que D. Branca talvez fosse irmã de D. Guterrez da Silva, que viveu do século XI para o XII e que desempenhou funções de maiorino portucalense por encargo dos reis de Leão. E o tal rei que mandara construir a ponte para maior facilidade de encontros com a famosa dama, teria sido Afonso VI, avô do nosso D. Afonso Henriques.

É isto, pois, o que nas suas linhas gerais conta a tradição. Com alguma verdade?...

Positivamente que a ponte não é a actual. Esta data de 1616, como o esclarece a inscrição que envolve as armas reais, existente no miradouro erguido sobre um dos contrafortes: ESTA OBRA FES ANTÓNIO DE CASTRO DE A VILA DE VIANA — 1616.

Em 1710, foi restaurada quase completamente; e de então para cá, sujeita a permanente vigilância, tem recebido bastantes beneficia-



Um trecho da vila junto à entrada da ponte

ções, de maneira a consolidarem-na convenientemente e assim poder aguentar o intenso tráfego que se faz através dela.

A ponte, considerada monumento nacional, é um dos grandes atractivos da terra e, por assim dizer, o seu maior elemento de propaganda. Talvez por isto, ciosamente Prado lhe mantem e defende a designação, não obstante a outra extremidade assentar na freguesia de S. Paio de Merelim, do concelho de Braga.

E terminamos estas considerações sobre Prado com as mesmas palavras que no citado trabalho já lhe dispensamos:

«Trabalha, canta e reza. Com esta trilogia abençoada alimenta os passos da vida, caminhando ovante, serena, calma, confiadamente, olhos postos em Deus, a família no coração e o pensamento abarcando a terra bendita de onde desentranha os frutos do seu labor contínuo».

# Tenões e as origens do Bom Jesus do Monte

NEM sempre as designações das estâncias de turismo, de piedade ou de cura andam ligadas às das localidades a que pertencem.

Provêm, como se sabe, de circunstâncias várias, entre as quais, por vezes, tem influência especial e decisiva o próprio sistema orográfico da região. É o caso, por exemplo, do Bom Jesus do Monte, lugar privilegiado de tão larga e justificada fama no país e no estrangeiro.

Símbolo de fé e exemplo edificante de perseverança daqueles que em séculos sucessivos transformaram a aridez de um monte numa das mais encantadoras e expressivas manifestações de arte e de beleza existentes em Portugal, o Bom Jesus do Monte, pelo ambiente de misticismo de que se rodeia, pela sua luxuriante e soberba vegetação, pela grandeza dos seus parques e pelo deslumbramento do seu vasto panorama, é, de facto, uma estância adorável, onde, perante tão maravilhoso conjunto, que nos extasia e arrebata, não sabemos que mais admirar: se o milagre da natureza, se o operoso esforço do homem. São recantos como estes que, sem dúvida, honram as terras a que pertencem, servindo-lhes, até, de valiosos, para não dizermos únicos, elementos de propaganda turística.

Se, porém, o Bom Jesus do Monte constitue um dos maiores títulos de orgulho do concelho de Braga, a verdade é que a freguesia a que pertence muito se ufana de possuir tão maravilhosa estância. No entanto, esta tornou-se, aliás com razão, conhecida e afamada, enquanto o nome daquela só acidentalmente se revela aos olhos do turista curioso. Não devemos, porém, estranhar visto ser fenómeno comum a outros lugares idênticos, tanto mais que pela enorme área que ocupa, pelos serviços públicos que lhe estão adstritos e até por confusões que se estabelecem, para muitos o Bom Jesus do Monte tem foros de autonomia própria, quase de uma autarquia com todos os elementos inerentes a organismos desta natureza.

Pois a freguesia onde se encontra tão formoso recanto do país chama-se Santa Eulália de Tenões. Não pretendemos, note-se bem,

com as nossas palavras fazer qualquer espécie de reabilitação, tanto mais, como atrás dizemos, que se trata de um fenómeno vulgaríssimo, sem que circunstância alguma obrigue a modificá-lo. E se, de início, falamos no Bom Jesus do Monte foi, sòmente, para o leitor que desconheça Santa Eulália de Tenões mais rápidamente identificar a freguesia em questão.

Posto isto, prossigamos.

Esta povoação encontra-se situada em terreno bastante acidentado, a leste do concelho de Braga. Embora rural, é considerada como que um prolongamento da própria cidade, com a qual confina, pelo poente, com a freguesia de S. Vítor. Os outros limites são as freguesias de Gualtar, ao norte; de Espinho e S. Pedro de Este, ao nascente; e de Nogueiró, ao sul.

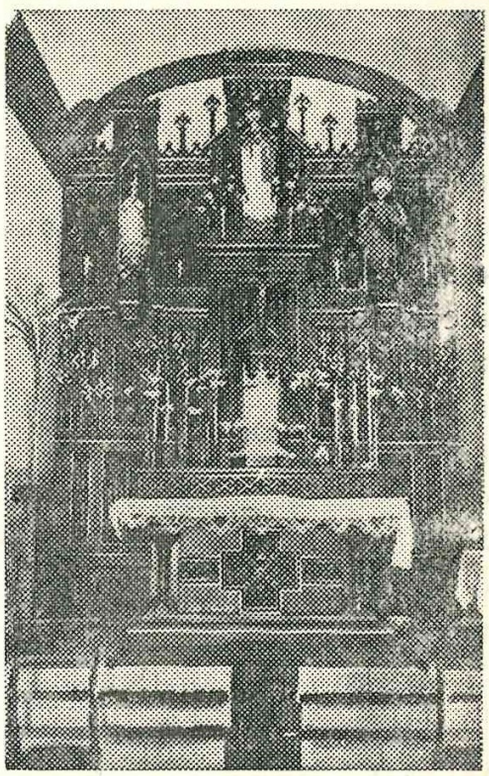
Qual a sua origem? Desconhece-se. Calcula-se, no entanto, que seja muito antiga.

Esta hipótese baseia-se numa doação feita, no ano de 830 da nossa Era, pelo rei D. Afonso, o *Casto*, na qual se declaram as paróquias antigas que circuitavam a cidade, isto é, que ficavam fora dos primitivos muros. Entre elas, pelo oriente, havia a igreja de Santa Eulália de Tolões. Ora, com este título, não existe hoje memória de qualquer templo. Por isso, aquela designação, que, mais tarde, se alteraria, parece corresponder, quando não seja mais pela localização que indica, à actual Santa Eulália de Tenões. A ser assim, conforme opinião unânime dos entendidos, esta freguesia, também conhecida por de Santa Ovaia de Tenões, é anterior à fundação da Nacionalidade. Maior respeito, portanto, deve merecer-nos. Como o documento mais antigo que dela se ocupa é a doação atrás referida, temos de concluir que já conta mais de onze séculos de existência.

É certo que apesar desta já longa vida e da sua vizinhança com a cidade, ainda hoje mantem grande parte dos seus antigos usos e costumes, como, aliás, é próprio da maioria das povoações rurais. Viveu, durante séculos, exclusivamente da agricultura que ainda, presentemente, é o seu principal factor económico.

Era neste bucolismo, entrecortado pela oração e pelo trabalho, que se desenrolava a vida local, sem que, até, certamente, aos princípios do século XIV, qualquer facto de vulto contribuisse para a freguesia se tornar mais conhecida. Foi, então, que a piedade de ignotos devotos ergueu, no alto do Monte de Espinho, um pequenino templo sob a invocação de Santa Cruz.

Com efeito, os estatutos da Irmandade da Trindade de Braga, datados de 1373, impunham aos respectivos confrades a obrigação de, no mês de Maio, irem ouvir missa, com tochas e doze círios acesos, à ermida de Santa Cruz, a fim de se exaltar a Santa Vera Cruz de Jesus Cristo.



Altar-mor da igreja paroquial de Santa Eulália de Tenões

Esta piedosa devoção, que bem podia considerar-se, para o tempo, de sacrifício ingente, pela falta de caminhos praticáveis, cumpria-se, como nos próprios estatutos se determinava, da mesma forma como há mais de quarenta anos outros a vinham fazendo. Isto faz supor, portanto, que a referida ermida existia já nos princípios desse século, mas nada, evidentemente, levaria a calcular que, no mesmo monte, havia de erguer-se, centenas de anos depois, um dos mais afamados e majestosos santuários do país. É um facto que surpreende, sobretudo quando nos lembramos que ao Monte de Espinho anda ligada uma tristíssima tradição que alguns pretendem alicerçar em bases históricas.

Como se sabe, o Arcebispo Primaz D. João Egas (1245-1255) foi um dos principais agentes da deposição do rei D. Sancho II. A este soberano sucedeu seu irmão D. Afonso III.

Logo que teve conhecimento da deposição de D Sancho, o alcaide de Lanhoso não hesitou em entregar o castelo a D. Afonso III, de quem era partidário. Como, porém, o fidalgo D. Fernando Ansur, fiel ao rei deposto, discordasse da atitude do alcaide, apossou-se de assalto da fortaleza. Sabedor disto, D. Afonso III deslocou-se ao norte e na companhia de D. João Egas dirigiu-se, com poderosas forças, para Lanhoso a fim de ocupar o castelo, que só ao cabo de três meses se rendeu. D. Fernando foi, então, preso e conduzido a Braga, onde o mataram na presença do próprio Arcebispo.

Para galardoar a fidelidade e o auxílio de D. João Egas, o rei ofereceu-lhe as terras do justiçado, parte das quais eram em Lanhoso e as restantes nos arrabaldes de Braga. Entre estas figurava o Monte de Espinho.

Anos depois, D. Dinis restituiu aos filhos de D. Fernando Ansur muitos dos bens espoliados por seu pai, à excepção dos que se encontravam em poder da igreja, como, por exemplo, o Monte de Espinho.

Verdadeiro ou não este facto, ele aqui fica como tantos outros que andam ligados à história do Santuário do Bom-Jesus do Monte.

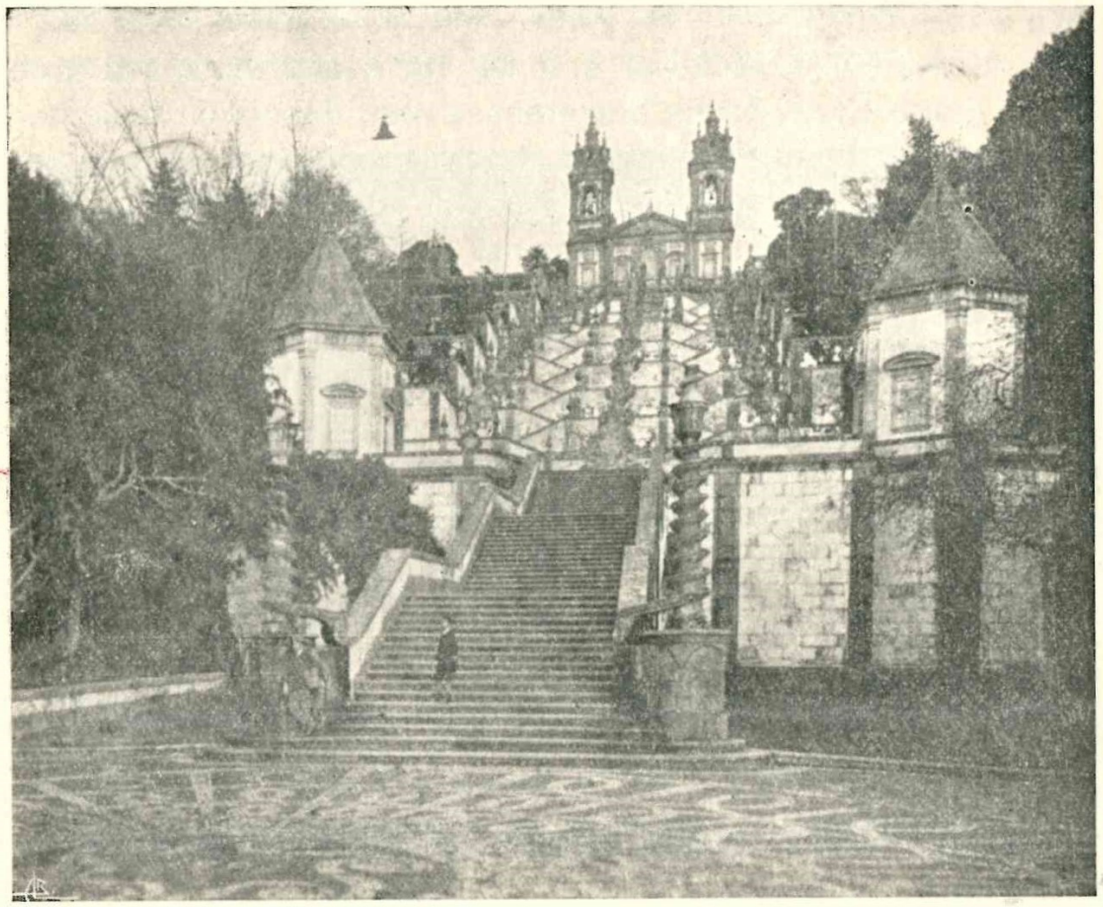
É de crer, pois, que a devoção criada à volta da referida ermida contribuisse imenso para um conhecimento mais directo da freguesia de Santa Eulália de Tenões, e que até por esses actos se interessassem os próprios paroquianos, aumentando-os com romagens ou outras cerimónias religiosas. Assim deveria ter acontecido, pois, a partir do primeiro terço do século XV, a paróquia, à qual o Arcebispo D. Fernando da Guerra anexaria as igrejas de Sobreposta, Lageosa e Espinho, tornou-se com a ermida de Santa Cruz, que já lhe estava ligada, por esta se encontrar dentro dos seus limites, num dos mais disputados benefícios eclesiásticos. E tão disputado que não obstante a freguesia de Santa Eulália de Tenões ser da apresentação e colação dos Arcebispos de Braga, João Vaz, ao tempo arcediago do Neiva, conseguiu provisão nela por Bula de Sisto IV, passada em Roma no dia 18 de Setembro de 1471. O mesmo aconteceu com Martim Manuel, que em 16 de Dezembro de 1502 obteve tão rendoso benefício por Bula do Papa Alexandre VI.

Este Martim Manuel sucedeu a João Vaz no Arcediagado do Neiva, tendo-lhe o Arcebispo D. Diogo de Sousa anexado à conezia a igreja de Santa Eulália de Tenões com a ermida de Santa Cruz e a anexa de Espinho. Nessa mesma data — 7 de Abril de 1510 — o Prelado desmembrava de Tenões as freguesias de Sobreposta e Lageosa.

Por aqui pode avaliar-se quanto a igreja de Tenões era ambicionada e por tal forma que largas influências se moviam para a conseguir. No entanto, as que prevaleceram foram as do Deado, da qual passou a constituir benefício próprio, a partir de D. João da Guarda, que na Sé de Braga ocupou aquela dignidade desde 1514 a 1529, ano em que faleceu, aos 2 de Abril. Este Deão, que foi o fundador da Casa do Passadiço, na rua do S. João do Souto, em Braga, tinha um filho — D. Carlos da Guarda — que lhe sucedeu na dignidade, contando, apenas, onze anos de idade.

É certo que, para tanto, teve de apresentar dispensa da Santa Sé, a qual lhe foi concedida pelo Papa Clemente VII. Em face disto, entrou, evidentemente, no gozo das prebendas que pertenciam a seu pai, entre as quais a igreja de Tenões.

Ao Deão D. João da Guarda ficou a freguesia de Tenões a dever um altíssimo melhoramento, do qual simplesmente hoje se fala esporadicamente, por há muito pertencer ao número das coisas desaparecidas: — a primeira igreja que se ergueu no Monte de Santa Cruz, de-



O templo do Bom Jesus do Monte e o escadório dos Cinco Sentidos

signação esta que substituiu a primitiva logo que se construiu ali a ermida a que já nos referimos.

Se, porém, o novo templo, que datava de 1522, contribuiu para afervorar a piedade dos fiéis e aumentar a concorrência ao local, a verdade é que, após a morte do fundador, nem por isso os que lhe sucederam procuraram, pelo menos, manter o sentimento religioso que o Monte de Santa Cruz já inspirava. Daí a decadência do culto que passou a ser confiado, assim como as respectivas rendas, a um ermitão chamado Pedro Anes.

É claro que esta indiferença havia, forçosamente, de ressentir-se na freguesia que, por si só, nada poderia fazer de vulto para ajudar a reacender a devoção que tão prometedoramente a fundação de D. João

da Guarda parecia animar. Isto, sem dúvida, teria aborrecido imenso os paroquianos de Tenões que de ano para ano assistiam com mágua evidente à decadência do culto no Monte de Santa Cruz.

Um século se passou nesta indiferença, ou, melhor, quase esquecimento pela nova igreja que, por sua vez, o tempo implacàvelmente ajudava a arruinar.

Ao entrar-se, porém, no ano de 1629, a piedade fez juntar no Monte de Santa Cruz alguns bracarenses que, depois de lamentarem a decadência a que tudo ali chegara, tomaram a louvável iniciativa de reanimarem a chama da fé que há séculos tornara conhecida de muito gente aquela eminência. Rapidamente a ideia criou raízes e pouco depois fundava-se, com aprovação eclesiástica, uma irmandade sob a invocação do *Bom Jesus do Monte.*

Conseguidos, por diversas formas, os meios necessários, restaurou-se a igreja, adquiriram-se paramentos e alfaias e restabeleceu-se o culto. Ao mesmo tempo, confiava-se a guarda de tudo a um ermitão zelozíssimo, Pedro do Rosário, que, até à morte, ocorrida em 11 de Dezembro de 1664, se mostrou, sempre, um colaborador precioso da nova instituição, à qual legou os parcos haveres que possuia.

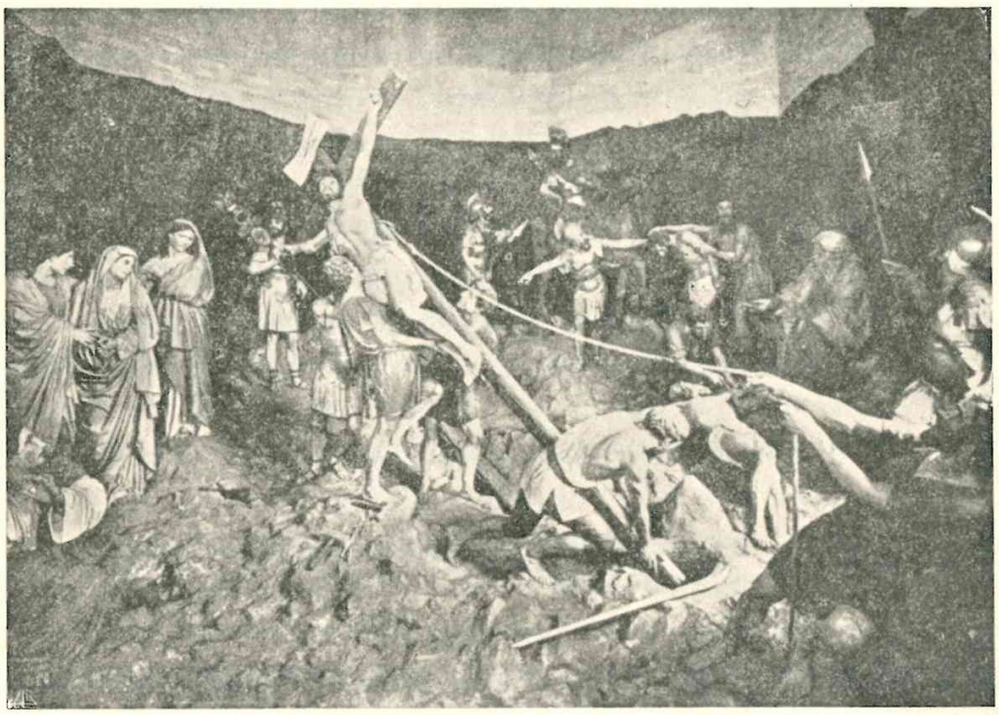
Como as receitas fossem aumentando e a fé e o entusiasmo não faltassem, a irmandade propôs-se realizar obra grandiosa, digna não só do local mas, sobretudo, dos seus piedosos sentimentos. Assim, mandou abrir caminhos, canalizar àguas, construir paredões e erguer em vários pontos da montanha ermidinhas que representavam, em ingénuo figurado, as diversas fases da tragédia do Calvário. Entretanto, aumentava o culto e através de uma propaganda inteligente e hábil procurava atrair ao Monte de Santa Cruz devotos de toda a província, para alojamento dos quais mandara construir albergues.

Foi este, portanto, o primeiro santuário que se levantou na montanha, agora transformada num local atraente, onde os olhos e a alma encontram motivos de beleza e de particular encanto espiritual.

Um facto, aliciante em toda a sua expressão divina e atestado pelo juramento dos que afirmaram presenciá-lo, deveria, também, ter contribuido para fomentar a devoção à roda do novo santuário.

Diz-se que, após o movimento restaurador de 1640, fora vista fulgurar, durante muitas noites, sobre a parte oriental da cidade, uma grande hóstia entre dois anjos. Revelação de Deus ou protecção celestial, afirmou-se, tanto mais que Braga era conhecida, desde séculos, pela *Cidade do Sacramento.*

Esta crença era tão profunda no espírito do povo que — escreve Fernando Castiço na sua *Memória histórica do Bom Jesus do Monte* — «nos primeiros meses depois da Restauração, apesar das ordens apertadas dos governadores do reino e dos avisos constantes do Senado, mais agradecia ele a Deus a sua liberdade, indo de romagem ao templo do Bom Jesus do Monte — onde amiudadamente se faziam festas em acção de graças — do que se preparava para as lutas sangren-



A capela da Crucificação, no Bom Jesus do Monte

tas da guerra contra os espanhois, lutas que fatalmente se deviam seguir e por largos anos tiveram lugar efectivamente».

Tudo isto concorria, portanto, para aumentar os rendimentos do santuário e para criar à irmandade uma situação desafogada.

Tal facto, porém, fez despertar as ambições do Deão D. Francisco Pereira da Silva, que, invocando os direitos que lhe pertenciam como abade titular de Santa Eulália de Tenões, pretendeu apossar-se de tudo. E se melhor o pensou, melhor o fez, pois em 1710 e ao cabo de dois anos de litígio todos os bens lhe foram entregues. D. Francisco Pereira da Silva foi um homem que só cuidou dos seus interesses, e, por isso, preocupando-se, simplesmente, em receber as rendas, nada se importava com a devoção existente à roda do santuário. Não tardou

que a decadência ali entrasse e com ele se restringisse a concorrência ao Monte de Santa Cruz.

Como esta dolorosa situação impressionasse vivamente os antigos confrades, estes, numa reunião que se efectuou em 1720, recorreram ao Desembargador Juiz dos Resíduos para que fosse eleita uma mesa administrativa. Despachado favoràvelmente o pedido, procedeu-se judicialmente à eleição que deu como resultado o cargo de Juiz ser ocupado por Francisco de Sousa e Castro, fidalgo da Casa Real.

Era de esperar, porém, represália do Deão. Assim sucedeu, pois este, com manifesto descontentamento de toda a cidade e de uma forma especial dos devotos do santuário, tentou pleitear.

Foi, então, que, providencialmente, o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles interveio na questão, nomeando-se, a si mesmo, por decreto de 7 de Junho de 1722, juiz da irmandade.

D. Francisco Pereira da Silva teve, pois, de ceder, e em 4 de Julho do mesmo ano ele, por si e pelos seus sucessores, renunciava aos direitos que lhe assistiam sobre os bens existentes no Monte de Santa Cruz.

De aí por diante foi o renascimento do santuário que a pouco e pouco, sob o pulso forte e a vontade decidida do prelado e dos seus colaboradores, entre os quais os Cónegos António Felgueiras Lima, Dr. Agostinho Marques do Couto e Manuel Pereira de Araújo, aumentava, progredia e cada vez se embelezava mais.

Em obediência a um plano geral, tudo se transformou completamente e por tal forma que ainda hoje perdura e perdurará a meritória e oportuna intervenção de D. Rodrigo de Moura Teles numa lamentável questão que só prejuizos irreparáveis poderia acarretar para o santuário e para a cidade que nele via um dos maiores centros da sua devoção.

Seguiu-se, como é natural, o desenvolvimento das obras que, embora muitos anos depois, haviam de coroar-se com a construção do majestoso templo do Bom Jesus do Monte.

Não pode o ínclito Arcebispo assistir à conclusão do plano que mandara elaborar, pois a morte levou-o a 4 de Setembro de 1728.

No entanto, ainda viu muito. O resto fizeram-no os que lhe sucederam, que, a despeito, por vezes, de arrelias bem grandes e de dificuldades consideradas quase insuperáveis, souberam honrar a memória de tão insigne prelado.

# Freiras que mudam de residência

COMO a quase interminável guerra da Independência tivesse deixado bastante arruinada a praça de Monção, D. Pedro II decidiu-se a restaurá-la com a maior segurança. Para isso mandou elaborar um plano, não grandioso, é certo, mas de harmonia com a categoria da terra e a sua importância como vila fronteiriça — regra geral a primeira vítima das lutas entre portugueses e espanhois.

Nesse plano, do mais largo alcance para Monção, incluía-se a ampliação das muralhas. Importava, no entanto, para a realização da obra, demolir o antigo convento de freiras beneditinas que existia extra-muros e que Paio Gomes Pereira havia fundado em 1550. Para onde transferir, pois, as religiosas, até que nova residência se lhes construisse?

O monarca entendeu que Braga era a terra que, para o efeito, melhores condições oferecia; e, por isso, em carta dirigida ao Cabido Primacial, ordenava-lhe que mandasse conduzir para esta cidade as referidas freiras, tanto mais que já por duas vezes, durante a mesma guerra, aqui se tinham acolhido, por motivo de segurança.

Foi-lhes, então, designado para habitação o Seminário de S. Pedro, ao tempo existente no Campo da Vinha. Devido a isso, todo o pessoal e respectivos serviços se transferiram para o Paço Arquiepiscopal, no dia 20 de Janeiro de 1704.

Cinco dias depois, as primeiras religiosas davam entrada na sua nova, embora provisória casa; e em 1 de Fevereiro chegavam as últimas.

Entretanto, algumas localidades do Minho, sabedoras do caso, ofereciam hospitalidade permanente às referidas freiras, sobressaindo Barcelos com valiosos donativos, como, por exemplo, terreno apropriado à construção do novo convento.

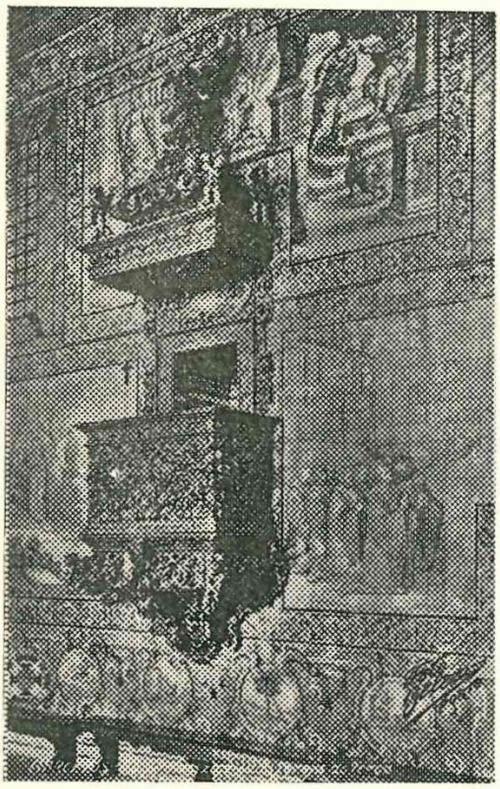
Dada preferência a Barcelos, e concedido o respectivo beneplácito de D. Pedro II, o Arcebispo Primaz D. Rodrigo de Moura Teles presidia, em 14 de Agosto de 1707, isto é, no dia dedicado a S. Bento

e já no reinado de D. João V, ao lançamento da primeira pedra destinada àquela instituição, como se infere da seguinte inscrição gravada em duas lápidas no exterior do templo:

RODERICUS II HISPANIARUM PRIMAS, QUI OPUS
ERIGENDUM CURAVIT, SACRO PONTIFICALI RITU PRIMUM
LAPIDEM POSUIT XIV AUGUSTI DIE, ANNO MDCCVII.

Outra inscrição, pintada em azulejos na capela-mor, lembra o mesmo facto.

As obras, que foram sempre acompanhadas pelo Arcebispo, só ficaram concluídas em 1713, depois de gastos quarenta contos de reis, importância, aliás, avultada para a época.



O púlpito da igreja do antigo convento do Terço

No dia 8 de Julho desse ano, D. Rodrigo de Moura Teles procedia, com toda a solenidade, ao encerramento das freiras na sua nova residência.

Não se pense, porém, que tudo isto foi um acto muito simples. Não. Houve o maior aparato, desde a transferência das religiosas para aquela cidade, ao regresso do Arcebispo, que se dignou acompanhá-las em cortejo de grande estadão.

O caso passou-se num sábado, nesse tal dia 8 de Julho. Pelas três horas da madrugada, D. Rodrigo de Moura Teles, acompanhado dos Desembargadores da Relação Eclesiástica, saiu do Paço Arquiepiscopal em direcção ao Seminário de S. Pedro. As freiras que já o aguardavam dispensaram-lhe festivo acolhimento.

Trocadas algumas impressões com a Abadessa, D. Francisca de Santo António, e lançados os últimos olhares para tudo o que lhes formara o ambiente de anos, as religiosas, em grupos de catorze, cada qual acompanhado de um Desembargador, de um escrivão e de um meirinho, sairam do Seminário, precedidas das justiças seculares e da Cruz Arquiepiscopal.

No couce do cortejo, ia o prelado, seguido de toda a nobreza de Braga e de muita da província.

Os habitantes da cidade vieram para as ruas, formando alas guarnecidas por gente da Ordenança. E rezando e cantando o *Benedictus* durante o trajecto, o cortejo dirigiu-se para a capela do Paço.

Houve missa e prédica do Arcebispo.

No final, as religiosas, por ordem de antiguidade e de categoria, começaram a entrar nas liteiras que as esperavam. Uma vez todas acomodadas, novo cortejo se organizou, agora em grupos de sete liteiras, cada qual acompanhado das já referidas entidades.

À frente, iam o Ouvidor, o Juiz de Fora e de mais justiças de Braga, e, após a comunidade, o Arcebispo, seguido da nobreza. E novamente entre alas de povo, o préstito pôs-se em marcha na direcção de Barcelos.

Chegado à freguesia de Sequeira, as justiças de Braga foram substituídas pelas de Barcelos, com a Câmara à frente. Ali, era também o cortejo aguardado pelo Marechal de Campo D. João Diogo de Ataíde, Governador das Armas da Província. Tomou lugar imediatamente ao Arcebispo.

Em Barcelos, a recepção foi apoteótica. As ruas estavam pejadas de povo, contido pelos homens da Ordenança que dispensaram ao prelado as honras do estilo.

Então, junto da capela do Senhor da Cruz, vistosamente ornamentada, as aclamações foram verdadeiramente delirantes. Lá se encontravam além da Colegiada barcelense, todo o clero do arciprestado, ordens religiosas, fidalgaria, tropa, enfim, tudo o que marcava na terra. Entretanto, os sinos repicavam festivamente.

E foi neste ambiente de cordealidade e de alegria que as freiras, duas a duas, entraram no templo.

Feita breve oração, organizou-se o último cortejo. À frente, a Cruz da Colegiada, seguida de todo o corpo capitular; depois a Cruz Arquiepiscopal, as religiosas, levando à testa a Abadessa de báculo em punho; o Arcebispo, ladeado por seus fâmulos; o Governador das Armas da Provincia, com seu Estado Maior; e, por último, a nobreza.

O povo, formando alas e lançando flores, assistia entusiasmado à passagem do préstito que lentamente, entre salmos do *Laudate pueri dominum*, atravessava o Campo da Feira, enquanto os sinos de todas as igrejas continuavam a repicar.

Já, então, as portas do novo convento se encontravam escanca-

radas para acolherem as sessenta e sete freiras, as três noviças, as seis educandas e as cinquenta criadas trasladadas de Braga. E perante o júbilo da multidão concentrada nas imediações, as religiosas entravam na moradia que Barcelos gentilmente lhes quis oferecer.

Eram onze da manhã. Há oito horas, portanto, que decorria todo o cerimonial elaborado por D. Rodrigo de Moura Teles.

Portas a dentro, entoa-se, na capela, o *Te-Deum laudamus,* depois do que foi servida no refeitório abundante refeição oferecida pelo Arcebispo.

Aproveitando os três dias de permanência do prelado em Barcelos, quiseram as freiras agradecer, com pomposas solenidades, o acolhimento que a, então, vila lhes tinha feito. Assim, efectuaram um tríduo solene que rematou, no dia 11, com esplendorosa festividade comemorativa da trasladação dos ossos de S. Bento. Enquanto nos outros dias houve missa cantada e prática, neste o Arcebispo celebrou de pontifical. Dois sermões, de substancial doutrina, deram relevo às cerimónias. À tarde, saiu luzida procissão, na qual, além das freiras, se incorporaram, com suas insígnias, todas as corporações religiosas de Barcelos. Presidiu o Arcebispo que, sob o pálio, levava o *Santo Lenho.*

Só depois o convento entrou no silêncio que o esperava.

Enquanto demorou em Barcelos, D. Rodrigo de Moura Teles quis ser generoso para as freiras, custeando-lhes as refeições desses dias. Por sua vez, a Câmara também se mostrou dadivosa, oferecendo-lhes géneros, vitelas, carneiros e galinhas. Além de que as pessoas gradas da terra também brindaram a comunidade com diversas e valiosas prendas.

Foi sempre num ambiente de carinhoso respeito que as freiras viveram em Barcelos até à extinção do convento, em 1834. Este, com a respectiva cerca, só, porém, em 1847 foi posto em praça. Arrematara-ram-no pela bagatela de menos de dois contos de reis.

A igreja, dotada de valiosos azulejos e de preciosa talha, já tinha sido entregue, por portaria de 8 de Maio de 1846, à Irmandade de Nossa Senhora do Terço.

É, de facto, um templo que honra Barcelos.

# Paredes de Coura

AS condições orográficas de Paredes de Coura permitiram comparar aquele concelho a algumas regiões helvéticas. Daí a designação que já lhe deram de *Suissa Portuguesa*, não só por isto, evidentemente, mas também pela natureza do seu clima — um dos melhores e mais saudáveis do país. E tanto assim que lá se ergue, no Monte da Penha, em Mozelos, um esplêndido sanatório, através do qual bastantes curas se têm operado.

A igreja do Espírito Santo

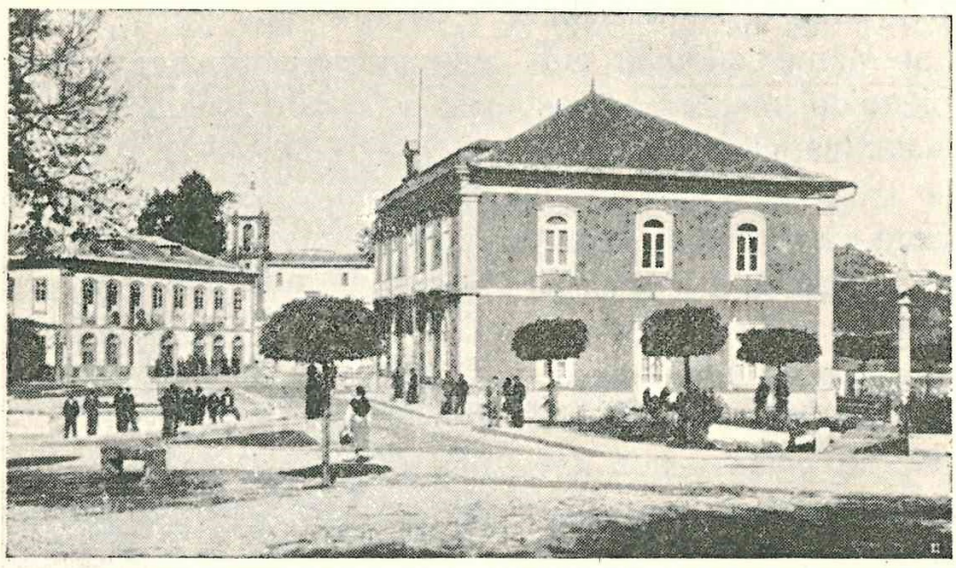
Mas lá porque o seu clima, extremamente saudável, resulte, em grande parte, das respeitáveis altitudes que por ali abundam, não quer dizer que perfilhemos inteiramente a opinião do padre Carvalho da Costa ao localizar-nos Paredes de Coura «aonde se levantão huns altos montes, a que de todas as partes se sobe» e que em seu entender «são os melhores, não só da Europa mas do mundo todo». Salvo a muita admiração que nos merece Paredes de Coura, inclusivé por se arrogar pátria de S. Paio, estamos em crer que se não há favor nestas palavras do ilustre escritor ainda o parece...

Mas, quer haja quer não, de facto as condições climatéricas do concelho têm fama. Não beneficiam só o homem, mas também as culturas, que um solo fertilíssimo torna particularmente abundantes. Então, no tocante a cereais, especialmente o milho, é mais que sabido o seu valor. Talvez por isto alguém escreveu que Paredes de Coura era, por excelência, o celeiro do Minho.

Como se trata de uma região bastante acidentada, não admiram os seus variados panoramas, ricos de cor e de luz, ora esbatendo-se em sucessivos planos, até muito ao longe, onde a linha do horizonte já mal se adivinha, ora transformando-se numa barreira a prumo, destinada a servir de encerro aos próprios olhos.

Posto isto, vejamos, agora, outros aspectos de Paredes de Coura.

A vila pertenceu, outrora, ao Julgado de Froião, ao qual D. Afonso III concedeu foral em 1257. No entanto, a povoação vem de mais longe, pelo menos da época romana. Comprovam-no, sobejamente, a quantidade e a variedade de material daquela origem, encontrado em diversos pontos do concelho, ou, melhor, em toda a extensa região de Coura, onde não faltam ruinas de povoações castrejas.



O centro da vila, vendo-se, à direita, os Paços do Concelho

Não sabemos como, mas talvez por excesso de bairrismo, houve quem localizasse ali a cidade de *Cauca*, averiguado como está que a terra natal do imperador Teodósio I se situou em Espanha, junto da actual povoação de Coca, isto é, na confluência dos rios Voltoya e Eresma.

Como reconhecimento por serviços prestados, D. João I deu Paredes de Coura ao fidalgo galego Garcia Rodrigues de Caldas, mas este recusou, ao que parece por despeito, de forma que o senhorio da terra foi parar às mãos, por doação do mesmo monarca, de Fernão Anes de Lima, pai do primeiro Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Leonel de Lima. Depois disso, a vila teve foral concedido por D. Manuel I, em 2 de Junho de 1515.

Das freguesias que constituem o concelho, parece ter sido a de Insalde uma das mais notáveis. Julga-se, até, que foi lá que existiu o

castelo de Froião. Pelo menos, é o que se infere das *Inquirições* de 1258, pois as testemunhas afirmam que os moradores tinham por obrigação guarnecer o castelo... *dixerunt que os de Ansaldi se se guerra levantar ou encerco veer a esse devandito castelo de Froyam, am se de meter in esse castelo cum seus corpos e cum seus averes...* Além disso, um casal reguengo obrigava-se, por uma cláusula do respectivo contracto de arrendamento, a conservar a conduta de água para o castelo... *et fazem o rego da agua pora o castelo, scilicet, da poza do resayo atraes o seixo da porta do Castelo de Froyam.*

Positivamente que estas obrigações só podiam caber a quem residisse muito perto do castelo. Portanto, é de admitir que tivesse existido ali.

Foi em Paredes de Coura que se travaram os mais encarniçados combates da campanha de 1662, em terras do Alto Minho, por ocasião da guerra da Restauração.

Do lado de Castela, nada menos de dezoito mil homens, sob o comando do Governador das Armas da Galiza, D. Baltazar de Roxas e Pantoja, tentavam ocupar a Província do Minho. Ao seu encontro, surge-lhes um corpo do nosso exército — oito mil homens de infantaria, mil de cavalaria, sete peças de artilharia e os competentes trens — capitaneado por D. Francisco de Sousa, Conde de Prado e, mais tarde, Marquês das Minas.

No dia 9 de Agosto daquele ano, depois de haver recebido, pela fronteira de Monção, consideráveis reforços de artilharia, Pantoja rompe a marcha pela serra de Coura, em direcção a Vascões. Prado manda, então, ocupar pela cavalaria a encosta leste do Corno do Bico, enquanto ele, com o grosso das tropas, se encaminha para Labrujó, junto a Travanca. Fere-se a luta, que dura desde as sete horas da manhã às duas da tarde.

No dia seguinte, novos combates, em que os espanhóis com mais de mil e quinhentos mortos, enquanto do lado português simplesmente se haviam registado trinta baixas, se convenceram da inutilidade dos seus esforços.

Foi em memória deste feito que na freguesia de Cunha se ergueu uma capelinha em honra de S. Lourenço e para a construção da qual el-rei D. Afonso VI ofereceu 100.000 reis.

Vem a propósito recordar a lenda que se criou à volta da vitória portuguesa.

Como os combates do dia 9 nada tivessem decidido, à noite todo

o gado que se encontrava no Corno do Bico apareceu com as hastes iluminadas. O caso provocou estranheza aos espanhóis que tomaram tudo aquilo como sendo portugueses empunhando luzes. Tal pavor deles se apoderou que, no dia seguinte, não souberam aguentar-se na luta e daí os desastres que sofreram. Tudo isto — acrescenta a lenda — foi milagre de S. Lourenço que assim quis assinalar o seu dia — 10 de Agosto — dando a vitória aos portugueses.

Dos templos da vila há a destacar, sobretudo, o da Matriz e o do Espírito Santo. Este é o mais espaçoso.

Administra-o uma irmandade muito antiga, pois já em 29 de Março de 1607 o Papa Paulo III a unira à do Espírito Santo de Roma, a fim de gozar das indulgências desta.

As solenidades principais celebradas na igreja do Espírito Santo e que lhe criaram fama são as das *Quarenta horas,* às quais assiste gente de todo o concelho.

Para terminar estas breves notas, diremos que Paredes de Coura foi desanexada da comarca de Valença em 15 de Setembro de 1875. Só, porém, em 4 de Dezembro do mesmo ano foi oficialmente inaugurada a nova comarca.

# O concelho de Vila Verde

VILA VERDE é um concelho sem história.

Aparecido em 24 de Outubro de 1855, mais por criação da lei do que pròpriamente como agregado resultante de interesses e tradições comuns, assim ficou, sem que ainda hoje, decorrido um século, conseguisse satisfazer inteiramente às exigências da enorme área administrativa que o forma. E se não veja-se que ele se compõe de freguesias que pertenceram a concelhos de franca autonomia durante centenas e centenas de anos, como Penela, Pico de Regalados, Prado e Vilachã, sem contar o de Aboim, já extinto por essa época. Eram aglomerados bem definidos, que importava conservar, pois as características que possuíam, advindas já das origens que tiveram, faziam parte integrante da sua própria contextura. Mas os caprichos do destino ou as manobras derivadas de interesses que não tiveram por base o bem comum, foram superiores a tudo e vá de desagregar o que os séculos formaram e teimavam em manter. Talvez seja por isto que as vozes de um bem justificado saudosismo ainda hoje se fazem ouvir...

Mas deixemos estas coisas, que mais pertencem à política, e passemos a falar de Vila Verde, encarando-a sob outros aspectos.

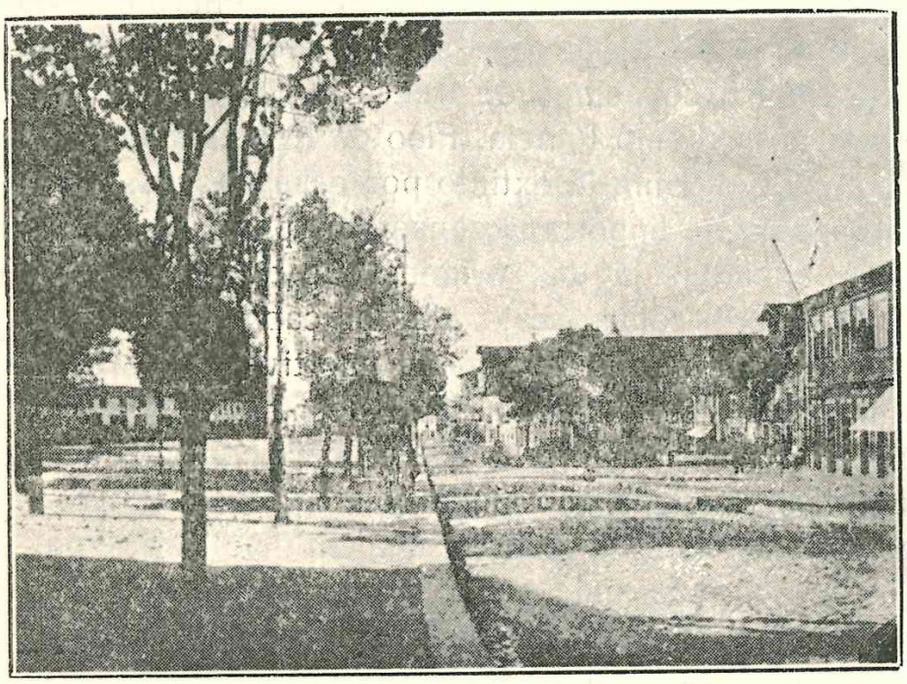
Quando se criou o concelho, foi-lhe dada para sede a freguesia de S. Paio de Vilachã, com foros de grande antiguidade, e onde se diz ter nascido e falecido D. Leonor Alvim, mulher do Condestável D. Nuno Alvares Pereira. Insinua-se, até, que ela jaz na antiga igreja paroquial.

Pertenceu, outrora, ao Julgado de Bouro, mas pela desintegração deste já nos aparece, em 1258, como fazendo parte do de Vilachã, no qual se manteve até 1855.

A proeminência a que ascendera acarretou-lhe responsabilidades que não podia enjeitar. Sempre era a cabeça de um concelho composto de cinquenta e tantas freguesias, algumas de maior tradição e de mais vastos recursos. Importava, por isso, aformosear-se de maneira a dar boa nota de si àqueles que, por imposição da lei, tinham forçosamente de visitá-la.

Foi o que procurou fazer. De modesto povoado que tìmidamente vivia em seu concentrado recolhimento, só de longe a longe interrompido pela passagem de uma ou outra diligência que o ligava a Braga, por um lado, ou à Barca, por outro, bem depressa soube dotar-se dos meios indispensáveis à sua nova condição. Tratou de estender-se nos dois sentidos que a orientavam, fez erguer novas habitações, aumentou o número dos seus estabelecimentos, abriu caminhos que a ligassem ràpidamente a outros núcleos, levantou os seus Paços do Concelho, instalou vários serviços públicos e procurou abastecer-se convenientemente de água potável.

Tudo isto levou anos, é certo, e só depois vieram os acessórios considerados imprescindíveis a uma localidade que pretendia impor-se. Então traçaram-se jardins, intensificou-se a arborização e até se levantou um monumento verdadeiramente original aos mortos da guerra de 1914 a 1918. Depois, criou-se uma corporação de bombeiros e dotou-se a vila com uma banda de música que é, indubitàvelmente, uma das melhores da província. E além de outros melhoramentos do maior alcance social, veio, por último, a Santa Casa da Misericórdia com seu hospital próprio a prestar ao concelho os mais relevantes benefícios.



A parte central da vila

Apesar de tudo isto, que foi muito, se não o essencial para uma razoável sede de concelho, Vila Verde ainda oferece um aspecto relativamente modesto a quem a visita. Não pode estranhar-se, porque o seu comércio é muito limitado e não possue industria — as duas fontes vitais de prosperidade para qualquer povoação.

Urbanisticamente, não é mais do que um enorme largo, assemelhado a irregular ponta de lança. Bem arborizado e com prédios de

um lado e de outro, está, de espaço a espaço, entrecruzado de arruamentos que lhe dão o aspecto de talhões. Como também no sentido Norte-Sul a vila é atravessada pela estrada de Braga aos Arcos de Valdevez.

No entanto, o largo é indispensável, pois ali se realiza quinzenalmente a feira local, importante por seu grande movimento e elevado número de transacções que nela se fazem. Sobretudo em gado é um dos melhores mercados do distrito de Braga. Nem admira, pois Vila Verde é um concelho estruturalmente agrícola e a pecuária está nele intensamente desenvolvida.

Não faltam boas pastagens, como, também, as culturas são as mais variadas e feitas, de uma forma geral, pelos processos mais modernos. Pode mesmo dizer-se que Vila Verde é um dos concelhos do Minho onde a agricultura atingiu maior desenvolvimento.

A vinha e o milho são, porém, as culturas predominantes, pelo seu valor económico. Satisfazem plenamente ao abastecimento da região, pelo que o excedente é exportado para outras localidades do país.

Vila Verde não é, portanto, um concelho industrial. Neste capítulo (salvo algumas fábricas de serração e a produção de cerâmica utilitária, como alguidares, cântaros, vasos para flores, telha, tijolo e pouco mais, nas freguesias de Prado, Cabanelas e Oleiros), o seu rendimento quase nada conta, não obstante possuir, sobretudo à margem dos rios Homem e Cávado, condições admiráveis para boas instalações no género.

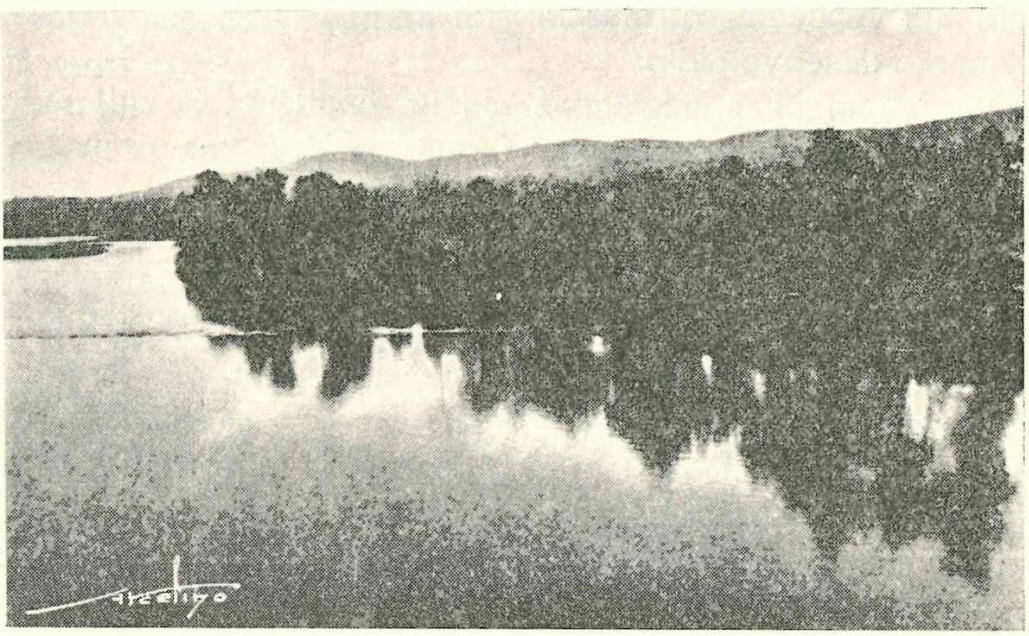
Há uma coisa que Vila Verde tem e na qual dificilmente qualquer outro concelho do norte se lhe avantaja: — as suas excelentes vias de comunicação.

De facto, o concelho encontra-se cortado, em todas as direcções, por magnífica rede de estradas, algumas das quais constituindo passeios formosíssimos. Não só ligam as várias freguesias entre si como ainda as vias que servem toda a província do Minho. De louvar é, neste ponto, a acção que a Câmara Municipal vem desenvolvendo, de há muito, em tal sentido.

Vila Verde — repetimos — não é um concelho com história, porque é moderno. Contudo, não lhe faltam freguesias com tradições admiráveis, verdadeiramente invejáveis, mesmo. Citamos, como exemplos, entre muitas outras, Prado, que foi sede de um vasto concelho; Pico de Regalados, igualmente sede de concelho e bastante favorecida

pela nobreza do reino; Coucieiro, onde, segundo a autorizada opinião do insigne linhagista Dr. José Machado, brilhou o solar dos Abreus; Barbudo, solar de gente do mesmo apelido; Valdreu, antigo couto dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho; e Cervães e Moure, que pertenceram, como coutos, aos Arcebispos de Braga.

Embora o passado, sob o ponto de vista arqueológico e artístico, pouco tivesse deixado no concelho, ainda assim destacam-se, como



O rio Cávado, que banha parte do concelho de Vila Verde, oferece quadros de poética beleza, como este que a gravura reproduz, um pouco abaixo da ponte de Prado

dignos de menção, pela antiguidade de que se revestem, a ponte e o pelourinho da vila de Prado, bem como a Virgem gótica existente em um nicho da respectiva igreja paroquial; a igreja românica de Coucieiro, cujo pórtico se desenvolve em três arquivoltas; a torre de Penegate, na freguesia de S. Miguel de Carreiras; e o cruzeiro de Cabanelas.

Há, ainda, de interesse, simultâneamente religioso e turístico, os afamados santuários de Nossa Senhora do Bom Despacho e de Nossa Senhora do Alívio, nas freguesias, respectivamente, de Cervães e Soutelo.

E com isto damos por finda esta crónica sobre o concelho de Vila Verde, onde o amor à terra se traduz em labor fecundo, para bem da região e do país.

# Lendas de Fafe

FAFE, como, aliás, os restantes concelhos do Minho, não podia fugir à regra no tocante a lendas. Abundam por lá, ou não se tratasse de uma região fortemente dominada pela ruralidade, portanto mais atreita do que qualquer outra a acreditar, de boamente, no que a fantasia cria e se esforça por apresentar como facto real, verdadeiro.

A própria designação da sede do concelho não se situa já no campo da lenda? Enquanto uns a derivam do apelido de D. Godinho Fafez outros não a vão buscar ao pisco-chilreiro, ou *Dom-Fafe,* pássaro muito vulgar na região?

Ora, em Fafe não faltam lendas sobre isto e sobre aquilo, desde as que assinalam mouras encantadas no seio da terra ou das águas às que apregoam tesouros mirabolantes, ciosamente ocultos junto de penedos colossais ou entre ruinas abandonadas à cupidez de plantas daninhas. Mas não admira, lá como em toda a parte, pois a origem é infalivelmente a mesma, a despeito, por vezes, de alguma variante adaptada à região, ou alterada à força de contada e recontada ao sabor da fantasia de quem o faz. Quando isto se dá, pode julgar-se que têm algum ineditismo, mas devidamente analisadas não deixam de revelar características muito semelhantes às que existem noutras povoações.

No entanto, é sempre de estimar que apareçam e subsistam para maior colorido das curiosidades locais, ao número das quais evidentemente pertencem.

É bom advertir-se que ligada à lenda propriamente dita anda, por vezes, a crendice e por tal forma que, de momento, não se torna fácil separar esta daquela. Em boa verdade, é, afinal, o que se dá nas outras localidades do país, para não dizermos em todo o mundo.

Por tudo o que deixamos exposto, verifica-se que em Fafe não se encontram lendas inéditas no sentido rigoroso do termo. Das que aparecem — e muitas são — algumas mostram-se interessantes, curiosas. Preferimos, no entanto, as de carácter religioso, não por serem as mais divulgadas no concelho mas pelo sabor local que apresentam.

Aí vão, pois, três dessas lendas.

**Penedo da Pègadinha** — Para fugir à perseguição que os dominadores da Judeia faziam ao Menino Jesus, a Virgem, na sua ida para o Egito, passou... em Fafe.

No trajecto, foi obrigada a atravessar o monte de S. Jorge, muito íngreme e pedregoso.

A burrinha, já ajoujada ao peso de Nossa Senhora e do Menino, fazia um esforço enorme para vencer a aspereza do caminho. E tão grande foi que as impressões das suas patas por lá ficaram bem distintas no *Penedo da Pègadinha...*

**Santa Maria de Antime** — Foi no lugar do *Outeiro das Freiras* que, um dia, apareceu a imagem de Santa Maria, não se sabe a quem.

Imediatamente os povos de Antime e de Fafe pleitearam a sua posse, alegando, cada um, o direito que lhe assistia.

Em determinada altura da questão, acordaram em que Nossa Senhora ficaria pertencendo à povoação para onde, expontâneamente e sem governo, se dirigisse um carro de bois, transportando a imagem.

O caso é que desta sugestão, posta, já se vê, em prática, lucraram os de Antime, que pouco depois trataram de erguer uma capela dedicada à Virgem.

Santa Maria passou, desde então, a juntar ao seu nome o daquela freguesia, mas também lhe chamam Senhora do Sol, por a ela recorrerem os lavradores quando necessitam de bom tempo.

Agora, outra versão.

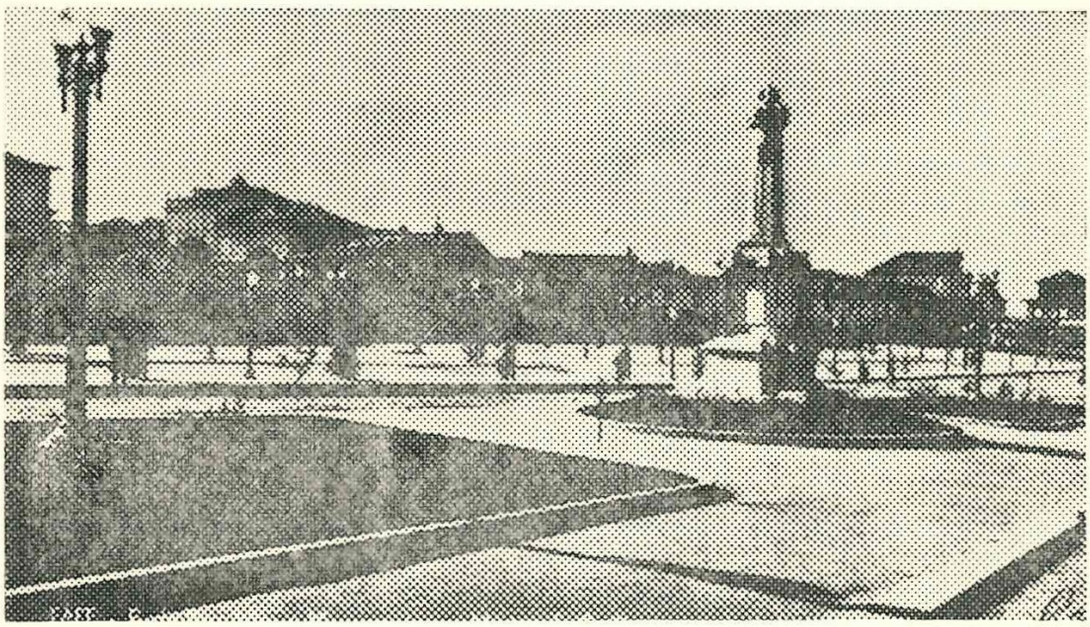
No *Outeiro das Freiras,* como desta designação parece inferir-se, existiu, outrora, um convento, cujo capelão era o próprio abade da freguesia. Ora, quando da supressão daquela residência monástica, a imagem de Nossa Senhora foi entregue ao pároco, com a obrigação de, todos os anos, fazer, com ela, uma procissão de Antime para Fafe. A disposição foi cumprida e no segundo domingo de Julho ela aí vai, com farto acompanhamento, visitar a vila.

**Nossa Senhora da Lagoa** — Contra o costume, pois nem sequer pelas companheiras esperara nesse dia, uma pastorinha de Santa Maria de Aboim foi mais cedo para o monte da Lagoa apascentar o rebanho que ordináriamente estava entregue aos seus cuidados.

De repente e com manifesta surpresa da rapariga, cai sobre a

serra uma forte nevada que originou a pequenita perder de vista as ovelhinhas. Procurando por aqui e por ali, foi encontrar os animaizinhos aconchegados ao redor de um *escalheiro,* em cujos ramos se abrigava uma imagem da Virgem.

Maravilhada com tão imprevisto achado, carinhosamente o oculta sob as abas do mantéu, não fossem, às vezes, as companheiras, que já próximo se encontravam, à guiza de curiosidade, interromper-lhe os propósitos que a animavam de, em recolhido ambiente, agradecer a



O centro da vila de Fafe com o monumento aos Mortos da Grande Guerra

Nossa Senhora a surpresa que lhe proporcionara. E pedindo às amigas que lhe vigiassem o rebanho, pois não tardaria de volta, para o povoado se encaminhou.

Chegando a casa, colocou a imagem no cesto das fusadas; e perante ela rezou Avé-Marias sem conta, até adormecer. E sonhou que a Virgem lhe dizia não querer ficar ali, mas sim em capelinha erguida no lugar onde a descobrira.

De repente, a pequenita desperta; e quando se propunha continuar a reza, até aí interrompida pelo sono, fica muito pesarosa, porque a imagem havia desaparecido.

Toda lacrimosa, volta para o monte não só em busca das ovelhas, não se tivessem tresmalhado por descuido das companheiras, como na esperança de que encontraria Nossa Senhora.

De facto, junto ao *escalheiro,* de novo lhe apareceu a Senhora,

agora a consolá-la com animadora promessa: — Não chores — dizia-lhe — porque cedo me verás todos os dias.

Queria a Virgem que o povo se convencesse da realidade da aparição e por isso garantiu à pastorinha que enquanto ali lhe não construissem uma ermida a neve não desapareceria do lugar.

Erguida a capela, imediatamente se sucederam as graças que originaram muitas esmolas, à custa das quais se levantou um grandioso santuário, extraordinariamente concorrido, como a quadra popular o afirma:

Ó Senhora da Lagoa
Viradinha p'ro nascente!
Os milagres que fazeis
Trazem aqui toda a gente.

# Arcos de Valdevez

A exaltação histórica da vila dos Arcos de Valdevez está feita por forma tão evidente que não se torna mister revolver os arcanos de um passado remotíssimo ou pedir à lenda o seu concurso — entretecido, quantas vezes, de saborosas mas disparatadas fantasias, criadas mais para estabelecer sérias confusões do que propriamente com o fim meritório de esclarecer pontos duvidosos.

Para quê galo-celtas ou romanos a pretenderem ilustrar eras obscuras, se mais perto de nós se encontra uma certeza incontestada?

Basta simplesmente recuarmos aos tempos de Afonso Henriques para imediatamente nos apercebermos do inconfundível prestigio que desde então goza aquela vila minhota no concerto das mais antigas e afamadas terras do país. Basta isto, sim, porque glória maior não podia almejar para si do que a de ter dado início ao primeiro ciclo da nossa história, com o qual se abriram os horizontes que determinaram o arranco decisivo pela completa independência da Terra Portucalense.

O caso é bem sabido, mas não importa repeti-lo.

A D. Afonso Henriques não agradaram as condições de paz que seu primo Afonso VII de Leão, de quem era vassalo, lhe impôs em Tui, no dia 4 de Julho de 1137. Fora, porém, obrigado a aceitá-las, porque os mouros, já senhores do castelo de Leiria, ameaçavam seriamente o resto do Condado Portucalense.

Depois disso, D. Afonso Henriques desloca-se novamente para o sul e, durante dois anos, desbarata o sarraceno invasor.

Regressa ao norte, com o propósito firme de quebrar a paz com o primo. Organiza um exército, invade a Galiza e assenhoreia-se de Tui. Então, como represália, Afonso VII penetra em Portugal e chega triunfante às margens do Lima. Inesperadamente, porém, as tropas de Leão são destroçadas pelas portuguesas.

Com o que resta de umas e de outras, travam-se, ainda, algumas escaramuças, mas em Arcos de Valdevez, para onde já se haviam deslocado, defrontam-se novamente.

Não se pretende batalha e ajusta-se, simplesmente, um torneio

para decidir a sorte das armas. Ao cabo, porém, de dura peleja, a vitória coube aos portugueses que pretendiam ir mais além se Afonso VII, impressionado com os reveses sofridos, não pede um armistício. Estavamos em 25 de Junho de 1140.

Inicialmente, o Condado Portucalense obtinha, assim, a sua independência, que a actividade política e diplomática havia de sublimar três anos depois, em Zamora, com o reconhecimento, por Afonso VII, do título de Rei que seu primo Afonso Henriques já usava desde 1139. E a Nação Portuguesa, ambição e sonho de muitos anos, passava a organizar-se para a grandiosa missão histórica que o destino lhe havia de confiar no mundo.

Os Arcos de Valdevez foram, pois, o ponto de partida da nossa emancipação política. Ficaram constituindo, por isso, um dos marcos mais gloriosos da história — aquele que além de consagrar o ardor e a valentia dos nossos cavaleiros na conquista de uma aspiração de tão nobres e humanas intenções — quais fossem as de sacudirem a tutela alheia, para, assim, viverem independentes — também evoca a habilidade diplomática desenvolvida a partir de então para que nada se perdesse do esforço já realizado em prol de uma causa alicerçada no génio, na firmeza e, sobretudo, na decidida vontade de um povo disposto a continuar a luta pela sua libertação.

É, pois, com estes títulos de glória que os Arcos de Valdevez justificam o seu passado de terra portuguesa. Onde encontrar outros mais esclarecidos em tão recuadas eras?

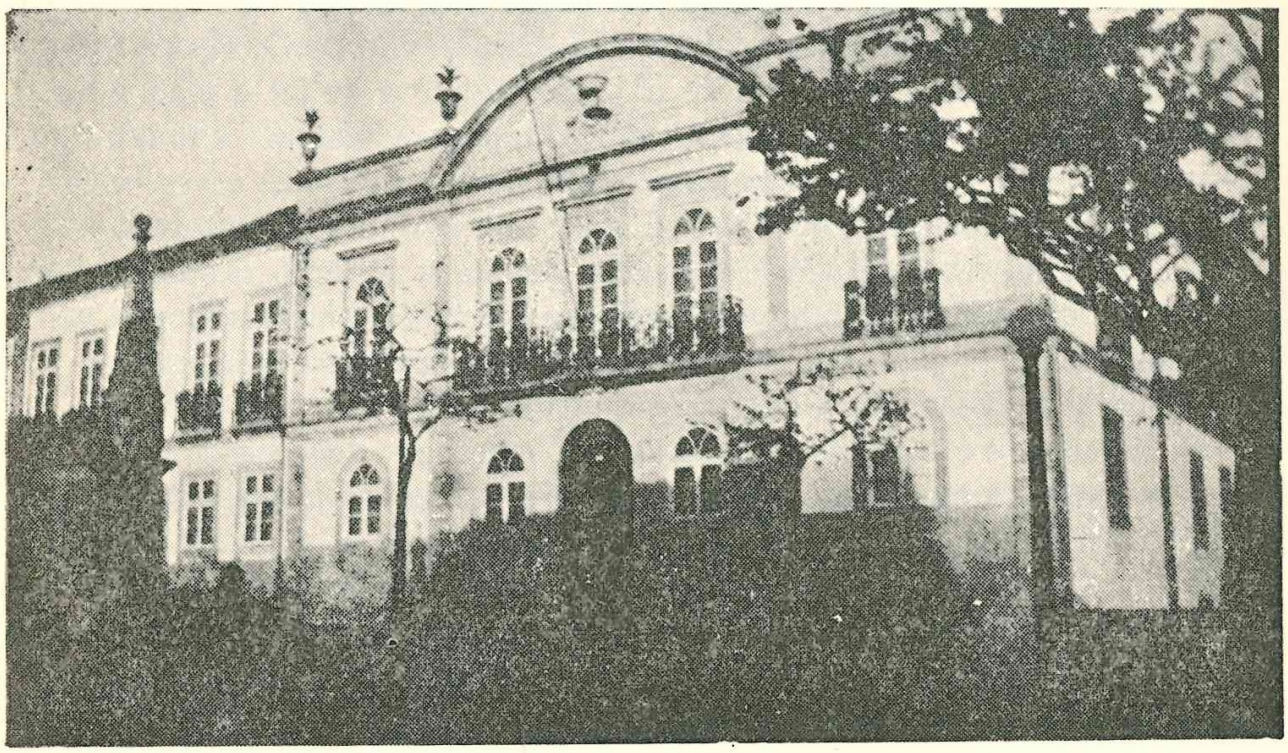
Esse passado soube projectar-se nobremente no futuro para serviço de Portugal. Os Arcos de Valdevez desenvolvendo-se, engrandecendo-se, mais à custa do seu esforço, contribuiram, assim, para maior lustre do país. É hoje uma terra que, sem dúvida, honra a província onde a Pátria nasceu.

O seu primitivo nome teria sido *Valle de Vice,* segundo a opinião de alguns autores ao citarem a doação da igreja de Santa Maria de Palácios feita, no ano de 560, pelo rei suevo Teodomiro ao bispo de Tui. Isto, sem embargo, evidentemente, do que a lenda pretende insinuar-nos, desde a remota designação de *Arcobriga,* 350 anos antes de Jesus Cristo, até à latinizada *Arcobrica* dos romanos.

Ora, *Valle de Vice* transformou-se, depois, em Valdevez. Pelo menos, quando, em 1125, D. Teresa doou à Sé de Tui o mosteiro de S. Cosme e S. Damião de Ázere, assim nos aparece... *Quod in Val de Vez, nomine Azar.*

Tal designação conservaria até depois de 1515, pois ainda em 2 de Junho daquele ano D. Manuel, ao conceder-lhe foral, diz fazê-lo a Vale de Vez.

Foi sede do Julgado do mesmo nome, o qual, em 1258, já compreendia trinta e nove freguesias. E teve para sua defesa um castelo — o de Santa Cruz — possivelmente erecto nas freguesias de Vilafonche ou de Riofrio, mas que naquela data já não existia, como nos informam as *Inquirições* mandadas fazer por D. Afonso III. Assim o refere a acta da primeira freguesia sobre a obrigação que os seus moradores



O edifício dos Paços do Concelho dos Arcos de Valdevez

tinham de guarnecê-lo em caso, evidentemente, de mobilização, pelo que, enquanto durasse tal serviço, ficariam remidos dos tributos civis a que estavam obrigados... *faziam foro ao Castelo de Santa Cruz, scilicet, quando os chamavam para bastimento do Castelo baestiano cum seus corpos et cum seus averes et pro isto nom davam leitosa nem faziam foro: et ora jaz esse Castelo derribado.*

Note-se que a existência deste castelo já é conhecida por um documento de 1059 que o situa, nessa época, perto de Riofrio, num monte em cujo sopé ficava, então, a *villa petrosello,* que depois formaria a freguesia de Proselo... *Et ad radice castro sancta cruce in ripa riuulo frieido villa petrosello cum omnibus prestationibus suis.*

Das razões indicadas para que a vila passasse a denominar-se dos *Arcos de Valdevez,* nada tem verdadeira consistência. Enquanto uns dizem que tal designação provém de uns arcos de cantaria mandados erguer por D. Afonso Henriques em recordação da vitória ganha a seu primo Afonso VII, outros a filiam nuns arcos festivos sob os quais D. Manuel I e sua mulher a rainha D. Isabel teriam passado quando, em 1498, foram em romagem a S. Tiago de Compostela, na Galiza. Como, também, há quem opine que tudo isso deriva do arco que o rio Vez forma em redor da vila.

Sobre a junção de *Arcos* a *Valdevez* aparece a seguinte explicação:

Foi donatário da terra o infante D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. Como ele se tivesse negado a beijar a mão à Rainha D. Leonor Teles, salvou-se fugindo para Castela. Perdeu, no entanto, aquele benefício e outros que possuia no reino.

Mais tarde, seu irmão D. João I fez mercê de metade de tudo isso a D. Fernando Anes de Lima que veio depois a obter o restante, por os Pachecos, que dele tinham o senhorio, se haverem passado ao serviço de Castela. Voltaram, pois, a unir-se estas propriedades com o nome de Valdevez, tendo os Arcos por cabeça.

Como se vê, tudo isto é muito confuso, pois depreende-se daqui já a existência de um lugar com o nome de *Arcos.* Logo, este, aceitando as versões apontadas, ou deriva dos tais arcos mandados construir por D. Afonso Henriques ou daquele que o rio forma; e nunca dos que se ergueram em honra de D. Manuel I.

Mas deixemos estas coisas pelas inevitáveis locubrações a que obrigam, sem que se chegue a uma conclusão segura.

Se o passado dos Arcos de Valdevez é de molde a merecer a mais franca simpatia, o presente não desmerece nada desses tempos que tanto enobreceram a povoação.

Bem situada, bonita, com panoramas deslumbrantes e tradições curiosíssimas, dotada de bons edifícios, de entre os quais sobressai o dos Paços do Concelho, e de obras de arte valiosas como o seu afamado pelourinho, é uma terra que se visita com prazer e de onde nos afastamos sempre com vontade... de lá voltar.

E para quem tem o culto do passado nunca pode esquecer a contribuição que ela deu à fundação da Pátria. É nisto que consiste a sua maior glória, — a glória, como diz Pinheiro Chagas, de «ter sido a primeira estrofe de uma epopeia cuja última estrofe soou em Montes Claros».

# O convento de Santa Maria de Fiães

*DEPOIS de el-rei, não há senhor tão poderoso como o Dom Abade de Fiães* — assim se definia, noutros tempos, a grandeza de um dos maiores institutos da Ordem de Cister existentes em Portugal.

Ficava situado no concelho de Melgaço, em frente da Galiza, e orgulhava-se de ser dos mais antigos do país.

Na sua origem, que Frei António da Purificação pretende remontar ao ano de 870, os eremitas de Santo Agostinho o teriam habitado, nele permanecendo até se integrarem na regra cisterciense. Contudo, os beneditinos contestam esta opinião e pelos escritos de Frei Leão de S. Tomaz a eles avocam tal prioridade. Dão-no como fundado em 889.

Por sua vez, o padre Carvalho da Costa vai mais longe, pois diz-nos que já no ano de 851 aparecem notícias sobre o convento, embora nenhuma referência faça aos seus primitivos habitantes.

São, portanto, bastante confusos os primórdios desta casa, não podendo tal facto estranhar-se pelos séculos que deles nos separam e, sobretudo, pela falta de documentação coeva.

Parece, todavia, certo que nos meados do século XII eram os eremitas de Santo Agostinho que nela habitavam.

Assim, quando, em 1159, os conventos de Lafões e de Bouro, pertencentes à mesma Ordem, adoptaram a reforma de Cister, o de Fiães, entusiasmado, seguiu-lhes o exemplo. A partir de então, substituiu o título de S. Cristóvão pelo de Santa Maria.

Foi, também, por essa época que, graças à generosidade de Afonso Pais e de dois irmãos seus que nele professaram, se reparou totalmente o edifício, que se encontrava bastante arruinado devido, ainda, a uma das investidas da moirama. Além de que largas doações lhe fizeram, permitindo, assim, a organização de boas granjas e o aforamento de terrenos a famílias que passaram a povoá-los.

Que já era couto antes da fundação da nacionalidade, não há dúvida, pois D. Afonso Henriques confirmou-lhe esse privilégio em 1173

e isentou os seus moradores de pegarem em armas e de servirem em quaisquer obras de fortificação à excepção «em uma quadrilha de dezoito braços nos muros de Melgaço».

Os monarcas seguintes mantiveram estas mercês e D. Diniz até as aumentou com a protecção dispensada ao couto por danos que o Juiz de Melgaço lhe causara.

D. João I, que ali estivera por ocasião do sítio posto ao castelo de Melgaço, determinou que a ninguém do couto fossem cobrados direitos pelo peixe apanhado no rio Minho.

D. João II também quis ser generoso e por isso mandou que, em certos casos, as mesmas pessoas não pagassem peitas, fintas ou pedidos, ainda mesmo feitos ao rei.

D. Duarte chamou a si a guarda e a defesa do couto «com todos os seus homens e herdamentos».

Por sua vez, D. Filipe I confirmou todas as doações mas exigiu o pagamento de quarenta mil reis anuais à capela real, cedendo, porém, em troca os seus direitos e regalias.

Em épocas posteriores, casos idênticos se passaram. Assim, em 1730, as autoridades militares ordenaram um recrutamento no couto. Imediatamente o Dom Abade recorreu para o General Comandante da Praça de Valença, sendo atendido. Como, anos depois, nova tentativa se fizesse, D. João V recomendou a anulação dessa diligência.

Devido a valiosas doações, logo de início passou este convento a gozar da fama de muito rico. Os seus bens não se limitavam, simplesmente, aos que tinha no Minho, mas também em Trás-os-Montes e na Galiza. Desta forma podia manter oitenta frades de missa, além dos conversos.

Assim, chegou a dispor de vinte abadias, em Portugal, e de bastantes na Galiza. Daquelas, destacavam-se as de Lamas de Mouro, Cristoval, Chaviães, Santa Maria da Porta da Vila e Rouças, em Melgaço; e Vilela, nos Arcos de Valdevez.

Em 1797, ainda possuia bens e casais em muitas localidades, sobretudo nos concelhos de Monção, Valença, Arcos de Valdevez, Vieira, Póvoa de Lanhoso, Felgueiras, Amarante, Lousada e Ribeira de Pena.

Tinha, igualmente, muitos coutos, sobressaindo, na Galiza, os de Breyxono, Gojunde, Asperello, Gaceiros, Requeido e Riofrio, independentemente de bastantes casais e granjas.

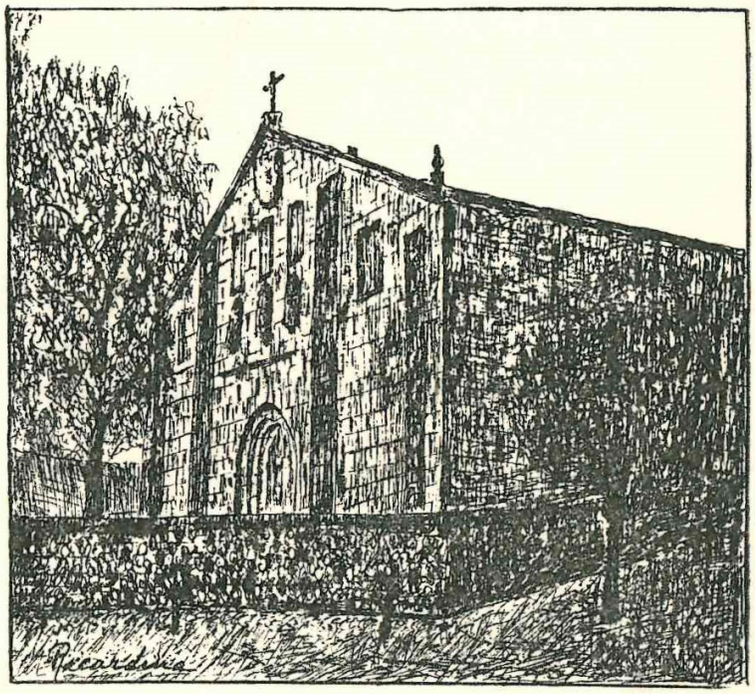
Só pelo couto de Breyxono, cobrava seiscentos maravedis de prata.

É curioso referir que, após a gloriosa revolução de 1 de Dezem-

bro de 1640, os galegos deixaram de pagar os impostos devidos a este convento, só voltando a fazê-lo vinte e oito anos depois.

A própria Casa de Bragança era-lhe tributária de um florim de ouro pelas aldeias de Vilarinho, Fesas de Fusão e Mondim e pelos padroados das igrejas destas povoações, vizinhas a Monte Rei.

Nem o Arcebispo de Braga nem o Bispo de Tui tinham qualquer jurisdição no convento ou em tudo o que lhe estava sujeito. Nesse capítulo, o Dom Abade gozava de jurisdição episcopal, com recurso sòmente para o Papa e quem recebia os breves pontifícios era o provisor, nomeado directamente pelo superior do convento.



Igreja do antigo convento de Fiães

Seria fastidioso enumerar todos os privilégios concedidos a esta instituição, cujo Dom Abade, com o seu direito de condado e largas prerrogativas eclesiásticas, se tornava, de facto, num grande e poderoso senhor.

Bastará o que ligeiramente deixamos apontado para se fazer uma pequena ideia do que foi o couto de Fiães — no género um dos maiores do país.

Mas não se pense que teve sempre vida pacata. Não.

Volta e meia não faltavam desavenças, motivadas por isto ou por aquilo, inclusivè com os prelados de Braga e Tui.

Uma das maiores, se não a maior, foi a que sustentou com os abades de Rouças. Durou séculos, pois começou em 1340 e só terminou em 1807.

Deve, contudo, dizer-se, que, de uma forma geral, havia do convento de Fiães a melhor impressão, pois os seus monges eram pessoas de virtude e de saber.

Em 1490, foi devorado por um pavoroso incêndio. Tudo se perdeu, inclusivamente o arquivo, do que lhe resultou um periodo de empobrecimento bem grande, porque os foreiros negaram-se ao paga-

mento dos respectivos tributos, que a falta de documentos não podia provar.

Até 1600, os abades eram perpétuos, mas a partir daquela data ficaram sujeitos a eleição trienal, de harmonia com um Breve de Pio V.

Desta grandiosa instituição, extinta em 1834, só resta a igreja, em estilo ogival.

Está parcialmente classificada como monumento nacional. É grande, espaçosa, de três naves, separadas por arcarias. Junto do altar de S. Sebastião, encontra-se um túmulo de granito que pelo brasão nele esculpido se verifica ser de Fernão Anes de Lima, pai do primeiro Visconde de Vila Nova de Cerveira.

Também se diz que na igreja estão sepultados três príncipes e diversos fidalgos portugueses e espanhois.

De sólida construção, destacam-se, na fachada principal, além do seu artístico pórtico, três nichos com as imagens da Virgem, de S. Bento e de S. Bernardo.

Esta igreja possuiu uma famosa imagem da Virgem. Era de pedra e atribuiam-se-lhe muitos milagres. Frei Agostinho de Santa Maria refere-se-lhe no *Santuário Mariano,* mas nesse tempo já não existia.

O convento, como dissemos, foi extinto em 1834. Quando em Junho desse ano se procedeu ao seu inventário, só lá habitavam dois frades: Frei António de Abreu e Frei António de Azevedo.

Posto, mais tarde, em praça, não apareceram compradores, pelo que foram vendidos os seus materiais ao desbarato.

# A lenda da Calcedónia

NÃO é facil deparar-se-nos região tão abundante de lendas como a de Terras de Bouro. Desde a da flor de laranjeira, tão grata ao coração das noivas, até à de Santa Eufémia, que originaria o aparecimento das águas termais do Gerez, mal se imagina o que por ali se encontra a tentar explicar os casos mais diversos.

Umas são de feição nitidamente popular, mantidas, simplesmente, através da tradição oral; outras, então, apresentam-se doiradas pela erudição que, em letra de forma, lhes realça ainda mais a considerável dose de fantasia que as orna.

Vem isto a propósito das ruinas de um castro, existente na freguesia de Covide, daquele concelho.

Situadas muito perto da antiga estrada romana da *Geira* que, pela serra do Gerez, ligava Braga a Astorga, para ali estão abandonadas há séculos, sem qualquer interesse especial que não seja o que amorosamente lhe possa dispensar a Arqueologia.

Na sua área, não muito grande, integram-se penedos colossais, sobrepostos uns aos outros, em desordenadas posições, formando tudo um amontoado granítico de estranho, embora imponente aspecto.

Opinam alguns que sejam os restos de uma cidade que floresceu naquele sítio e junto da qual teria ocorrido o martírio de Santa Eufémia. A verdade, porém, é que a julgar pelo que está à vista simplesmente se tratava de um modesto povoado luso-romano, igual a tantos outros que enxameiam as montanhas do Minho.

É certo que o erudito padre Martins Capela se deixou impressionar vivamente por aquelas ruinas, que de sobejo devia conhecer desde a infância, tanto mais que distanciavam pouco da sua aldeia natal — S. Paio de Carvalheira. E — quem sabe? — talvez pela curiosidade que lhe despertassem e pelo anseio que sentiria em desvendar-lhes os segredos envoltos na espessa poeira de muitos séculos, ainda lhes notasse o palpitar da existência rude daqueles que as povoaram. Parecia não acreditar que elas jazessem para sempre, mas sim que se encontrassem

apenas adormecidas a aguardarem, confiadamente, quem as fizesse despertar de um sono aparentemente reparador.

Queria, por isso, conhecer a opinião do sábio Martins Sarmento. Escreveu-lhe a pedir que aparecesse por ali, que as visitasse.

O eminente arqueólogo não se fez rogado e, em Agosto de 1882, lá foi. Nada, porém, encontrou de notável, o que bastante havia de ter confundido o ilustre sacerdote. Até, a propósito, num dos seus manuscritos, Martins Sarmento lançou a seguinte nota: « O padre Capela dizia que estava envergonhado de me mostrar aquilo, porque, depois que viu a Citânea, é que se desenganou que não tinha que mostrar ».

Deste povoado, vindo já de tão longínquas eras, restam, ainda, quer dentro quer fora do próprio recinto, vestígios de edificações rectangulares e circulares e lanços de muralha, uns naturais, formados por enormes penedos que afloram, como fiadas, à superfície do terreno; outros, feitos com blocos diversos, mas alguns de razoáveis dimensões.

Ora, estas ruinas — testemunhos claros, precisos, de uma vida que ali existiu e que se extinguiu não se sabe quando, vida como qualquer outra, com os seus momentos de alegria e também de angústia — bem dignas eram de alguma coisa mais do que o simples abandono em que se encontram.

Acaso já foram exploradas pacientemente pelos homens de ciência para ajuizarem convenientemente do seu interesse no campo da Arqueologia?

Se o foram e se lhes reconheceu valor reduzido para a cultura, mesmo assim, como relíquias de um passado já muito distante, não importará conservá-las e preservá-las menos do tempo do que da ignorância das gentes?

Entremos, agora, no domínio da lenda que também tem o seu interesse.

*Calcedónia* é a designação desse povoado multisecular. A que atribui-la?

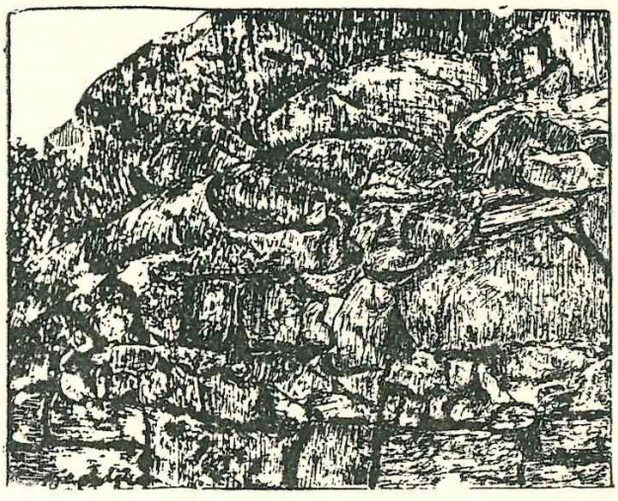
Nas reflexões a que estas coisas dão origem parece que não seria despropositado filiá-la em pedras preciosas do mesmo nome — com as suas variedades, desde a cornalina à sardónica, ou reunindo as cores de todas, como a ágata — encontradas no local. Mas não. É tudo muito diferente.

A Calcedónia ficou a dever a sua fundação aos Argonautas, numa

das visitas que esses famosos heróis gregos fizeram à Península Ibérica!..

Andaram por um lado e por outro em busca do velo de ouro, mas não foi na Cólchida que o conquistaram, como diz o poema... Deram com ele aqui, em plena serra do Gerez, sem que para tanto houvesse necessidade da intervenção de Medeia...

Jasão, o chefe dessa lendária expedição, esteve em Orense e na Calcedónia. «Esta era — escreve, em espanhol, como costumava, o monge beneditino Manuel Pereira de Novais, servindo-se, para tanto, da afirmação do padre Gregório Argaiz, frade da mesma Ordem, e, embora teólogo de nome, patranheiro de tomo — vna ciudad de la Raya, el dia de oy del Reyno de Galicia y Portugal, en aquellas montañas del Xerez, muy cercana al Rio Lima en la feligresia de Manin junto al Rio Caldo, como ahora disen, y antiguamente Calçido...» Pois essa cidade chamou-se assim — acrescenta, servindo-se da mesma origem — «de ser ciudad donde se Calcinaua y a Crysolaua el oro que se sacaua de aquellos Montes del Xerez, por cuya Causa tenia esse nombre de Calcedonia y del Rio el nombre de Calcido, que todo lo significa, y affirma que Iason, viendo esto acà en nuestra Hespaña, quando aportó en esta jornada a ella, notò esto para dar estes mesmos nombres a esse templo de Iupiter Vrium y à la ciudad de Calcedonia en el Bosphoro de la Tracia».



Alguns dos colossais penedos da Calcedónia e restos da muralha

Talvez por isso, Frei Manuel de Novais Pereira, depois de pedir vénia a Frei Gregório, emite o seu parecer, apoiando-se, todavia, em Estrabão: «dijo que de Auer fundado allà esse templo de *Iupiter Vrium* en el Bosphoro Thracio, quando passaua al mar negro a la Conquista de Colchos, y de auer visto alli la ciudad de Calçedonia, que era fundacion de los de Megara, como dise Strabon, lib. 12: *Calcedon, in Ponti ore sita quan Megarenses condidere, et Crysopolis uicus, et Calcedonium fanum,* que es esse de *Iupiter Vrium.* Allando-se acà en nuestra Galicia diò esses nombres a esses lugares, de buelta para sua Pátria quando a Portò en Hespaña. Y, como no se lea

que despuès desta jornada Estuuiesse Iason otra Vez en essa Costa de Asia, en el estrecho de Constantinopla que es esse Bosphoro, se ha de desir que acà en Galicia diò estes nombres despuès que passò por esse estrecho».

E depois de também citar Pomponio Mella, conclue: «como Iason auia fundado esse Templo en el Estrecho quando passò à la conquista de Colchos y auia notado el puesto desta ciudad de Calcedonia, quando Aportò acà en Galicia renouó estes nombres por essas primeiras fundaciones desse Estrecho por la consideracion de ser muy semijantes unas a otras, y se prueba como estuvo acà este Principe, a que assiente el mesmo P.e Maestro Argaiz, en esses lugares, y lo confirma Diodoro Siculo».

Aqui fica, portanto, a lenda que eruditamente nos é apresentada sobre a fundação da Calcedónia.

Por ela pode fàcilmente avaliar-se da sua consistência. Só houve o trabalho — e vá lá, que podia ser pior — de se transpor para o Ocidente aquilo que se passou no lado oposto do mundo...

# O castelo de S. Tiago da Barra

ATÉ para os menos versados em história é conhecido o facto de só decorridos vinte e um dias sobre a gloriosa revolução de 1 de Dezembro de 1640 Viana do Castelo ter aderido totalmente à causa da Restauração.

Tal demora não significava, positivamente, que a então vila de Viana do Castelo estivesse enfeudada a Castela e que, portanto, lhe fosse grato permanecer sob o domínio estrangeiro. Longe disso, pois eram bem conhecidos os sentimentos patrióticos dos seus habitantes, manifestados já bastantes vezes na defesa da Nação. Exemplo mais flagrante não podia haver do que o do seu incondicional apoio ao Mestre de Aviz.

Naquele caso, a sua dedicação à Pátria não arrefecera e ansiosamente aguardava o momento de ajudar a libertá-la do jugo que a oprimia. Tudo dependia de oportunidade, como, depois, corajosamente o demonstrou.

Ora, o que não podia era ir contra a força, sem um choque de consequências funestas, que nada, por certo, aproveitaria. E a força concentrava-se toda no polo oposto. A guarnição do castelo, que o mesmo era dizer da vila, compunha-se de espanhóis (à excepção de cinco artilheiros portugueses), comandados por um espanhol — o capitão D. Bernardin Polanco y Santillana, militar brioso e experimentado, a quem, talvez por seus méritos, já propositadamente tivessem confiado uma fortaleza de categoria especial como, então, estava classificada a de Viana.

Foi por intermédio da Câmara do Porto que Viana, como, aliás, outras localidades do norte do país, teve conhecimento, seis dias depois, da revolta de 1 de Dezembro. O júbilo na vila foi enorme, não faltando exteriorizações de toda a ordem.

Santillana, sabedor do que se passava, mandou recolher ao castelo toda a tropa e depois de reforçar a vigilância dispôs-se a resistir. Ao mesmo tempo, despachava emissários para a Galiza, a fim de conseguirem socorros, especialmente de artilharia.

Entretanto, como estes preparativos bélicos se prolongassem e já aborrecessem demasiadamente a população, os vereadores resolveram sitiar a fortaleza, e, para isso, convocaram os soldados das Companhias do concelho, reunindo, assim, em pouco tempo, trezentos homens.

Quiseram, depois, dar uma prova do seu indesmentível patriotismo e, perante o regozijo de toda a população, no dia 11 aclamaram D. João IV.

Iniciada, tão auspiciosamente, uma acção de franca hostilidade aos espanhóis, importava levar por diante a sua decidida vontade de obrigarem a guarnição do castelo a render-se. Então, começaram pròpriamente os trabalhos militares, sob as ordens dos capitães das Companhias e dos Oficiais da Câmara.

Imediatamente foram estabelecidas quatro batarias, organizadas com artilharia retirada dos navios surtos no porto. Cada reduto, devidamente guarnecido por gente, dispunha de três ou quatro canhões.

A disposição dessas batarias era a seguinte, a julgar pelo que nos diz Luis Figueiredo da Guerra:

«A primeira — e principal — levantou-se além do rio, no Cabedelo, para bater a entrada da barra.

A segunda — na Ribeira, junto à casa do Marquês.

A terceira — na praia de banhos, ao norte, e no fundo do Campo da Foz.

A quarta — no morro de Nossa Senhora da Conceição, que, com as quatro peças, dominava completamente o castelo.

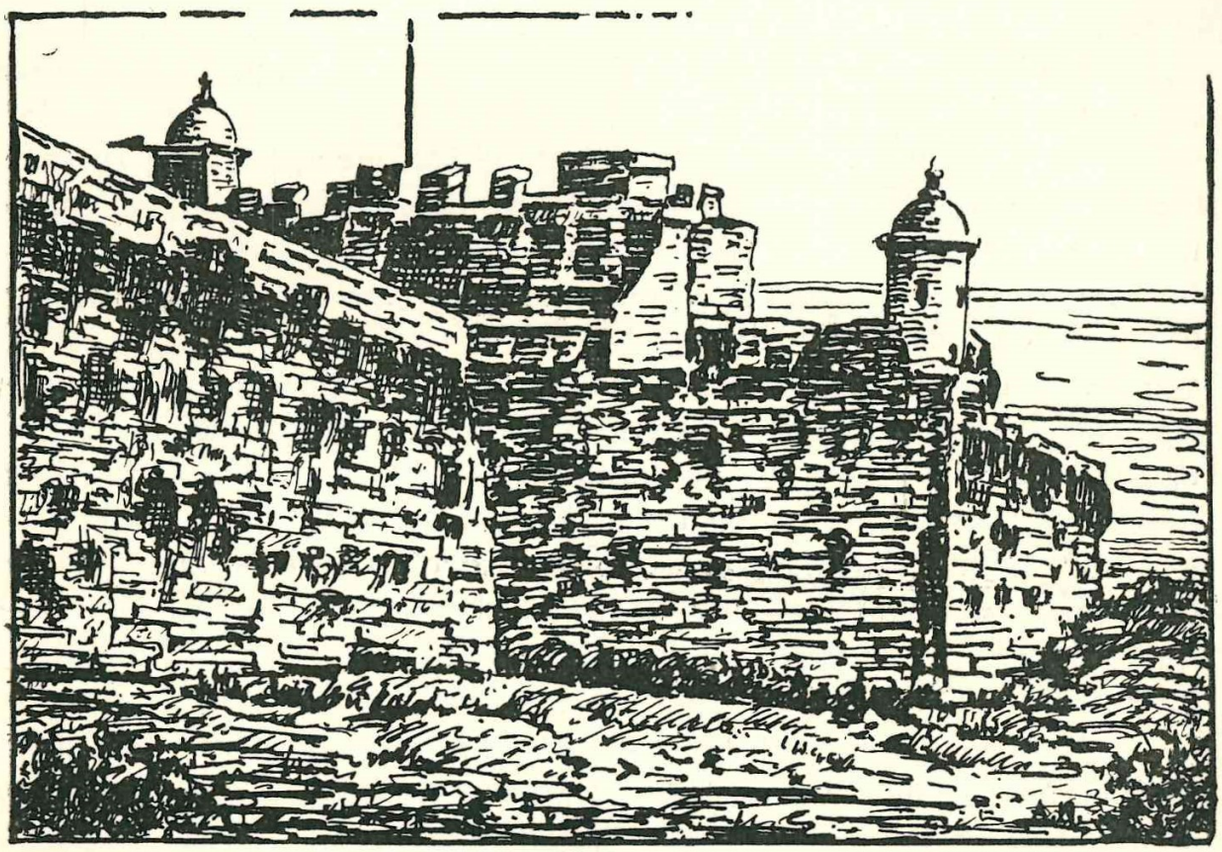
Uma linha de fossos e trincheiras corriam ao poente, desde a capela de S. Roque ao mar, por Entre-Quelhas; e, pelo nascente, iam do Campo da Penha, pela rua de S. Domingos, até ao rio; — tudo bem vigiado e defendido».

Como não podia deixar de estranhar-se, no castelo as peças continuavam assestadas para a vila. E espiavam-se todas as manobras que nela se faziam.

Não obstante estes preparativos, Santillana continuava teimoso, aguardando, por certo, para uma acção violenta, os reforços que pedira da Galiza. De facto, já no dia 12 se tinham aproximado da barra, com o fim de desembarcarem pessoal e munições. Vinham em dois navios que a bataria do Cabedelo, já ali postada, obrigou a fugir para longe.

É claro que a notícia da resistência do castelo espalhou-se por toda a

província, despertando, em algumas localidades, o desejo de auxiliar os vianenses. Mas estes recusavam as ofertas, afirmando que bastariam para obrigarem os espanhóis a render-se. Contudo, o Balio de Leça, Brás Brandão, ainda chegou, no dia 16, a apresentar-se em Darque com muitos oficiais e soldados, disposto a coadjuvar os de Viana. Foi-lhe, porém, dispensado o auxílio, pelo que nem, sequer, tentou atravessar o



Um trecho do forte de S. Tiago da Barra

rio. Despeitado, retirou-se para o Porto a alardear serviços que, afinal, não chegou a prestar, por escusados.

No dia 19, Santillana recebeu da Câmara uma intimação em forma, para que se rendesse no prazo de vinte e quatro horas. Ele anuiu e no dia seguinte foram discutidas e aprovadas as condições da rendição, elaboradas pelo próprio Santillana:

«1.º — Que toda a gente militar, que estava no castelo, sairá dele formada, com suas armas, com bandeiras tendidas, bala em boca, e nas bolsas e seus frascos de pólvora.

2.º — Que cada um dos rendidos pudesse residir e viver na cidade ou vila de Portugal que escolhesse, sem que se lhe fizesse agravo, e,

aos que se determinassem a passar a Castela se lhes daria passaporte para o fazerem por Galiza com suas armas e bens usuais, concedendo-lhes o irem em companhias formadas, com bandeiras, caixas e bagagens até à vila de Caminha, aonde se lhes daria uma paga conforme suas praças, e embarcação para outra parte.

3.º — Que ele, governador, poderia levar consigo toda a sua prata amoedada e lavrada, roupas e trastes de sua casa — da que tinha no castelo como também na vila, dando-lhe carruagem para seu fato, que o levaria ou atrás ou adiante da sua Companhia, e, da mesma sorte, aos oficiais e soldados dela.

4.º — Que as fazendas móveis e de raiz dos rendidos, que por alguma causa estivessem embargadas, se lhes levantaria o embargo e ficariam livres para disporem delas a seu gosto, em tempo limitado de três meses; e que o mesmo se entenderia com os que estivessem presos por crime ou por dívida.

5.º — Que a ele, dito Governador, se lhe pagariam seis mil reais de prata, que por ordem da Câmara gastara na reformação das guaritas, pontes levadiças e outras obras necessárias, como sabia Gonçalo Pereira da Silva, que, naquela ocasião, era vereador da Câmara.

6.º — Que a capela do castelo ficaria com todas as imagens, pratas e ornamentos, particularmente as da Senhora dos Remédios e Bom-Sucesso, com sua coroa de prata e todo o seu adorno ordinário e festivo.»

De facto, pelas oito horas da manhã do dia seguinte, Santillana abandonava o castelo que governara durante onze. Com ele iam os duzentos infantes e vinte oficiais da guarnição.

Foram-lhes dispensadas todas as honras de guerra.

A seguir, foi o castelo ocupado pelos portugueses.

E assim Viana do Castelo ficou liberta do domínio espanhol, dando um nobre exemplo de firmeza e patriotismo.

Anteriormente ao castelo, existiu, simplesmente, no mesmo sítio, o forte da Roqueta, construido, ainda, no tempo de D. Afonso III e reedificado nos reinados de D. Diniz e D. Manuel.

Embora D. Sebastião o mandasse aumentar em 1567, a verdade é que não passou de um pequeno quadrilátero, pois não media mais de trinta metros de frente por quarenta de profundidade. Seis anos depois, a Câmara elegia seu governador, Baltazar Fagundes, descendente do célebre navegador João Fernandes Fagundes. Começou as suas funções, nas quais foi investido pelo Juiz de Fora João de Roão, em 1571.

Tristão da Rocha Caminha foi o segundo governador, conservando-se no cargo até à perda da independência, em 1580.

Após Filipe II o ter mandado cercar com muralhas, passou a governá-lo D. Francisco Bermudes de Castro. Nessa altura, foi-lhe dado o nome de *S. Tiago,* em homenagem, certamente, ao patrono da Espanha.

Terminado o domínio espanhol, foi restaurado em 1652 e 1654, pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima, que ao tempo governava as Armas de Entre-Douro e Minho. Assim o confirma uma inscrição existente sobre a entrada, junto do escudo filipino e do brasão daquele titular.

Como nota interessante, registemos o foral marítimo gravado na muralha e cujos dizeres são os seguintes:

POR MANDADO DE SUA MAG.DE
SEJA NOTORIO: AS EMBARCAÇÕES
PORTUGUEZAS QUE
ENTRAREM POR ESTA FORTALEZA
QUE NEM A ENTRADA
NESTE PORTO NEM A
SAHIDA D'ELLE LHE DEVE SALA-
RIO ALGUM NEM A ELLA
NEM A NENHUMA DAS PES-
SOAS QUE NELLA SERVEM
E AS EMBARCAÇÕES ESTRAN-
GEIRAS SEJA NOTORIO
QUE POR ENTRADA
NAON DEVEM TAMBEM
COUSA ALGUMA E Á SAHIDA
ANDE PAGAR UM CRU
ZADO POR EMBARCA-
ÇAOM E NENHUMA OUTRA
COUSA MAIS. LISBOA XIX
DE NOVEMBRO. MDCLVII

Só em 1700, sob o governo das Armas da Província, de D. João de Sousa, foram levantados os revelins exteriores do castelo.

Propriamente como fortaleza, os últimos melhoramentos de vulto

que recebeu foram os que lhe mandou fazer o general David Calder, em 1799.

Pode dizer-se que, a partir de então, passou sempre a quartel militar, pelo que as obras que nele se faziam dependiam das circunstâncias do momento.

Ao lado direito da parada encontra-se a primitiva capela dos mareantes, dedicada a Santa Catarina.

Aqui fica, pois, uma resenha sobre o histórico castelo de S. Tiago da Barra que o padre Carvalho da Costa classifica de « huma inexpugnável fortaleza, respeitada das Naçoens estrangeiras, com um lettreiro na porta que diz: *Todo o mundo me respeitará e só o tempo me vencerá*». E completa a descrição dizendo que « tem muitas peças de artilharia e hum fosso de lodo que sorve tudo o que nele chae, e fora desta fortaleza tem uma obra exterior muito bem fabricada».

Por último, recordemos o cerco que, durante quarenta e cinco dias, sustentou por ocasião das lutas civis do século passado.

A sua guarnição portou-se, de facto, com galhardia, embora, por vezes, o adversário lhe tivesse provocado algumas hesitações.

Quis a Rainha D. Maria II premiar esse heroismo e nada mais a propósito encontrou do que, em 1848, elevar a vila de Viana à categoria de cidade, acrescentando-lhe ao designativo as palavras — « do Castelo ».

# A primeira Duquesa de Bragança

JÁ tinham decorrido seis anos sobre a morte de D. Beatriz Pereira, filha do grande Condestável D. Nuno Alvares Pereira, quando D. Afonso, Conde de Barcelos, passou, em 1420, a segundas núpcias com D. Constança de Noronha, dama da mais nobre estirpe.

Filha de D. Afonso, Conde de Gijon e Noronha, e da infanta portuguesa D. Isabel, era, portanto, neta de Henrique II de Castela — o célebre Conde de Trastâmara que se apossara do trono depois do traiçoeiro assassinato de seu irmão Pedro I, o *Cruel,* e que em 1369, após a invasão da Galiza por forças portuguesas, quando o rei D. Fernando se julgava com direito à coroa castelhana, entrara em Portugal, permitindo o glorioso feito do Alcaide de Faria, em Barcelos, e, depois, tomando Braga e sitiando Guimarães. D. Constança era, ainda, neta, por bastardia, daquele nosso monarca e prima da rainha D. Leonor de Aragão, mulher do rei D. Duarte. Das figuras marcantes de sua família, destacava-se, por essa época, o irmão D. Pedro de Noronha, que foi Arcebispo de Lisboa.

Era natural que, além da fortuna, os títulos que usava, de entre os quais sobressaía, desde 1442, o de Duquesa de Bragança, a convidassem a uma vida faustosa, nesse já grandioso palácio, que D. Afonso não só transformara em residência mas que também «adornou de várias antiguidades, e muitas trouxe quando andou fora do Reyno, formando assim huma Casa de coisas raras, a que hoje chamão Museo». Mas tal não acontecia. A sua vida era tudo quanto de mais simples podia haver, embora trabalhosa, pelos encargos que chamara a si, sem que essas obrigações alguma vez se interpretassem como forma de satisfazer vaidades. Assim, esta modéstia natural não só a impunha de maneira inconfundível, como fazia realçar ainda mais a sua personalidade de mulher que inteiramente se sentia impelida para a prática de uma missão que mais parecia determinada por amorável mensagem divina.

Não nos propomos, evidentemente, fazer a biografia desta ilustre titular, mas tão sòmente, a traços largos, recordá-la pelo muito que,

de uma forma especial, Guimarães lhe ficou devendo no campo da cultura e da caridade.

Ligada, pelo casamento, a uma fortuna enormíssima, considerada a maior da Península — só a D. Afonso, por doações de seu pai, o rei D. João I, e de seu primeiro sogro, o Condestável D. Nuno, pertencia um terço do país — D. Constança pôde manter ou auxiliar generosamente várias instituições, o que levou D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* a dizer que «Era esta Princeza em tudo admirável; a natureza a dotou de fermosura, agrado, e affabilidade, e ella se adornou de heroicas virtudes, com que se fez amada de Deos e da caridade».

D. Constança de Noronha

Esposa dedicada, acompanhou, de perto, o marido em muitos actos da sua vida pública, e não poucos eles foram, como igualmente participou em bastantes das suas iniciativas particulares, entre as quais avulta a da construção dos magestosos Paços de Guimarães, aonde se recolheu logo que enviuvou.

Diz-nos a tradição que, após a morte de D. Afonso, ocorrida em 1461, tomara o hábito de Terceira Franciscana, jamais deixando de envergá-lo, tanto em casa como fora, mesmo nos actos mais solenes. Fora-lhe lançado com todo o cerimonial, no convento de S. Francisco, que a tinha como padroeira, e onde ela ia habitualmente assistir aos ofícios divinos.

A propósito, informa-nos a *Corografia Portuguesa:* «Como este hábito lhe facilitava todos os actos de piedade, curava por suas mãos aos enfermos, e a maior parte de sua fazenda gastava em os Hospitaes, e pobreza, a quem continuamente estava socorrendo com esmolas, com que parecia mais o seu Palacio Hospital de pobres, que casa de princeza; e para disfarçar a virtude, com que curava a muitos pobres, lhes applicava lavatorios, e cozimentos de huma herva, que nascia no territorio do seu Palacio, a que chamavão e chamão inda hoje herva da Duqueza Santa, com que quase milagrosamente saravão de muitas enfermidades quantidade de enfermos».

Eram, como se vê, da mais profunda caridade cristã os sentimentos que animavam D. Constança de Noronha, praticando-os sempre com o mais desvelado carinho e amor pelos necessitados. Bem deveria, sob este aspecto, considerar-se uma verdadeira alma de eleição,

pois rica e poderosa como era, senhora de um nome e de uma posição particularmente invejáveis, não lhe faltaria, por certo, onde entreter seus ócios se, para ela, as obras de Deus não estivessem muito acima dos prazeres do mundo.

Passou pela terra como anjo de caridade, que entendeu dever ser no mais elevado e nobre sentido do termo. Compreendia a sua missão como um imperativo de consciência, já que Deus lhe assistia com os recursos indispensáveis para o bem fazer. Por isso, todos os seus actos se pautavam pelas máximas do Evangelho, pondo, acima de tudo, o amor a Deus e ao próximo que, igualmente, muito amava.

Não admira, pois, a grata lembrança que deixou de si e que os seus actos de ternura e amor pelo semelhante ainda hoje sejam apontados como exemplos a seguir, especialmente por aqueles a quem a sorte bafejou com elevados meios de fortuna.

As instituições religiosas também tinham em D. Constança de Noronha uma desvelada protectora, como bastantes vezes francamente o demonstrou, quer em valiosas ofertas quer em obras feitas por sua própria iniciativa.

No entanto, ao que parece, a sua simpatia especial ia para as franciscanas, levando-a, assim, a dispensar ao convento daquela Ordem uma generosidade mais atenta, ao ponto de atribuir-se-lhe a fundação da capela-mor, da qual ela e seu marido foram padroeiros. Era «toda de abobeda e estuque» .. «grande e magestosa com hum arco de pedra muito largo e alto, que a divide do corpo da Igreja».

Foi, pois, espalhando o bem na prática da caridade que D. Constança de Noronha adquiriu — segundo o *Agiologio Lusitano* — reputação de muito santa, que conservou por toda a vida.

A primeira Duquesa de Bragança, que Nuno Gonçalves fixou no «Tríptico do Infante», morreu no dia 26 de Janeiro de 1480. Guimarães chorou-a, e com razão. Pobres e ricos, irmanados no mesmo sentimento de dor, por largo tempo lamentaram a perda da que foi verdadeiro anjo tutelar de todos os que necessitavam de uma palavra de conforto ou de um amparo material. Eis porque não podia estranhar-se a auréola de santidade que desde logo envolveu a sua memória veneranda.

Foi sepultada na capela-mor da igreja de S. Francisco. Em romagem ao seu sepulcro concorreu, imediatamente, de todo o concelho «grande cópia e diversidade de enfermos, cegos, coxos, aleijados e outros de contagiosas doenças, que todos em continente cobraram perfeita saude».

De facto, durante anos sucessivos eram numerosas as pessoas que se abeiravam do seu túmulo, em súplicas ardentes, fervorosas, verdadeiramente impressionantes. Impetrava-se ainda, cheia de confiança, a sua protecção, como se a sua memória fosse recurso único para cura de toda a sorte de males físicos e morais.

Sobre o túmulo, encimado pela própria estátua jacente, hoje depositada no Museu Regional de Alberto Sampaio, foi gravado o seguinte epitáfio:

APHONSI DUCIS, HOC CONJUX
CONSTANÇA NORONHA
CONDITUR IN TUMULO

# O convento do Carmo de Guimarães

É o largo do Carmo um dos mais espaçosos de Guimarães. Embora, oficialmente, se chame de Martins Sarmento, em homenagem, bem justa, ao notável arqueólogo vimaranense e glória da cultura nacional, que naquele mesmo local viveu e morreu, a verdade é que prevaleceu, entre a maioria da gente da cidade, a sua antiga designação. Esta proveio-lhe do convento que, em honra de Santa Teresa, piedoso anónimo mandou erguer na extinta rua da Infesta.

Segundo o P.e Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, a primeira pedra do edifício foi lançada solenemente no dia 26 de Março de 1685. No dia 8 de Abril do ano seguinte já na igreja se celebrava a primeira missa. Contudo, só em 13 de Março de 1687, ainda, ao que parece, com o edifício por concluir, algumas donzelas tomaram o hábito de carmelitas, como recolhidas, por a essa data não estarem confirmadas religiosas. Para tanto, necessitaram de autorização do respectivo provincial da Ordem, Frei Pedro da Purificação. Estes factos passaram-se no tempo do Arcebispo Primaz D. Luís de Sousa, que tanto se evidenciou em Roma onde, como embaixador, defendeu o Tribunal do Santo Ofício, então calorosamente impugnado pelos cristãos novos.

O antigo convento do Carmo, em Guimarães

Só, porém, em 1704, já quando a cadeira primacial de Braga se encontrava ocupada pelo glorioso Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, foi recebida a Bula de

Clemente XI, autorizando aquelas recolhidas a tomarem o véu de religiosas carmelitas calçadas.

Parece ter sido por essa época que o novo convento trocou a sua primitiva invocação pela de S. José, cuja imagem se encontra na edícula superior da portada da igreja. Como, porém, em lugar de honra do altar-mor havia a imagem de Nossa Senhora do Carmo, o povo imediatamente começou a dar esta invocação ao convento e ao templo, e daí o nome porque a nova instituição ficou a ser conhecida.

Este convento, que tão grata memória deixou, foi extinto em 1834. Com a morte da última freira, ocorrida em 1850, passou para o Estado, que nele instalou o hospital do Batalhão de Caçadores 7, ao tempo aquartelado em Guimarães. A igreja, por sua vez, foi entregue à Confraria de Nossa Senhora do Carmo, nela erecta.

Após a morte de D. Pedro V, e como o edifício se encontrasse devoluto pela saída de Guimarães daquela unidade militar, houve a lembrança de honrar a memória da augusta esposa de tão saudoso monarca, instalando nele, com a denominação de *Asilo de Santa Estefânia,* uma instituição destinada a prestar assistência a meninas pobres.

Levada a pretensão junto do Governo, este deferiu-a, cedendo o convento para o fim em vista, mas a título precário, por Carta de Lei de 5 de Julho de 1862. Nele se alojou depois o Asilo, cuja criação definitiva se ficou devendo, em grande parte, à generosidade e aos esforços do prestimoso benemérito Francisco António de Almeida.

Esta modelar obra de assistência, que tanto honra Guimarães, é oficialmente conhecida por *Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia, Amor de Deus e do Próximo.* Tem estatutos próprios, reformados em 1936, e neles se consigna que se destina a «albergar, sustentar, vestir, instruir e educar na mais sã moral, dentro dos princípios fundamentais do Estado Novo, a infância desvalida do sexo feminino, preparando-a para, dignamente, formar a nova sociedade».

Em frente do convento ergue-se um elegante chafariz que, durante muitos anos, ornamentou o largo do Toural.

Data de 1583 e foi feito segundo risco de Gonçalo Lopes, mestre de pedraria, natural de Guimarães.

# O Liceu-Seminário de Guimarães

ENTRE os edifícios antigos de Guimarães, dignos de referência especial, figura o do extinto convento de Santa Clara, onde actualmente se encontra instalado o Liceu que teve como patrono o eminente arqueólogo e vimaranense ilustre que foi o Dr. Francisco de Martins Sarmento.

Está situado na rua Santa Maria, uma das mais típicas e curiosas artérias da cidade.

Atribue-se a sua fundação, em 1548, a Baltazar Andrade, Mestre-escola da Colegiada vimaranense, mas a primeira pedra do edifício só por ele foi lançada no dia 29 de Setembro de 1559. O acto ter-se-ia revestido do maior cerimonial, porquanto assistiram, além do Cabido local, o clero secular e regular e outras corporações religiosas de Guimarães.

No dia 12 de Agosto de 1562, entravam no convento as primeiras religiosas que, por sinal, eram filhas do próprio Baltazar Andrade e provinham do mosteiro de Santa Clara de Amarante: Helena, Joana e Clara Andrade.

Este convento estava sujeito, imediatamente, ao Arcebispo Primaz de Braga, que, por um Breve do Papa Clemente VIII, não podia subdelegar em qualquer outra pessoa a jurisdição da visita.

O *Agiológio Lusitano* apresenta-o como extremamente pobre, onde «padeciam as religiosas necessidades, ainda no preciso sustento». Narra, a propósito, com o fim de realçar as virtudes da primeira Abadessa, Soror Helena da Cruz, dois casos extraordinários ali passados, devidos à falta, respectivamente, de pão e de azeite.

Como a freira encarregada da despensa se lamentasse de não ter pão para dar à comunidade, a Abadessa tranquilizou-a, dizendo-lhe:

— Não se incomode, Madre, que achará todo o pão necessário para o jantar, no lugar em que costuma recolhê-lo.

De facto, indo ao armário, foi com manifesto regozijo e grandes louvores a Deus que encontrou todo o pão de que precisava.

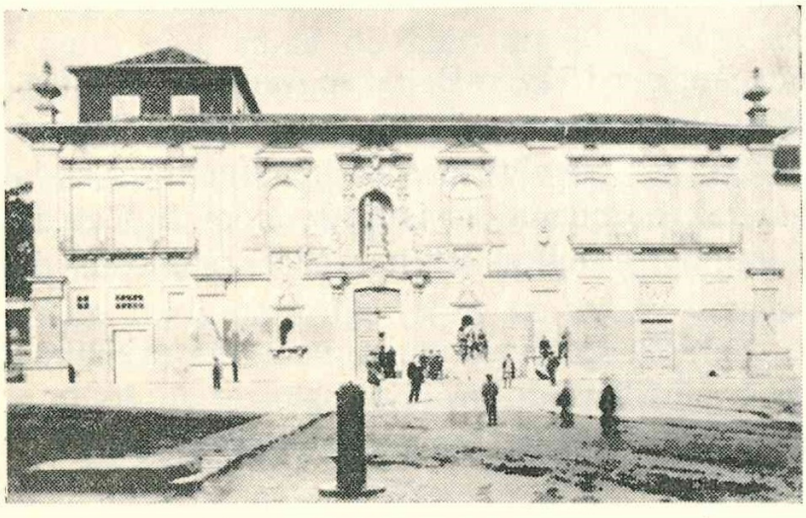
Com o azeite, o caso foi semelhante.

É claro que estes factos, se verdadeiros, teriam contribuido imenso para envolver a Abadessa num ambiente do mais elevado prestígio que permitiria aumentar o orgulho que a restante comunidade revelava pela regra seguida na instituição.

Lá que esta deixou boa fama de si, é inegável. Até em certas ocasiões era escolhida para retiro ou clausura de religiosas de outras casas, mesmo de Ordens diferentes, quando as circunstâncias impunham essa necessidade.

Helena da Cruz morreu em 4 de Agosto de 1590.

O convento de Santa Clara exerceu notável influência em Guimarães, pois tornou-se, pela compostura das suas religiosas, muito respeitado e estimado e até preferido pelas filhas das principais famílias que pretendiam ingressar na vida monástica.



O antigo convento de Santa Clara de Guimarães
(Gravura reproduzida de uma fotografia antiquada)

Possuia uma igreja bastante valiosa pelas obras de arte que encerrava, de entre as quais sobressaia finíssima talha policromada. Era azulejada e de tecto apainelado.

Uma pequena parte do seu precioso recheio encontra-se hoje no Museu Regional de Alberto Sampaio. A talha, porém, cedida, em tempos, para a igreja da Penha ardeu quando do incêndio que destruiu o santuário.

Lamentável foi que a igreja de Santa Clara não tivesse subsistido ao vandalismo a que a sujeitou uma época verdadeiramente iconoclasta. Bem merecedora disso era, especialmente pelas suas tradições religiosas, muitas das quais estavam ligadas à história da própria cidade de Guimarães. No mesmo local, foi, mais tarde, construido um ginásio...

O convento, a princípio de proporções modestas, foi melhorado e ampliado em épocas sucessivas.

Da fachada, em estilo barroco, destacava-se, ao centro, um nicho com a imagem de Santa Clara. Esta fachada foi executada, em 1741,

pelo mestre de pedraria José Moreira que já, em 1735, construira o claustro — interessante quadratura de dois corpos, de tipo acentuadamente clássico.

O convento de Santa Clara, que chegou a albergar sessenta e duas religiosas, teve a mesma sorte dos restantes do país: foi extinto em 1834. Em 1887, ainda ali residia uma freira a quem o Arcebispo Freitas Honorato, no dia 15 de Novembro, ministrou a comunhão quando ali celebrou missa, na extinta igreja.

Embora a Carta de Lei de 16 de Junho de 1848 autorizasse o Governo a extinguir as Colegiadas, as *insignes*, como a de Guimarães, eram mantidas. Contudo, por Decreto de 1 de Dezembro de 1869, foram todas suprimidas.

Evidentemente que esta medida radical causou a mais dolorosa impressão aos vimaranenses que na *Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira* tinham, e com justificada razão, um dos seus maiores titulos de glória.

Não faltaram representações ao Governo, tanto de entidades oficiais como particulares, valiosamente auxiliadas pelo Arcebispo Primaz D. António José de Freitas Honorato.

Apesar dos resultados de tudo isto se não terem feito sentir imediatamente, o entusiasmo dos vimaranenses não afrouxou. Persistiram sempre e ao cabo de vinte e um anos conseguiram o que desejavam.

De facto, por Carta de Lei de 14 de Setembro de 1890, o Governo era autorizado a conservar e a reorganizar a Colegiada, devendo, porém, aplicar-se uma parte dos seus avultados rendimentos à manutenção de um instituto de instrução pública e gratuita denominado *Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira* e destinado a preparatórios do Curso Teológico.

O quadro do pessoal seria constituido pelo Dom Prior, que presidiria e exerceria as funções paroquiais na igreja; e por dez colegiais, tendo sete o título de cónegos e os restantes de beneficiados. Àqueles e a um dos beneficiados era imposta a obrigação do ensino.

O Arcebispo, que disso ficara encarregado, elaborou os estatutos não só da Colegiada como do Seminário, os quais foram aprovados pelo Governo, em 30 de Setembro de 1891. No entanto, três dias antes eram nomeados os cónegos que automáticamente se encarregariam do ensino no Seminário. Este ficou instalado, em condições deficientíssimas, no edifício do Priorado. Mal dispunha de acomodações para o internato de dezoito estudantes quanto mais para aulas.

Em face disto, foi alugada uma casa no largo de S. Tiago, onde as aulas passaram a funcionar.

Ali se fez, em 29 de Novembro do mesmo ano, a inauguração do novo Seminário, a qual se revestiu do maior brilhantismo, pois ao acto assistiram Suas Majestades El-Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia, o Chefe do Governo, Conselheiro João Franco, o Arcebispo Primaz D. António José de Freitas Honorato e outras individualidades de acentuado relevo na vida da Nação.

A abertura das aulas efectuou-se no dia 7 de Dezembro, com cento e vinte e sete alunos matriculados nas diferentes disciplinas. Os sete cónegos professores eram: Dr. Manuel de Albuquerque, Dr. António Júlio de Miranda, Dr. Pedro Gonçalves Sanches, Dr. Manuel Moreira Júnior, Manuel José da Silva Bacelar, Alberto da Silva Vasconcelos e José Maria Gomes. O primeiro desistiu, sendo substituido pelo cónego António José Gomes Cardoso.

Não obstante o Seminário querer expandir-se, para, assim, corresponder à sua finalidade, não podia fazê-lo, tanto mais que a frequência aumentava.

Ora, como a sua maior tortura consistia, precisamente, na falta de instalações, um grupo de vimaranenses tomou a iniciativa de solicitar ao Governo, para sede de tão prestimoso estabelecimento de ensino, o convento de Santa Clara. Foram atendidos, por Decreto de 19 de Agosto de 1893.

Pouco depois, a propósito da reforma do ensino secundário, organizava-se, em Guimarães, um movimento a favor da transformação do Seminário em Liceu.

Realmente, por decreto de 16 de Setembro de 1896, eram satisfeitos os desejos da cidade, ficando, porém, o aumento da despesa a cargo da Câmara Municipal. Desta reorganização resultou o novo instituto passar a ser conhecido por Liceu-Seminário.

Foi-lhe dado, a seguir, novo regime de estudos, o que lhe criou indiscutível superioridade em relação aos restantes estabelecimentos congéneres do país. Desta forma, tinha a vantagem do seu curso de preparatórios ser válido para as carreiras civis.

Em consequência da Lei de 20 de Abril de 1911, que separava a Igreja do Estado, foi extinta a Colegiada e com ela o Seminário.

O Liceu continuou, porém, a cargo da Câmara Municipal. Foi elevado a Central em 28 de Agosto de 1917 e por Lei de 6 de Julho de 1921 passou para o Estado.

# Algumas curiosidades arcuenses

COM os elementos de que dispomos na ocasião, vamos coligir algumas notazinhas sobre os Arcos de Valdevez.

Todo o concelho é rico de curiosidades, tanto no aspecto histórico ou artístico como no etnográfico ou folclórico.

Embora tudo isto desse motivo a largas considerações, indo, por vezes, buscar-se-lhe a origem, passemos ao que objectivamente interessa.

O primitivo concelho ou *julgado* de Valdevez de que nos falam as *Inquirições* de Afonso III, era dividido em dois partidos: um a oeste, com o foral no Carvalho de Penela, em Jolda; e o outro a leste, com o foral nas Choças. Foi com a doação feita a Fernão Anes de Lima, fidalgo da Galiza mas que veio servir o rei português, que se fez a junção dos dois partidos.

— A freguesia de S. Tomé de Aguiã chamou-se, antigamente, da Gaia ou de Gaiam ou, ainda, talvez por corrupção desta última designação, de Guei, devido à torre que ali existe e que tinha aquele nome. Foi ela, segundo se diz, que deu a denominação à localidade. Em 1620, possuia-a Gonçalo Lopes de Aguiã.

Um descendente deste, Simão da Rocha e Brito, fidalgo da Casa Real, elucida-nos a *Corografia Portuguesa* que foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Na guerra da Restauração serviu nos postos de tenente de Couraças, capitão de Infantaria e sargento-mor e governador da praça de Valença. Depois, na chamada guerra da Liga, estando em Castelo Bom, atacou uma força de cavalaria inimiga, mas recebeu uma estocada que lhe provocou a morte. Este facto ocorreu em princípios de 1705.

Não chegou, pois, a receber a carta que a Rainha D. Catarina lhe mandou e que era concebida nos seguintes termos:

*Simão da Rocha. Eu a Rainha da Gran Bretanha, Infanta de Portugal no impedimento do Senhor Rey D. Pedro meu irmão vos envio muito saudar. Sendo-me presente o valor com que vos houves-*

*tes no encontro que tivestes com o inimigo junto ao lugar das Fontes, derrotando-o e pondo-o em fugida, e fazendo-lhe prezioneiros alguns officiaes e soldados: fuy servida mandar-vos agradecer o bem que obrastes, e espero continueis com o mesmo valor nas occasiões que se offerecerem, e que vos fareis digno da honra e mercê que desejo fazer-vos. Escrita em Lisboa aos 28 de Fevereiro de 1705.*

RAINHA

— Diz a tradição que o mosteiro de Ázere, de monjes beneditinos, foi fundado, em 568, por S. Martinho de Dume. Em 4 de Outubro de 1125, D. Teresa criou-lhe o couto, doando-o à Sé de Tui. Pôs nele um capelão com a obrigação de celebrar missa todos os dias por ela e pelos seus descendentes.

— Atribue-se a um abade do mosteiro de Sabadim a fundação do Paço de Giela. De Murilhões teria sido transferida para lá a torre que lhe fica anexa.

Pertenceu a Fernão Anes de Lima, que nele viveu. Seu filho, o primeiro Visconde de Vila Nova de Cerveira, aumentou-o e mandou plantar novo arvoredo na já densa mata que o cercava.

— Para não perder o sabor próprio, transcrevemos da *Corografia Portuguesa:*

«S. Salvador de Cabreiro, Abbadia dos Viscondes, rende com a annexa (S. João Baptista de Cistelo) seiscentos mil reis, tem duzentos e quarenta visinhos, e uma Aldea, que chamão Villela seca, aonde ordinariamente vive a gente muitos annos, e no tempo da primitiva Igreja, sendo inda quase gentios, como os filhos vião aos pays velhos em forma, que não podião trabalhar o que comessem, tomavão-nos às costas e os hião despenhar em huma lage escorregadia que vae chair no poço de Portocales no rio, que vem do Outeiro mayor, acima da ponte de Cabreiro».

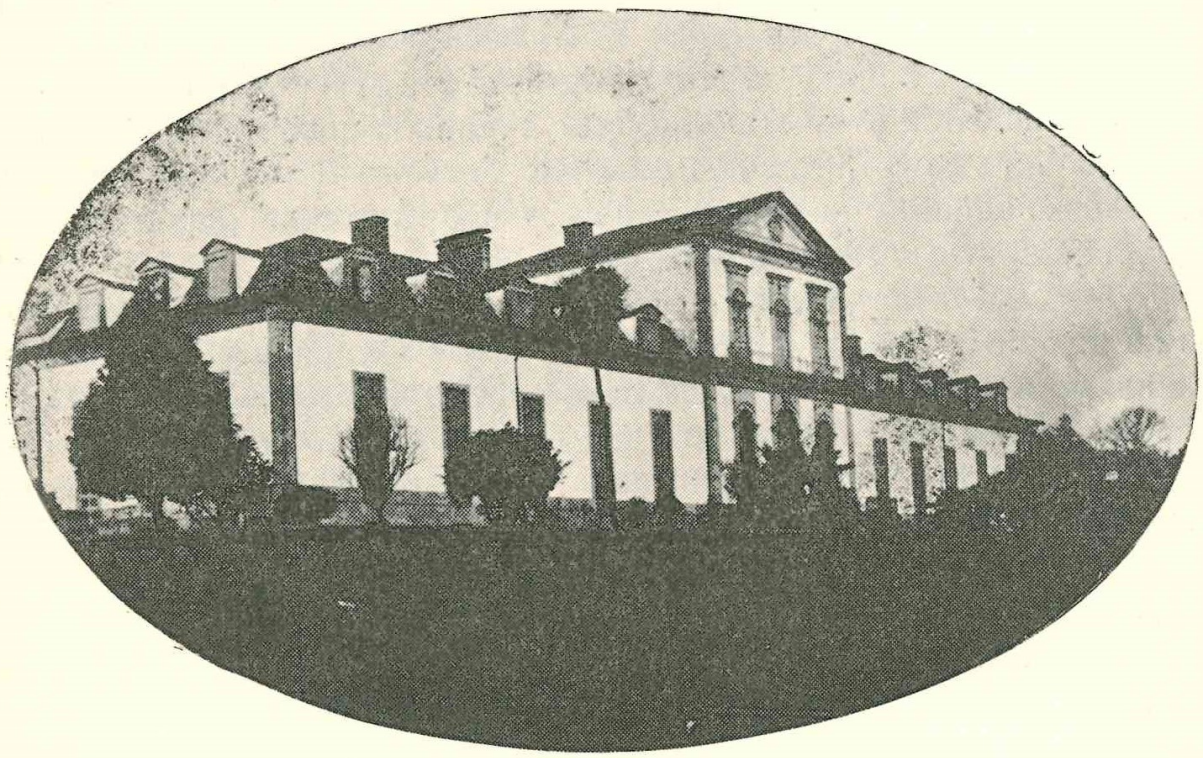
— Eis, nas suas linhas gerais, a lenda de Nossa Senhora do Couto de Ázere:

Certo homem da Galiza decidiu-se, por conveniencia própria, a residir em Portugal.

Quando, nesse sentido, tinha orientado a sua vida e estava prestes a partir, lembrou-se de que sempre viria para terra estranha, onde, por certo, não encontraria, com facilidade, a protecção de que pudesse carecer.

Para obstar a tudo isto, nada melhor — pensou — do que trazer consigo uma pequena imagem da Virgem com o Menino Jesus nos braços, existente na paroquial de Olelos, nos arredores de Tui, e pela qual ele tinha grande devoção.

Um dia, pôs-se a caminho de Portugal, e chegado à freguesia de Couto, nos Arcos de Valdevez, pediu pousada a um lavrador. Aí permaneceu algum tempo, e como recompensa deixou a imagem ao hospe-



Hospital dos Arcos de Valdevez

deiro. Este, por seu turno, ofereceu-a ao vigário, que, processionalmente, a transportou para a igreja.

Mais tarde, porém, o pároco de Olelos descobriu o paradeiro da imagem e intimou o de Couto a restituir-lha. Bem desagradável para este se tornaria tal facto, tanto mais que de dia para dia o culto por ela aumentava extraordinàriamente.

Por isso, mandou fazer uma cópia, de tal maneira perfeita, que o pároco de Olelos, ao qual foi remetida, a tomou como sendo a roubada. Esta daí por diante passou a ser conhecida por Nossa Senhora do Couto de Ázere.

— Arcos de Valdevez foi uma vila cujo progresso nunca conheceu hesitações.

Assim, em princípios do século XVIII já possuia, segundo o padre Carvalho da Costa, «huma Igreja Parochial da invocação do Salvador, que mandou fazer o Serenissimo Rey Dom Pedro o Segundo a todo o custo com os direitos do sal de que fez mercê a esta Villa, Casa da Misericordia com mil cruzados de renda, Hospital, o sumptuoso Templo do Espírito Santo, com huma illustre Irmandade de Clerigos, que passa de quatrocentos Irmãos, a antiga Capella de Nossa Senhora da Conceição, que fundou hum Abbade do Mosteiro de Sabadim, que nella está sepultado, a Capella de S. Braz, a da Santissima Trindade, e a do Patriarca S. Bento, imagem milagrosa, que serve de Igreja aos Frades Capuchos da Provincia de Santo António o qual convento se fundou no anno de 1678, à custa de Bento Cerveira Bayão, que com seu cuidado o adquirio no Brasil, nestas e noutras obras pias o repartio com liberal mão: residem nelle quinze frades.»

— Com o fim de a furtar à profanação dos árabes, que ameaçavam invadir terras dos Arcos de Valdevez, diz a lenda que alguém se lembrou de esconder, numa elevação coberta de árvores e penedos, a imagem de Nossa Senhora do Vale, que era tida por muito milagrosa.

Decorridos anos, encontrou-a um pastor que imediatamente a transportou para a igreja paroquial. A Virgem, porém, não queria ficar ali e por isso diversas vezes fugiu para o lugar da aparição.

Todavia, ao cabo de muitas súplicas, decidiu-se, então, a regressar à igreja, de onde nunca mais saiu.

# Uma figura intelectual de Ponte da Barca

COMO seu pai, chamava-se Manuel Bento da Rocha Peixoto e, como ele, era, também, formado em Direito. Simplesmente diferiram nas vocações, apesar de espiritualmente afins e integradas no mesmo princípio dominante: — Justiça. Assim, o primeiro dedicou-se à magistratura e o segundo optou pela advocacia. Mas, não há dúvida, tanto um como outro souberam enobrecer as funções. Elevação, dignidade, saber, devoção — tudo se conjugava nesses homens honrados que tinham tanto de eruditos como de modestos. E ninguém o diria, desprendidos, como eram, de vaidade, embora, pela inteireza de carácter, ciosos de uma personalidade que nem os mais sérios aborrecimentos da vida conseguiam abalar. E nesta simples maneira de proceder, aliás filha do próprio temperamento, via o povo uma virtude, que admirava com simpatia e ternura. Eis, sobretudo, porque eram respeitados e estimados.

Ora, ao cabo de várias andanças por terras de província, especialmente do Alto Minho, no desempenho da sua missão profissional, um dia — isto no penúltimo quartel do século passado — o magistrado Manuel Bento da Rocha Peixoto entrava, sem sabermos por que vias, na assanhada política da época.

Impunha-se, então, a quem o quisesse fazer, primeiro, ter dinheiro para gastar; e, segundo, dispor-se a comprometer os últimos cinco reis de casa, se necessário fosse, para a vitória da causa. Só assim, porque as lutas partidárias tudo levavam e as eleições ficavam caríssimas, os iniciados conseguiam manter-se... ou triunfar.

Fosse pelo que fosse, o nosso Dr. Manuel Bento da Rocha Peixoto tal acolhimento encontrou nessas novas esferas que decidiu... ficar. Em pouco tempo, era deputado. Mas — ai, Céus! — no intervalo das lides parlamentares a sua Casa do Outeiro, ali próximo da Ponte da Barca, passou a ser considerada panaceia para toda a espécie de males sociais e políticos do momento, desde os atrasos da mala-posta à demissão do Governador Civil.

Tudo ali caía: o magistrado e o comerciante, o sacerdote e o militar, o professor e o operário, o médico e o lavrador.

Ou levados em caleches, se ricos ou a darem-se ares de importância, ou em toda a sorte de alimárias — os meios de transporte mais adequados e mais utilizados da época — uns, com as pretensões mais justas e humanas, outros com os mais disparatados alvitres, este procurando vingar-se do regedor, aquele vociferando contra o pároco e exigindo a sua substituição imediata, a todos o nosso deputado atendia sorridente, quase paternalmente. Ouvia, ouvia, quando se tratava de queixas, para, depois, acabar por dar um conselho que, regra geral, era sempre seguido. Procurava, até, aplanar conflitos, chamando as partes, advertindo-as dos seus propósitos, para, finalmente, obter, como esperava, uma composição amigável.

Dr. Manuel Peixoto

Quando, então, lhe apresentavam assuntos mais graves, daqueles que envolviam política que só o Terreiro do Paço decidia, não prometia patrocinálos sem exame atento, feito no seu gabinete de trabalho.

Com esta forma de actuar, o Dr. Manuel Bento da Rocha Peixoto revelava-se um político hábil, conscienciosо, em quem, portanto, se podia confiar inteiramente a defesa de uma causa justa. Daí, o seu prestígio aumentar dia a dia, ao ponto de ser distinguido por Sua Majestade com a Carta do Conselho.

Maiores responsabilidades lhe advieram, por consequência. Basta dizer que a já afamada Casa do Outeiro deixara de ser, simplesmente, o facho que alumiava os passos da vila da Barca na marcha ascencional do seu progresso para se transformar no centro vital de todas as iniciativas que visavam ao engrandecimento não só do concelho mas de uma boa parte do Alto Minho. Problemas dos mais complexos, desde o social ao político, ou do económico ao religioso e para os quais nem sempre, de momento, se encontravam soluções satisfatórias, ali eram apresentados e debatidos, à luz da razão e da inteli-

gência, num ambiente calmo, sereno, cheio de elevação e honestidade, com prudente e insofismável espírito de justiça.

Era, pois, de uma actividade febril o aparato da Casa do Outeiro, quando o Conselheiro Rocha Peixoto se encontrava na terra natal, que mais tarde havia de consagrar-lhe a memória, dando o seu nome à principal artéria da vila.

Foi, portanto, neste ambiente agitado, tendo por base a política, que desabrochou e se desenvolveu a mocidade esperançosa do filho do ilustre homem público. Mas não obstante o vantajoso partido que daí podia tirar para o seu futuro — ao tempo era escolar de Direito em Coimbra — quer pelo prestígio do pai quer pelas inúmeras relações da casa, as melhores do Minho, a política não o seduzia. E, assim, concluida a formatura, abriu banca de advogado em Ponte da Barca.

Cedo conquistou fama que, rapidamente, se espalhou por muitas comarcas ao redor. Por isso, as mais importantes causas tiveram-no como patrono. Era, porém, no crime que mais se destacava.

Então, a influência romântica da época e a própria constituição judiciária, que obrigava, por vezes, a deliberar mais pelo sentimento do que pela razão, criavam-se momentos extraordinários de oratória fluente. Ao saber-se que ele intervinha nos debates, os tribunais apinhavam-se de curiosos ávidos de ouvi-lo. É que a par do advogado perspicaz, que sabia conduzir as causas a seu belo talante, havia, também, o intelectual brilhante a que uma bagagem literária, onde os clássicos tinham amorável lugar de relevo, dava foros de excepcional erudição. Por isso, as citações da lei encontravam sempre na sua palavra vibrante, a quebrar-lhe a secura ou a frieza de origem, imagens adequadas, transbordantes, por vezes, de fina ironia ou de profunda e cáustica observação. Isto não raro acontecia provocar-lhe reptos de eloquência dominadora, cujos ecos pairavam por largo tempo no espírito de quem o escutava.

Esta faceta tornara-o apreciadíssimo, independentemente do seu trato afável, revelado em cavaqueira amena à porta de um *Café* ou no ambiente austero de uma recepção oficial.

As musas bafejaram-no com veia poética de requintada sensibilidade. Produziu muito, que lia aos amigos. Mas só uma coisa ou outra, quando muito instado, por avesso a publicidade, ia parar às colunas de um jornal ou de uma revista. Não reuniu nada em volume, apesar de insistentes estímulos.

Ainda hoje, decorridos mais de cinquenta anos, se recordam, em

Ponte da Barca, algumas dessas inspiradas produções. Uma, sobretudo, marca pelo carácter de que se revestiu e pelo fim a que se destinou.

Foi feita para o teatro. Era um gracioso diálogo, de ligeira crítica à política local.

Um grupo de pessoas gradas da terra lembrou-se de organizar uma récita, cujo produto reverteria para a aquisição de um orgão destinado à igreja Matriz. João Lemos, ao tempo recebedor da Fazenda Pública, encarregou-se da elaboração do programa, do qual constava uma comédia que só agradaria desde que fosse desempenhada por gente já habituada a pisar o palco. Tal, porém, não se dava.

O Dr. Eduardo Cruz — espírito cintilante que, mais tarde, havia de ser Governador Civil dos Distritos de Braga e Viana do Castelo e professor dos mais cultos dos liceus de Gonçalo Velho e de Alexandre Herculano — não gostou e pediu ao Dr. Manuel Peixoto que escrevesse *alguma coisa* que pudesse valorizar o espectáculo.

Como, então, progressistas e regeneradores houvessem organizado a «Concentração liberal», da qual resultaram vereações municipais mistas, isto é, com elementos dos dois partidos, o Dr. Manuel Peixoto lembrou-se de aproveitar o assunto para o caso em questão. E se bem o pensou, melhor o fez. Encerrou-se num camarim do teatro e não saiu de lá enquanto não concluiu o trabalho.

Intitulou-o *Surpresa* e, de facto, verdadeira surpresa foi para toda a gente, especialmente para as personalidades alvejadas — um pároco tido e havido como perito consumado em falcatruas eleiçoeiras e um circunspecto funcionário municipal que na repartição executava toda a manigância política confeccionada por aquele.

O desempenho esteve a cargo do Dr. Eduardo Cruz e do José Pereira de Castro, que interpretaram admiràvelmente o papel de lavradores — tais eram as personagens — a apreciarem à porta de uma conhecida hospedaria as viragens da política da terra.

O êxito foi enorme, quer pelo desempenho, quer pela contextura da peça, de encantadora forma literária e de entrecho penetrante de observação e realidade. Até os próprios visados se mostraram aparentemente satisfeitos . .

Agora, uma nota picaresca como simples evocação desse caso passado há mais de meio século.

O espectáculo tinha sido iniciado por uma *abertura* do Dr. António Carneiro — ao tempo simples caloiro de Direito em Coimbra e que depois de formado ocupou diversos cargos, entre os quais o de Admi-

nistrador do Concelho de Ponte da Barca — que dissertou largamente sobre «A importância social e local do órgão». Isto valeu-lhe nada mais nada menos do que a alcunha de «O Orgão», pela qual passou a ser conhecido entre o elemento académico e até fora dele...

Mas o Dr. Manuel Peixoto (por interessante sucessão de nomes pai de outro Manuel Bento da Rocha Peixoto, distinto médico em Braga e, como ele, também poeta de apurada sinsibilidade) ainda deixou, no género, outra produção igualmente admirável. Foi uma revista a que pôs o nome de *Sua Excelência* e que tinha como assunto a visita oficial a Ponte da Barca de uma categorizada personalidade da política do distrito.

Ignoramos o paradeiro do respectivo original, mas do primeiro, isto é, da *Surpresa,* sabemos que avaramente o guarda, entre as suas mais gratas preciosidades, o Dr. Eduardo Cruz.

Estas representações — caso curioso pelo seu ineditismo na vila — nas quais entrou a fina flor da terra, fizeram-se sob as arcarias do mercado, improvizado, de momento, para o efeito. O pano de boca, figurando um açude do rio Vade, tinha sido pintado por um professor alemão chamado Klein, que acidentalmente residia em Ponte da Barca.

Evidentemente que sobre o Dr. Manuel Peixoto havia muito a dizer, especialmente no tocante à sua envergadura intelectual que bem se ajuntava com a física — avantajada, mas insinuante, realçada por uns olhos azuis, muito vivos, e por ondulada cabeleira loura que lhe dava certo aspecto nórdico.

Gostariamos, até, de transcrever algumas das suas produções, mormente aquelas que mais foram do seu encanto. Impossível, porém, fazê-lo porque no momento em que alinhavamos esta crónica carecemos desses indispensáveis elementos, pois, como dizemos atrás, ele nada deixou reunido em volume. Pode ser que um dia essa dispersa obra encontre o aconchego de uma edição especial que, então, a torne devidamente conhecida como, de facto, merece.

O Dr. Manuel Peixoto (era assim, que, vulgarmente, o tratavam) faleceu com quarenta e seis anos de idade em Ponte Barca, no dia 5 de Fevereiro de 1913. Já lá vão, portanto, quarenta e tres anos, mas a sua memória continua viva no espírito da terra que foi seu berço mas que também lhe havia de servir de túmulo, como ele, certamente, desejaria.

Do que foi a dolorosa impressão causada pela sua morte disseam-no largamente os jornais da época, sobretudo os do norte do país.

Então, *O Povo da Barca,* no seu número de 15 de Fevereiro desse ano, publica extensos panegíricos, firmados por individualidades do maior relevo nos meios social, político, intelectual e religioso do concelho.

Dele escreveu o Padre Alberto dos Reis: «O que era o seu valor apreciado pelo lado intelectual, dizem-no bem alto os maravilhosos requintes da sua eloquência nos discursos que pronunciava perante auditórios ávidos de ouvir mais e as lindíssimas produções literárias que tantas vezes publicou nas colunas deste jornal».

Ainda encarado pela mesma faceta, disse o Dr. António Lacerda: «As cintilações rutilantes do seu talento, maleável e ductil, iluminavam esplendorosamente todas as teses que este, a seu talante, abordava; e, triunfantemente, descrevia os problemas mais transcendentes e concretos em períodos de um aticismo modelar, polvilhados de uma graça arrendada e leve, que, num crescendo estonteador, se convertiam em eloquência leonina, toda de ímpetos demosténicos, vibrante e soberana como corrente impetuosa».

Com razão, portanto, o Dr. Manuel Peixoto era considerado a maior figura intelectual da região e não vai há muito que um jornal ao evocar uma pleiade de valores da época o considerava «o maior de todos».

Também nós o evocamos nestas sóbrias linhas, não porque o tivessemos conhecido mas unicamente pelo que dele já ouviamos contar, antes mesmo, de havermos apreciado alguns dos seus deliciosos versos.

Dele podemos dizer que parece ter assimilado bem as admiráveis tradições poéticas da terra onde brilhou como astro de primeira grandeza o glorioso Frei Agostinho da Cruz.

# Antiguidades cerveirenses

EMBORA seja povoação antiga, Vila Nova de Cerveira procurou, sempre, no decorrer dos séculos, desenvolver-se, engrandecer-se, dentro, evidentemente, das suas possibilidades. Então, nos últimos anos, o seu progresso tem sido evidente, tanto por iniciativa particular como pública. Desta forma, não há dúvida que bem actualizado está o nome que lhe deram e de que muito se ufana.

Se, porém, o progresso a impõe, especialmente no aspecto material, a verdade é que o passado a torna digna de bastante apreço.

Neste ponto, cingindo-nos à *Corografia Portuguesa,* que, a despeito de tudo, ainda é um manancial admirável de curiosidades, podemos, sem esforço, fazer uma crónicazinha sobre tão interessante vila do Alto Minho.

Assim, em princípios do século XVIII a povoação ainda conservava as primitivas fortificações, constituidas por um castelo rodeado de altos muros, guarnecidos por oito torres, com três plataformas e barbacãs.

A guerra da Restauração obrigou a defesa mais conveniente. Por isso, foi construida ao redor da fortaleza uma muralha com quatro portas, a saber: a da *Campanha,* com a capela de Santo António de Lourido, ficava em frente do forte de S. Francisco, feito na mesma época; a *Nova,* em comunicação com a estrada de Caminha, tinha anexa a capela dedicada a S. Gonçalo; a de *Trás da Igreja,* que ligava à antiga rua das Cortes; e a do *Rio,* voltada para a Galiza.

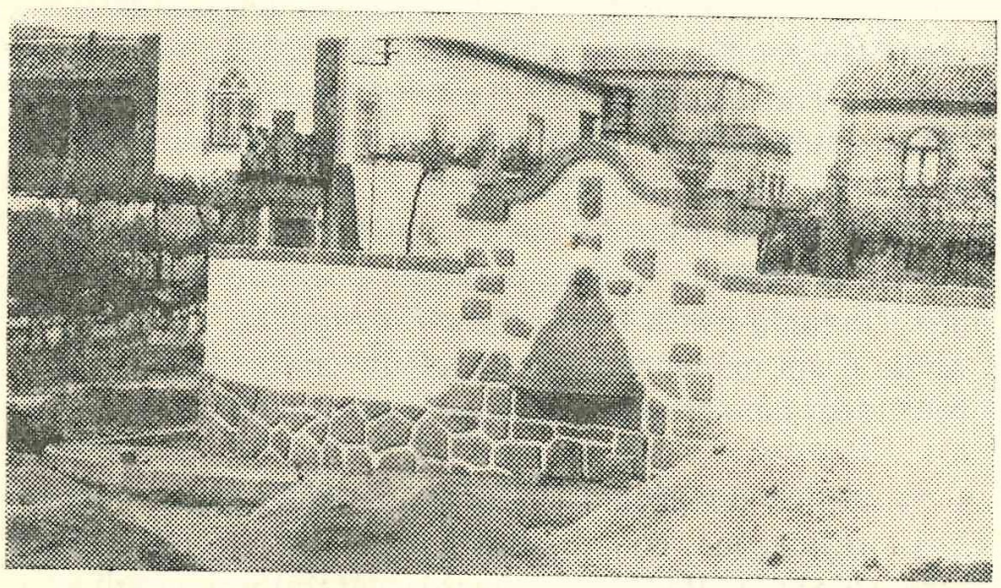
De tudo isto, ainda subsistem alguns restos, cuja demolição não se julgou necessária, não obstante a Câmara Municipal ter sido autorizada, em 1875, a apear os muros, a fim de a vila poder estender-se para o sul.

— A freguesia de Nossa Senhora do Reclamo de Lobelhe foi cabeça do *Arcediagado de Cerveira,* criado na Sé de Tui, no tempo em que todo o território compreendido entre os rios Minho e Lima pertencia, espiritualmente, àquele Bispado espanhol.

— A freguesia de S. Tiago de Nogueira foi couto da Casa de Bragança, à qual pagava de tributos, anualmente, cem mil reis.

Nela existiu a Torre de Nogueira, de que foram senhores João Nogueira e seu filho Gonçalo Anes Nogueira. Uma filha deste, chamada Guiomar Gonçalves, casou com Gonçalo Pires de Fafião, natural de Fafinhães, na Galiza. Fafinhães foi cabeça de viscondado, cujo título coube pela primeira vez a D. Fernando de Valadares, que governou a praça de Monção, depois da capitulação desta, em 1659.

— Na freguesia de S. João de Campos, houve o mosteiro de Santa Maria de Valboa, de freiras beneditinas. Parece terem sido seus fundadores os Silvas, que ali tinham solar e que descendiam de Paio Gutterrez da Silva, maiorino portucalense, por encargo de Afonso VI de Leão.



Entre os melhoramentos relativamente recentes de Vila Nova de Cerveira quadra-se bem no ambiente multisecular da terra este fontanário

— Em Santa Marinha de Loivo, houve, igualmente, um mosteiro da Ordem de S. Bento. Era dedicado a Santa Ana.

— O primeiro Viscondado que houve no país foi o de Vila Nova de Cerveira. Concedeu-o D. Afonso V, em 4 de Março de 1476, a D. Leonel de Lima, que foi alcaide-mor de Ponte de Lima e senhor da vila dos Arcos de Valdevez e de outras terras. Era filho segundo de Fernão Anes de Lima, fidalgo galego que veio para Portugal no tempo de D. João I, e de sua mulher D. Teresa da Silva.

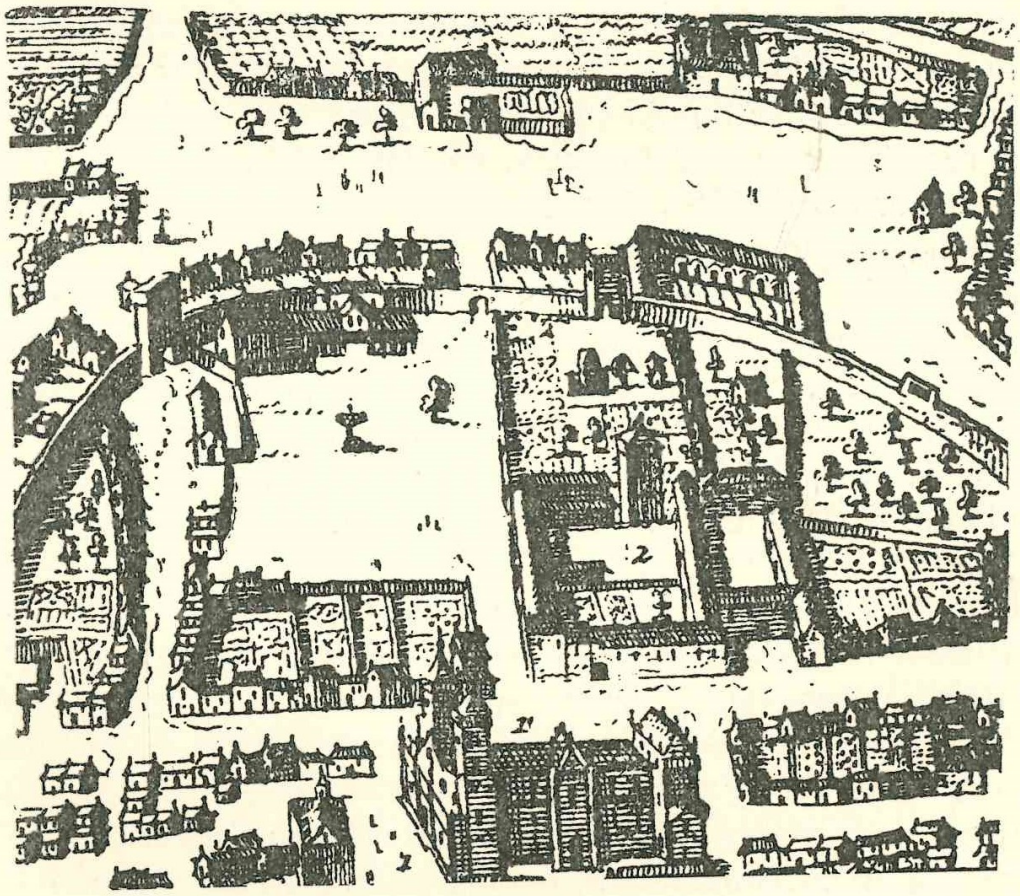
— A freguesia de Gondarém, dedicada a S. Pedro, chamou-se, outrora, *Mangoeiro,* por ter o seu assento na aldeia do mesmo nome. Diz-se que a sua actual designação a tomou de Gunderedo, rei dos normandos, que depois conquistou a Galiza e a governou três anos.

— Até 1622, Vila Nova de Cerveira teve, sempre, dois juizes, um nobre e outro plebeu. Naquele ano, reinando Filipe III, foi-lhe posto Juiz de Fora.

# Antiguidades bracarenses

A gravura abaixo, reproduzida de uma planta da época, mostra-nos uma parte da cidade de Braga, em 1715. Reinava, então, em Portugal D. João V e a Arquidiocese Primaz era governada pelo notável Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles.

Logo no primeiro plano e ao centro vemos a Sé, em frente da qual ficavam os Paços do Concelho, mandados construir, em substitui-



Uma parte da cidade de Braga, em 1715

ção de outros que existiam no mesmo local, pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. Datavam de 1518.

O edifício, de traça acentuadamente quinhentista, era, segundo determinação do próprio prelado, «de cantaria, de dois sobrados, com três entabelamentos e ameias de fora, e assentos para as audiências, e em cima armários para as escrituras e coisas da cidade; em baixo, um alpendre com dois arcos grandes a assentos de pedra para se vender pão». Na fachada principal tinha a imagem de Nossa Senhora do Livramento.

Situado no extremo norte da rua de D. Gualdim, separava-o da Catedral a antiga Praça do Pão.

Durante duzentos e trinta e oito anos serviu ao Senado Municipal como também no mesmo espaço de tempo os magistrados ali ministraram justiça.

Como a ruina o ameaçasse e se reconhecesse a necessidade de uns paços maiores, o Arcebispo D. José de Bragança mandou construir os actuais no antigo *Campo dos Touros,* hoje Praça Municipal. As obras iniciaram-se em 1753 para ficarem concluidas três anos depois.

Transferidos os respectivos serviços, o antigo edifício ficou abandonado, mas em 1772 foi emprazado. Por essa data, a imagem da Virgem recolheu à capela dos Reis, no claustro da Sé, de onde só em 8 de Dezembro de 1943 saiu processionalmente para ser colocada nos actuais Paços do Concelho.

Alguns anos decorridos sobre o referido emprazamento, os velhos paços eram demolidos, para aformoseamento do local.

Atrás da Sé, vê-se a rua do *Cano,* ou seja a actual de Nossa Senhora do Leite, de onde derivava a antiga rua de *S. Marcos* até à *Porta Oriental,* que ficava no largo de S. João do Souto. Esta artéria, mandada abrir por D. Diogo de Sousa, passou, mais tarde, a designar-se de S. João do Souto.

Ainda em frente à Sé, corria, do lado do norte, a rua dos *Burgueses,* de onde partia a da *Sapataria*, cujo prolongamento, até à *Porta de S. Francisco,* se chamava do *Campo.*

Em sentido transversal, lá estão as actuais ruas de D. Diogo de Sousa e do Souto.

A gravura mostra-nos, também, marcado pelo algarismo 2, o antigo Paço Arquiepiscopal. Para poente, estendia-se o espaçoso *Campo dos Touros*, limitado, à frente, pela rua do *Campo,* hoje incorporada na de D. Frei Caetano Brandão; ao norte, pela muralha da cidade; a nascente, pela rua dos Gatos, ou sejam as actuais ruas da Misericórdia e de Santo António da Praça; e a sul, pelos prédios ali existentes.

É claro que nós estamos a dar a traços largos uma ideia de tudo isso, se bem que sobre o assunto muito houvesse que dizer.

Vejamos, agora, a muralha.

Reduzida a um montão de ruinas pelos árabes, a cidade só no tempo do Conde D. Henrique começou a ressurgir.

Como necessidade imediata, impunha-se uma linha de defesa que a pusesse a coberto de qualquer eventualidade. Assim teria pensado, certamente, o Conde D. Henrique, preocupado, como andava, com a ideia de tornar autónomo o território que governava. Contudo, só no reinado de D. Diniz a defesa de Braga passou a constituir uma realidade séria, que, depois, o rei D. Fernando havia de completar. Este monarca, empenhado na defesa do reino, devido às guerras entre Portugal e Castela, não só consolidou como, ainda, beneficiou consideravelmente tudo quanto o Rei Lavrador havia feito.

Vinham, pois, desse tempo as muralhas que, durante séculos, cingiram Braga, e das quais ainda hoje se conservam alguns lanços, embora ocultos.

Partindo do Arco da Porta Nova, estendiam-se pela rua dos Biscainhos, Campo da Vinha, rua da Fonte da Cárcova (hoje dos Capelistas), Alpendres da Porta do Souto (actual Arcada da Lapa), ruas de S. Marcos e dos Anjos, Campo de S. Tiago, rua do Alcaide, largo de S. Sebastião, Avenida de S. Miguel-o-Anjo para, novamente, ligarem ao referido Arco. Tinham, pois, um perímetro de 1527 varas, equivalentes a 1679 metros e 70 centímetros.

Estas muralhas eram flanqueadas por enormes torreões ameiados, dos quais ainda restam o da Porta Nova, o de S. Sebastião e o da Senhora da Torre. Aos torreões correspondiam portas, sendo estas as seguintes:

*Porta Nova,* mandada abrir por D. Diogo de Sousa, em 1512. Sobre ela erguia-se uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Boa-Nova. A expensas do rei D. José, foi substituida pela que ali se encontra, encimada pela figura de Braga, que durante bastantes anos esteve sobre os Alpendres da Porta do Souto.

*S. Francisco*, assim designada por sobre ela haver um nicho com a imagem do mesmo santo e ainda por dar comunicação com a estrada ou caminho que ligava a cidade ao convento franciscano de Dume.

*Santo António,* no alto da qual havia um nicho dedicado ao glorioso Taumaturgo português.

*Souto,* que ficava no actual largo do Barão de S. Martinho e foi demolida em 1853.

*S. João* ou *Oriental,* que tinha uma imagem da Virgem e estava situada, como dizemos atrás, no largo de S. João do Souto, entre as actuais ruas de S. Marcos e do Anjo.

A Câmara mandou-a demolir em 1867.

*S. Tiago,* que substituiu a passagem através da torre que lhe fica contígua. Mandada abrir pelos Padres Jesuitas do Colégio de S. Paulo, ficou, também, a ser conhecida por do *Colégio.*

Sobre o Arco, ainda hoje se encontra a seguinte inscrição:

LOVVADO SEIA O SAN
TISSIMO SACRAMENTO
E A IMMACVLADA CON
SEISAO DA VIRGEM
NOSSA. SRA. CONCE
BIDA. SEM PECADO
ORIGINAL 1715

*S. Bento*, assim chamada pela imagem do mesmo santo que nela havia. Ficava no largo de S. Sebastião.

*Ajuda* ou de *Maximinos*, com um nicho dedicado à Virgem. Erguia-se ao cimo da Avenida S. Miguel-o-Anjo. Havia, também, o postigo de S. Sebastião, que até aos princípios do século XVII ligava a cidade às estradas do Porto e de Guimarães.

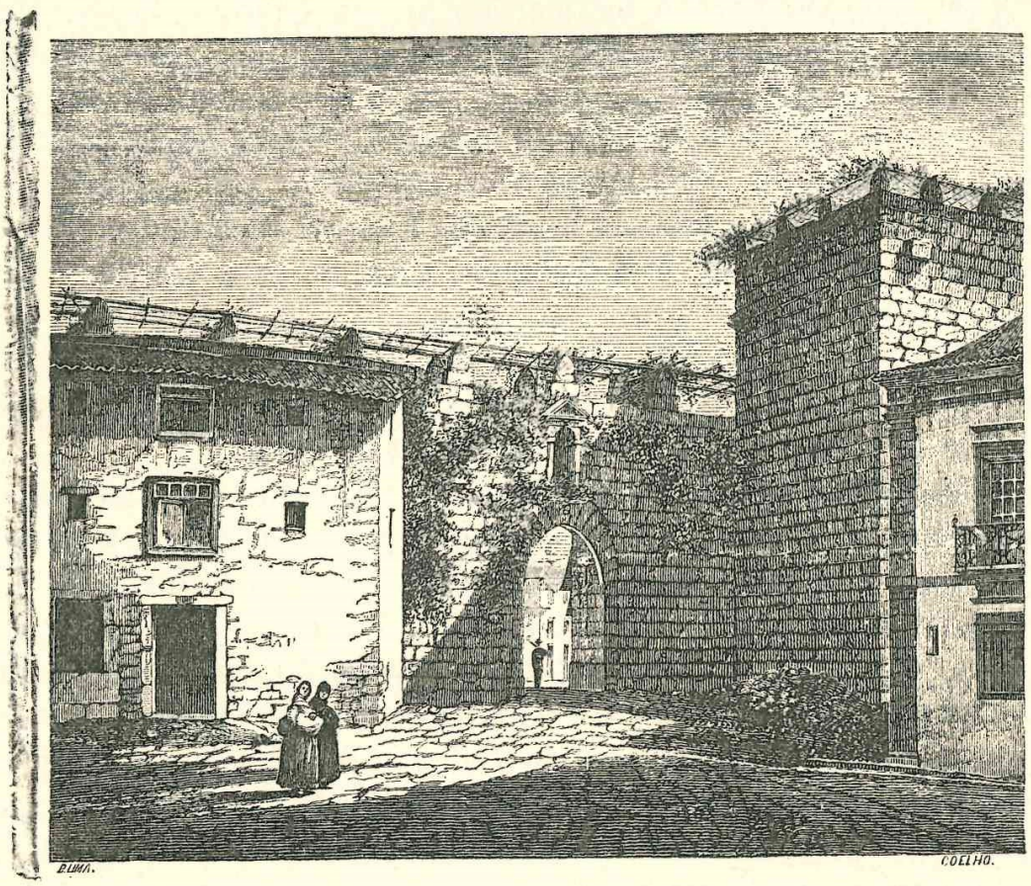
A gravura que publicamos mostra-nos o lanço desde a rua dos Biscainhos até à dos Capelistas. Abrange, portanto, todo o Campo da Vinha, que se estende em frente.

Nela se vêem a torre e a porta de S. Francisco e a porta de Santo António. Acima desta, mas pelo exterior, ficava, como a gravura mostra, o demolido Seminário de S. Pedro.

Foi mandado construir, em obediência a resolução tomada no Concílio de Trento, pelo Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que tomara parte naquela magna assembleia, aberta em 1545 e encerrada dezassete anos depois.

Após o seu regresso a Braga, o insigne prelado procurou dar imediatamente cumprimento às determinações do Concílio, as quais, de uma forma especial, visavam a opor uma barreira ao avanço do protestantismo. Impunha-se, no entanto, a reforma de determinados princípios, tendentes a um prestígio maior da Igreja Católica. Entre eles figurava o da conveniente preparação moral e intelectual do clero.

Por isso, D. Frei Bartolomeu dos Mártires pensou na construção do seu seminário. Bastantes e sérias dificuldades iria encontrar para o fazer. No entanto, a tudo obviou e de harmonia com as deliberações de Trento conseguiu os recursos indispensáveis por meio de uma contribuição de dois por cento sobre os rendimentos líquidos das igrejas e



O demolido Postigo de S. Sebastião

mosteiros do Arcebispado, à excepção das Comendas da Ordem de Malta e dos Conventos das Ordens Mendicantes.

Por sua vez, o próprio prelado dispensou, para as obras, uma parte das suas rendas e dotou a nova instituição com trezentos cruzados, quantia considerada importante nessa época.

Foi assim que D. Frei Bartolomeu dos Mártires pôde satisfazer tão grande aspiração.

A obra iniciou-se em fins de 1571 ou princípios de 1572. Tão grande incremento levou que já em Outubro deste ano pôde recolher bastantes colegiais destinados ao sacerdócio.

Este seminário — o primeiro que se construiu na Península — tinha um claustro com uma varanda ladrilhada assente sobre doze arcos de

pedra. As traseiras do edifício ficavam, portanto, encostadas à antiga muralha. Durante mais de três séculos serviu aquele casarão às piedosas intenções de D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

Como o seminário já funcionasse em condições demasiado precárias, o Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa solicitou ao Governo autorização para o instalar no antigo Colégio de S. Paulo, devoluto pela saída, em 1878, das religiosas ursulinas que o ocuparam desde 1785.

Satisfeito o pedido do prelado, a transferência fez-se, solenemente, em 14 de Outubro de 1880, ficando o seminário velho práticamente inaproveitável. Passou, dois anos depois, à posse do Estado. Em 1884 funcionou nele o Asilo de Mendicidade, recentemente criado, e pouco depois era demolido.

No lado oposto ao edifício em referência, vêem-se já, na gravura que nos orienta, as primitivas instalações do extinto convento do Salvador, junto ao qual existiu um cemitério luso-romano.

A respeito desta instituição religiosa, vamos transcrever parte de uma crónica da série que, sob o título genérico de *Braga de outros tempos...*, publicamos, há anos, no diário bracarense « *Correio do Minho* » :

« Situada no monte de Bulhente, junto à foz do rio Âncora, existia um mosteiro, dedicado ao Salvador. Era habitado por freiras beneditinas, e a sua fundação datava de tempos já bastante recuados.

No ano 1187, D. Nuno Soares Velho transferiu de Bulhente para o Convento de Vitorino das Donas, em Ponte do Lima, localidade onde tinha o seu solar, aquelas religiosas, para o que fez desalojar do edifício os monges beneditinos que o ocupavam, ao que parece, desde o século IX. A estes foi-lhes dada a residência de Bulhente.

Em Vitorino das Donas se conservou a comunidade durante mais de quatro séculos, apesar da rudeza do local e de certas vicissitudes a que estava sujeita.

A partir, porém, de determinado momento, o bom senso parece ter faltado naquela residência e daí o abalo profundo que o seu prestígio sofreu.

Sabedor destas irregularidades, o Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, que governou a Igreja Bracarense de 1588 a 1609, pretendeu transferir as freiras para Braga, escudado, ainda para mais, nas determinações do Concílio de Trento que impunham aos Prelados a obrigação de mudarem os conventos de religiosas, situados em lugares ermos e expostos ao roubo e às inconveniências, para outros devidamente

povoados, dentro das cidades ou vilas. Para isso importava, evidentemente, a construção de um edifício adequado.

Lançado o plano, mandou expô-lo, pelo seu coadjutor D. Jorge Queimado, Bispo de Fez, às freiras de Vitorino das Donas, que o aceitaram sem reservas, pelo menos aparentemente...

A seguir, comprou, em 1592, a Diogo Madureira e a sua mulher Maria de Barros, duas moradas de casas, com as respectivas cercas, no Campo da Vinha. Mais tarde, começaram as obras que se prolongaram por oito anos.

Pronto o convento, também dedicado ao Salvador, grande surpresa foi para D. Frei Agostinho de Jesus saber que as freiras mais novas se recusavam, sob pena de despirem o hábito, a virem para Braga. Alegavam que o edifício não tinha a capacidade necessária, que lhe faltava a água, que o Arcebispo se comprometera a fazer um convento novo e afinal se limitara a adaptar casas velhas ao fim em vista.

Pacientemente, D. Frei Agostinho de Jesus tentou demovê-las da sua teimosia. Mas elas, em número de 21, contra 17 que pretendiam acatar as ordens do prelado, tudo fizeram para evitar a sua vinda para Braga. Chegaram, até, a dirigir exposições ao Cardeal Alberto, Governador do Reino, e ao próprio rei D. Filipe. O soberano, porém, entendeu que as ordens de D. Frei Agostinho de Jesus deviam ser cumpridas, e assim determinou que a força pública prestasse ao prelado o auxílio de que possivelmente carecesse.

O próprio Arcebispo, acompanhado de um desembargador do Porto e de homens armados, dirigiu-se a Vitorino das Donas, mas as freiras mais teimosas se mostraram e por todas as formas impediram que o prelado entrasse no convento. Então, foram as portas arrombadas a machado, mas assim mesmo as religiosas encerraram-se no coro onde se conservaram três dias, não obtante as pacientes exortações do Arcebispo que a todo o transe queria evitar o emprego da força. Ao cabo deste tempo, deram-se por vencidas, decidindo-se, finalmente, a acatar as ordens de D. Frei Agostinho de Jesus. Vieram, então, para Braga, dando logo entrada na sua nova residência.

O edifício foi mais tarde ampliado com um dormitório e com a casa dos capelães, obras estas que se concluiram em 1734.

Foi primeira abadessa deste convento, D. Isabel da Silva, que em Vitorino das Donas ocupava o cargo de sub-prioresa. A última abadessa foi D. Teresa Máxima do Espírito Santo, natural do Porto e que

faleceu em 5 de Fevereiro de 1893. Jaz no cemitério do Monte de Arcos.

Com o falecimento desta religiosa, o Estado tomou conta do prédio que foi doado, depois, ao Asilo de Mendicidade.

Não se tratava, positivamente, de um edifício majestoso, imponente. Não. Como se vê na própria gravura, tinha até linhas bem singelas e modestas e o que mais o valorizava era a sua apainelada capela, como ainda hoje se conserva interiormente.

Esta capela foi mandada fazer pela quarta abadessa do convento, D. Maria de Almeida, como se inferia da seguinte inscrição da porta de entrada:

SALVA NOS SALVATOR MUNDI
DE VICTORINO AVGVSTINVS TRANSTVLIT OLIM. 1602
STRVXIT AB ALMEYDA DOMNA MARIA MODO 1616

Só em 1908 o antigo edifício do Salvador deixou própriamente de existir, pois em sua substituição a generosidade do Conde de Agrolongo fez erguer, no mesmo local, o prédio onde se encontra instalado o Asilo que tem o nome deste benemérito.

As obras, sob projecto e direcção do Arquitecto João de Moura Coutinho, iniciaram-se em 14 de Fevereiro daquele ano e terminaram em Março de 1914».

A nascente do mesmo campo, vê-se na gravura a capela de Nossa Senhora do Amparo. Era muito antiga, pois já em 1616, ao fundar-se a respectiva irmandade, se pretendia ampliá-la.

Reconhecendo a Câmara a necessidade da sua demolição, assim o requereu ao Arcebispo D. Gaspar de Bragança — um dos célebres «Meninos de Palhavã», filho legitimado de El-rei D. João V — que autorizou. Em face disto, a imagem de Nossa Senhora do Amparo foi trasladada, processionalmente, para a capela de S. Geraldo da Sé, no dia 7 de Junho de 1769. A demolição da capela fez-se a seguir.

A gravura não nos localiza, também no Campo da Vinha, o convento do Pópulo, que já existia desde fins do século XVI, pois a primeira pedra fora lançada no dia 3 de Julho de 1596.

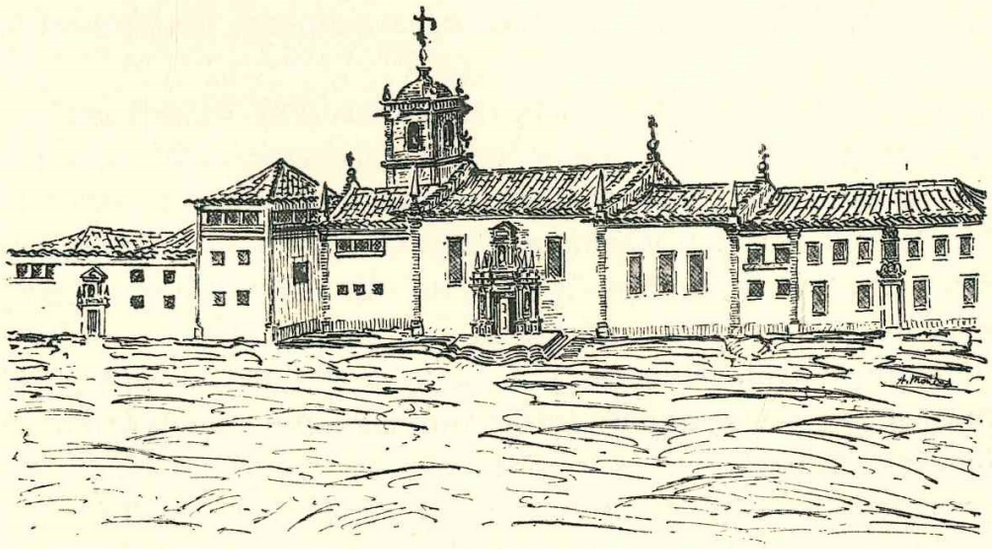
Ficou a dever-se ao Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, que foi um dos mais notáveis prelados que ocuparam a igreja primacial de Braga.

Segundo se escreveu, era desejo deste Arcebispo mandar construir, na Sé, uma capela para sua jazida, mas o Cabido opôs-se.

Não obstante várias diligências, os cónegos mantiveram-se renitentes pelo que D. Agostinho de Jesus resolveu fundar um convento, cuja igreja lhe veio a servir de sepultura.

O local escolhido foi o Campo da Vinha, ao tempo conhecido por *Vinha de Santa Eufémia,* onde, para o efeito, em 7 de Janeiro de 1595, o Arcebispo comprara, a António da Fonseca, duas casas com quintais. Desta forma, D. Agostinho de Jesus dava pronta «resposta» ao Cabido da Sé.

Após as diligências necessárias, Dom Frei André Finisano, prior Geral da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, passou em Roma,



O antigo convento do Salvador

com data de 23 de Outubro de 1595, a respectiva licença de erecção, construção e dotação. Por sua vez o Capítulo Provincial da Ordem, reunido, em Coimbra, no dia 20 de Maio do ano seguinte, decidia aceitar e incorporar na sua regra o convento com as obrigações impostas pelo fundador, entre as quais constavam missas quotidianas por si, por seus pais e pelo rei D. Filipe, que lhe dera o Arcebispado; e ainda um Ofício de nove lições em sufrágio das almas dos prelados de Braga.

Posto isto, D. Frei Agostinho de Jesus lançava, no dia 3 de Julho, a primeira pedra do novo convento, que passaria a denominar-se de Nossa Senhora do Pópulo.

Outra versão, exposta pelo próprio Arcebispo nas provisões de união das igrejas de Semelhe e de S. Paio de Pousada à nova instituição, diz-nos que D. Frei Agostinho de Jesus se decidira a fundar o

convento a fim de nele preparar convenientemente prégadores, cuja falta era bastante sensível em toda a Arquidiocese, pelo facto de em Braga não haver escolas de Teologia Dogmática. Para tanto, além dos rendimentos daquelas igrejas, o prelado dotava, também, a sua fundação com vinte e quatro mil cruzados. Reconhecendo, porém, que esta dotação era insuficiente não só para a sustentação do convento como das duas cadeiras de Teologia Dogmática que nele criara, uniu-lhe mais as igrejas de Santa Eulália de Godinhaços, Santa Leocádia de Briteiros e Santo Estêvão de Regadas.

Por um motivo ou por outro, a verdade é que Braga foi dotada com uma instituição monástica que sobremaneira honrou a cidade.

E, então, no tocante a instalações, foram das maiores e das mais completas.

Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, e colocado em Braga o Regimento de Infantaria n.º 8, foi neste edifício que sempre permaneceu tão prestigiosa unidade militar.

Para serviço do convento havia uma igreja, de linhas simples, e da qual só existe hoje a torre, por sinal sem cúpula em consequência de uma faísca lha haver destruido.

Este templo foi totalmente reformado, pelos fins do século XVIII, sob risco do arquitecto Carlos Amarante, natural de Braga, a quem a cidade ficou devendo construções notáveis como a igreja do Bom Jesus do Monte e a fachada do Hospital de S. Marcos.

A nova igreja do Pópulo, de pura renascença, encerra valiosa obra de talha e magníficos azulejos do grande artísta António de Oliveira Bernardes, que foi muito justamente considerado um dos maiores azulejistas do seu tempo.

Para a sua edificação foi utilizada a pedra de um dos torreões que defendiam as antigas muralhas.

Por essa época, também o convento foi consideràvelmente ampliado.

Na capela-mór, jaz o próprio fundador que, após o seu falecimento e conforme vontade expressa, havia sido sepultado na igreja velha. No seu túmulo, gravaram-lhe a seguinte inscrição:

D. FREI AGOSTINHO DE JESVS
EREMITA DE SANTO AGOSTINHO
ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA
FVNDADOR DESTE CONVENTO
FALECEV EM 25 DE NOVEMBRO DE 1609

Em frente do túmulo de D. Agostinho de Jesus encontra-se o do seu imediato sucessor na cadeia primacial de Braga, D. Frei Aleixo de Menezes, igualmente eremita de Santo Agostinho. Foi Vice-Rei e Presidente do Conselho de Portugal e Arcebispo de Goa. Faleceu, com cheiro de santidade, em Madrid, no dia 2 de Maio de 1617 e cerca de quatro anos depois trasiadaram-no para Braga. Aberto o túmulo no dia 20 de Maio de 1726, foi, de facto, encontrado incorrupto, embora incompleto, o corpo deste Prelado; tinham-lhe retirado já, certamente para *Relíquias*, a cabeça, os pés e dois dedos da mão direita.

D. Frei Aleixo de Menezes teve como coadjutor, em Braga, Frei António dos Santos, também religioso de Santo Agostinho. Foi confirmado por Paulo V, que lhe deu o título de Bispo de Nicomédia. Faleceu, em 10 de Outubro de 1641, no convento do Pópulo e jaz na sacristia da igreja.

São em número bastante elevado as *Relíquias* existentes neste templo. Entre elas apontam-se, duvidosamente ao que parece, as de Santa Susana, irmã de S. Victor e, como ele, natural de Braga.

Anexa ao convento, havia uma enorme cerca de rendimento e recreio, a qual se estendia pela parte do norte. Além de pomares e hortas tinha água em abundância que alimentava diversas fontes de feição artística, entre as quais a do Boi, a da Barquinha, a do Menino de Jaspe e a da Estrela. Na mesma cerca, que actualmente constitue, em grande parte, propriedade particular, havia um santuário representando os Passos da Paixão e uma capela dedicada ao Senhor Crucificado.

Em quase dois séculos e meio de existência, o convento do Pópulo prestou à cidade e à Arquidiocese os mais assinalados serviços. Contribuiu eficazmente para o prestígio da Religião não só pelas virtudes e talento dos seus monges como pelo culto que na igreja se exercia; e auxiliou valiosamente a formação do clero, pois durante largo tempo era ali que os alunos do Seminário Diocesano recebiam lições de Teologia.

Em matéria de ensino, registemos, ainda, o facto de, no convento do Pópulo, terem existido duas cadeiras públicas, abertas em 1780: uma de Ler e Escrever e outra de Gramática.

As próprias artes também mereceram a atenção desta casa monástica. Haja em vista, por exemplo, uma tipografia que os frades possuiram e na qual foi impressa, em 1635, a *Sylva de suffragios* de Frei António da Natividade, professor de Teologia no mesmo convento.

E para rematar estas considerações acerca do extinto convento do Pópulo que, sem dúvida, foi uma instituição rica, recordemos que uma das festividades mais populares ali celebradas, fazia-se em honra de S. Nicolau Tolentino.

Nesse dia, e logo que terminassem as cerimónias, os frades distribuiam pelos fiéis os chamados *bolinhos* ou *pães* do Pópulo que levavam estampada a figura daquele Santo.

E com isto damos igualmente por finda a ligeira evocação que fizemos de uma insignificantíssima parcela das antiguidades bracarenses.

# Viana do Castelo

QUE volume enorme, ou volumes, não formariam todas as referências, vindas até hoje nos mais variados géneros de publicação, a respeito de Viana do Castelo! Seria um repositório admirável, soberbo, rico de pormenor e de interesse, porque dificilmente se encontrará terra do país que disponha de tão vasta bibliografia.

Quantos e quantos escritores dela se não têm ocupado, espalhando, ao largo e ao longe, em prosa de estilo ou verso apurado, todas as facetas da sua história multisecular! Seria um nunca mais acabar se tentássemos enumerá-los. Só isto já constituiria obra de tomo.

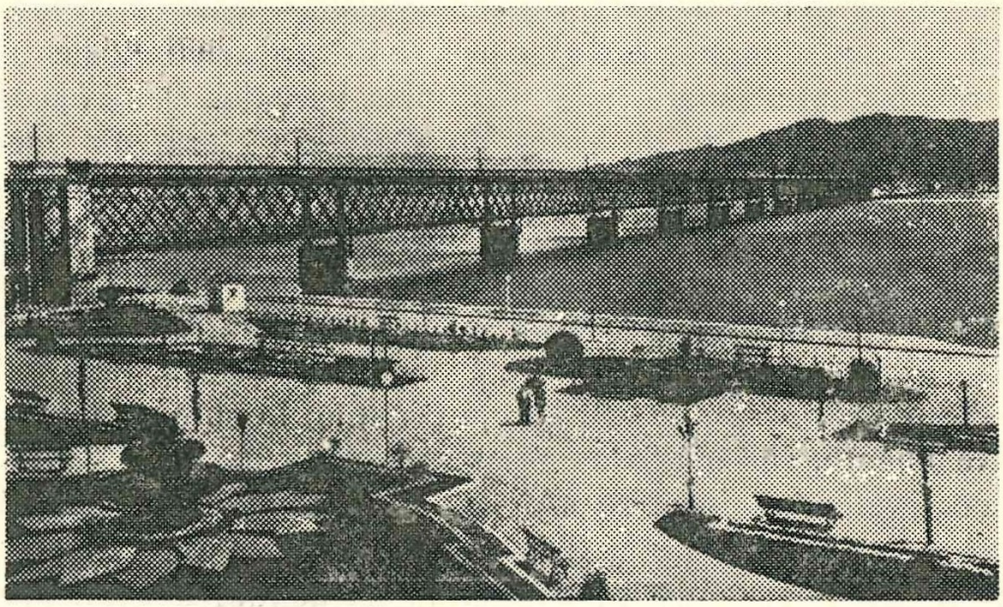
Realmente, são múltiplos os aspectos que suscitam a curiosidade de quem pretenda dispor-se a dedicar à formosa *Princesa do Lima* algumas palavras de apreço pelo seu passado e pelo seu presente, desde esses tempos lendários da sua fundação até à actualidade, tão prenhe de realizações como de anseios.

Dizem-na obra dos galo-celtas, pelo ano de 296 antes da Era de Cristo, lá no alto desse miradouro soberbo que é o monte de Santa Luzia. No entanto, desses longínquos tempos, nada de concreto se apura, pois tudo se perde em simples hipóteses. Mais tarde, ter-se-ia espalhado pela encosta, descendo até ao vale, que passou a agricultar e a tornar-se o seu difinitivo assento. Mas o mar e o rio atraiam-na e vá de tirar deles todo o partido ao seu alcance. Transformou-se, então, numa povoação essencialmente marítima, com todas as actividades inerentes a essa rendosa exploração. Simultâneamente criava o seu comércio e a sua indústria, destacando-se, daquele, o que estabeleceu com o exterior; e desta a instalação dos estaleiros que, a breve trecho, se tornavam famosos.

D. Afonso III deu-lhe foral e em 1263 ordenava a construção de uma praça forte que a protegesse das constantes devastações a que estavam sujeitas as povoações fronteiriças.

Embora logo iniciadas, as obras não levaram aquele ritmo que seria para desejar, pois só em 1374 ficaram concluidas.

Desta forma, a vila passou a dispor do elemento mais valioso a que aspirava para sua defesa. Era constituido por altos e espessos muros, dotados de cincos portas: a de S. Tiago, a de S. Pedro, a de S. Filipe, a de Nossa Senhora da Vitória e a de S. João. Nestas designações estava uma boa parte da crença local, aquela crença a que sempre se acolheu quer em momentos de angústia, como bálsamo



A ponte sobre o Lima, em Viana do Castelo, notável construção da Casa Eiffel de Paris. Está assente em nove pilares, cujas fundações chegaram a atingir 22 metros. Com dois tabuleiros, sendo o inferior destinado ao Caminho de Ferro, mede 563 metros de comprimento por 6 de largura. Foi inaugurada em 30 de Junho de 1878

precioso, quer, sobretudo, como radiosa esperança numa vida de prosperidade maior.

Com efeito, graças à sua tenacidade e também à sua fé, conseguiu desenvolver-se, engrandecer-se, criando uma posição de relevo que já nos princípios do século XVII lhe dava foros de grande centro comercial e marítimo.

É certo que circunstâncias várias por vezes a abalaram, sem, contudo, diminuirem o seu desejo de triunfar, de vencer. Por isso, conseguiu alcançar os seus objectivos, concretizados na grande cidade do presente, uma das mais formosas e das mais cantadas do país.

São de sobejo conhecidos os encantos que a exornam, desde essa maravilhosa estância de Santa Luzia, de onde se disfruta um dos panoramas mais completos de Portugal, até aos trajos das suas laboriosas

camponesas. Nada de novo, pois, poderíamos acrescentar ao que antes de nós muitos já disseram. Simplesmente aqui lhe testemunhamos a nossa admiração e a nossa simpatia, como outros o têm feito.

De facto, Viana do Castelo bem digna é de todas as manifestações de apreço que possam dispensar-se-lhe. O seu clima, a privilegiada situação que tem, o rio a enobrecê-la, o mar a embalá-la, os horizontes límpidos, claros, a deliciarem-nos o espírito, os monumentos a contarem-nos a sua história — que magnífico, admirável conjunto é tudo aquilo!

Quem pode esquecer o cenário grandioso que se depara aos nossos olhos ao entrar-se na ponte do Caminho de Ferro? Não há, não pode haver ninguém que se não impressione, que não solte uma exclamação de espanto perante tão grandioso quadro, que artista algum seria capaz de reproduzir fielmente com toda a gama de cores e variedades de planos!...

E, depois, dentro? A Matriz, com o seu equilibrado bizantino românico; a Misericórdia, de caprichosa traça renascença; o Chafariz da Vila, elegante e formoso elemento decorativo; os Paços do Concelho, de acentuada linha quinhentista; o Palácio dos Tavoras, o antigo convento de Santa Ana, a igreja de S. Domingos, a recordar-nos D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o sábio e oportuno delegado ao Concilio de Trento; a igreja de Santo António, graciosa no seu barroquismo; a solarenga Casa da Praça, em puro estilo D. João V, bem como a capela anexa; enfim, um sem número de coisas do mais elevado sentido espiritual e artístico a satisfazerem plenamente o curioso mais exigente e interessado.

E além de tudo isto, os seus arredores tão luxuriantes de vegetação como de obras que encerram: Carreço, com uma capela do século XVIII; Lanheses, antiga vila, com um pelourinho da mesma época; Areosa, com uma custódia do século XVI; S. Salvador da Torre, com uma imagem da Virgem, do século XIV; Santa Marta de Portuzelo, com um cruzeiro do século XVIII; e mais, muito mais, que fastidiosa tornaria a sua enumeração.

Viana é, ainda no campo da arte, terra de afamados bordados como o foi de interressante cerâmica, cujas peças, hoje raríssimas, constituem preciosos objectos de museu.

Rica de etnografia e folclore é, sobretudo, nas suas romarias, especialmente na da Agonia, onde mais se admira essa riqueza regional. Como nesse capítulo Viana se distingue das restantes localidades do

país! Não há nenhuma que se lhe compare, por maior boa vontade que disso tenha.

Graças ao seu dinamísmo, Viana do Castelo tem procurado acompanhar, entusiasticamente, o progresso que nos últimos anos se regista em todo o país. Não se manifesta esse progresso simplesmente em obras de urbanização, com o fim de a embelezarem, ou em construções demasiado grandiosas, de maneira a tornarem-na verdadeiramente monumental. Não. Também no campo espiritual capricha em colocar-se a par de terras de categoria idêntica. Nos outros sectores sòmente se exige o indispensável para o desafogo económico a que tem direito. Por isso, na sua posição de terra marítima, dispensa ao belo porto que tem a máxima atenção, como elemento de valorização das suas importantes indústrias de pesca e de construção naval e até do seu próprio comércio exportador. Hoje, os estaleiros honram o país.

Viana do Castelo mostra, assim, a vontade firme, decidida, de progredir, e de manter a justificada fama que tem da cidade mais formosa e encantadora de Portugal. Com isso só se valoriza e impõe. Bem faz, portanto, para maior esplendor das suas graças, caprichar em manter o glorioso epíteto que a própria natureza lhe concedeu: — Princesa do Lima.

# Barcelos

ONDE hoje existe Barcelos era natural que tivesse havido, no tempo dos romanos, um núcleo populacional de relativa importância.

A verdade, porém, é que nenhum documento o confirma e, portanto, tudo o que a tal respeito se diz, às vezes, até, com alguma prosápia de erudição, não passa de simples tradição oral.

É certo depreender-se que Barcelos tem raizes mais fundas ainda. Datará dos cartagineses a sua origem? O étimo encontrado para a sua designação — *barc-ellus* — parece indicá-lo com segurança.

A ser assim, só, todavia, com os romanos, como, aliás sucedeu com tantas outras povoações, Barcelos adquiriria alguma importância. No entanto, dessa época, nenhuns vestígios ficaram. Terminada a reconquista cristã, é de presumir que Barcelos se refizesse dos vandalismos sofridos e procurasse, portanto, reaver a sua anterior posição.

No início, pois, da nacionalidade já seria povoação mais ou menos importante, digna, portanto, do foral que D. Afonso Henriques lhe concedeu e que mais tarde D. Afonso II e D. Manuel I lhe confirmaram.

Bem depressa Barcelos se valorizou e tanto assim que pouco depois encontramo-la como povoação principal do antigo julgado do Neiva; e, logo a seguir, cabeça do primeiro condado territorial que se criou no país, na pessoa de D. João Afonso Teles de Menezes — 4.º Senhor da vila e castelo de Albuquerque — pelos relevantes serviços que prestou na elaboração do tratado de Alcanizes que, em 12 de Setembro de 1297, estabeleceu as pazes entre D. Diniz e D. Fernando IV de Castela.

Foi a partir desta mercê que Barcelos encontrou especial protecção que muito havia de contribuir para o seu progresso.

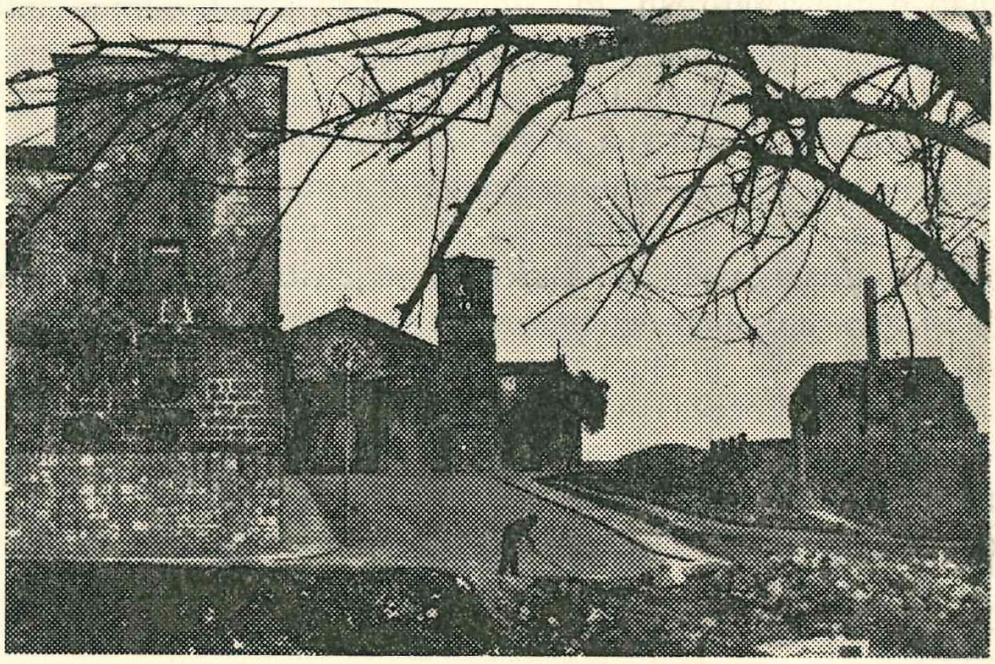
Morto em Aljubarrota o sexto conde de Barcelos, D. João Afonso Telo de Menezes, passou o respectivo título e com ele todos os benefícios à posse do Condestável D. Nuno Alvares Pereira.

Quando, porém, em 8 de Novembro de 1401, se efectuou o casamento de D. Beatriz Pereira com D. Afonso, filho bastardo de D. João I, D. Nuno doou à filha e ao genro todos aqueles bens.

Não foi doação pequena, como se sabe, ainda para mais valorizada com o prestígio que, pela sua condição, os novos donatários de Barcelos gozavam junto da Côrte.

Disto resultou D. Afonso ter mandado fortificar Barcelos com muros, se é que a própria iniciativa não partiu de D. João I, como também se julga.

Altos e espessos, guarnecidos por torreões ficaram, pois, a defender a povoação. Estes eram três, cada um com sua porta: o da *Ponte*, o do *Castelo* e o do *Valo*. Os postigos, em número de cinco, tinham os seguintes nomes: *Pecegal*, *Feira*, *Ferraria*, *Fonte de Baixo* e



Na gravura vê-se, ao centro, a Matriz de Barcelos, tendo, à esquerda, as ruinas dos Paços dos Condes-Duques, e, à direita, parte do Solar dos Pinheiros

*Vigandeiras*, isto, independentemente, do postigo ou porta da *Traição*. Mais tarde foi aberto o postigo da *Porta Nova*.

Das primitivas fortificações há a destacar a torre do *Castelo*, ainda erecta. Foi residência do alcaide, mas entre 1631-1636 passou a cadeia. Presentemente é ocupada pelo museu.

Das muralhas ainda existem, felizmente, pequenos lanços, relativamente bem conservados.

D. Afonso quis, ainda, enobrecer a vila, dotando-a com uns Paços que lhe serviram de residência. Não eram grandiosos, bem entendido,

mas tinham sobriedade e nobreza, próprios, enfim, do notável senhor que os habitava.

Ligavam directamente com a torre que defendia a ponte, e sob a qual existiam três arcos de passagem. A ponte era ameiada, devendo constituir, por isso, um exemplar curioso.

Os Paços tinham, também, comunicação com a Matriz, dedicada, primitivamente, a Nossa Senhora da Assunção. Teria sido românica, mas reformas sucessivas alteraram-lhe completamente a traça primitiva.

Foi sede de uma notável Colegiada, cuja iniciativa da fundação se atribue, igualmente, a D. Afonso, que a não viu realizada por ter falecido em 1461. Só em 7 de Outubro de 1464 o Arcebispo Primaz D. Fernando da Guerra lhe outorgou os respectivos estatutos. Teve, de início, prior e cinco cónegos, mas o número destes chegou a treze. Foi considerada *insigne* em 1566 e a partir de 1719 os priores passaram a usar o título de *Dom*. Extinta por lei geral do país, em 16 de Junho de 1848, foi reformada por Carta Régia de 8 de Agosto de 1859. Aprovados os novos estatutos em 17 de Setembro de 1864, passou a compôr-se do prior, que era o presidente, e de sete beneficiados, um deles com o título de chantre.

Teve como último prior o cónego José de Amorim Pereira Leite, falecido em 1905.

Enquadrada neste sector antigo de Barcelos, há ainda a chamada *Casa do Barbadão* ou Solar dos Pinheiros.

Trata-se de uma imponente, embora sóbria construção, constituida por duas torres quadrangulares, de três pisos, as quais se ligam por um corpo central mais baixo.

Na torre situada ao sul, vê-se, além do escudo dos Pinheiros, outro, com três chaves, orlado por uma inscrição gótica a registar a construção do solar, em 1448, pelo Dr. Pedro Esteves, que foi doutor em Direito Civil e Canónico pela Universidade de Salamanca e Ouvidor das terras da Casa de Bragança.

Na cornija da mesma torre destaca-se um busto de homem, em atitude de quem pretende arrancar as barbas; como, também, sob um dos brasões, ressalta uma figura de mulher.

Naquele, há quem veja o *Barbadão de Veiros* (daí a designação que também a casa tomou), humilhado na sua honra ao sentir-se avô por delito de D. João I e da famigerada comendadeira de Santos, mãe do primeiro Duque de Bragança, e que o povo diz estar representada na tal figura de mulher.

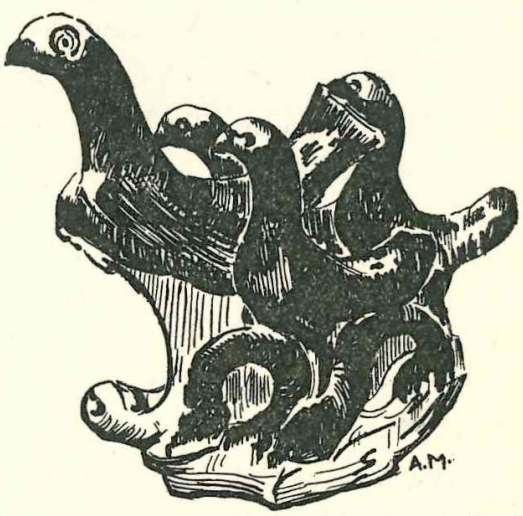
Eis, pois, nas suas linhas gerais, o que de mais sugestivo Barcelos apresenta aos olhos do visitante que pretenda conhecer o seu passado histórico e artístico.

Sem dúvida que não faltam na graciosa cidade que se enfeita com o pomposo título de *Dona do Cávado* outros motivos de incontestável beleza e até de particular interesse.

A igreja do Senhor da Cruz, onde se evoca o célebre milagre das Cruzes; a igreja do Terço, com magníficos azulejos alusivos ao glorioso fundador do Monte Cassino; o monumento ao grande missionário D. António Barroso, inaugurado em 1931; a casa do Condestável, onde viveu Nuno Alvares Pereira; o Hospital, instalado num antigo convento de fradres capuchos; o Recolhimento do Menino de Deus, fundado, no século XVIII, por uma escrava negra; e mais, tudo com a sua arte e a sua história a dar relevo, lustre, a uma terra que se tem orgulho no seu passado também se ufana do seu presente.

Com efeito, Barcelos não vive, exclusivamente, das suas evocações, como pode depreender-se das gloriosas tradições que a enobrecem; mas sim de uma actividade própria que, vencendo toda a sorte de obstáculos, faz dela uma das mais progressivas terras do distrito de Braga.

Marca no seu aspecto económico, não pelo comércio ou pela indústria, mas sim pela sua desenvolvida lavoura. Barcelos é um concelho essencialmente agrícola. Daí as suas feiras serem as mais importantes do Minho.



Um dos típicos bonecos de barro: a galinha e os pintaínhos

Da indústria, variada, não esqueçamos a das olarias, tão afamadas no país e até no estrangeiro. Então, a dos chamados *Bonecos,* infelizmente já muito abastardada, é de um sabor típico difícil de igualar. Aparece de tudo, desde o músico à galinha com os pintaínhos, da flauta ao moleiro, do Menino Jesus deitado sobre as palhinhas aos bois ligados pelos jugos. E que diversidade de cores a animá-los, espalhadas, às vezes, sem a mais leve ideia da sua distribuição! O que interessa é tirar efeito. E, de facto, os seus humildes fabricantes conseguem-no.

Só por isto vale a pena ir a Barcelos num dia de feira. E depois não faltam motivos, como os que apontamos, a deliciarem o visitante curioso.

# Um amigo da Casa Real

ALBANO TEIXEIRA LEITE, mais conhecido pelo *Albano do Pico,* era uma destacada figura da Braga de há cinquenta anos.

Alto, de porte distinto, afável no trato, cavaqueador admirável, pontificava no grupo da gente de bom tom que habitualmente frequentava a velha Arcada.

Era impecável no trajar, desde o chapéu à gravata e das luvas aos punhos engomados, sem, contudo, algum dia se haver tornado escravo da moda.

Gostava-se de ouvi-lo — afirma quem o conheceu. As suas conversas incidiam, de preferência, sobre caçadas e cavalgadas. Para ambas as coisas dispunha dos necessários elementos: boas matilhas e esplêndidos corcéis, alguns de puro sangue.

Vivia a maior parte do ano em Braga, mas, caso curioso, todos o julgavam do Pico de Regalados, pela defesa intransigente que fazia daquela terra. Ai de quem se atrevesse a dizer mal dela!... Tinha-o pela frente, à certa, como nobre cavaleiro a bater-se por sua dama. E, afinal, não era de Braga nem do Pico, mas sim de Guimarães.

Afeiçoara-se ao Pico de Regalados, sobretudo, pelas propriedades que lá possuia e que ele próprio administrava. Além disso, tendo casado, em 2 de Setembro de 1888, com D. Emília Guedes da Fonseca e Gouveia, senhora de ilustre ascendência, ali passara a morar, com geral agrado da restante população.

Mais tarde, porém, a fim de educar convenientemente os filhos, transferiu a residência para Braga, indo habitar um prédio da rua de D. Gualdim, ao tempo, pela categoria dos que ali viviam, uma das artérias mais distintas da cidade.

Tanto pelos primores da sua educação como pela natureza das relações que escolhia, Albano Teixeira Leite tornara-se um dedicado amigo da Casa Real.

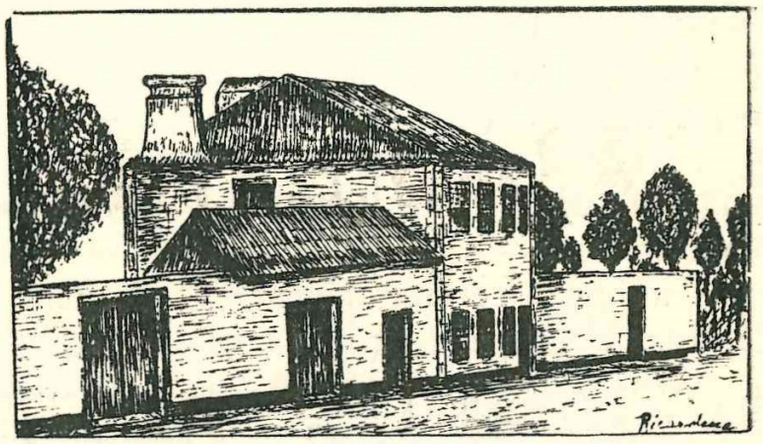
El-Rei D. Luís I tinha-o em grande estima e nunca lhe perdoaria se nas suas frequentes deslocações a Lisboa o não visitasse. Devido a isto, nenhumas peias eram postas à sua entrada no Paço.

Então, D. Carlos dispensava-lhe especial amizade, bastantes vezes manifestada, quer pública, quer particularmente. Mesmo depois de ascender ao Trono, essa consideração manteve-se inalterável. — E os pequenos como estão? — era esta a pergunta que invariàvelmente lhe dirigia, ao chegar ao Paço, a respeito dos Príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel.

Ora, por conselho médico, D. Luís I veio passar uma temporada no Bom-Jesus do Monte. Chegou a Braga no dia 4 de Outubro de 1887, fazendo-se acompanhar da família, isto é, da Rainha D. Maria Pia, do Príncipe D. Carlos, da Princesa D. Amélia, do Infante D. Afonso e do pequeno Príncipe da Beira, o malogrado D. Luís Filipe. Da comitiva, faziam parte, entre outros, o Presidente do Conselho, José Luciano e o Ministro das Obras Públicas, Emídio Navarro.

Na estação do Caminho de Ferro, a Família Real teve imponente recepção, sendo saudada pelo presidente da Câmara, João Carlos Pereira Lobato de Azevedo, que leu uma mensagem de boas-vindas, à qual o monarca respondeu, agradecendo.

Dali, dirigiu-se para o Bom-Jesus do Monte, em cujo templo assistiu ao *Te-Deum* presidido pelo Arcebispo D. António José de Freitas Honorato, recolhendo, depois, ao Grande Hotel.



A residência de Albano Teixeira Leite, no Pico de Regalados

Logo no dia 6, efectuou-se ali brilhante recepção, em comemoração das bodas de prata dos régios visitantes. Compareceu tudo o que de mais distinto havia na província e como não podia deixar de ser também Albano Teixeira Leite.

De mais notável, houve, a seguir, a condecoração do Arcebispo com a Grã Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Escolheu-se o dia 16, por ser esse o do aniversário do prelado, que, com os seus fámulos e dignitários do Cabido, compareceu no Bom-Jesus do Monte.

Perante numerosa assistência, o monarca pronunciou algumas palavras, entregando, depois, ao Arcebispo as insígnias respectivas.

É claro que embora El-Rei tivesse vindo para o Bom-Jesus do Monte a fim de descansar das lides oficiais, não pode, contudo, furtar-se a algumas cerimónias fora daquela estância, como, por exemplo, a inauguração da estátua de D. Afonso Henriques, em Guimarães, no dia 20. Fora disso, D. Luís procurava distrair-se e assim efectuou algumas digressões, nas quais o acompanhou o seu amigo dedicado.

Por sua vez, D. Carlos também o não dispensava. Ainda na antevéspera do seu regresso a Lisboa — a Família Real retirou do Bom-Jesus no dia 28 do mesmo mês — o mandou convidar para uma caçada, pelo seu ajudante de campo, o então capitão de Engenharia Durval Teles. Julgava-o já em Braga, de regresso da Póvoa de Varzim, para onde havia ido três ou quatro dias antes.

Foi assim que Durval Teles se lhe dirigiu, segundo carta ainda em poder de seu filho Amadeu Augusto Teixeira Leite Guedes da Fonseca:

*Bom-Jesus, 4.ª feira — 26 de Outubro.*

*Ex.mo Snr. Albano*

*Sua Altesa o Principe Real sahe amanhã d'aqui à caça, às 8 horas da manhã, e desejava dever a V. Ex.ª a fineza de o acompanhar, se já estiver de volta da Póvoa de Varzim.*

*Com a maior consideração e estima*

*de V. Ex.ª*
*M. venerador*

DURVAL TELLES

De facto, Albano Teixeira Leite já havia regressado da Póvoa de Varzim; e por isso lá foi na luzida cavalgada que tomou o rumo da serra do Carvalho, onde a caçada decorreu cheia de animação.

O caso provocou a maior curiosidade, não faltando gente de todos os lados a saudar o Príncipe que, sorridente, agradecia, ora com um gesto ora com uma palavra de ternura, dirigida especialmente aos mais velhos ou às crianças.

Uma nota interessante desta caçada foi o facto de D. Carlos ter manifestado o maior empenho por uns cães apresentados por Albano Teixeira Leite. Este ofereceu-lhos depois e D. Carlos mandou agradecer pelo ajudante do campo, que lhe dirigiu a seguinte carta:

Lisboa, 19 de Novembro de 1887.

*Il.mo e Ex.mo Snr.*

*Acuso a recepção da carta de V. Ex.cia de 17, de cujo conteudo dei conhecimento a Sua Altesa o Principe Real. Em resposta manda-me o Muito Augusto Senhor dizer a V. Ex.cia que pode enviar effectivamente os cães pelo Caminho de Ferro, remetendo a guia para o Conde de S. Mamede ou para o ajudante de serviço de S. A. R. no Paço de Belem.*

*Sua Altesa agradece muito a sua amabilidade.*

*Com a maior consideração e estima, tem, como sempre, o prazer de se assignar quem lhe retribue as suas expressões de bem estar e é,*

*de V. Ex.cia*
*M. Att.o V.or e Obrigado*

DURVAL TELLES

A dedicação de Albano Teixeira Leite à Família Real foi um dia coroada por uma breve visita à sua residência, no Pico, pelo Príncipe D. Luís Filipe.

Andava o herdeiro do trono em digressão pelo Minho, na companhia do vencedor do Gungunhana, Mousinho de Albuquerque. Ao chegar ao Pico, o povo aclamou-o delirantemente. D. Luís Filipe, impressionado com o entusiasmo daquela gente, decidiu-se a demorar um pouco.

A paragem fez-se à porta da residência de Albano Teixeira Leite. O Príncipe ainda chegou a entrar e até ali recebeu os cumprimentos de algumas pessoas gradas da terra.

Foi um momento grato para Sua Alteza que, várias vezes, o recordava em conversas com Albano Teixeira Leite. Só isto, se outros motivos de ordem sentimental e material não houvesse, bastaria para justificar a afeição que Albano Teixeira Leite tinha ao Pico de Regalados — afeição tão grande que o levava a fazer-se anunciar pela alcunha que lhe puseram — *Albano do Pico.*

Albano Teixeira Leite faleceu em 1912, sendo a sua morte muito sentida. Entre as manifestações de pezar recebidas pela família, destacaram-se as da Rainha D. Amélia e as de El-Rei D. Manuel, ao tempo exilados.

# A Sociedade de Martins Sarmento

A cidade de Guimarães é um museu disperso. Por ali e por além não faltam elementos de arte a chamar a atenção do curioso.

E como se isto não bastasse, vá de organizar museus no sentido rigoroso da palavra.

Lá temos o de «Alberto Sampaio», um dos melhores de província, no género, e o da Sociedade de Martins Sarmento, extraordinário em tudo, desde o seu precioso recheio aos relevantes serviços que presta à cultura nacional.

Nasceu com a própria corporação a que pertence e por ela tem sido amorosamente mantido.

Façamos, pois, um pouco de história sobre essa magnífica obra que tanto honra Guimarães e que tanto lustre dá ao país.

Um grupo de amigos do sábio Martins Sarmento lembrou-se de homenageá-lo, criando um instituto de carácter cultural, que tornasse ainda mais conhecido o nome prestigioso do eminente arqueólogo. A ideia mereceu o mais franco apoio, dentro e fora de Guimarães.

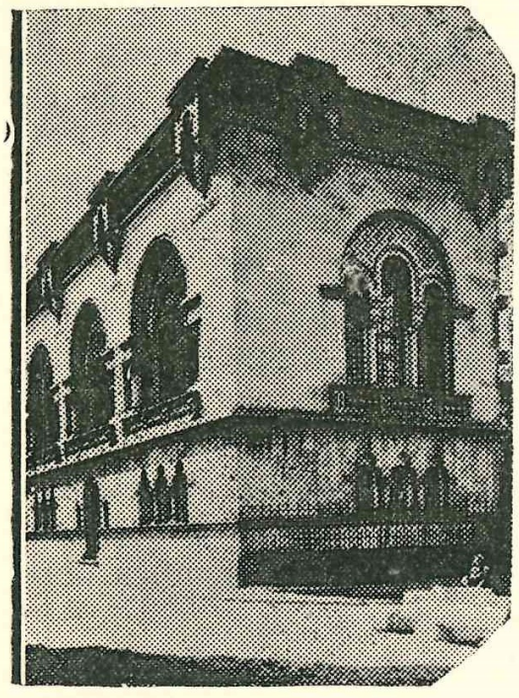
Elaborados os respectivos estatutos, em 7 de Janeiro de 1883 eram aprovados oficialmente. A Sociedade de Martins Sarmento estava, assim, constituida e instalava-se num prédio do largo do Toural. Dali transita para a rua de D. João I e depois de tentar transferir-se para o antigo convento das Domínicas passa a ocupar uma parte do convento de S. Domingos, da qual toma posse definitiva em 10 de Junho de 1888.

Já, porém, em 1884 resolvera fundar o seu *depósito* de objectos arqueológicos, para o que uma comissão constituída por Martins Sarmento, padre António José Ferreira Caldas e padre João Gomes de Oliveira Guimarães, o erudito Abade de Tagilde, se encarregara de o organizar. E um ano depois inaugurava-se o museu que já conta, portanto, setenta e um anos ao serviço da Ciência.

Mas o recheio aumentava e, por sua vez, as acomodações tornavam-se deficientes. Foi, então, que a Sociedade decidiu construir a galeria sobre o claustro, destinada à secção de pre e proto-história.

Evidentemente que, em anos sucessivos, a Sociedade procurou

melhorar tanto quanto possível as suas instalações, ainda para mais dotadas desde 1883 com uma biblioteca, hoje considerada notável não só pela natureza das obras como pelo número dos seus volumes, que há muito ultrapassam a casa dos quarenta mil. E para divulgação do seu precioso espólio e da contribuição que tem dado à cultura das ciências históricas e arqueológicas, a *Revista de Guimarães,* fundada em 1884, continua a ser um dos seus maiores títulos de orgulho. Sábios nacionais e estrangeiros têm ocupado as suas páginas com valiosos trabalhos cheios de erudição. É uma publicação que não só honra Guimarães como dignifica o próprio país aos olhos do mundo culto. Que o digam as referências que os grandes centros científicos de lá de fora lhe têm feito.



A sede da Sociedade de Martins Sarmento, construida segundo projecto do Arquitecto Marques da Silva e decorada pelo talentoso pintor Abel Cardoso

É claro que, ao traçarmos estas linhas, não foi com o intuito de nos ocuparmos em pormenor da Sociedade de Martins Sarmento, mesmo porque, de momento, não dispomos dos elementos necessários para o fazer; mas tão sòmente o de vincar a sua constante actividade no domínio do espírito.

De facto, a ela, nesse particular, se devem arrojadas iniciativas, tornando-se, assim, credora do respeito e da consideração de todos os estudiosos.

*De interesse público* — cremos que foi um dia reconhecida oficialmente. E nada mais justo, pelo muito que tem feito e continua a fazer.

Louvores, pois, só merece esta instituição cujos destinos se encontram presentemente entregues a um dos maiores cultores da Ciência Arqueológica, cujo nome ultrapassou há muito as fronteiras do país — o coronel Mário Cardoso.

# O primeiro Santo português

DOIS factos interessantes realçam as tradições religiosas e patrióticas de Ganfei, freguesia do concelho de Valença.

O primeiro diz respeito ao seu histórico mosteiro beneditino, cujos frades auxiliaram desassombradamente a combater os espanhois por ocasião da guerra da Indepedência; e o segundo prende-se com S. Teotónio — o primeiro Santo português — que ali nasceu.

Enquanto alguns autores afirmam ter sido o convento fundado, em 691, por S. Martinho de Dume, outros o atribuem a iniciativa de S. Frutuoso.

Os mouros arrazaram-no em 997, para, depois, em 1018, ser reedificado por D. Ganfildo ou Ganfei, cavaleiro francês, que lá morreu com fama de santo. Deram-lhe sepultura na igreja, mas em 1603 mudaram-no para um túmulo junto à sacristia.

Diz a tradição que este mosteiro contribuiu valiosamente para a edificação da fortaleza de Valença, como bastantes vezes, especialmente em ocasiões de guerras, socorreu os seus habitantes. Assim como auxiliou generosamente a construção da igreja de Santa Maria dos Anjos, daquela vila.

D. Afonso II legou-lhe toda a prata lavrada que possuia para que os religiosos lhe encomendassem a alma perante Deus.

O Conde D. Pedro, filho de El-Rei D. Diniz, foi seu hóspede durante quatro anos, reedificando-o, então.

Com a guerra da Independência, algumas vezes se alojaram nele as nossas tropas, fazendo-o sempre com o máximo respeito, ao contrário dos castelhanos que tendo-o ocupado, com o general Pantoja à frente, o saquearam, destruindo tudo o que puderam. Teve de ser restaurado quase desde os alicerces.

Foi convento rico e quatro coutos o tiveram como donatário: o do Mosteiro, o de Vilarinho, o das Pereiras e o de Rebordões.

Tendo passado a comendatários, regressou, mais tarde, à Ordem de S. Bento, por Bula de Sisto V.

Foi no tempo do Dom Abade Frei Francisco de Santa Maria, eleito em 1758, que se reedificou a capela-mor da igreja, conservando-se, porém, toda a parte antiga.

Extinto em 1834, foi vendido a particulares.

Tornou-se notável a acção dos seus monges, no auxílio que, por mais de uma vez, dispensaram às tropas portuguesas nas lutas contra Castela.

Em 1657, o convento chegou a estar transformado numa autêntica fortaleza, e eram os próprios frades que ajudavam os soldados nas obras de defesa consideradas necessárias, transportando cal, madeira e outros materiais.

S. Teotónio

Tábua da Escola Portuguesa de Pintura. Primitivo do Século XV, no Museu de Arte Antiga)

Agora, falemos de S. Teotónio.

Nasceu no lugar de Tardinhade, da mesma freguesia, no ano de 1082. Era filho de D. Oveco Moqueimes e de sua mulher, D. Eugénia, e na igreja do convento, dedicada ao Salvador do Mundo, recebeu as águas do baptismo.

Aos dez anos de idade, seu tio D. Crescónio, então bispo de Coimbra, levou-o para aquela cidade, onde iniciou os seus estudos em Ciências Eclesiásticas. Morto, porém, D. Crescónio, foi para Viseu, em cuja Sé o recebeu outro seu tio, D. Tedonio, prior da Ordem de Santo Agostinho.

Seguidamente ao falecimento deste, sucedeu-lhe no cargo, mas, após uma viagem à Terra Santa, renunciou. O Conde D. Henrique e D. Teresa ofereceram-lhe a dignidade episcopal, que não aceitou, apesar de instado.

É bem conhecida a austeridade que o caracterizava e tanto assim que até para D. Teresa se mostrou verdadeiramente áspero quando

ela assistia, na companhia do Conde de Trava, ambos acidentalmente em Viseu, a uns oficios divinos.

Ao dispor-se a fazer nova peregrinação aos Lugares Santos, foi-lhe solicitado que auxiliasse a fundar o mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Acedeu e foi o seu primeiro Prior, por eleição dos companheiros que para ele entraram.

Sob o seu governo — diz-nos o biógrafo do Santo — os progressos do mosteiro foram admiráveis. De toda a parte acorria «um número infinito de sujeitos eminentes em santidade, letras e sangue ilustríssimo a pedir o hábito a S. Teotónio. Por não ser possível abrir a todos a porta nem poderem todos com o rigor do Claustro, instituiu S. Teotónio mais oito graus, ordens e modos de vida religiosa, que pudessem observar os fiéis em qualquer estado, sujeitos ao Prior de Santa Cruz».

Ao cabo de vinte e um anos de zelosa e prudente administração, S. Teotónio, devido a doença que contraira, renuncia e a comunidade elege para o substituir a D. João Teotónio.

Liberto, assim, em 1153, de tão pesadas responsabilidades, entrega-se simplesmente à oração e à meditação nas coisas divinas.

Em 18 de Fevereiro de 1162, falecia, após uma vida inteiramente consagrada à causa de Deus e da Pátria, pois fora um grande amigo de D. Afonso Henriques, por cujas glórias tantas vezes rezara. Como igualmente fora amigo de S. Bernardo, que até lhe oferecera o báculo.

Foi sentidíssima a morte do primeiro Prior de Santa Cruz que, pela fama de santidade que já em vida gozava, tanto prestígio alcançou para a benemérita congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

Em 18 de Fevereiro de 1163, isto é, decorrido precisamente um ano sobre a sua morte, o Arcebispo Primaz de Braga D. João Peculiar reunia-se em Coimbra com os bispos comprovinciais.

A data que se comemorava e os milagres atribuidos àquele servo do Senhor, levaram os prelados a canonizarem-no.

Aparecia, assim, depois de fundada a nacionalidade, o primeiro Santo português.

# BIBLIOGRAFIA

Embora no texto sejam citadas algumas obras, forneceram elementos para a elaboração deste livro, sobretudo, os seguintes trabalhos:

*Portugaliae Monumenta Historica — Portugal antigo e moderno,* Pinho Leal — *Corografia Portuguesa* — Padre Carvalho da Costa — *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga,* Mgr. José Augusto Ferreira — *Memórias histórico-arqueológicas da cidade do Porto,* Mgr. José Augusto Ferreira — *O Minho pitoresco,* José Augusto Vieira — *Estudos de história militar portuguesa,* Tenente-coronel A. Botelho da Costa Veiga — *Memórias para a história da Arquidiocese de Braga,* D. Jerónimo Contador de Argote — *Os Lusíadas,* Luís de Camões — *Memórias de Braga,* Bernardino José de Sena Freitas — *Agiológio Lusitano,* Jorge Cardoso — *História da literatura portuguesa ilustrada,* Albino Forjaz de Sampaio — *Santuário Mariano,* Frei Agostinho de Santa Maria *Correspondência epistolar* entre *Emílio Hübner e Martins Sarmento,* coligida e anotada por Mário Cardoso — *Nossa Senhora nas suas imagens e no seu culto na Arquidiocese de Braga,* Cónego Manuel de Aguiar Barreiros — *Poesias,* Francisco de Sá Miranda, da Colecção Lusitana — *Sá de Miranda,* Camilo Castelo Branco, em *A Corja — O General Silveira,* Adriano Beça — *Castelos de Portugal,* Humberto Beça — *Terra de Basto,* Daniel Salgado — *Paredes de Coura,* Narciso C. Alves da Cunha — *Anais de Ponte de Lima,* Miguel Roque dos Reis Lemos — *Aspectos de Vila Nova, A Justiça,* Vasco César de Carvalho — *Esposende e o seu concelho,* Teotónio da Fonseca — *Memória histórica do Bom-Jesus do Monte,* Fernando Castiço — *História genealógica da Casa Real Portuguesa,* D. António Caetano de Sousa — *Vieira do Minho,* Padre Alves Vieira — *Barcelos,* J. Mancelos e A. Soucasaux; *História abreviada do Seminário conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes,* Mgr. Cónego José Augusto Ferreira — *A aclamação de El-Rei D. João IV na vila de Viana do Castelo,* Padre Manuel Ruela Pombo — *Portugal Restaurado,* Conde da Ericeira — *Restauração de Portugal prodigiosa,* Padre João de Vasconcelos — *Anacrisis historial,* Padre Manuel Pereira de Novais — *Uma visita às ruinas do real mosteiro de Fiães,* Guilherme Oliveira — *Monarquia Lusitana,* Frei Bernardo de Brito — *História de Portugal,* edição de Barcelos — *Genealogias da « Casa da Tapada » e da « Casa de Castro »,* publicação comemorativa da visita da Academia de Braga ao túmulo de Sá de Miranda — *Año christiniano de España,* Joaquim Lorenzo Vilanueva — *Memória genealógica* e *biográfica sobre Marinhos Falcões,* José Augusto Carneiro — *Benedita Lusitana,* Frei Leão de S. Tomaz — *Antiguidad de la ciudad y iglesia cathedral de Tuy,* Sandoval — *Em lembrança da extinta igreja dos Remédios,* M. Capela — *Memórias do Bom-Jesus do Monte,* Diogo Pereira Forjaz de Sampaio — *Inscrições e letreiros da cidade de*

*Braga,* Albano Belino - - *Portugal Pitoresco,* Pinheiro Chagas — *Dicionário Popular,* Pinheiro Chagas — *Dicionário Portugal,* Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues — *Enciclopédia portuguesa e brasileira — Diccionario enciclopedico hispano-americano — Arquivo pitoresco — «Ordem do Exército»,* respeitante ao ano de 1884 — *Poblacion Eclesiastica de Hespaña,* Padre Gregório Argariz — *Santa Senhorinha de Basto,* Dr. António de Castro Xavier Monteiro — *Estatutos da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte da Falperra — Estatutos do Asilo de Infância Desvalida de Santa Estefânia, Amor de Deus e do Próximo — Tradições populares de Portugal,* J. Leite de Vasconcelos — *Apontamentos para a história do concelho de Esposende,* coligidos por Silva Vieira — *Ano Cristão,* P.e Croiset, tradução do Padre Matos Soares — *Memória sobre os combates de Travanca,* Tenente-coronel Cunha Brandão — *Castelo de Lanhoso,* boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — *Jerónimo Rossi, fidalgo ceramista,* Vasco Valente — *Ocidente,* revista.

# ÍNDICE


| | PÁG. |
|---|---|
| Uma parada memorável | 7 |
| De Contrasta a Valença | 13 |
| A ponte pênsil do Ave | 17 |
| O encanamento do rio Cávado | 25 |
| O primeiro prior do convento de Ribas | 29 |
| Os franceses em Esposende | 33 |
| O castelo de Arnoia | 35 |
| A torre da Lapela | 47 |
| As Águas Santas de Currais | 51 |
| «Si el Gran Leon de España» | 63 |
| S. Paio seria natural do concelho de Paredes de Coura? | 69 |
| Santa Senhorinha de Basto | 73 |
| O Convento-hospício de Cabeceiras de Basto | 81 |
| As primeiras fortificações de Ponte de Lima | 85 |
| O mosteiro de S. João de Vieira | 91 |
| A Falperra e os seus santuários | 95 |
| Uma princesa castelhana donatária de Ponte de Lima | 101 |
| Os mistérios do Forte da Insua | 105 |
| A torre de Penegate | 109 |
| A extinta Colegiada de Valença | 111 |
| As origens de Ponte da Barca | 115 |
| Uma obra de Satanás | 119 |
| O santuário de S. Bento da Porta Aberta | 123 |
| A vila de Fafe | 127 |
| Sá de Miranda | 131 |
| O mosteiro de Fontarcada | 135 |
| Vila Nova de Cerveira | 139 |
| O castelo de Lanhoso | 143 |
| A vila de Caminha | 147 |
| Antes morrer sem culpa | 151 |
| O convento de Landim | 155 |
| A demolida capela de Santa Ana de Braga | 159 |
| A vila de Melgaço | 169 |
| A vila de Prado | 171 |
| Tenões e as origens do Bom Jesus do Monte | 175 |
| Freiras que mudam de residência | 183 |

Paredes de Coura . . . . . 187
O concelho de Vila Verde. . . . . 191
Lendas de Fafe . . . . . 195
Arcos de Valdevez . . . . . 199
O convento de Santa Maria de Fiães . . . . . 203
A lenda da Calcedónia . . . . . 207
O castelo de S. Tiago da Barra . . . . . 211
A primeira Duquesa de Bragança . . . . . 217
O convento do Carmo de Guimarães . . . . . 221
O Liceu-Seminário de Guimarães . . . . . 223
Algumas curiosidades arcuenses. . . . . 227
Uma figura intelectual de Ponte da Barca . . . . . 231
Antiguidades cerveirenses. . . . . 237
Antiguidades bracarenses . . . . . 239
Viana do Castelo . . . . . 251
Barcelos . . . . . 255
Um amigo da Casa Real . . . . . 259
A Sociedade de Martins Sarmento . . . . . 263
O primeiro Santo português . . . . . 265
Bibliografia . . . . . 269

---

Desta obra fez-se uma tiragem especial de vinte e cinco exemplares em papel «couchet», numerados e rubricados pelo autor

Composto e impresso nas
Ofic. Gráf. «PAX» — Braga

biblioteca
municipal
barcelos
6331
Silva minhota